

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**ESPAÇOS DE INSURGÊNCIA E CIDADINIDADE: novas práticas, estéticas,
performances e gramáticas de mobilizações sociais em rede, a partir das
Jornadas de Junho de 2013**

Gustavo Souza Santos

Montes Claros/MG
Agosto/2021

Gustavo Souza Santos

**ESPAÇOS DE INSURGÊNCIA E CIDADINIDADE: novas práticas, estéticas,
performances e gramáticas de mobilizações sociais em rede, a partir das
Jornadas de Junho de 2013**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Social.

Área de concentração: Desenvolvimento Social

Linha de pesquisa: Movimentos Sociais, Identidades e Territorialidades

Orientadora: Prof.^a Dra. Anete Marília Pereira

Montes Claros/MG

Agosto/2021

S237e

Santos, Gustavo Souza.

Espaços de insurgência e cidadinidade [manuscrito]: novas práticas, estéticas, performances e gramáticas de mobilizações sociais em rede, a partir das Jornadas de Junho de 2013 / Gustavo Souza Santos. – Montes Claros, 2021.

283 f. : il.

Bibliografia: f. 260-275.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social /PPGDS, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Anete Marília Pereira.

1. Mobilização social em rede. 2. Insurgência. 3. Cidadinidade. 4. Jornadas de Junho. 5. Rede. I. Pereira, Anete Marília. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Novas práticas, estéticas, performances e gramáticas de mobilizações sociais em rede, a partir das Jornadas de Junho de 2013.

Gustavo Souza Santos

**ESPAÇOS DE INSURGÊNCIA E CIDADINIDADE: novas práticas, estéticas,
performances e gramáticas de mobilizações sociais em rede, a partir das
Jornadas de Junho de 2013**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da
Universidade Estadual de Montes Claros, como parte dos requisitos para a obtenção
do título de Doutor em Desenvolvimento Social.

Montes Claros/MG, 31 de agosto de 2021

Banca examinadora

Prof.^a Dra. Anete Marília Pereira - Orientadora
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

Prof. Dr. Tarcísio Torres Silva
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Giancarlo Marques Carraro Machado
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

Prof. Dr. Laurindo Mékie Pereira
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

Montes Claros/MG

Agosto/2021

RESUMO

Marcadas nos autos das mobilizações populares no Brasil como deflagradoras de novas dinâmicas e reflexões sobre a ação coletiva, as Jornadas de Junho de 2013 possuem um caráter caleidoscópico em termos de reflexão sociopolítica. As origens, a organização, a conjuntura e os efeitos dos protestos despertam debates de diferentes angulações. Aqui, concentra-se o olhar sobre seus aspectos constitutivos e seus significados na produção dos sujeitos e na qualificação de sua ação. Analisa-se a produção de espaços e dinâmicas de insurgência das manifestações que marcaram o período de 17 a 30 de junho de 2013 em 538 municípios, dos 26 estados e do Distrito Federal, reunindo cerca de 2,7 milhões de participantes. Em sua conjuntura, busca-se investigar ainda a produção de novas práticas, estéticas, gramáticas e performances sociopolíticas, alinhavadas pela novidade das redes e do aporte comunicacional. Por meio de um exame do caso brasileiro, sob o usufruto da narrativa da mídia impressa e das redes sociais, postula-se como tese que em um esteio ambientado pela comunicação em rede, os sujeitos têm desenvolvido novas performances sociopolíticas entre a mobilização e a participação cidadã. E essas performances derivam da produção de espaços e dinâmicas insurgentes e cidadinas, de modo que a agência e a potência dos sujeitos são um produto híbrido entre a espacialidade, a mediação tecnológica e a cidadinidade.

Palavras-chave: Mobilização social em rede. Insurgência. Cidadinidade. Jornadas de Junho. Rede.

ABSTRACT

Well-marked in the records of popular mobilizations in Brazil as a trigger for new dynamics and reflections on collective action, the 2013 June Days have a kaleidoscope character in terms of socio-political reflection. The origins, organization, circumstances and effects of the protests arouse debates from different angles. Here, the focus is on its constitutive aspects and their meanings in the production of the subjects and in the qualification of their action. The production of spaces and insurgency dynamics of the demonstrations that marked the period from 17 to 30 June 2013 in 538 cities, of the 26 states and the Federal District are analyzed, gathering about 2.7 million participants. At its juncture, it seeks to further investigate the production of new practices, aesthetics, grammars and socio-political performances, tacked by the novelty of networks and communicational support. Through an examination of the Brazilian case, using the narrative of the printed media and social networks, it is postulated as a thesis that in a mainstay set by network communication, the subjects have developed new socio-political performances between mobilization, citizenship and participation. And these performances derive from the production of insurgent and city spaces and dynamics, so that the agency and the power of the subjects are a hybrid product between spatiality, technological mediation and cityiness.

Keywords: Social mobilization. Insurgency. City. June Days. Network.

AGRADECIMENTOS

Uma trajetória só tem seu sentido completo com sentimentos de gratidão. Desta forma, dedico este trabalho à minha família: meu pai Aristóteles, minha mãe Maria Helena, e minhas irmãs Izadora e Izabela. A presença e suporte sempre foram e continuam fundamentais neste processo de doutoramento.

Agradeço à Prof.^a Anete, minha orientadora, pela inspiração. Sua participação neste processo extrapolou os encargos e funções didático-pedagógicas da pós-graduação. Prover além do que se imagina são marcas inegáveis de sua vida e carreira. Como estudante e aprendiz, tive a oportunidade de beber da melhor fonte. À sua companhia carinhosa, vigilante e dedicada, minha gratidão.

Minha gratidão também se manifesta ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) e à Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) pela estrutura pedagógica e humana nesta formação. Agradeço aos docentes que tornaram estes anos ainda mais significativos.

Meu carinho especial aos meus colegas de turma: Fábio Antunes, Fábio Gonçalves, Fabíola Francielle, Gilberto Faria, Greiciele Soares, Handerson Sales e Sheyla Borges. Tornamo-nos uma comunidade de laços firmes e ternos, dos quais me orgulho muito. Ter vocês por perto fez o curso ter um sentido mais completo. Obrigado, colegas!

Agradeço aos professores Giancarlo Machado, Laurindo Mékie, Paulo Soares, Tarcísio Torres e Alysson Freitas pela generosidade e contribuições. Agradeço aos colegas de trabalho Andréa Amaral, Josiane Brant, Ana Gabriela Ribeiro, Isabela Versiani e Mariana Teixeira pelo apoio e gentileza de sempre.

Aos meus amigos André Mota, Bhabi Andrade, Kelly Canela, Lucas Cavalcante, Mateus Mendes, Max Santos, Pedro Feliciano, Stéfannie Xavier, Stella Siqueira, Thales Queiroz e Vinícius Mota pela companhia, afeto e por tudo oferecerem sendo justamente quem são. Obrigado pelas risadas, comidas, vinhos, figurinhas e diálogos sempre oportunos.

Obrigado!

La beauté et dans la rue.
("A beleza está nas ruas", em tradução
livre. Do Ateliê Popular da Escola de
Belas Artes de Paris, 1968)

— Quer algo da rua?
— A rua.
(Jorge Ialhanji Filholhini)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Composição do <i>corpus</i> do estudo	31
Figura 2 - Localização dos protestos por cidade e estado do Brasil	105
Figura 3 - Evolução e cobertura dos protestos de 17 a 23 de junho de 2013	107
Figura 4 - Evolução e cobertura dos protestos de 24 a 30 de junho de 2013	108
Figura 5 - Densidade e participação dos estados nos protestos	111
Figura 6 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	116
Figura 7 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	117
Figura 8 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	117
Figura 9 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	117
Figura 10 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	118
Figura 11 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	118
Figura 12 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	118
Figura 13 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	119
Figura 14 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	120
Figura 15 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	120
Figura 16 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	121
Figura 17 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	121
Figura 18 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	121
Figura 19 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	121
Figura 20 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	122
Figura 21 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	122
Figura 22 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	122
Figura 23 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	123
Figura 24 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	123
Figura 25 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	123
Figura 26 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	124
Figura 27 - <i>Tweets</i> e disputa de narrativa	137
Figura 28 - Ocupação de vias em São Paulo em junho de 2013	138
Figura 29 - Concentração na Catedral da Sé (São Paulo) em junho de 2013	139
Figura 30 - Ocupação de vias em Belo Horizonte em junho de 2013	139
Figura 31 - Ocupação do Senado Federal em junho de 2013	140

Figura 32 - Identidade e manifestações	149
Figura 33 - Identidade e manifestações	165
Figura 34 - Identidade e manifestações	165
Figura 35 - Identidade e manifestações	165
Figura 36 - Identidade e manifestações	166
Figura 37 - Identidade e manifestações	166
Figura 38 - Identidade e manifestações	167
Figura 39 - Identidade e manifestações	167
Figura 40 - Identidade e manifestações	167
Figura 41 - Identidade e manifestações	167
Figura 42 - "Operários" de Tarsila do Amaral	172
Figura 43 - Relação entre sujeito, objetos e rede	186
Figura 44 - Quadrante de progressão de uma mobilização social em rede	231
Figura 45 - Ciclo temporal da mobilização em rede	237
Figura 46 - Diagrama de produção e reprodução da cidade	260

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Etapas da análise de conteúdo empregada no exame das notícias e <i>tweets</i> catalogados	32
Quadro 2 - Demandas evocadas nas Jornadas de Junho e suas filiações	221

LISTA DE SIGLAS

ANJ - Associação Nacional de Jornais

MPL - Movimento Passe Livre

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IVC - Instituto Verificador da Comunicação

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
<i>PARTE I - DOS ESPAÇOS INSURGENTES</i>	34
1. A mobilização no espaço e o espaço de mobilização: dinâmicas socioespaciais de insurgência	41
1.1 A emergência do sujeito em mobilização: tempos e espaços do ser e do agir	42
1.2 O espaço de mobilização: arena e indumentária da ação	58
1.3 A mobilização no espaço: substrato e substância da ação	68
2. Na rua, entre <i>hashtags</i>: o acontecer de junho de 2013	85
2.1 O acontecer político de junho de 2013	87
2.2 O acontecer espacial de junho de 2013	96
2.3 O acontecer simbólico e midiático de junho de 2013	104
3. Dinâmicas de (re)produção de junho: imagens e performances	128
3.1 Práticas: do índice à performance	121
3.2 Estéticas: imagens e sentidos de insurgência	135
3.3 Gramáticas: desenhos de agência e potência	145
<i>PARTE II - DAS PERFORMANCES SOCIOPOLÍTICAS</i>	163
4. Na inflexão do <i>on/off</i>: performances híbridas e hibridizantes da participação social	168

4.1 O sujeito, o objeto e a rede	169
4.2 Ação em rede e suas mediações	178
4.3 Performances e coreopolíticas híbridas	186
5. Identidades flutuantes, territorialidades episódicas e tempos dissolvidos	208
5.1 Da multidão mobilizada às identidades flutuantes	197
5.2 Das territorialidades de insurgência às territorialidades episódicas	205
5.3 Tempos dissolvidos na ação reticulada	215
6. As ruas como telas do devir: participação social, alocações dos sujeitos e imaginários políticos	226
6.1 Imaginários da rua, imaginários da ação política	227
6.2 Virtualidade e novas alocações dos sujeitos	234
6.3 Espaços de insurgência e cidadinidade	242
CONSIDERAÇÕES FINAIS	254
REFERÊNCIAS	260
Sites consultados	274
APÊNDICE	276
Levantamento de atos por estado, cidade e dia de protesto	276

INTRODUÇÃO

Da oblação cruenta e incendiária do tunisiano vendedor de frutas Tarek Bin Bouazizi¹ aos gritos jovens pelo peso simbólico insustentável do aumento de R\$ 0,20 na passagem de ônibus da metrópole paulistana, desenhos diversificados e simultaneamente similares de mobilizações sociais foram ativados em todo o mundo.

A cobertura geográfica remonta a 2010, na Primavera Árabe², partindo do Norte da África ao Oriente Médio, seguindo os atos egípcios contra o despotismo de Mubarak em 2011. Ainda em 2011, os espanhóis ocuparam a Praça Puerta del Sol sob a alcunha de indignados em revolta ou revolução - como variava a narrativa -, caracterizando o 15-M³.

Outra praça também se tornou ícone e índice de mobilização na Europa. Desta vez, a ateniense Syntagma⁴. Os gritos gregos de disputa sobre os ideários de desenvolvimento entre população e governo se verificaram também em Portugal⁵ com sua "geração à rasca"⁶.

No continente americano, Wall Street foi palco de ocupações espaciais e políticas categóricas⁷. Em terras chilenas⁸, foram os pinguins⁹ a provocar instabilidades por reformas educacionais. Em 2013, o Brasil acompanhou a odisséia das Jornadas de Junho com manifestações de escopo ampliado e difícil precisão ou controle¹⁰.

Os movimentos guardam diferenças históricas, geográficas, políticas, culturais e sociais. No entanto, há similaridades pontuais para um enquadramento de atenção. Isto é, as manifestações se desenvolveram de modo reticulado,

¹Cidadão tunisiano que ateou fogo sobre si mesmo em protesto às condições de vida de seu povo e se tornou símbolo e centelha da Primavera Árabe.

²Acerca do movimento, consultar Joffe (2011)

³Conferir Fernandez-Planel, Pampols e Figueroas-Maz (2013) sobre o 15M.

⁴Conferir Barbosa (2016) acerca dos atos.

⁵Para entender os protestos portugueses, consultar Costa (2018).

⁶A expressão "à rasca" significa em condições precárias, com dificuldades de se manter.

⁷Tratam-se das ocupações novaiorquinas do *Occupy Wall Street*. Conferir Calhoun (2013).

⁸Consultar Betencourt (2016) para entender o movimento.

⁹O movimento ficou conhecido por "Revolta dos Pinguins", já que o animal é similar aos uniformes escolares secundaristas.

¹⁰Conferir Santos (2017) sobre as Jornadas de Junho e os pressupostos que baseiam esta tese.

multiescalar, efervescente, volátil, sem capitaneamento de organizações formais e arregimentados pelas redes sociais *on-line*, com acústica *off-line*.

A detonação e a difusão dos atos se constituíram de redes socioespaciais. A coletividade presente no conteúdo, forma, dinâmica e estrutura das mobilizações constituiu-se de operações reticuladas. A dinâmica das redes - sejam pré-existentes, geradas a partir dos rompantes factuais ou até submersas¹¹ - tornou-se linguagem e substância das articulações, de modo que a ação tem na reticulação sua vazão.

Essa cultura de redes não concebe os limites territoriais, fronteiriços ou distanciamentos geográficos de qualquer natureza, visto que seus arcos e nós se comunicam por meio de fluxos em diferentes escalas simultaneamente. A dispersão e diversidade territorial tornam-se substrato para uma circulação de fluxos de agência¹² e potência¹³ multiescalares.

A horizontalidade é verificada na medida em que as convocatórias e a organização dos atos se davam em níveis que extrapolavam hierarquias institucionais tradicionais de agência popular. Esse atributo das mobilizações, discutidas em perspectiva, é controverso, uma vez que faz supor não haver lideranças, objetivos e disputas.

A manifestação caudalosa das mobilizações não se coaduna a agendas estritas e a lideranças formais, organizadas e que fazem supor arquétipos organizacionais tradicionais de movimentos sociais, cristalizantes. Mas sob o empuxo da causa reivindicatória e detonadora da ação, o capitaneamento de velhas agendas e bandeiras se vê diluído e secundarizado pela agenda que se monta de sobressalto e de que consiste o estopim da atividade.

¹¹Redes submersas indicam condições socioculturais de interações e tratamento de pautas que já existem, mas por sua estrutura horizontal, não se articulam até o momento em que alguma causalidade desperte sua força estrutural e as faça emergir. Sobre o conceito de redes submersas, consultar Zibechi (1997; 2008).

¹²O conceito de agência, aqui incorporado, acompanha Giddens (2009) ao conceber um processo no qual o indivíduo (ou sujeito) assume a postura de ator social e, nela, a capacidade de trilhar experiências sociais e produzir-se em meio aos sistemas sociais, ora condicionantes, ora coercitivos. A concepção de agência designa uma capacidade ativa e cognitiva de debelar a experiência social na solução de problemas, enfrentamentos, interceptando fluxos cotidianos, interagindo ao comportamento de outros atores e (re)elaborando sua ação e realidade neste prospecto.

¹³Potência aqui designa a faculdade de reconhecer sua constituição na realidade face à capacidade de agência, designando habilidade de intervir no mundo e a competência de se apropriar deste processo.

Por certo que a dimensão do poder e do contrapoder tem não somente novas leituras, mas novas prerrogativas, uma vez que sua substância ora é interpolada pelos manifestantes, ora ressignificada, ora subvertida, ora negociada. Os pressupostos de que o poder é sempre um denominador de caos são chacoalhados por essas mobilizações que o tornam um envelopamento de seus fluxos de comunicação mobilizada.

A horizontalidade não se entende, nesse sentido, como uma narrativa idílica e isonômica de poder entre querelantes e detentores de hegemonia. Nem tampouco, essas mobilizações em rede aqui querem distorcer o quadro sociológico e histórico das lideranças sociopolíticas populares tradicionais, enfraquecendo seus papéis e sua incursão contemporânea. O que se verifica é um fenômeno de base comunicacional em que vozes antigas se veem incorporadas a uma meta-narrativa sem cabeças definidoras - não, a princípio.

Concomitante a esse caráter horizontalizado, há seu caráter finito e limitado, a julgar pela natureza de movimentações análogas. A efervescência e a volatilidade dos atos levantam suspeitas epistemológicas, jornalísticas e de opinião pública. Atos que escalonam sua envergadura e tão logo cessam seu vigor e, sob o olhar não apurado, parecem ter sido pulsão passional efêmera e, portanto, com pouca validade.

Porém, essa estética peculiar é partícipe de novas modulações dos sujeitos e seus arranjos coletivos. O efervescente, volátil e, aparentemente, efêmero é índice de transformação e reelaboração dos sujeitos, suas narrativas e mobilizações. O que se observa é um desenvolvimento particular de atos sociopolíticos em que o cessar não significa o fim, mas a metabolização da energia primeira em outros processos e práticas.

A leitura sobre atos, práticas e movimentos de incursão sócio-histórica tem, frequentemente, seu valor medido pela envergadura de legado, contingência e permanência. Essa constelação de mobilizações - e que nessa tese, é apresentada como parte de uma prática e de uma performance - tem na impermanência, na energia viral e na sismologia de práticas (que tão logo cumprem sua percepção de agitação, acabam por acalmar-se) sua orientação.

Essa calma, após o abalo, não é compreendida como um cessar, mas como um processo transformador, metabólico. Ora, uma performance tem sua execução demarcada e percebida, mas ao findar-se, deixa sua percepção introjetar

uma nova experiência, a partir da recepção. A performance como acontecimento se encerra, mas suas ocorrências e consequências permanecem a partir de quem performa, de quem a recebe e a acompanha.

As mobilizações possuíram uma indumentária comum. As redes sociais *on-line* eram utilizadas como observatórios, laboratórios de ação e (des)construção de narrativas, além do apoio logístico dos eventos. Todavia, essa acuidade *on-line* tinha reflexos diretos por uma acústica *off-line*. As vias do ciberespaço deitavam refletância aos fluxos e fixos das cidades de pequeno, médio e grande portes ocupadas nos atos.

Esses eventos são partícipes de uma nova realidade comunicacional que Castells (2003)¹⁴ definiu no fim do século como sociedade em rede, e que também Canclini (1997) tratou, se debruçando sobre a comunicação de massa e suas repercussões sociais. Sujeitos mobilizados passaram a não apenas participar dessa dinâmica comunicacional, mas a lançar mão dos ferramentais compreendidos por seu *zeitgeist*.

O prospecto remonta a um cenário de comunicação em rede em três aspectos: horizontal, autocentrada e alternativa. Isto é, sujeitos e os eventos dos quais participam e desencadeiam se estabelecem a partir de uma horizontalidade produtiva, comunicando-se para além das mediações, em contraposição à estrutura midiática tradicional de massa, verticalizante.

Produzindo, codificando, difundindo e decodificando suas próprias mensagens, esse processo comunicacional é também autocentrado, ou autocomunicação. O poder como um marcador indelével e que cria tessituras de dominação e controle parece deglutido em suas noções hegemônicas, enquanto sujeitos que não ocupam porções oficiais do poder disseminam mensagens e instruem suas redes.

Além da mediação oficial de veículos, linhas editoriais e agendas governamentais, os processos de comunicação dos quais essas mobilizações escoam são também alternativos. Esse caráter alternativo implica uma disputa de narrativa de veículos de imprensa e dos dispositivos governamentais oficiais, detentores da prerrogativa comunicacional na sociedade de massa, ou mesmo na subversão da própria condição de usuários de plataformas de redes sociais,

¹⁴A *sociedade em rede* foi publicada originalmente em 1999.

comunicando-se para além da estrutura e dos ideários comerciais que abrigam essas mensagens.

Isto é, ao criarem grupos, difundirem postagens, criarem eventos e engajarem *hashtags*, os usuários - também sujeitos mobilizados - criam uma zona horizontal de comunicação (sem intermediários hegemônicos), autocentrada (cuja produção contribua com os pares e sua instrução) e alternativa (apurando, circulando e disputando mensagens e narrativas independentemente daqueles que detêm os meios de comunicação). Esse aparato comunicacional está correlacionado aos processos mobilizados acompanhados pelos noticiários e pelas pesquisas nos últimos 10 anos.

Processos, mediações e interfaces são perceptíveis na vida social, a partir da diversidade de dispositivos e práticas comunicacionais contemporâneas. Para além da técnica e da linguagem, notam-se novos *modus operandi* e *vivendi*. E isso se desprende dos movimentos enunciados anteriormente. Forças sociais se revelam híbridas, hibridizadas e hibridizantes em meio à sociedade, ou como se percebe, de uma cultura de redes.

As redes assumem novos desdobramentos, não mais restritos a desenhos logísticos, mas socioespaciais, tecnológicos e comunicacionais, tornando-se linguagem e aparato arregimentador do cotidiano. Há novas redes para sujeitos e novos sujeitos para redes. Novidades cujo exame se faz necessário. Esse empreendimento, destarte os recortes, é pretense aqui.

Mobilizações sociais e políticas, amplamente estudadas, ganham assim outros contornos que fazem repensar sua estrutura, significado e epistemologia. Para além de seu conteúdo, sua (re)produção é provocadora. É necessário dirigir exames fractais e cujos recortes atinjam outras nervuras sociais, espaciais, políticas, culturais, comunicacionais, tecnológicas e históricas.

A comunicação em rede delinea aqui um novo prospecto de funcionamento social e de devires, onde a virtualidade e a ubiquidade se tornam articuladores de uma complexidade que disputa a agência e a potência do sujeito em tempos, espaços e dinâmicas fugidios, novos. E esse caráter sócio-técnico fugaz desperta desconfiança e interpretações cristalizadas sob o encaixe de tradições já disputadas por essa contemporaneidade.

Cenários em torno da cibercultura são ágeis e retráteis, progredindo no tempo e no espaço em um *continuum* de transformações que precisam de

discussão para que não evanesçam sem exames mais aprofundados. Tais fenômenos são frequentemente assumidos como meros componentes da indústria de mídia sem que maiores reflexões sobre suas implicações aos sujeitos e suas coletividades sejam feitas.

Se há infraestrutura, há estruturas e processos. É preciso cercar as alterações e arranjos que tocam o sujeito diante do objeto tecnológico e comunicacional para além de uma visão de infraestrutura. É preciso considerar as novas alocações dos sujeitos, suas práticas e, portanto, performances.

Comunicação é mais do que indumentária e aparato material. Rede representa mais do que desenhos de operações cotidianas. É preciso demorar o olhar sobre as metamorfoses da emergência dos sujeitos, da tipologia das lutas, suas dinâmicas, estéticas, imaginários e gramáticas.

Como Castells (2013), confessa-se aqui que esses eventos - e junho de 2013 como caso em especial - enunciam um empoderamento cidadão primaveril dotado de autonomia comunicativa e consciência geracional, que denotam agência e potência em mobilização.

Antes que a crítica se aposses dos termos empoderamento e primavera, convém debater que é preciso que a linguagem dos fatos, a poética dos acontecimentos e o critério analítico da teoria se apurem, combinando frentes reflexivas sobre o tempo. Do contrário, seus novos capítulos podem não assumir seu espaço. Como Touraine (1998) atesta, a imagem do militante inspira desconfiança, antes de qualquer outra impressão de admiração ou interesse.

O acontecimento social como disrupção humana produtiva é capaz de, no reclame de atenção por sua ação visível, desencadear abalos e microtransformações invisíveis ou com visibilidade aquém do holofote habitual ou funcionalista-imediatista, no qual se espera uma contribuição mensurável, organizada e planejada dos atos, do contrário, é rechaçado.

Lacunas são observadas na literatura sobre os movimentos sociais e suas novas injunções, como o que implicaria o adjetivo novos, o que distingue historicamente estas ações e, seus papéis, destaca Gohn (2010). Contudo, outra categoria emerge desse debate: a de mobilizações sociais.

Operacionaliza-se aqui a diferença entre as categorias movimentos sociais e mobilizações sociais, entendendo seu campo comum (as lutas, programas e ações), mas verificando distinções sobre seu desencadeamento, recepção e

continuidade. A categoria movimento social historicamente construída tende a se concentrar em lutas, objetivos e projetos com cristalizações ou institucionalizações progressivas, a fim de assegurar o feitiço de seu objeto de engajamento.

As mobilizações sociais, embora dividam o caráter comum dos chamados movimentos sociais tradicionais - tido na identidade que se forma durante a luta, a identificação de opositores e a fundamentação de projetos de vida e sociedade -, têm em sua constituição um marcador menos condensado em hierarquizações, organogramas formais e permanências institucionais.

Todavia, como Gohn (2010), acredita-se aqui que as ações populares - destarte as nomenclaturas categóricas - possuem um caráter educativo e de aprendizado para seus próprios autores, redefinindo e pautando a própria esfera pública em termos de essência, agência, potência e vivência. Há que se destacar os modelos de inovações sociais e geração de saberes desses acontecimentos para sua materialidade, e é aqui, que o olhar teórico-metodológico deve fazer campanha.

Nesse sentido, observa-se uma unidade temática no uso das categorias, na medida em que se configuram como atividades sociopolíticas com ideários cidadãos, e provocativas na esfera e conjuntura pública. Contudo, seu posicionamento na literatura tem a ver com a reflexão sobre as tessituras diacrônico-sincrônicas e a progressão dos eventos. Esses significados balizam novas leituras nas quais as categorias assumem diferenças em denominadores práticos, processuais, estéticos e dinâmicos.

Movimentos e mobilizações sociais guardam contato na medida em que estabelecem relações intersubjetivas entre os sujeitos, a partir de demandas e experiências (MANEIRO, 2006); em sua configuração como conflito social e projeto cultural diante de adversários (TOURAINÉ, 2009); e como espaços ativos de ideias e ações, onde os afetos são parte da atividade (BRANDÃO, 2004).

Por outro lado, Barker (2014) ao retomar Marx, faz uso de um movimento como um todo constitutivo de ondas, e não de movimentos no plural, designando fragmentações ou variedades. Ao invés de "movimentos sociais", há "movimento social" e este composto de manifestações difusas. Nessa concepção, escapa-se ao conceito de movimentos sociais como entidades isoladas e fatiadas, permitindo também que sua práxis política não fique fracionada.

Essa definição concebe que, quanto maior a diversidade, a heterogeneidade e a variabilidade dos círculos sociais de um movimento, maior sua amplitude em temas, demandas e especificidades de lutas. O que não reduz sua magnitude, ou tampouco o fragiliza. Essa unidade face à diversidade revela camadas sociais e culturais em diferentes tempos a eclodir em diferentes espaços. A riqueza deste formato está no estímulo insercional entre as camadas.

Opta-se aqui pela tomada do conceito de mobilização social, na medida em que este se debruça sobre ondas sociopolíticas dotadas de trajetórias cíclicas e cuja conjuntura se manifesta por mecanismos "espontâneos", horizontalizados e de efemeridade transformadora. E, nessa enseada conceitual, adota-se a perspectiva de entendê-las como círculos sociais heterogêneos, fractais e diversos.

E, operacionalizando mobilizações sociais como categoria, adiciona-se o complemento "em rede" para destacar sua composição. E como Castells (2013) pontua, as mobilizações, ao produzirem valores que por pressão reorganizam a produção da vida social, não o fazem senão em redes, exercendo o contrapoder providas de processos comunicativos autônomos e alternativos.

Primavera Árabe, 15M, Revolução dos Pinguins, Geração à rasca, protestos gregos, *Occupy Wall Street* e as Jornadas de Junho são partícipes dessa constelação mobilizada e reticulada. Estes exemplares não se comportam apenas como casos factuais pontuais, mas sua realização anunciou realidades gestadas no tecido social no qual a política é feita e a esfera pública se arrola, indicando novas alocações dos sujeitos e significados de seus devires e práticas coletivas.

Retomando o quadro da sociedade em rede, complexificada pela tônica das mediações dos meios na contemporaneidade, gestam uma esfera pública hipermidiática ou uma ágora digital cujas tessituras, ações, processos, práticas e códigos se coadunam, produzindo vertentes particulares. Emergem-se novas dinâmicas sociopolíticas, e nelas, novas performances.

A começar das novas dinâmicas, nota-se que, espacialmente, a refletância entre as operações *on-line* e *off-line* complexifica o espaço público e urbano como arena, onde as escalas e territórios em suas fronteiras e divisórias não são limítrofes, mas intercambiantes.

As mobilizações sociais em rede se ativam espacialmente por meio de uma conexão entre a percepção, a agência e a potência per si. Tem-se um perceber-agir-poder híbrido, sob a fecundidade da matriz *on-line* que rompe a oposição

errônea do *off-line* como lugar do real. Espaço como substrato, representação e acontecimento deita sua significação e produção em uma interface *on* e *off*, por meio de uma hibridização.

Atos *on-line* interpolam atos *off-line* e vice-versa, e a natureza do espaço aqui é híbrida, ganhando contornos de rebatimento e reflexos nos pares de operação: o virtual e o atual. Nesse ínterim, escalas são multiescalas e territórios são multiterritórios, provisórios, estratégicos ao sabor e rigor do rompante de protesto e duráveis até que sua nuvem de propagação evanesça.

Temporalmente, verifica-se nas mobilizações a dissolução de trajetórias temporais, marcadas pelo imediato, pelo volátil e pela reformulação contínua do que é produzido e vivido. Não há uma clareza sobre a longevidade dos atos ou sua institucionalização implicando em cristalizações vivificadas temporalmente. A presentificação da ação é sua tônica, uma leitura redentora do(s) passado(s) com um compromisso em potencializar futuros possíveis, por meio da potência do presente (SANTOS, 2018).

A comunicação em rede desenvolve modos de agir movidos por projetos de vida e país combinados, evocando uma tipologia de navegação pela esfera pública e de cidadania por blocos consumíveis, parcelas seletivas de compromisso, relações contextuais e mediadas. Tratam-se de novas performances sociopolíticas.

As ações *on-line* e a *off-line* são imbricadas no contexto das mobilizações em perspectiva; virtualidade, fragmentação e ocupação se inter-relacionam para produzir ações, discursos, imaginários e realocações do entendimento sobre a substância da participação social. Tratam-se de performances híbridas.

Essas performances, isto é, exercícios de agência e potência dos sujeitos no espaço público são parte da liturgia de procedência da política, produzida em seu lugar oficioso de processamento, mas presente na produção do cotidiano, corriqueiro e regular. Na performance, o sujeito postula sua individuação e detona sua condição como movimento, colocando-se em sentido de engajamento.

Os adjetivos "novas", "sociopolíticas" e "híbridas" estão inter-relacionados na medida em que são caminhos de análise aqui empreendidos e indicativos de uma condição factual, espaçotemporal e objeto de debruçamento - necessário, diga-se. Ora, se já é parte do condão da mobilização dos sujeitos colocarem seus corpos em uma sinergia criadora, uma coreografia, chama-se a atenção aqui para o caráter mais novo dessa condição.

Por performances, entendem-se o posicionamento dos corpos dos sujeitos diante do diapasão da manifestação sociopolítica. Os corpos se mobilizam de modo conotativo, na medida em que representam as condições de existência e produção da vida, mas denotativo, como corpos à baila na interrupção de fluxos (das ruas, mas das narrativas), delineando performances, um conjunto imagético-coreográfico de movimentos compreendidos sensorial, cognitiva e politicamente.

O conceito de performance, derivado das artes e das linguagens (MEDEIROS, 2014; PROVASI, 2016), é utilizado aqui como um conceito em que exercícios de *aisthesis* (a imagem, o sensível, o provocativo) e *poiesis* (criação, produção, significação) são conjugadores ou detonadores de ações criativas de manifestação sociopolítica em espaços e tempos reelaborados.

Em adendo, a performance não é ficção ou mera representação, como destaca Medeiros (2014), mas ela é presentificadora, torna presente o real que não se reduz às representações. Desse modo, o caráter híbrido e sociopolítico das mobilizações em rede e que evidenciaram essas novas performances, sinaliza um cabedal de dados que carecem de investigação sobre sua concepção, produção, processo, prática, imagem e efeitos.

A performance opera com a efemeridade, tendo o tempo por elemento estético (MEDEIROS, 2014; PROVASI, 2016). E o espaço é seu esteio, já que os ordenamentos, configurações e fluxos habituais ditados pelo ritmo da cotidianidade são esteios para seu detonamento e acontecimento visível, reativo. Nesse conjunto, duas outras possibilidades são abertas, a partir das mobilizações sociais em rede.

A diversidade de demandas, origens e cenários geram ativações territoriais de coalizão e que, marcadas por um episódio de aliança por um rompante de luta e contrapoder, perecem após o evento de detonação e continuam ressoando em suas origens ou em construções coletivas herdeiras. O conceito de territorialidades é acrescido aqui de um predicado: episódicas.

Essas territorialidades episódicas expõem uma multiplicidade de atores e agendas, remontando a uma diversidade identitária que, sob confluência do espaço em rede estabelecido e do valor do episódio, não se misturam, mas flutuam conservando sua própria tessitura coadunada em unidade na diversidade. Trata-se de um suspiro no jogo das identidades definido por Hall (2006): são identidades flutuantes.

As performances sociopolíticas híbridas fomentam enunciações estéticas em torno do discurso, da prática e do fazer sociopolítico. Logo, a volatilidade, a efervescência, a virtualização, a (des)fragmentação se tornam substâncias simbólicas visíveis e invisíveis de uma roupagem de existência, agência e mobilização.

Rancière (2009a), ao definir práticas estéticas, destaca que a política e sua feitura incidem sobre o que se vê e diz sobre as propriedades dos espaços e as possibilidades do tempo. Essa sensibilização é partilhada. São instrumentos de reflexão e os sentidos são componentes geradores de movimentos. Isso leva ao entendimento de que o estético é força produtiva da ação e da política, exercendo um papel de objeto e de ação.

Há nos sujeitos um impulso de criar mecanismos poéticos para dar sentido aos eventos cotidianos, onde a falta ou a insuficiência de conexões lógicas são aplacadas por meio de conexões metafóricas (CARTER, 1992). A conexão do indivíduo consigo no processo de individuação e do sujeito em sua expressão inclinada à ação é construída sobre a imanência da linguagem, da comunicação e do que é simbólico.

A comunicação é decisiva para a ação, já que catalisa as protuberâncias da realidade que constroem a existência de sujeitos e grupos, seus modos e projetos de vida. Desse modo, trata-se não apenas de um ferramental de linguagem básica, mas de fluxos interpenetrantes e de roupagens específicas para o levante, a insurreição e a manufatura da trajetória a que a formação de um sujeito supõe.

A insurreição é, de fato, um acontecimento factual e localizado no tempo e no espaço. Contudo, não pode ser definida - mesmo em suas formas mais abrasivas, efervescentes e efêmeras - como uma causalidade ou sucessão simples de fatores que condicionam uma mobilização e acondicionam um afeto insurgente (SILVA; MARTINS, 2018).

Parece uma visão utilitarista e imediatista considerar as mobilizações como localizadas estritamente, uma vez que reverberações anteriores e posteriores lhe são características fundantes (MARTIN-BARBERO, 2001). E, desse modo, a qualidade processual é um destaque dos atos, lutas e mobilizações. O conteúdo insurgente pode ser fugidio, mas revela profundezas dos significados intrincados e transformadores que motivam a mobilização e os sentidos da luta.

E no processo de luta são próprias as flexões e recombinações que a própria luta evoca e provoca. Experiências integradoras, apropriações criativas e elucubrações linguísticas são aspectos participantes do significado significativo de mobilizar-se. Tais aspectos derivam em última instância da diversidade e multiplicidade de atores que esses processos abarcam (SILVA; MARTINS, 2018).

Espaço é essencialmente *poiesis*, condição de (re)criação e (re)invenção subjetiva e intersubjetiva (FLÁVIO, 2020). Ou como destaca Lefebvre (2013), o espaço - e, portanto, este em que se processam as mobilizações - é local em que simbolismos, imaginações, percepções do mundo são fixados e se tornam, portanto, espaciais. As novas estéticas fixam os sujeitos, seus signos de luta e sua própria performance ao espaço, tornando-os uma poética reinventada da rede.

A partir de tais estéticas, redefinições discursivas e conceituais ressignificam a prática e os sentidos da emergência do sujeito e da extensão de sua mobilização. Terminologias, evocações e interceptações da hegemonia simbólica são parte de um repertório diversificado de ação. Discursos e disputas reivindicatórias encontram valor também em *hashtags*, memes, *gifs*, remix de imagens, cartazes e palavras de ordem.

Assim, esta tese perpassa o argumento da aproximação e do exame de mobilizações em rede e suas tessituras (dinâmicas, reprodução, performances, estéticas e gramáticas), empreendendo uma compreensão sobre constituições, representações e significados que se imiscuem e produzem a realidade, lançando lume sobre outras faces da participação social e a exigência de entendimento de sua atualidade.

A pesquisa aqui desenvolvida é uma continuidade do estudo "*#vemprarua: territorialidades de insurgência e ativismos on-line/off-line nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil*"¹⁵, que debruçou-se sobre as propriedades e dinâmicas socioespaciais do evento brasileiro em questão. A partir dos achados, indagou-se o fenômeno em sua emergência, ativações e performances.

Interessou a esta pesquisa, então, tomar o caso brasileiro para exame. As Jornadas de Junho, nomenclatura que compreende as manifestações em série que ocuparam o país em junho de 2013, tomaram de sobressalto os acontecimentos

¹⁵A pesquisa foi conduzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), nível mestrado, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) entre 2015 e 2017. Consultar Santos (2017).

sociais, políticos e acadêmicos vigentes pela natureza de sua ocorrência e pelas tentativas de cobertura e contenção de seus significados.

Na trajetória das mobilizações em rede pelo Norte da África e Oriente Médio, Europa, América do Norte e América do Sul, tratar o exemplar brasileiro permite uma leitura do fenômeno em solo doméstico, produzindo literatura sobre a conjuntura de que se participa e vive como cidadão e pesquisador. Acompanhar os arcos, nós, fluxos e tramas das redes que se fazem e desfazem no contexto do país faz-se oportuno ao posicionar enfoques teórico-metodológicos para outros territórios e torná-los territórios de produção e difusão do conhecimento, para além da colonialidade epistemológica.

Há, no feitiço desse trabalho, inquietações que adensam seu argumento: o tratamento limítrofe do tema e o reduto comum de discussão de manifestações e eventos-fenômeno como as mobilizações sociais em rede aqui exemplificadas - especialmente o caso brasileiro. Essas inquietações acabam por se manifestar como lacunas a serem exploradas ao longo dos postulados desta tese em seus capítulos.

O caráter impermanente, sem filiação à tradição do que se concebe por movimento social, a desconfiança da governança, o temor do capital e, principalmente devido à visão utilitarista da ação sociopolítica, insufla-se descrédito. Novamente, esquemas utilitaristas de conceber a ação social e política podem dificultar a apreensão de seus significados sobre a materialidade da vida ou em níveis submersos de produção popular sociopolítica.

A visão cristalizante destes processos sociais sob um argumento de pretensa abertura do conhecimento torna seu tratamento limitado, já que restringe os pontos de vista para acompanhar a variabilidade e pluralidade do acontecer social. O caráter utópico que a narrativa sociotécnica costuma demonstrar também é um obstáculo interpretativo em algumas concepções, assim como seu caráter (polemicamente) novo.

Os cenários, supracitados e que encadeiam os postulados desta tese, lidam com terrenos movediços, como o esvaimento dos tempos e espaços. Suspeitas sobre o impermanente e que pretendem percursos à guisa de outros pensamentos, acabam sendo taxados argumentativamente de evasivos ou descomprometidos com os cânones. Contudo, o ensejo é promover outros debates, não prescindindo da conjuntura que os precede.

Há ainda outras inquietações como o furto dóxico dos movimentos e das redes, intensificadas por uma carga passional e ideológica. Por certo que lutas e mobilizações trafegam por searas político-ideológicas. As mobilizações em rede, já em suspeita por sua constituição e pela forma como são narradas, são tratadas como ditames explicativos para conjunturas políticas recentes, das quais se tem pouca discussão e dados¹⁶.

A posição que se assume, portanto, é a investigação dos objetos postulados e seu eixo de dinâmicas: as performances (sociopolíticas e híbridas), estéticas e gramáticas dos sujeitos das mobilizações em rede, arregimentadas por práticas e processos comunicacionais; tendo o desenvolvimento como uma construção multi e pluriescalar, polissêmica e em disputa contínua.

Portanto, interessa-se aqui pela constituição de sujeitos, espacialidades e temporalidades dos movimentos em rede, a partir de insumos comunicacionais no trânsito epistemológico que entrecruza, flui e irriga o objeto de estudo.

A respeito dessas inquietações, delinea-se a temática deste trabalho e seu recorte. Esta tese se estabelece a partir de um estudo de caso sobre as Jornadas de Junho, exemplar brasileiro entre as mobilizações sociais em rede da última década. Do exemplar, perpassando diálogos que atravessam a interdisciplinaridade de estudos sociais, da espacialidade, da comunicação e do(s) desenvolvimento(s)

A tese aqui defendida é a de que em um esteio ambientado pela comunicação em rede, os sujeitos têm desenvolvido novas performances sociopolíticas entre a mobilização e a participação cidadã. E essas performances derivam da produção de espaços e dinâmicas insurgentes e cidadinas, de modo que a agência e a potência dos sujeitos são um produto híbrido entre a espacialidade, a mediação tecnológica e a cidadinidade.

A proposta investiga a estética e a gramática de mobilizações sociais em rede. Interessa analisar suas dinâmicas de produção, ativação e reprodução, tendo

¹⁶Sem reflexão ciosa, as mobilizações em rede são justificadas - por seu caráter tecnológico e de novidade - como causas da conjuntura política da ascensão de espectros governamentais de direita e de pensamentos conservadores. As Jornadas de Junho são frequentemente utilizadas como argumento opinativo do contexto que explicaria a deposição via *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016 e o caráter discursivo-ideológico do fortalecimento de partidos e movimentos caracterizados como direitistas, bem como da eleição de Jair Bolsonaro à presidência. Todavia, embora esta tese perpassasse esses campos, seu núcleo se dirige à constituição da mobilização social especificamente.

por perspectiva a produção de espaços insurgentes e tempos dissolvidos na refletância *on-line* e *off-line*. É parte do estudo ainda a contribuição das práticas e processos da comunicação em rede e como esta baliza a participação social e produz tessituras de desenvolvimento(s).

Uma nova performance sociopolítica emerge, a partir da ambiência midiática em rede e das relações espaciais a ela atreladas, e essa performance é marcada por um caráter híbrido e hibridizante. Estéticas, gramáticas e práticas particulares despontam do exercício dessa performance reticulada, alterando convenções sobre a noção de espacialidades e temporalidades na mobilização social, insurgente e popular.

A atividade social na mobilização social em rede se desenvolve em torno de objetos e objeções por meio da formação de territorialidades episódicas - cuja temporalidade é efêmera e cambiante -, articuladas por identidades flutuantes - que resistem, projetam e se coletivizam diante do episódio, não exigindo uma fórmula em que persistam coadunadas para que atinjam seu efeito.

Algumas questões se levantam: qual é o papel da comunicação em rede na ativação e (re)produção de mobilizações sociais em rede e em junho de 2013? Como as performances dos sujeitos em rede constituem novas dinâmicas de insurgência mobilizada e de cidadania no movimento? Que tipo de alterações podem ser observadas na agência, potência e performance dos sujeitos e na conjuntura de suas mobilizações?

A comunicação em rede gera transformações na forma de organização e operação das mobilizações sociais contemporâneas? Investiga-se assim, como a produção de espaços e dinâmicas insurgentes em rede - à luz do caso das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil - têm produzido novas práticas, estéticas e gramáticas de participação sociopolítica.

Reflete-se aqui que a comunicação em rede produz ambiências e dinâmicas socioespaciais modificadoras da substância das relações entre cidadania, espaço e participação social. Há uma vivência renovada do espaço que abarca a inseparabilidade das dimensões *on* e *off-line* e tal vivência implica na complexificação de dinâmicas, usos e objetos socioespaciais.

Assim, o objetivo desta tese é analisar a produção dos espaços e dinâmicas de insurgência das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, considerando sua inter-

relação com a produção de novas práticas, estéticas e gramáticas cidadinas. Constituem os objetivos específicos:

- Verificar as práticas e processos em rede deflagradores da mobilização, a fim de mapear as especificidades de seus espaços e fluxos.
- Refletir o papel e o potencial da comunicação em rede na ativação e (re)produção de mobilizações em rede e do desenho contemporâneo de práticas cidadinas.
- Discutir a relação entre a forma, o conteúdo e as demandas do movimento, considerando as práticas comunicacionais e de participação social.
- Relacionar a produção de espaços e dinâmicas insurgentes a novos desenhos de performances, práticas e processos cidadinos.

O desenho do estudo opera com as categorias mobilização social, estendendo a reflexão sobre movimentos sociais e insurgência; comunicação, e nela, a comunicação em rede; espaço e tempo, discutindo os conceitos de territorialidades e dimensões *on* e *off-line*; e participação social, aproximando das discussões cidadinas e de emergência dos sujeitos.

O arranjo no qual o processo de constituição de sujeitos se desenvolve desemboca em ações coletivizadas, quer movimentos sociais, mobilizações, redes ou articulações comunitárias diversas (GOHN, 2010). Dispostas sobre o tecido social, essas manifestações da ação incidem sobre a estrutura complexa da sociedade, ora reclamando reconhecimento, ora (re)distribuição, ora ambivalências, ora querelas mais complexas.

Convém ressaltar que toda essa multiplicidade de ações e tipificações de mobilizações, resguardadas as riquezas dinâmicas e históricas de cada uma, contribui para o desenvolvimento das sociedades no tempo e no espaço. As mobilizações em sua diversidade possuem um caráter educativo, capaz de introjetar novidade, vigor e inovação no espaço público, fortalecendo a cultura política e transformando realidades contextuais (GOHN, 2010).

Isso se explica pela coletivização do sujeito que não é um princípio cosmogônico e de epifania do *self*, mas uma modulação que se constrói na

experiência social que é tão subjetivo quanto racional e instrumental (TOURAINÉ, 2009). Portanto, a existência do sujeito está condicionada à contestação da ordem vigente ou na busca de integração. As manifestações de que ele participa, conseqüentemente, se formam e evoluem em sinergia à essa perspectiva.

A variabilidade de tipologias, temáticas e demandas são reflexos, projetos e documentos de sua conjuntura sócio-histórica, da qual poderá ser apartada. Disso advém as mudanças do tratamento dos movimentos sociais na contemporaneidade, considerando o passado de seu surgimento. Esse processo exige o trabalho de atenção à tradição, às lacunas e os contextos.

O indivíduo como o sujeito e sua potência-agência ainda requerem análises que os qualifiquem, tipifiquem, apreendam, destrinchem suas metamorfoses, situem seu papel e relação com o Estado e outros agentes, os novos instrumentais e tecnologias sociopolíticas, e se debruçam sobre a dimensão lacunar entre o dito e o não dito sobre sua existência (GOHN, 2010).

Destarte as possibilidades tão variadas quanto diversificadas, permanece a essência de agências e potências com identidade(s), forças de oposição e articulações em projetos de vida e sociedade. Sua característica por vezes instável e volátil fornece organização e conscientização à sociedade, com proventos de desenvolvimento, guardando permanências e continuidades metabolizadas.

Esta tese procura suspender parte das brumas que repousam sobre a temática, contribuindo com a compreensão dos significados da ação sociopolítica e sua relação de intimidade com o espaço, deflagrando redes e práticas comunicativas que remontam a cenários fugidios da contemporaneidade.

Metodologicamente, desenvolve-se um estudo de caso das Jornadas de Junho, tendo por recorte temático a constituição dos atos, seus processos, práticas, mensagens, produção e difusão, o que caracteriza a tipologia de mobilização social em rede, excluindo o possível esforço em fornecer explicações ou buscar significados dos atos aos cenários políticos do Brasil no decurso dos anos subsequentes.

A opção pelo estudo de caso está em sua característica metodológica de examinar exaustivamente fatos, contextos, situações e objetos, na busca de uma investigação mais adensada (FIGUEIREDO; SOUZA, 2011). Como as fronteiras entre o fenômeno e seu contexto se imbricam ou a ela falta clareza, necessita-se

promover uma inquirição empírica, investigando por meio do sistema particularização, descrição, explicação e indução (DUARTE, 2015).

O recorte temporal compreende as ocorrências de manifestações apuradas entre 17 e 30 de junho de 2013, período que concentrou os atos denominados de Jornadas de Junho, para a separação de outros desdobramentos fortuitos de cooptação da produção sociopolítica do evento, com uma série de outros grupos, agendas e ideais dissonantes aos rompantes iniciais.

O recorte espacial compreende o território nacional, uma vez que os atos ocorreram de modo multiescalar em 538 municípios - de pequeno, médio e grande porte - dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. Concebe-se a dimensão espacial *on-line* também, considerando as ambiências digitais como lócus de operações (SANTOS, 2020a).

Como aporte ao estudo de caso, fontes documentais são adotadas com a mídia impressa, compreendendo a narrativa apurada e institucionalizada; a rede social Twitter, destacando a narrativa em tempo real; e o mapeamento do movimento e suas redes, por meio de uma cartografia analítica, desenvolvida a partir dos dados da cobertura da imprensa.

A análise documental é entendida simultaneamente como método, uma vez que permite o ajustamento de angulações de investigação, e como técnica, já que se constitui como ferramenta de suporte suplementar e complementar à pesquisa (MOREIRA, 2015). Seu usufruto fornece subsídios para que os documentos se tornem trilhas investigativas e elucidativas sobre o fenômeno em análise.

Os dados de mídia impressa são oriundos dos três jornais de maior circulação no período de realização dos atos, 2013, conforme apuração do Instituto Verificador da Comunicação (IVC), vinculado à Associação Nacional de Jornais (ANJ), analisando, portanto, os jornais Folha de S. Paulo, O Globo e Estadão. O acesso ao acervo dos veículos se deu por meio de seus repositórios digitais¹⁷ em buscas orgânicas e filtros por período.

Por meio do conteúdo noticioso, procurou-se investigar a linha narrativa de acontecimentos e controvérsias para a caracterização dos atos, exame de sua constituição e obtenção de dados que auxiliam na composição de um panorama

¹⁷Os repositórios digitais consultados foram o Acervo Folha (<https://acervo.folha.com.br/>), o Acervo Estadão (<https://acervo.estadao.com.br>) e o Acervo Digital - Jornal O Globo (<https://acervo.oglobo.globo.com>).

investigativo. O veículo impresso por sua característica midiática de apuração diária e que é sobreposta pela narrativa do dia seguinte, torna-se fonte episódica privilegiada para o exame da narrativa em progressão.

Para tanto, abordar o critério de maior circulação implica também em uma maior distribuição de informação e alcance nacional, o que inclui potencial de cobertura jornalístico-territorial. As mensagens e a construção factual dos atos podem, então, ser depurados em sua envergadura diária, fornecendo a construção dia a dia do fenômeno-fato. Isto permitiu à pesquisa um exame cioso das mensagens, emissores, códigos e receptores com progressão temporal e situacional.

Os dados de ranqueamento dos periódicos foram concedidos em consulta ao IVC/ANJ, por meio de carta, solicitando o acesso para fins de pesquisa. A solicitação enunciou o desenho do estudo e apontou o período de interesse dos dados (2013). Convém esclarecer que os dados obtidos e fornecidos pelo instituto se referem à circulação dos jornais. Diferentemente da tiragem - número bruto de exemplares de jornais impressos de uma edição -, a circulação representa o quantitativo de exemplares que chegam às mãos dos leitores - sejam assinantes, por venda avulsa ou distribuição direcionada.

Obteve-se, portanto, uma tabela formal do ranqueamento de circulação do período de 2013 que aponta os veículos supracitados como representativos da maior circulação. O *corpus* do estudo remonta a um quantitativo que permite variabilidade de leitura e difusão de narrativas, oriundas de grupos diversificados de mídia, permitindo certa separação e pluralidade de cobertura.

Foram catalogadas 309 páginas, de acordo com os critérios fixados. Da Folha de S. Paulo, 80 páginas de cobertura foram obtidas. Do Estadão, reuniu-se 124 páginas para a catalogação. E, de O Globo, por sua vez, obteve-se o número de 125 páginas. Catalogados, os textos foram submetidos para a fase de análise de dados e inferências.

Os *tweets* foram obtidos por meio da ferramenta de busca avançada¹⁸ com os critérios: publicados entre 17 a 30 de junho de 2013 e indexados sob as *hashtags* #protestosbr, #vemprarua e #ogiganteacordou. Após a filtragem dos dados, o

¹⁸Conforme ferramenta aberta: <https://twitter.com/search-advanced>.

material foi selecionado conforme o escopo do trabalho, catalogado e disposto como *corpus* para seu manejo.

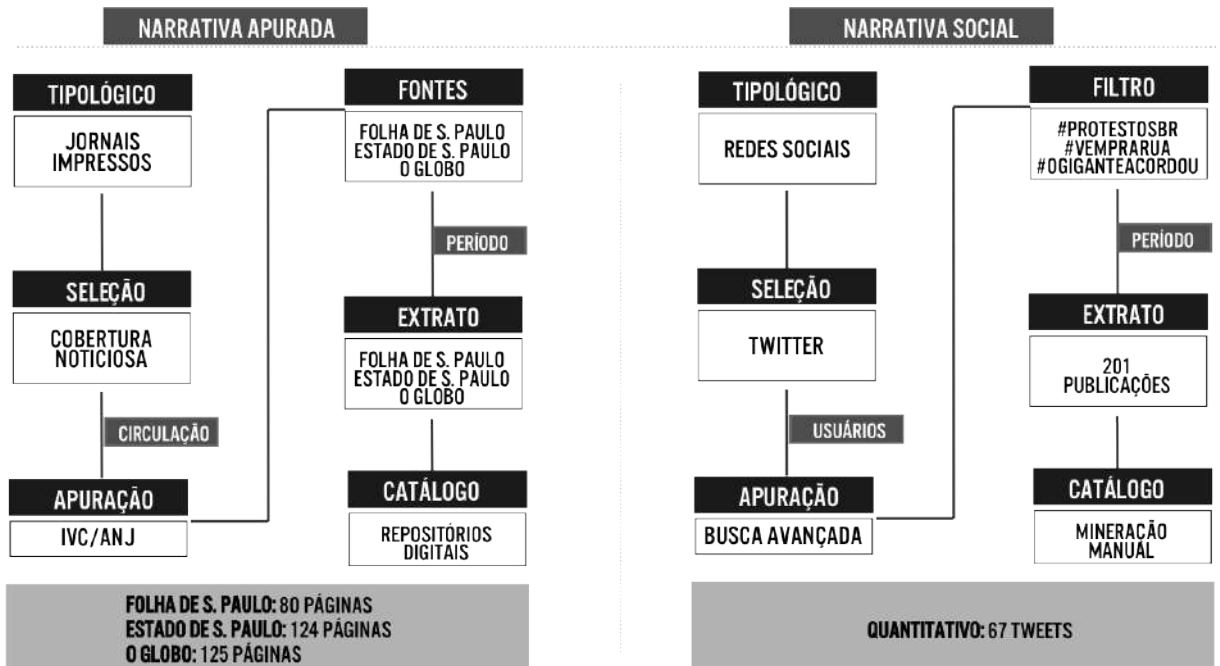
Definiu-se como critério para a composição do *corpus* de *tweets*, publicações representativas que expressassem teor de mobilização, engajamento e posicionamento, considerando o decurso dos atos. Excluíram-se publicações que denotassem ofensas ou discussões personificadas a figuras públicas, sem relação direta com as mobilizações. Selecionou-se, portanto 201 *tweets*, cuja análise possibilitou o exame de 67 deles.

Propor investigações por meio de redes sociais *on-line* permite um trajeto empírico sob o frescor de novas ambiências e arenas de relações e interações humanas. O Twitter, por sua vez, permite a construção e o exame de narrativas em tempo real e, ao contrário dos veículos impressos, podem ser produzidos sob demanda e um *continuum* sem travas temporais de preparação e edição, isto é, refletem uma intencionalidade espontânea e expressiva (GERBAUDO, 2012).

Os dados oriundos dos jornais e do Twitter foram submetidos à técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2007). A técnica prevê a análise da significação produzida entre locutores, mensagens e interlocutores, fornecendo luzes contextuais pertinentes para a compreensão adensada de panoramas maiores, desvelando realidades *a priori* para além da superfície textual.

Na análise de conteúdo, as camadas encadeadas dos textos e seu desvelamento são o foco de interesse (SILVA; MENDES, 2013; MOREIRA, 2015). Portanto, parte-se da dinâmica de autores, textos, sentidos, códigos e receptores em que: os sentidos pretendidos por seus autores podem ser diferentes ou o mesmo quando percebidos pelos seus receptores, ou os receptores poderão perceber diferentes sentidos para um mesmo texto, e ainda, um texto pode expressar sentidos dos quais seu autor não tenha consciência.

Optou-se pela perspectiva representacional da análise de conteúdo, partindo do pressuposto de que a linguagem representa e reflete os falantes. O conteúdo documental, selecionado conforme os critérios estipulados, foi catalogado, separado em unidades de análise e contexto, categorizado, descrito e interpretado para o aproveitamento da organização da tese em suas partes e capítulos.



Fonte: Autoria própria.

A preparação de informações selecionou e catalogou as fontes (reportagens e *tweets*) conforme critérios e recortes definidos (figura 1). A análise de dados se deu então por meio de quatro etapas subsequentes (quadro 1). Definiu-se, então, as unidades de análise e de contexto, agrupando os dados representativamente. A seguir, partiu-se da definição de categorias que promovessem uma síntese que comunicasse o teor dos dados. Passou-se à descrição e o esmiuçamento de seus significados adensados para que, na interpretação, um movimento de construção, desconstrução e exposição discursiva fosse possível.

Quadro 1 - Etapas da análise de conteúdo empregada no exame das notícias e *tweets* catalogados

PREPARAÇÃO	Leitura minuciosa dos materiais interpolando-os ao objeto de estudo e os objetivos do trabalho, por meio de codificações que facilitem o tratamento dos dados a serem examinados
UNITARIZAÇÃO	Codificação e fragmentação dos dados, considerando seu conteúdo e significado em unidades de análise , e ainda, considerando o cenário do qual fazem parte em unidades de contexto , para facilitar seu agrupamento analítico
CATEGORIZAÇÃO	Separação dos dados unitarizados e em categorias, por meio de critérios emergentes na feitura da análise e com base no escopo do trabalho, no intuito de fornecer panoramas adensados e homogêneos para análises e interpretações
DESCRIÇÃO	Produção de sínteses exploratória das tramas de significados e conteúdos, recorrendo às narrativas e tessituras sintático-semânticas,

	bem como significados implícitos e referenciais, citando-os e reclamando-os ao trâmite de análise
INTERPRETAÇÃO	Exploração dos significados superficiais, latentes e patentes para que as profundezas entre significante e significado, permitindo à guisa do objeto e do encadeamento do trabalho, forneça um roteiro operatório de discussão

Fonte: Adaptado de Bardin (2007).

A cartografia foi operacionalizada por meio dos dados obtidos junto aos veículos de imprensa selecionados¹⁹. Considerou-se a cobertura feita pelos meios em múltiplas escalas, com base nos recortes temporais e espaciais. Desenvolveu-se, assim, mapas de concentração, fluxo e distribuição dos atos para sua análise e elucidação por meio do uso do ArcGis (10.6).

É clara, no encadeamento apresentado, sua filiação comunicacional cuja pujança é interdisciplinar. A interdisciplinaridade é inegavelmente salutar na oferta de inferências e achados em diversos campos do conhecimento. Todavia, sua autoconsciência sobre sua peculiaridade, variabilidade e riscos inerentes é uma característica confessa nesta produção. Dada a particularidade do fenômeno aqui tratado e seus recortes, caminhou-se por meio destas escolhas metodológicas complementares e suplementares para a tese ora sustentada.

A tese está organizada em duas partes. A Parte I, "Dos espaços insurgentes", com enfoque sobre a dimensão espacial constitutiva das mobilizações, além de suas práticas, estéticas e gramáticas, é composta por três capítulos. Por sua vez, a Parte II, intitulada "Das performances sociopolíticas", ocupa-se das temporalidades, das flexões *on* e *off-line*, das performances híbridas e da cidadinidade, apresentando três capítulos.

Na primeira parte, o capítulo 1 "A mobilização no espaço e o espaço de mobilização: dinâmicas socioespaciais de insurgência" discute a emergência do sujeito nas mobilizações sociais contemporâneas, associando-as à trajetória de movimentos sociais. Analisa-se ainda a indissociabilidade e a substância do espaço na insurgência, bem como se examina a geração de dinâmicas de participação social.

No capítulo 2, "Na rua, entre *hashtags*: o acontecer de junho de 2013", retoma-se o caso estudado, analisando-se suas dinâmicas de ativação e

¹⁹Incluiu-se para este fim os dados de cobertura do portal G1 (2013) pela amplitude de dados reunidos em um especial analítico: <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>.

reprodução. Enquanto o capítulo 3, "Dinâmicas de (re)produção de junho: imagens e performances", evocam-se as estéticas, gramáticas e práticas evocadas no movimento são discutidas com o aporte do conteúdo noticioso para balizar a discussão e cartografia para visualização da reprodução do evento.

A segunda parte inicia com o quarto capítulo, intitulado "Na inflexão do *on/off*: performances híbridas e hibridizantes de participação social". Discute-se os processos de mediação, midiatização e da ambiência do *on* e do *off*. Apresentação da discussão dos termos de performances híbridas e hibridizantes.

"Tempos dissolvidos, ação reticulada: dinâmicas episódicas e flutuantes" é o título do quinto capítulo que discute a dimensão da rede, apresentando os termos de territorialidades episódicas, tempos dissolvidos e identidades flutuantes.

O sexto último capítulo "As ruas como telas do devir: participação social, imaginários políticos e alocações dos sujeitos" em que se associa às performances sociopolíticas, da comunicação em rede e os espaços de insurgência com a participação social e cidadinidade. Analisa-se como esse prospecto cria não apenas práticas factuais, mas imaginários sociopolíticos que provocam novas alocações dos sujeitos sociais e novas espacialidades. As considerações finais realizam o desfecho conclusivo da tese.



PARTE I

DOS ESPAÇOS INSURGENTES

PARTE I - DOS ESPAÇOS INSURGENTES

HAMLET - Ser ou não ser, eis a questão.
 Será mais nobre sofrer na alma
 Pedradas e flechadas do destino feroz
 Ou pegar em armas contra o mar de angústias
 E, combatendo-o, dar-lhe fim?
 Morrer; dormir;
 Só isso. E com o sono - dizem - extinguir
 Dores do coração e as mil mazelas naturais
 A que a carne é sujeita; eis uma consumação
 Ardentemente desejável. Morrer, dormir...
 Dormir! Talvez sonhar. Aí está o obstáculo!
 Os sonhos que hão de vir no sono da morte
 Quando tivermos escapado ao tumulto vital
 Nos obrigam a hesitar: e é essa reflexão
 Que dá à desventura uma vida tão longa.
 Pois quem suportaria o açoite
 e os insultos do mundo,
 A afronta do opressor, o desdém do orgulhoso,
 As pontadas do amor humilhado,
 as delongas da lei,
 A prepotência do mando, e o achincalhe
 Que o mérito paciente recebe dos inúteis,
 Podendo, ele próprio, encontrar seu repouso
 Com um simples punhal?
 Quem agüentaria fardos,
 Gemendo e suando numa vida servil,
 Senão, porque o terror de alguma
 coisa após a morte -
 O país não descoberto, de cujos confins
 Jamais voltou nenhum viajante
 nos confunde a vontade,
 Nos faz preferir e suportar males que já temos,
 A fugirmos para outros que desconhecemos?
 E assim a reflexão faz todos nós covardes.
 E assim o matiz natural da decisão
 Se transforma no doentio pálido do pensamento.
 E empreitadas de vigor e coragem,
 Refletidas demais, saem de seu caminho,
 Perdem o nome de ação (SHAKESPEARE,
 1997, p. 87).

Na tragédia shakespeareana de Hamlet, o príncipe da Dinamarca - filho do rei homônimo - se vê em um dilema clássico sobre sua conduta e devir. A peça relata que seu pai fora assassinado por seu próprio irmão, Cláudio, sucessor imediato ao trono. O rei Hamlet é assassinado por envenenamento e, o agora Rei Cláudio, além de usurpar a posição, casa-se com a viúva, continuando sua escalada de poder.

O contexto dinamarquês não era favorável. Dissidências com a vizinha Noruega atemorizavam o reino, já que havia um estado de alerta, considerando uma alardeada futura invasão. E a corrupção endêmica pairava no ar, gerando uma nuvem de suspeitas entre súditos e a realeza. Algo errado podia ser percebido, ainda que oficiosamente encoberto. As aparências públicas diziam algo, mesmo sem nada dizer.

Decorrida a subida do Rei Cláudio ao poder e o luto, a vida se restabelece para o Príncipe Hamlet. Sua mãe, no intento de lhe oferecer um estímulo, convoca antigos amigos da época de escola para o animarem, o que tem um bom resultado, fazendo com que superasse o traumático evento recente. Ele sempre fora bem querido pela sociedade. As páginas da peça demonstram que o povo o via como um rapaz bem intencionado, íntegro e de futuro promissor.

A bonança se desfaz quando uma figura fantasmagórica passa a assombrar repentinamente os arredores do Castelo de Elsinore, morada da família real e núcleo de poder do reino. Um dos sentinelas da guarda real e amigo do príncipe, Horácio, percebe que o fantasma se assemelha estranhamente ao falecido rei, decidindo chamar o amigo para que acompanhasse aquele fenômeno.

Ao averiguar a situação e deparar-se com a entidade de feições idênticas ao finado pai, Hamlet recebe dela uma revelação: o relato da traição do Rei Cláudio, do fatídico assassinato e um pedido de vingança. Sentimentos diversos se apoderaram do jovem. Inicialmente, o choque pelos atos violentos e perversos do tio, do qual ele já nutria reservas por seu comportamento escuso.

Mas Hamlet se acomete de uma tristeza profunda e seu primeiro pensamento foi ceder à melancolia e tirar a própria vida. O príncipe então reflete e considera imoral tal ato, decidindo que a conjuntura exigia dele uma posição. Catatônico, o jovem começa a perceber nuances de corrupção pelo reino e até planos conspiratórios de seu assassinato, como medida de manutenção do projeto de poder.

Hamlet passa a perceber as tramas de manipulação da corte e se surpreende ao constatar que até a própria mãe o manipulava diante dos acontecimentos monárquicos. Na sequência de eventos, é nesse momento em que a clássica cena reproduzida no imaginário popular de Hamlet segurando um crânio ocorre. Ele empunha a caveira de um antigo bobo da corte morto há algum tempo, refletindo sobre os dilemas que o atravessavam.

O bobo da corte que provia narrativas benfazejas e de contentamento, mas mesmo assim pereceu, pode ter sido a reflexão do príncipe sobre sua própria condição, pertencendo ao seio do poder, diante de uma questão pessoal e de um projeto escuso interveniente sobre todo o povo. Estaria ele talvez reprisando o papel do bobo da corte? O perecimento seria seu destino?

A célebre indagação "Ser ou não ser, eis a questão" desliza então sobre a história. Trata-se de um dilema do ser. A epifania fantasmagórica mesmo evanescida, ainda o assustava a moral. O drama da consciência o aflige porque a vingança da morte do pai abriga um sentimento por demais personalista e que colocaria um preço sobre a ordem social e um pretense bem maior.

A frase é fortuitamente utilizada como um jargão filosófico. E não sem justificativa. Shakespeare produz um efeito extralinguístico ao atrelar o verbo ser à história e ao questionamento íntimo do personagem. Não se trata só de ser ou não ser, mas implica-se potência: poder ou não poder ser. E ainda, descola-se agência: agir ou não agir.

A reflexão de Hamlet é que, antes de ser provido do conhecimento dos acontecimentos que culminaram na tragédia, ele não poderia "ser" e nem mesmo percebia a possibilidade dessa essência. Entretanto, quando uma verdade fantasmagórica o perturba, tal possibilidade é ativada, e ele não apenas desenvolve a consciência de um "poder", mas de um "agir", e essa é a consistência deste "ser". Ele escolhe "ser".

O trânsito reflexivo não se estabelece sem dores que remontam ao passado, afligem o presente e torna ansiosa a imagem do futuro. O herói da peça percebe que seu estilo de vida, acostumado com os fluxos regulares de produção da rotina e a quotidianidade em torrente, o tornou alienado às tramas de sua própria realidade; isto é, a conjuntura não lhe era mais favorável, não era mais possível aceitar de modo passivo as ocorrências.

Entretanto, o oculto que assume as feições de um passado confortável - o fantasma com as feições do pai e dotado de informações diacrônicas - insere nele o germe de que, no pleito de tomar partido pela vingança do pai, movido por uma história e um assunto pessoal, torna-se assunto coletivo, já que seu projeto de vida se vê, em uma escala maior, atrelado aos projetos do povo governado pelo rei que personificava atos corruptos e perpetrava violências.

A partir deste exame que liberta a consciência do "ser" ante o "não ser", Hamlet se vê em uma posição renovada em que suas ações precisam se apossar da constituição desse "ser" que passa a ser novo, uma vez que não é mais plasmado pelos centros de poder e o ordenamento da vida de sempre. Agora, aturdido pelo dilema e com uma nova essência acionada, ele se vê imbuído do plano prático de vingança e questionamento do Rei Cláudio e daquele sistema sociopolítico, mas integrado no plano da livre produção de si mesmo.

A declaração de Hamlet é elucidativa:

HAMLET - Ser ou não ser, eis a questão.
 Será mais nobre sofrer na alma
 Pedradas e flechadas do destino feroz
 Ou pegar em armas contra o mar de angústias
 E, combatendo-o, dar-lhe fim?
 Morrer; dormir;
 Só isso. E com o sono - dizem - extinguir
 Dores do coração e as mil mazelas naturais
 A que a carne é sujeita; eis uma consumação
 Ardentemente desejável. Morrer, dormir... (SHAKESPEARE, 1997, p. 87).

O drama da consciência para o personagem reside em resignar-se à situação que se descortinou diante dos seus olhos e encerrar as possibilidades de ação e transformação em um condicionamento de um "se" que não conheceria função. E nisso, recolher-se no "não ser", aceitando a produção da própria realidade, cuja narrativa é controlada e insuflada por um sistema corrupto, aceitando a inquietude moral em função da comodidade de nada fazer ou arriscar.

As dores das pedradas e flechadas na alma ou do combate contra o invencível mar de angústias faziam supor uma morte em vida, já que "não ser", além de "não agir", significava não viver genuinamente segundo a crença em um ordenamento supostamente funcional. O sono seria sua sina, adormecer sua ação, seu potencial e sua essência. O "não ser", cômodo e sem oferta de riscos, implicava no esmagamento da possibilidade arriscada que representa o "ser".

A escolha do "ser" implica driblar a dormência com sonhos lúcidos:

Dormir! Talvez sonhar. Aí está o obstáculo!
 Os sonhos que hão de vir no sono da morte
 Quando tivermos escapado ao tumulto vital
 Nos obrigam a hesitar: e é essa reflexão
 Que dá à desventura uma vida tão longa (SHAKESPEARE, 1997, p. 87).

Ao invés da dormência que a resignação compulsória do "não ser" implica, Hamlet acentua um outro tipo de dormência, para enfatizar a possibilidade de sonhar. Sonhar lucidamente, destravar um ensejo utópico por mudança, transformação, mobilização. O ato do sonho impede a hesitação que as forças que cooperam para o assentimento do "não ser" provoca. A pulsão utópica do sonho dá fôlego à atividade e emergência que advém com a escolha do "ser".

O primeiro lampejo de um movimento é construído, mas não sem a rememoração dos episódios e afetos que trouxeram Hamlet até aqui. O drama sempre nasce e transcorre a partir da forja de afetos negativos e positivos em inter-relação. A indignação torna-se substância de ação, na medida em que o medo é superado, produzindo alguma esperança sobre o vindouro.

Sua insurgência nasce desse produto emocional e anamnésico:

Pois quem suportaria o açoite
e os insultos do mundo,
A afronta do opressor, o desdém do orgulhoso,
As pontadas do amor humilhado,
as delongas da lei,
A prepotência do mando, e o achincalhe
Que o mérito paciente recebe dos inúteis,
Podendo, ele próprio, encontrar seu repouso
Com um simples punhal?
Quem agüentaria fardos,
Gemendo e suando numa vida servil,
Senão, porque o terror de alguma
coisa após a morte (SHAKESPEARE, 1997, p. 87).

A memória dos açoites, dos insultos, das afrontas, das opressões, do desdém, da humilhação, da prepotência, dos fardos, dos terrores e da anomia gera indignação no príncipe. Sua escolha pelo "ser" o colocam em uma posição de atitude indignada, na qual qualquer ação só é possível pelo contato com o afeto explosivo. Insurgente, sua escolha se torna desejo. E o desejo pode então se metabolizar em projeto. O movimento toma forma com o colorido afetivo e anamnésico.

O país não descoberto, de cujos confins
Jamais voltou nenhum viajante
nos confunde a vontade,
Nos faz preferir e suportar males que já temos,
A fugirmos para outros que desconhecemos?
E assim a reflexão faz todos nós covardes.
E assim o matiz natural da decisão
Se transforma no doentio pálido do pensamento.
E empreitadas de vigor e coragem,

Refletidas demais, saem de seu caminho,
Perdem o nome de ação (SHAKESPEARE, 1997, p. 87).

O país não descoberto e do qual viajante algum voltou é o lugar onde a tensão pela meta repousa. Esse lugar está onde a vontade e o destino da ação têm seu ocaso. A expectativa por esse lugar idealizado pela força da ação, só é possível de ser conhecido pelos resultados de seu movimento, por isso, como diz Hamlet, faz confundir a vontade durante o percurso - faz calcular riscos e avaliar a efetividade. No matiz natural da decisão, com o aporte da coragem e do vigor, o nome da ação ganha o contorno de movimento.

A leitura shakespeariana, sobretudo a partir da indagação de Hamlet, abre as reflexões da Parte I que reflete as categorias sujeito e mobilização social em seus tempos e espaços. O questionamento de ser ou não ser marca o momento de produção da substância insurgente, no qual o indivíduo adquirindo consciência de seu ser e da coletividade, torna-se sujeito, ator, vetor de uma centelha em ignição por sobre a situação social da qual emerge.

O indivíduo se torna sujeito na medida em que interpola a constituição de si mesmo com a vida social, a partir das lógicas e dinâmicas dos centros de poder nos quais se move, navega e interage (TOURAINÉ, 2009). A potência e a agência do sujeito estão inexoravelmente ligadas às protuberâncias dos contextos sociais nos quais ele está inserido e é partícipe, em um tipo de subjetivação que se dá na imbricação do público e do privado.

Hamlet passa de uma produção de si mesmo pelo sistema dos centros de poder a uma livre produção de si, a partir do evento fantasmagórico: alegoria potente da transformação da condição de indivíduo a ator consciente de si, dos outros e da situação não estanque na qual se move. Ao escolher "ser" rompe a comodidade ou palidez da vida produzida como tal e passa a questionar as mazelas - corrupção, invasão iminente e despotismo -, reivindicando um novo momento em que a livre produção de si, que também é redentora de um projeto coletivo - o reino - e de um passado - o que o pai falecido representava - acontece.

A imanência e a impermanência do sujeito são paradoxais na medida em que expressam continuidades descontínuas. Isso implica que a particularidade da construção do indivíduo, seu eu intercambiante e que está em constante transdução, torna-se sujeito de si quando sua identidade se reclina na ação, que por sua vez é inclinação sociopolítica.

Quando decide pelo "ser" e empreende o plano de vingar a morte do pai que ganha contornos maiores com a derrocada do projeto de poder vigente e indecente, o príncipe dinamarquês se irradia de afetos, memórias e projetos. A insurgência é acionada e sua ação torna-se movimento a modificar o cenário objeto de sua querela. A vingança de Hamlet e a sucessão de fatos representam a caudalosa formação da mobilização que, insurgente, ativa afetos e gesta projetos.

A individuação é parte integradora, consolidadora, aspira lugares de experiência, expectativas, memória e composições intersubjetivas. Porém, sua imanência é facilmente subtraída e cooptada pelas centralidades hegemônicas e lógicas de dominação no tempo e no espaço. O processo de constituição do sujeito por sua vez, parte do indivíduo, mas encontra na reação aos centros de poder sua práxis, que é protagonista, ruidosa e por vezes instável.

O personagem vingador aspira pela satisfação de seu projeto: a libertação do reino do poderio do Rei Cláudio, a exposição de seus crimes e a visibilidade dos sistemas escusos que se apoderaram da Dinamarca. Tal pleito faria a nação ser liberta para uma nova produção de sua condição. E o termo de sua ação detona acontecimentos cuja visibilidade não é ordeira ao cotidiano, já que interrompe o funcionamento bucólico da vida no reino.

A vingança da memória do pai, tão somente fantasmagórica agora, representa a redenção de um passado que conjugado no presente, se reifica em um projeto de futuro. A questão de ser ou não ser revela as tramas das quais esta tese se ocupa. Os sujeitos da mobilização, seus espaços e tempos remetem a uma conjuntura que vinga com querela sua situação desfavorável e projeta o reino da utopia da mobilização. Da poética do ser à prosa do agir, mobiliza-se.

CAPÍTULO 1

A MOBILIZAÇÃO NO ESPAÇO E O ESPAÇO DE MOBILIZAÇÃO: DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS DE INSURGÊNCIA

A ideia de uma coletividade criativa, criadora e protagonista parece habitar os recônditos do imaginário como uma definição idealista do conceito fugidio de sociedade. A ideia de coletivos, grandes concentrações de indivíduos e de grupos só é bem quista no ordinário quando fazem supor ordem, progresso, estabilidade e certo compromisso para um determinado cultivo de valores, imprecisos tanto na forma como no conteúdo.

Por certo que termos que evoquem massas ou multidões são combatidos tanto nos arcabouços políticos, quanto acadêmicos e populares. A ideia de multidão ou de massa é lasciva, isto porque sua prática - muito mais do que uma tentativa teórica de aprisionamento - faz supor instabilidade, desordem, contratura, mudança. O princípio constitutivo do que é coletivo ou qualquer aproximação epistêmica sobre o que representam grupos de indivíduos esbarra invariavelmente em certo caos.

O indivíduo, e sua realidade complexa de constituição, se coaduna com a própria realidade fora de si (que é soma de si, dos outros e das coisas). Essa existência partilhada se desenvolve por meio de um processo que desajusta, desloca e destrói, para a partir desse entulhamento, ajustar, realocar e reconstruir. E na emergência de um sujeito, esse processo se torna parte de um movimento difuso e que se inclina por meio de uma pulsão transformadora que, antes da plenitude desejada, é atordoante.

O sujeito é um indivíduo que, ao rechaçar a produção de si pelos centros de poder, emerge como ator em torno de uma leitura de suas vivências, determinando metas e desenvolvendo práticas para que estas sejam alcançadas. Estas metas representam anseios por lugares ideais com os quais a interpelação da realidade levaria. E esses anseios não se dão sem uma partilha de outros sujeitos.

O ser e o agir do sujeito em ação, a substância e os sentidos da ação não se dão sem a participação de espaços. Espaços de opressão, resistência,

resignação, elucubração, subversão, mobilização, virtualização e esperança. A espacialidade é um marcador indelével da ação, porquanto a condição humana é assentada em significados cujos sentidos são operados no/pelo/para/do espaço. A este espaço de ação nomeiam-se ruas, vias, fluxos, objetos, cidades, as redes e o que mais há de se nomear humano, nomeie-se espacial.

1.1 A emergência do sujeito em mobilização: tempos e espaços do ser e do agir

Na compreensão da envergadura de movimentos e mobilizações, a figura do sujeito é determinante. Antes do processo que gera coletividade, a entidade unitária que compõe o tecido mobilizador é a reflexão primária para se investigar a capilaridade de um movimento de natureza variada, não apenas sociopolítico. O sujeito reclama atenção não só por sua participação na operacionalização de atos, mas por sua constituição e, antes disso, sua definição.

Touraine (2009) postula uma diferença substancial entre os termos sujeito e indivíduo, cuja compreensão é cara para o debate da formação e reprodução de mobilizações. O indivíduo como ente dotado de autonomia e consciência verte sua existência a partir da produção de si mesmo. Tal produção pode ser livre ou gerenciada pelos centros de poder.

Nesse sentido, opõem-se os termos indivíduo e sujeito. O primeiro está radicado ao campo da autonomia, da consciência de si e dos outros, promovendo tessituras de subjetividade, a partir da atrição com a realidade e a noção de alteridade. O indivíduo, de posse dessas consciências circunstanciais, empreende um movimento para suprir uma lacuna existencial natural: produzir a si mesmo por meio de suas vivências, destarte o processo de subjetivação.

Todavia, a dotação da consciência do mundo e sua realidade, do outro e sua individualidade, das interações que remontam alteridade não sinalizam estabilidade. O indivíduo trava na realidade um processo de subjetivação que não é nem estanque e nem cômodo. Ao abrir os olhos da consciência à realidade e ao(s) outro(s) por meio da separação de suas substâncias à própria substância, portanto autônoma, abre-se também a necessidade de unidade.

Esta unidade harmônica que nasce com o indivíduo, balizada no uníssonos da realidade, se quebra na medida em que a percepção do ordenamento da vida

lhe aplica sem crédito, o débito da produção de si. O processo de subjetivação diz da procura que o indivíduo faz de uma reconstituição de si, esfacelada pela consciência adquirida ao longo de seu desenvolvimento vital. Ora, seu anelo está em encontrar balanço e unidade, reconstituindo-se uno.

Touraine (1998) declara que esta unidade e reconstituição desejada pelo indivíduo só se estabelece na medida em que este se torna sujeito. Retoma-se aqui o segundo termo. A condição de sujeito é a autopercepção que o indivíduo assume ao se reconhecer como criador de sentidos e transformações no seio social, institucional e político. A individuação, nesse prospecto, está atrelada à ordem da vida e que, ao sabor dos centros de poder, se revela em um processo de cooptação da subjetividade dos indivíduos.

No ordinário, o indivíduo é consciente de sua liberdade existencial, social e jurídica. E, assim, crê na produção do si mesmo de modo autônomo, deliberado e autogerido. No entanto, sua mera consciência não o torna plenamente um ator, capaz de destravar atos e construir ele mesmo sua trajetória sem o torpor de outros narradores.

São os sistemas hegemônicos que definem, normatizam e sancionam os papéis sociais dos indivíduos, sejam eles os papéis de consumidores, eleitores ou outras nomenclaturas que fazem crer autonomia total, mas são marcados por lógicas e apelos de dominação. Os impropérios hegemônicos fazem com que o indivíduo encene sua liberdade a partir da instrumentalização de sua condição e ação, a partir dos estratagemas da produção e do trabalho, que aprisionam sua capacidade de se autodefinir.

Quando a produção dos indivíduos é coproduzida pelas forças de dominação, sua ação é demarcada por uma atitude de consumo, como salienta Canclini (2006) ao associar a emergência cidadã como estruturada sob uma lógica de consumir a sociedade, ao invés de produzi-la ou transformá-la. Todas as necessidades sociais - e os desejos, para se ater à lógica de consumo - são naturais e justificáveis, mas respondem aos núcleos de poder.

Quando o indivíduo, no processo de subjetivação, se afirma como tal e passa a produzir o seu si-mesmo opondo-se às estruturas de dominação, é que se torna sujeito. A constituição do sujeito diz da recusa à produção da vida de modo artificial pela objetificação que os centros de poder desenvolvem sobre os indivíduos, como

esclarece Touraine (2009). Nessa recusa à condição de objeto, o indivíduo faz emergir o sujeito, uma condição de experiência e transformação ativa da realidade.

Sobre a entidade sujeito, o sociólogo francês destaca que sua natureza não é apenas semântica ou etimológica, afinal:

O Sujeito não é uma simples forma da razão. Só existe mobilizando o cálculo e a técnica, bem como a memória e a solidariedade, e sobretudo lutando, indignando-se, tendo esperança, inscrevendo a sua liberdade pessoal em combates sociais e libertações culturais. O Sujeito, ainda mais que razão, é liberdade, libertação e recusa. [...] A ideia de Sujeito não cresce nos locais demasiado protegidos. É uma planta selvagem (TOURAINÉ, 1998, p. 86).

No ideário do sujeito repousam as tensões pela operacionalização da realidade. As feições da subjetivação que compõem as facetas identitárias do indivíduo e o inserem em uma orientação cultural se imbricam em um movimento social. Isto é, quando o indivíduo rompe as tramas das teias do poder, passando a destravar a livre produção de si, passa a questionar a dominação e o controle que instrumentaliza a vida ordinária, mobilizando-a e mobilizando-se.

Enquanto o indivíduo se constitui na percepção de sua autonomia e na consciência da realidade por meio da estabilidade da subjetivação, o sujeito é uma substância instável, sísmica. O nascimento do sujeito decorre da morte do ego (TOURAINÉ, 1998). O questionamento da ordem vigente e a querela sobre as estratégias de dominação fazem parte do processo de constituição do sujeito, cuja essência é movimento e mobilização.

A reconstituição de si, do indivíduo que se fragmenta ao perceber-se autônomo em relação ao mundo e ao(s) outro(s) e busca recompor essa harmonia tenra, se satisfaz na medida em que, sujeito, agora pode produzir a si livremente, opondo-se a papéis pré-fixados - bem como destinos pré-fixados. A produção de si disputada com centros de poder - que tão logo assumem o papel de inimigos - encontra sua quintessência na luta, em seus signos, objetos, espólios e processos.

O participante da ação mobilizadora, isto é, das práticas e forças que em movimento reclamam e transformam a sociedade em suas instâncias diversas é o sujeito. Tal prerrogativa dá ao indivíduo a condição de ator, de produzir ele mesmo a si e o mundo a partir do manejo de afetos e signos de luta. Ao interpolar sua existência à experiência social, sendo esta pujante e violenta, a atuação do sujeito então cumpre seu pleito de anelo por alternativas e possibilidades.

Na poética existencial do ser e do não ser, aqui trabalhada como o indivíduo que é produzido pelos centros de poder - mesmo crendo sua autonomia plena - ou o sujeito que reelabora sua condição por meio das estruturas que o atravessam, outro fator é cadente: o afeto. O primeiro desses afetos a compor a substância do que aqui tem se construído como sujeito é o amor.

O amor como jargão amplamente presente no imaginário popular tem aqui contornos da filosofia agostiniana e ganha sua cadência em Arendt (2010), sob a alcunha de *amor mundi*. O termo amor constrange por fazer supor relacionamentos ou idealizações românticas, todavia sua adequação é pontual. Como amor, esse sentimento que toma os sujeitos é um cuidado responsável pelo mundo.

Esse sentimento é marcado por uma disposição aberta em partilhar com os outros dimensões comuns e benfazejas, não tornando o mundo um instrumento objetificado, mas tecendo nele e por ele laços e vínculos junto aos demais sujeitos. O *amor mundi* é um cuidado que parte do entranhamento do indivíduo sobre as coisas deste mundo, e que como sujeito entende que sua condição existencial extrapola as camadas de sua própria individuação ou subjetividade.

Arendt (2010) chama atenção para um afeto que se constitui corpo político, na medida em que os sujeitos articulam e interpolam sua existência a partir dele. E isto fazem aditivados por este afeto que os levam salvaguardar a pluralidade da realidade, da liberdade dos indivíduos e do equilíbrio de poder. Para a filósofa, a revolução só é possível se os indivíduos estão disponíveis para a ação - aqui entendendo-os como sujeitos -, marcados por este afeto e pelos signos de cuidado do mundo.

Brandão (2004) também ressalta a participação do afeto na constituição dos sujeitos e suas mobilizações. Nele, essa constituição do indivíduo em sujeito passa de uma afetividade pessoal para uma afetuosidade interativa. Isto é, o anelo que o sujeito ao constituir-se sente em transformar a ordem, é também a tentativa do estabelecimento de uma ponte que não apenas interliga o ego, um eu e um nós, mas diz da qualidade interativa disto, do envolvimento de afetos de si para com os outros e para com o mundo.

Esta afetuosidade como elemento que dá liga à ação em forma de movimento também é definida no sentimento do amor por Brandão (2004, p. 43-44) em consonância ao pressuposto do *amor mundi* revolucionário arendtiano:

Uma força de energia, mas também de uma certa qualidade de afeto, que mais do que qualquer outro fator poderia explicar como e por quê a partir de "instante zero" tudo o que existiu e existe tenha começado e, bem ou mal, dado no que deu. Uma misteriosa força propulsora, que quando em nós, seres humanos, parece impelir a nossa cognição e o nosso afeto em direção ao outro. Ao diálogo com o outro.

Nessa dimensão, a construção da vida social - e as possibilidades que ela abriga - partiria das formas em que os indivíduos feitos sujeitos encontram de traduzir e alinhar com fidelidade sua existência. A existência se desenvolve na medida em que os indivíduos ampliam seu domínio cognitivo em um exercício reflexivo de se constituir e na motivação que o encontro com o outro oferece, ampliando as possibilidades existenciais, criando mundos, isto é, modelando a realidade em que se movem (MATURANA; VARELA, 1995).

A poética de emergência dos sujeitos - construída aqui como indivíduos que se abrem à ação - é uma poética de afetos. Do *amor mundi* de Arendt (2010), como reduto da existência que não é plena se não se coloca em agência, ao elemento do afeto como viço para as interações que formam a sociedade e pavimentam suas possibilidades para todos os sujeitos, o afeto é um componente determinante para a emergência dos sujeitos.

Castells (2013) destaca que a mobilização, formada por indivíduos no plural, é uma formação social que se corporifica a partir da mescla interativa entre ideais, vozes, origens e relações que se aglutinam em suas pulsões de vida sob projetos comuns. Nesse sentido, por sua conjuntura diversa e plural, as mobilizações sociais são emocionais. A ação se organiza primariamente a partir do afeto para enfim se consolidar organizada, estratégica e insurgente.

A emergência do sujeito, entendida como o indivíduo que se coloca em ação rompendo a produção hegemônica de si e passando a uma livre produção de si, se dá pela externalização de sua subjetivação. Isto é, essa passagem à condição de ator se efetiva na medida em que o indivíduo verte sua existência livremente para a imaginação e criação insurgente de alternativas vivenciais. Esse processo de agência e potência não se estabelece apenas em um plano cognitivo ou estratégico.

Esse processo é desencadeado por meio de um acontecimento afetivo. Ainda com Castells (2013), os sentimentos que da subjetivação passam à mobilização se orientam por meio dos sistemas motivacionais: evitação e

aproximação. Os dois sistemas não ocorrem isoladamente, mas são interdependentes e cadenciam a ruptura que o indivíduo faz das noções de si, do outro e da realidade para colocar-se em ação.

Desse modo:

O sistema de aproximação está ligado ao comportamento voltado para objetivos, que leva o indivíduo a experiências gratificantes. Os indivíduos entusiasmam-se quando são mobilizados para um objetivo que apreciam. É por isso que o entusiasmo está diretamente relacionado a outra emoção positiva: a esperança. A esperança projeta o comportamento no futuro. De vez que uma característica distintiva da mente humana é a capacidade de imaginar o futuro, a esperança é um ingrediente fundamental no apoio à ação com vistas a um objetivo (CASTELLS, 2013, p. 22).

No acontecer do sujeito, os sentidos que sustentam a existência do indivíduo ganham acuidade a partir de causas que extrapolam sua própria condição e se abrem na imaginação de lugares onde a experiência da livre produção de si possa repousar. Desse modo, a motivação de aproximação ocorre quando o sujeito percebe que pode tornar suas perspectivas subjetivas parte de uma causa ou objetivo que ampliam seu alcance.

O entusiasmo eclode na medida em que o próprio devir é percebido como componente de um acontecimento criador. Na condição de ator, o indivíduo passa a enxergar na própria subjetividade uma tela maior, que dá acesso por meio da imaginação criadora da ação, a possibilidades de outros mundos, isto é, a transformação da realidade quando do encontro consigo mesmo.

Esse constructo afetivo e vivencial denota a complexidade das necessidades humanas, isto é, forças propulsoras para a manutenção da vida e que servem à própria transformação de sua condição. A imaginação criadora, com a qual o sujeito verte seu entusiasmo, é um índice do real. Marcada por percepções contíguas do tempo e do espaço, essa condição do sujeito permite que ele instrumentalize sua experiência em um arranjo de mudança e rearranjo, de seu devir a um porvir.

Retomando:

Contudo, para que surja o entusiasmo e aflore a esperança, os indivíduos precisam superar a emoção negativa resultante do sistema motivacional de evitação, a ansiedade. A ansiedade é a reação a uma ameaça externa sobre a qual a pessoa ameaçada não tem controle. Assim, a ansiedade leva ao medo e tem sobre a ação um efeito paralisante. A superação da ansiedade no comportamento sociopolítico frequentemente resulta de outra emoção negativa, a raiva. Esta aumenta com a percepção de uma

ação injusta e com a identificação do agente por ela responsável.[...] Quando o indivíduo supera o medo, emoções positivas assumem o controle, à medida que o entusiasmo ativa a ação, e a esperança antecipa as recompensas por uma ação arriscada (CASTELLS, 2013, p. 22-23).

A eclosão do sujeito é um processo de ruptura e de atrição. O processo em que o indivíduo confronta a realidade, renunciando a artificialidade da vida e os papéis sociais dados a ele por sanções dos centros de poder, é constituído pela agonia da visão da própria liberdade como velada e cooptada por sistemas simbólicos e de ordenamento. Todavia, ao se opor à lógica de dominação, cresce um repertório afetivo negativo.

A ansiedade pela crença da produção de si, refutada pela tomada de conhecimento da lógica de dominação, conduz a uma tríade emocional. Inicialmente, pela indignação, a partir da inconformidade com a realidade desvelada. A seguir, pelo medo, a instabilidade do próprio ponto de vivência e o futuro a ser construído a partir deste evento de despertar. Na internalização da indignação que fazem saltar os acontecimentos e do medo que paralisa, a raiva pode emergir como condicionante da ação.

O trânsito emocional negativo é necessário para que o sujeito ajuste sua percepção da dimensão do que lhe desafia quando desta emergência. Ora, tornar-se sujeito é um necessário e caótico processo de agência e de redescoberta da potência. Ao assumir sua postura de ator, o sujeito dilacera a realidade supostamente estável para desafiar a conjuntura propondo, por meio de sua ação, a instabilidade criadora da insurgência, ao reivindicar novas possibilidades.

É comum sugerir à imagem do sujeito sociopolítico uma composição objetiva, técnica, estratégica e mecânica. Todavia, como sustenta Touraine (2009), é impossível separar sua essência de sua condição humana e de sua situação social. O cabedal emocional da emergência do sujeito tonifica a noção de que o sujeito da ação e da mobilização é um sujeito que não olvida suas instâncias afetivas, seu repertório como alguém que sonha e imagina futuros ou a vulnerabilidade que suas emoções o colocam, mas que o definem como humano.

O *zoon politikon* aristotélico como descritivo do pulso socializante e politizante humano, ganha uma camada que deixa a imagem do sujeito vulnerável. Essa fragilidade advinda dos sentidos emocionais compartilhados por quaisquer indivíduos - militantes ou não - é consubstanciada pela força ostensiva da ação

insurgente. Isto é, a mobilização escala na medida em que os sujeitos se apoderam de sua vulnerabilidade emocional e se empoderam com o que os faz mais humanos.

Nesta enseada emocional, os pressupostos do *amor mundi* arendtiano e do acontecer afetivo castellsiano ressaltam que para considerar o agente sociopolítico, antes de passar à (i)materialidade do movimento e da mobilização, passam pela experiência plenamente humana da emoção, em definir a retomada da realidade pela linguagem dos afetos e, a partir dela, munir o presente dos signos sociopolíticos.

A ideia de sujeito que não cresce em estufas bem protegidas, mas é planta selvagem (TOURAINÉ, 1998) repousa na constatação que, antes de um movimento além de si, a mobilização é um movimento que ocorre tendo por epicentro inicial a subjetividade, o si mesmo que se vê instrumentalizado pelo poder e sob riscos diversos. Da recusa à objetificação, os vínculos humanos primários representados nas emoções, fornecem a inclinação necessária para que a vertente subjetiva se espraie como torrente sociopolítica.

Passando pela travessia da intersubjetividade à subjetivação, e antes de visitar os conceitos de movimento e mobilização, convém demorar o olhar sobre as dimensões do sujeito no espaço e no tempo. A emergência do sujeito como um processo que se externaliza, procede a partir de movimentos que deslizam de um lugar inicial, trafegando pela memória (cumulativa de experiências e expectativas), encontra sua ocasião ou momento oportuno, para enfim alcançar seus fins.

Recorrendo a Certeau (2014, p. 148), pode-se observar esse processual e a meta-formação da mobilização:

Uma diferença entre *espaço* e *tempo* fornece a série paradigmática: na composição de lugar inicial, o mundo da memória, intervém no "momento oportuno" e produz modificações do espaço. Segundo esse tipo de diferença, a série tem por começo e fim uma organização espacial; o tempo fica aí como o espaço intermediário, estranheza que sobrevém de alhures e produz a passagem de um estado dos lugares para o seguinte. Em suma, entre dois "equilíbrios", a irrupção de um tempo. Uma diferença entre ser estabelecido (estado) e fazer (produção e transformação) se combina com a primeira. Joga aliás com uma oposição entre visível e invisível, sem lhe corresponder exatamente. Seguindo este eixo, temos a série paradigmática seguinte: dado um estabelecimento visível de forças e um dado invisível da memória, uma ação pontual da memória acarreta efeitos visíveis na ordem estabelecida. A primeira parte da série se compõe de duas situações de fato, onde o invisível saber escapa ao poder visível [grifo do autor].

O tempo é a primeira parada, afinal indivíduos e sujeitos estão sob suas elipses e sobre as transformações diacrônicas da produção de si e da qualidade da dominação, dos objetos de luta e seus ferramentais. No desvelar do sujeito, a realidade que se torna enfoque de ação é percebida a partir de um ponto de inflexão: um momento oportuno, uma ocasião pertinente.

Essa ocasião diz da quotidianidade, isto é, um panorama espaçotemporal da emergência do sujeito, a presentificação do momento em que o indivíduo rompe grilhões da produção de si pelos centros de poder e aspira ser ator. Esta ocasião é formada pelas protuberâncias da situação social na qual o indivíduo está inserido, afinal a noção de sujeito é inseparável de sua condição vivencial, visto que sua construção é experiência (TOURAINÉ, 2009). Mas acrescenta-se aqui o repertório da memória.

Quando o sujeito eclode, não o faz se não a partir de uma conjuntura social, visto que sua emergência é produto da experiência social presentificada e presentificante. Embora esse lugar do presente se mostre como um empuxo da constituição do sujeito, a orientação radical para o futuro é sua busca, visto que ao questionar o atual, o imaginário e o conteúdo insurgente dirigem a ação para uma atividade criadora de futuros diferentes e possíveis.

Benjamin (1994), ao tratar da modernidade, a examina como um momento de ansiedade por compreender-se a si mesma em um exercício de projeção do futuro, em que indivíduos vivendo o presente se lançam em um porvir como responsabilidade. Para ele, o imaginário moderno do futuro se compraz em um compromisso assumido no presente. Sujeitos do presente, constituídos como tal a partir de sua situação circunstancial, são sujeitos também de um futuro que é resposta comprometida com a atualidade.

Nesse sentido, para Benjamin (1994), a orientação para o futuro parte de um movimento de inflexão do presente, no qual a janela da oportunidade do sujeito que nasce desejando atuar pelo porvir, mas que não se estabelece se não a partir de uma orientação para o passado. E é aqui que a memória desempenha seu papel:

O passado traz consigo um índice misterioso, que impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as

gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está a nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo (BENJAMIN, 1994, p. 223).

O passado é predicado para a emergência do sujeito, na medida em que fomenta uma dinâmica que recombina o repertório pretérito ao presente, com vistas em um futuro pelo qual se quer ser ator para criar e do qual se mobiliza para lutar. Essa dinâmica anamnésica diz da leitura histórica pelos autos do imaginário, reelaborando as expectativas do passado de alguma forma esganiçadas, frustradas ou ainda lacunares no presente (SANTOS; CUNHA, PEREIRA, 2018).

Nesse sentido, a dinâmica anamnésica na emergência dos sujeitos se dá, quando da leitura da situação social em que o indivíduo se descobre e se põe em questionamento e/ou oposição. Essa leitura implica em abarcar as expectativas do passado fazendo delas experiências cuja continuidade se coaduna à pulsão sociopolítica que se forma.

As experiências do presente cujo arrocho fomentam a condição do sujeito se atrelam às expectativas do futuro criativamente construído a partir da relação entre agência, potência e insurgência. Por meio deste desenho, a envergadura da ação moderna se estabelece pela fusão entre tradição - na leitura do passado - e inovação - a partir do que se cria do presente para o futuro.

Brandão (1998, p. 29-30) esclarece:

Experiência e expectativa são duas ideias importantes nesse jogo de tempos entre modos. A primeira sugere o passado, a segunda, o futuro, e ambas parecem querer entrelaçar-se como os dois pólos através dos quais a consciência da modernidade se pensa e projeta os seus futuros. Experiência vivida e, mais ainda, de suas expectativas deixadas-de-viver como um valor para o futuro. O esquecimento, em nome de um progresso que, ao estabelecer um futuro a partir de si mesmo, coagula a história e elimina dos tempos que hão de vir toda uma possível qualidade do povo. Pois, então, o progresso programa a plenitude de sua realização de uma ênfase salutar de imprevisibilidade [...].

Quando do rompante de produção dos sujeitos, debatidos aqui como os indivíduos que se colocam em ação por meio de um processo que liberta sua autopercepção da realidade das prisões hegemônicas e reclama a livre produção de si pela querela, desenvolve-se pelo fluxo das circunstâncias (materiais e simbólicas) uma dívida solidária para com o passado (BRANDÃO, 1998), por meio

da qual projeto e tradição arquitetam a modernidade das relações (BENJAMIN, 1994).

Nesse panorama temporal de manifestação da ação dos sujeitos, há um componente de trânsito entre o tradicional e o inovador. Brandão (1998) bem como Benjamin (1994) criticam que, no decurso do tempo, a noção moderna de progresso significou uma ruptura entre experiências do passado e expectativas do futuro. Isso se deu a partir do crédito ao signo do progresso cuja atualidade global significaria um ponto sempre novo de superação da realidade.

Todavia, esse quadro instaurou uma consciência temporal amortizadora da conjuntura geradora do sujeito. As razões estão na erosão do passado como condição de valor, direcionando o imaginário a tomar o sentido do progresso - aquecido pelo desenvolvimento, pela urbanização, pelo mercado consumidor e pelo avanço tecnológico - como critério central e regulador do porvir.

Assim, o próprio tempo encarregou-se de produzir a aniquilação dessa noção ou ao menos uma alternativa para que a cadência do tempo fosse incorporada novamente à energia da ação do sujeito. A produção de novas camadas de existência e experiência pela tecnologia, pela comunicação e, sobretudo, pelas tramas da rede, cumpriu o papel de tornar a narrativa do futuro como progresso uma possibilidade de desassossego, um lugar de distopia.

O retorno ao repertório da memória em busca de novos eixos de sustentação da estabilidade da modernidade, que cambaleia na medida em que degenera-se a consciência do tempo na rejeição das experiências, originou neo-utopias (BRANDÃO, 1998). O progresso assim como os aprisionamentos dos indivíduos nos cárceres da ética religiosa, da sexualidade, da burguesia e do mercado tornaram flácida a emergência dos sujeitos, tão vívida a partir do chão de fábrica e das lutas identitárias.

Destarte a conjuntura do afeto e da memória na constituição do sujeito, há a barreira da porosidade da agência e da potência produzida pelo signo do progresso e nele, a conjuntura do mercado, do consumo e do fetichismo da subjetividade. Esse quadro enfraqueceu as tendas das quais se levantam os sujeitos, reforçando os reflexos do eu e o primado do desejo em tratativas onde a ordem se estabelece por comportamentos de consumo localizados e cujo ideário de futuro é um ponto de consumo que não se compraz nas mercadorias apenas, mas na própria subjetividade (BAUMAN, 2008).

Essa conjuntura só pode ser superada quando os indivíduos se tornam sujeitos. Só como atores e questionando as linhas de dominação que o fitam sob as tramas do poder governamental, ideológico, midiático e mercadológico é que essa deriva temporal pode ser superada. Quando as tessituras das experiências do passado são articuladas a partir das expectativas do presente, tem-se a chave da mobilização, passando do ego ao nós.

O sujeito é uma carta de contestação da ordem e suas estabilidades construídas pelos sistemas de poder. Sua emergência questiona a base da modernidade e seu cinismo na regulação homogênea do mundo pelo apagamento da possibilidade de que os indivíduos sejam atores e, naturalmente, de seus conflitos. A pretensa seguridade dos signos de progresso faz campanha por essa homogeneização e lastro da ausência de conflito como anseio.

Há que se considerar que a ideia do sujeito, antes de que ele evoque uma coletividade que se imposta, é contestação e movimento (TOURAINÉ, 2009). O sujeito é um movimento satélite que opera sob as ondulações feitas de conflitos, agendas, ideais, programas e contextos. Quando emerge, o sujeito passa de uma modalidade de liberdade estável - consumível, que não designa agência, mas reação de adesão - para uma liberdade emancipatória - que designa agência e movimento.

Ao status do sujeito, pensa-se um indivíduo que se posiciona como ator a partir de uma lógica de dominação, opondo-se a ela instaurando e uma lógica de oposição. Logo, cresce na medida em que sua situação torna-se consciência supersônica no testemunho da realidade, povoado de afetos que constituem sua natureza - afetos de si, para os outros e pelo mundo -, ao lado de dinâmicas amnésicas que o instruem e o animam.

O sujeito é o desejo de agir existindo para além dos muros da individuação, logo sua condição é coletiva. Não sendo contida sua substância, cresce na medida em que se torna um esforço pela constituição de um ator coletivo que só encontra sentido em outros iguais e diferentes para produzir suas narrativas e criar seus mundos. Essa é a natureza do movimento e da mobilização, pulsão que disputa e projeta, e como tal é repleto de relações sociais significantes.

Essas relações sociais significantes se traduzem nos atos que se revelam coletivos, e como tais guardam as riquezas abissais das interações plurais e de orientação multicultural; e pelo espaço, testemunha produtora da gestão dos

sujeitos, das alocações do tempo, das ingerências do poder e da envergadura das mobilizações, mas que aqui ganha contornos de arena e indumentária.

1.2 O espaço de mobilização: arena e indumentária da ação

Pensar mobilizações e sua quintessência é pensar a ação. Ação como exercício potencial e efetivo de transformações. Ação como designação das pulsões socializantes e politizantes que fazem parte dos indivíduos e que se tornam eloquência visível quando estes se tornam atores. Ação como reelaboração da realidade para a produção de novos esteios com os quais os sujeitos que se insurgem podem trafegar para o gozo dos fins de sua mobilização.

A partir das bases aqui lançadas, o movimento é antes de tudo o próprio sujeito. Sua constituição apela para uma condição em que se assume uma perspectiva, uma visão renovada da realidade da qual se dirige a consciência de modo sonoro e ruidoso e, ao mesmo tempo, sua própria condição é o corpo político do movimento, contestando o que o cerca e o produz.

Desse modo, o sujeito é ele mesmo movimento social (TOURAINÉ, 2009) e é também ação, como destaca Milton Santos (2014a, p. 82):

A ação é o próprio do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições. [...] As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir [...].

Ao pensar a ação em uma perspectiva geográfica, Santos (2014a) chama atenção para a incidência mutual entre o agir e o próprio espaço como produtores de funções, isto é, designações ativas e potencialmente modificadoras da realidade - o espaço, os próprios sujeitos e o ordenamento que os perpassa. Entretanto, antes que a ação possa ser compreendida em seus sinais visíveis, sua origem é explicada como resultado de necessidades.

Retomando o cenário do indivíduo que, no exercício de sua subjetividade, descobre sua autonomia por meio de um choque desestabilizador da realidade fora de si e do(s) outro(s) - por meio das interações da alteridade -, sua condição passa a ser lacunosa. Essas lacunas correspondem a desejos e necessidades naturais e

criadas, dispostas na dinâmica social. Compreender sua natureza aclara a própria dimensão do agir e do mobilizar dos sujeitos.

Ao caracterizar a produção da cidade e tomá-la como obra feita por sujeitos e permeada de seus dilemas, Lefebvre (2016) destaca que atividade produtora do cidade reproduz a complexidade que é própria dos sujeitos e grupos que a constroem, face às suas necessidades. As necessidades sociais, portanto, são subsídio para compreender a viscosidade da ação e como repercutem como reivindicação insurgente:

As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem as necessidades de segurança e de abertura, a necessidade de certeza e necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e de imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo. O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar e a necessidade de reunir essas percepções num “mundo” (LEFEBVRE, 2016, p. 105).

O enunciado lefebvriano destaca a natureza das necessidades sociais. Sua acepção é variada e se processa em campos distintos da experiência humana. A quotidianidade é o receptáculo vivencial dessas necessidades, isto é, o ordinário das experiências dos indivíduos em constante interação com as dinâmicas de ordenamento, seja do espaço, da história que os acompanha até ali, as diretrizes da governança, os estímulos do consumo e os estímulos dos afetos estão inscritas no dia a dia, na rotina, no que há de mais humano.

Como tais, as necessidades são prementes. E, se insuficientemente supridas, causam conflitos em que os contextos reclamam sua condição. Ou, alternativamente, tornam-se parte do desejo e sob a intensidade dos estímulos do cotidiano envolvem a necessidade em um invólucro eloquente ruidoso e disposto a afetar o ordenamento e questionar seus sistemas.

Lefebvre (2016) acrescenta que as necessidades - por se originarem da produção da vida e serem parte do que é cotidiano - estão sob as intercorrências sociais, ora suprimidas, ora mitigadas, ora hipertrofiadas. Por participarem do ordinário da vida, são necessidades que dizem da especificidade das experiências

sociais e, portanto, representam um desejo por satisfação que se compraz em destinos ideais, pontos de chegada oportunos, lugares ideais.

As necessidades sociais se expressam por meio da experiência cuja eloquência é fundamentada pela partilha das situações nas quais os indivíduos estão e como as percebem. Se violadas, insalubres ou postas sob qualquer esquema de opressão ou vilipêndio, essas necessidades tornam-se substância de contravenção. No bojo da mobilização está a impositação de vozes que reivindicam a partilha de alternativas que supram essas demandas de modo equitativo e justo.

Ao questionar as situações das quais a problemática das necessidades se origina, os sujeitos não o fazem apenas por gritos cujos conclames pleiteiam chegar audíveis aos ouvidos de quem deve prover ou do "adversário" do poder. Quando o sujeito é erigido e se mobiliza, seu agir é formado por uma meta-narrativa idealizadora. O objeto catalisador da reivindicação, antes de seu efeito material, reclama um lugar ideal da satisfação e da plenitude de todas as tensões.

O levante do sujeito não se tonifica somente em seu exercício prático que irrompe visivelmente as vias, desestabiliza fluxos e reclama a atenção do poder hegemônico. Antes da corporificação da ação, os anelos que se mobilizam compõem o anseio por um espaço ideal, onde as necessidades se satisfazem, onde a consciência pode reclinar a experiência e se estabelecer plena. A emergência dos sujeitos e suas mobilizações implicam, antes de tudo, em projetos idealizados.

Esse processo onde a necessidade se torna projeto - pessoal, comunitário ou nacional - é vívido e como tal, busca condições de execução e realização. O anelo por satisfação da necessidade e operacionalização do projeto gera atrito com a experiência cotidiana atroz e este atrito torna-se reativo. Atrição e reação que põem a natureza intersubjetiva de projetos de vida em movimento, um movimento que privado de direitos e condições, se inflama e irrompe em querela.

Essa querela não se produz apenas na insurgência incontrollada ou violenta, como o imaginário costuma desenhar, mas é um anseio sociopolítico de ensejo do presente pelo futuro, consideradas experiências e expectativas frustradas (BENJAMIN, 1994; BRANDÃO, 1998). O produto residual desse processo são os anelos por espaços de plenitudes e lugares ideais onde a tensão pela meta repousa. Esse resíduo é aspiração que se torna agir, um agir que deriva do lugar de origem e para ele se volta.

A criação desses espaços de plenitude e desenvolvimento passa pela idealização que é a corporificação caudalosa das necessidades humanas que, sendo complexas, encerram platitudes mais profundas do ser, do pertencer e do agir. Essas necessidades feitas projeto possuem pujança na experiência pessoal, mas se amplificam na medida em que são percebidas como um comum.

Para Santos (2014a), o cotidiano é formado, além de suas perspectivas técnicas (o povoamento de objetos e a produção técnica da vida) e de ordenamento (tratativas regulamentares e jurídicas), de matizes simbólicas, isto é, representações e afetos que interpolados constituem operações que se dirigem sobre a visão, a experiência e a transformação da realidade.

[...] a força de transformação e mudança, a surpresa e a recusa ao passado, vêm do agir simbólico, onde o que é força está na afetividade, nos modelos de significação e representação. A importância do lugar na formação da consciência vem do fato de que essas formas do agir (técnico, jurídico e simbólico) são inseparáveis, ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma.

As necessidades que se intensificam quando o sujeito se levanta sinalizam pulsões utópicas por transformação dos contextos tendo por encaixe a idealização de espaços ideais. Levantar-se de modo insurgente significa previamente levantar sob o feixe da ação um sonho. Sonhos que constroem, pelas operações cognitivas e pela representação simbólica, um destino imaginado cuja factualidade será perseguida pela mobilização, mas antes, é perscrutada como desejo íntimo dos indivíduos que querem ser e dos sujeitos que querem atuar. Ambos, pois, querem viver.

O sonho e a projeção de um lugar ideal é um espaço de realização das necessidades ameaçadas a partir da situação social. Esse espaço que retifica as necessidades abriga os afetos e torna-se índice de mobilização constitui a substância que anima os movimentos da ação. O agir não é puramente mecânico ou meramente estratégico, é simbólico e operado na quotidianidade, fazendo supor seu caráter utópico.

A utopia é uma energia social e imaginada que se territorializa no plano do imaginário e das representações, mas não se estabelece desconectada da realidade factual e pujante em que os utopistas habitam. O indivíduo, por si só, é um utopista na produção da vida. E quando se assume sujeito, essa utopia torna-

se um pleito que encontra satisfação na busca mobilizada por sua implantação por uma visão de continuidade de esforços, sem imediatismos práticos que cristalizem em ação em formalismos burocráticos.

Sobre a qualidade da utopia para a leitura social, espacial ou mesmo política, questiona-se retoricamente aqui como Lefebvre (2016, p. 119), “atualmente, quem não é utópico?”. As necessidades envasadas no pleito do sujeito em mobilização representam um projeto crítico, social, cultural, político e espacial; possuindo uma construção utópica na medida em que representa um ensejo social, uma aspiração comunitária, um fragor visionário de sociedade (originalmente no campo polissêmico do espaço) e que clama por direção.

Sargisson (2012, p. 8, tradução nossa) destaca que utopias:

[...] sempre expressam descontentamento com o agora e sempre sinalizam para direções alternativas. E como tais, sempre se engajam em debates contemporâneos. Ao questionarem “o que há de errado com o mundo?”, as utopias desempenham uma função diagnóstica. [...] Utopias são radicais em conteúdo e intenção. Elas desafiam as raízes dos sistemas socioeconômicos e políticos contemporâneos. E sua intenção é mudar o mundo.

O conteúdo utópico procede como um ideário em projeto, uma pulsão ou um discurso constituído a partir das necessidades humanas no tempo e no espaço. E por tratar de espacialidade e temporalidades expostas às suas dinâmicas, a utopia interpela o real por meio de realidades imaginadas, sonhadas, produzidas em solo discursivo e conseqüentemente politizado. Utopias são, portanto, documentos (registram tempo e espaço), dispositivos (narrativa sociopolítica) e instrumentos (subversão, questionamento ou debate).

Para fortalecer este prospecto:

Somente um entendimento de utopia que destrua antigas percepções e as transforma em algo novo [...] pode refletir adequadamente as preocupações, necessidades e desejos de descontentamentos com a contemporaneidade. Desse modo, a utopia crítica não apenas esquematiza, mas privilegia a mudança social em curso. E assim o faz abraçando imperfeições e incertezas. Utopias refletem e contribuem para debates de seus tempos. [...] Todas as utopias sempre se engajaram em questões contemporâneas. [...] Elas oferecem uma janela para o pensamento político vigente e podem ser usadas como textos hermenêuticos ou interpretativos (sociais ou escritos) (SARGISSON, 2012, p. 11, tradução nossa).

Em Sargisson (2012), entende-se que o pensamento utópico delinea imagens alternativas do presente pelo esquadrinhamento de problemas centrais, alinhando imagens ideais e ameaças a esses mesmos ideais, em um processo de transdução narrativa e, que no contexto aqui discutido, pode se tornar política pelo caráter discursivo que a acompanha.

A ocupação das ruas - que é uma ocupação da forma, da função, da estrutura e dos processos desses espaços - é uma ocupação da ideia de país ou desse lugar ideal das necessidades sociais. A cólera insurgente que alimenta a mobilização é atrito, mas é ensejo de esperança. E a esperança repousa na ideia da luta, do resultado, do projeto, portanto uma articulação simbólica utópica. Afinal, “a perda de esperança e de utopia significa perda de humanidade” (SARGISSON, 2012, p. 14, tradução nossa).

Em jogo, projetos pessoais, vivências localizadas, lutas cotidianas e experiências diárias que ganham corpo no sentido solidário e coletivo desses projetos. Esses projetos ganham sentido de sustentação e objetividade dentro de um projeto de país (ou projetos). Quando os ideais nos quais se caminha se esfacelam, o caminho de reimaginá-los ativamente torna-se o programa da insurgência.

Nesse contexto, o espaço é o depositário da ação e da trajetória subjetiva dos indivíduos que se torna ação transformadora no contexto da mobilização. Os anelos do sujeito tornados anelos de reivindicação anseiam espaços de plenitude - pela reificação e representação das necessidades -, mas sua leitura não é restrita ao imaginário. É no espaço factual, no espaço que ao sujeito é eixo de existência e movimento, no espaço que é sinal visível dos efeitos de seus ideais é que a ação tem seu clímax.

O espaço aqui é entendido como arena e indumentária da ação²⁰. Na medida em que é ponto de início, flexão, reprodução e resultado da ação, o espaço é depositário do significado último da mobilização, da participação ou da cidadinidade: a realização humana em sua polissemia disputada. Simultaneamente, o espaço

²⁰A caracterização do espaço como arena implica dizer que é um esteio para que as ações se desencadeiem e qualifiquem as experiências socioespaciais. Ao mesmo tempo, destaca-se que o espaço é também indumentária, isto é, participante dessas ações e experiências. Arena faz supor lugar de embates, disputas e produção altamente ativa. Enquanto produzido, o espaço produz. Na medida em que produz, é produzido. Desse modo, afasta-se a concepção de espaço como mero substrato.

demonstra-se substrato, campanha, arena e parcela constitutiva da ação. Quando se levanta, o sujeito usa do espaço, mas tal uso é vestimenta que o encourça, o transforma e é transformado por ele.

Para desenvolver esta dimensão, convém retomar a formulação clássica de Milton Santos (2014, p. 39) em que "o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá". Objetos e ações se imiscuem formando unidades produtivas e produzidas

As chaves de compreensão do espaço são uma oportunidade de aproximação da natureza do agir mobilizado. Os objetos que povoam o cotidiano têm envergadura técnica e instrumental e, em interação com as ações no tempo, produzem as camadas da realidade dada no espaço (SANTOS, 2014a). Contudo, os objetos são pórticos significantes com os quais a ordem é construída, representada e percebida. Portanto, para erigir a realidade, os objetos constroem circuitos de significação.

As ações remetem a animação dos objetos, criando funções e deslizando sobre a produtividade da vida no espaço (SANTOS, 2014a). É preciso observar que as ações, embora façam parte do ordinário da vida, representam eventos, isto é, marcos de dotação humana com efeitos funcionais. Em um ato - que designa uma ação - estão contidos processos de intencionalidades que evidenciam situações sociais e compõem projetos individuais e comunitários.

A bem disto:

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. [...] O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. [...] O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas de geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente (SANTOS, 2014a, p. 10 e 71).

Encontra-se na definição miltoniana o entranhamento cujo corte permite observar a formação dos sujeitos, seu agir e mobilizar. A constituição do

ordenamento espacial feito de objetos e ações manifesta a realidade técnica e instrumental na qual a vida se enrola e se produz, mas seu caráter relacional faz com que as intenções questionem sua própria ordem.

No gestual das ações estão as faculdades humanas - também relacionais - de proposição. Nesse sentido, com os objetos, os sujeitos podem desencadear ações que acompanham projetos e podem rogar por lugares ideais. Os objetos que, como se percebe, não delineiam apenas uma imagem do espaço ou são componentes operacionais, estão atrelados a um circuito simbólico.

Nesses circuitos, a vivência no/do espaço e - para além da racionalização do sujeito no ordinário de vida - sua produção é percebida, refletida, reificada, planejada e ressignificada. Escapa-se então à ideia de um espaço substrato mecanicista e apático para pensar um espaço vivificado e vivificante, no qual a ação não se torna árida na análise da produção capitalista, mas se fecunda na medida em que o sujeito, este personagem ator, verte profundezas significantes nele.

O espaço, nesse prospecto, amplia sua noção de substrato planejado e gerido no qual os objetos ganham funções por meio das ações e deitam fluxos a produzir a vida e o próprio espaço. Mas como *locus* do sujeito e das necessidades, torna-se depositário do agir e do mobilizar. Sua própria natureza é o germe de sua transformação. O espaço não existe como unidade estanque e perene, mas sua epistemologia aponta para uma constituição que é movimento.

Há que se observar os adjetivos que qualificam a inter-relação entre os sistemas de objetos e ações: indissociável, solidário e contraditório. A indissociabilidade diz do processo produtivo interativo, onde objetos orientam ações, e ações se realizam pelos objetos novos ou existentes (SANTOS, 2014a). Esse pressuposto é a condição para que o espaço se module e se transforme. É nessa interação entre o gestual da ação e viço dos objetos que os sujeitos escoam seu agir mobilizado.

A solidariedade entre ações e objetos está no ajuizamento das relações de transformação e interferência mútuas incessantes. O caráter solidário de algo ou alguém se dá na qualidade de interesses e responsabilidades recíprocos. Nota-se que a natureza do espaço - na qual os sujeitos vertem sua existência em ações, nele navegam e se movem - é possibilitada por intencionalidades objetivas e subjetivas.

A intencionalidade implica em uma elaboração do que vem após a transformação. Antes de ser efeito e antes de proporcionar gozo (ou desgosto) por seu resultado, a transformação é pleito. Tal pleito implica em um comprometimento com uma situação atual, isto é a responsabilidade pela realidade que se torna digna de luta, para com uma situação ideal. O espaço é uma frente na qual a realidade alterna entre projeções realizadas e imaginadas.

O caráter contraditório do espaço se estabelece nas forças que nele operam. A variabilidade de objetos somada à animação que lhes é fornecida pela multiplicidade das ações, transcorre por meio de funções e estruturas, sujeitas a ordenamentos técnicos, jurídicos e simbólicos (SANTOS, 2014a). Isto quer dizer que o espaço é um esteio de contrários, contrariedades e contradições, já que o que o dá formação (visível ou invisivelmente) não é inerte ou impolítico.

Ao tratar do espaço das cidades na perspectiva da insurgência, Maricato (2013, p. 20) aclara a noção das contradições no seio do espaço:

[...] a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença. Mas a cidade também não é apenas reprodução da força de trabalho. Ela é um produto ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que querem melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos. A cidade constitui um grande patrimônio construído histórica e socialmente [...].

Esse enquadramento de conflitos do espaço, onde objetos e ações operacionalizam sua produção enquanto constituem sua natureza, introduz a noção de arena e campanha. Como o espaço é vivificante em sua materialidade, imaterialidade, fixos e fluxos, sua própria paisagem e ritmo são mobilização. Quando um sujeito se ergue e quando movimentos ascendem não o fazem sem o imbricamento do tecido e do conjunto espacial.

As ruas, vias, trechos, monumentos, paisagens, áreas de governança e toda a sorte de zoneamentos do espaço urbano e amarrações intra e extraterritoriais são qualificadas a partir das possibilidades de práticas exercidas no espaço. Entendendo-o como uma organização espacial, configura-se seu caráter de arena, onde os fluxos tornam-se embates sistêmicos e sistemáticos a construir sua própria essência e ordenamento em um *continuum* produtivo-funcional.

As porções espaciais e sua qualidade permitida por seu caráter relacional e humano, isto é, as espacialidades, ancoram e dão vazão à progressão das relações humanas - tonificadas por temporalidades e intersecções culturais, econômicas e políticas no tempo. O espaço então deflagra caminhos, rotas, direções e agremia variáveis que servem de terreno para que os sujeitos plasmem sua existência e sustentem seus devires.

O arranjo do espaço disposto em uma ordem jurídica e que caracterizaria uma estrutura organizacional (nomoespaço), possui também uma perspectiva comunitária (genoespaço), o que implica no duplo contexto público-privado (GOMES, 2010), promovendo constelações intersubjetivas e permitindo que na interseção dos sistemas de objetos e ações dispositivos de diálogo, movimentação e expressão ocorram (SANTOS, 2020a).

Recupera-se aqui o espaço urbano como arena. Sua perspectiva pública e jurídica o politiza para uma noção de *polis* ou uma comunidade, cenário da convergência de forças e ópticas, por uma coletividade que se formaliza. Ao mesmo tempo, essa noção pública em um comum formado de muitos cuja diversidade é ampla, permite enxergar que o privado adiciona coloração à noção da arena, por vezes excludente ao se pensar atores com mais voz e envergadura.

O espaço é, então, um vórtice de práticas que recombina e reelabora sistematicamente vivências e expressões, gerando amálgamas de consciência e práticas relacionais e espaciais. O espaço como arena é, sobretudo, um vórtice de cidadinidade. Teias de poder (pelas ações) se estabelecem sobre ele, mas sua própria conjuntura vivificante o torna um meio para práticas que questionam sua própria ordem, estranhem, disputam e até subvertem.

Pensar a produção do espaço a partir de uma noção sociopolítica conduz à tentação de lhe adicionar um caráter oficioso, formalista e burocrático. Ao passo que a quotidianidade - que transborda da inter-relação entre objetos e ações - revela que os fragmentos, peças, porções e micronarrativas dos sujeitos que o habitam, fazem o espaço exercer uma força estruturante dos sujeitos no/do espaço.

Agier (2010, p. 2507) elabora:

Falamos da cidade vivida em acontecimentos em vez da cidade definida em formas materiais, instituições perenes. Sem estar a negar a força estruturante dessas últimas, aceitemos a ideia simples de que a matéria viva da cidade é formada por cidadãos que aí habitam e trabalham, passeiam, gostam de certos cantos, praças cruzamentos, "certas luzes,

algumas pontes, terraços de cafés". Procuramos tornar visível - tanto quanto o universo mineral e literalmente petrificado das cidades (os edifícios, monumentos, vias para automóveis etc.) - uma realidade mais poderosa porque transformadora: as formas de palavra, das quais o espaço das cidades é, às vezes, o quadro. Insistamos ainda neste pressuposto: os termos convocados para esta reflexão são fluidos: ruas, passagens, mata, terrenos vagos; a memória, as imagens, as ficções e desejos. Uma cidade nem virtual nem irreal, antes imaterial, no sentido em que existe a mais e no seio da sua organização visível, que lhe dá uma parte importante do seu sentido diário.

A dinâmica de fluxos que irriga o espaço é um reflexo do sistema cosmológico da vida humana, isto é, plasmado pelas tessituras relacionais dos próprios sujeitos, expulsando as epistemologias acinzentadas, amuralhadas e frias da qualidade do que é espacial. Nesse sentido, o espaço é uma parcela da própria ação originária dos sujeitos. Na perspectiva de arena, é o espaço mesmo confissão de sua essência de abarcar a realidade e catalisar os efeitos do agir e do tempo.

Com Agier (2010), na medida em que ele versa sobre a complexidade da cidade, entende-se que o espaço - reduto da ação mobilizada - existe a mais, isto é, arranja-se para além dos quadros teóricos que o tentam apreender. Isto é, seu sentido construído ou reivindicado diário e cotidianamente pela fluidez do trivial, do ordinário e das imagens do corriqueiro, se potencializa nas práticas e no fragor humano emanado.

O espaço da mobilização se descortina. Os objetos, e neles os fixos e suas formas, são postos de encontro da memória, da sociabilidade e das práticas que devolvem aos sujeitos lastros humanos investidos quando da produção da realidade espacial. As ações podem então, a partir dos fluxos, funções, processos e estruturas, tratar a realidade como obra e desbravando-a, (re)criar possibilidades para que o influxo daquilo que se nomeia real habite.

Por isso práticas como ir, vir, estar, permanecer, ocupar, pertencer e apropriar tornam-se lascivas quando praticadas pelo sujeito em mobilização, já que incomodam o quadro pintado pretensiosamente de estabilidade pelo poder (político, mercadológico e simbólico). Como depositário da ação humana, o próprio espaço que se mostra contraditório, é provedor de acústica e ambiência para práticas e performances.

O espaço não é alheio ao sujeito e não o ensimesma em uma proto-narrativa em que este é senhor da realidade e cujos atos devam ser abonados. Com o sujeito, o espaço é construído e constrói. Ao dissecar a epiderme conceitual da produção

espacial, observam-se as organelas que interagem de modo consanguíneo por meio dessa iconografia de objetos, contradições, processos e variedades de vida.

Por ser marcado pelas trajetórias de objetos (que permanecem e se alteram) e de ações, e por apresentar um tráfego de fluxos e acontecimentos, o espaço possui um caráter revelador, como na alcunha de Milton Santos (SANTOS, 2014b). Ele revela suas próprias mazelas enquanto se produz pomposo e contraditório. No espaço está a fermentação para formação de uma consciência de mudança.

Na corporeidade espacial das ruas, calçadas, praças, vias, objetos e outros fixos, a corporeidade da existência dos indivíduos é deflagrada, de modo que a relação entre os sujeitos e o espaço é de extensão vital e camada existencial (SANTOS, 2020a). Quando o sujeito reivindica, o próprio espaço lhe é testemunha e endossa passionalmente por meio de suas formas e processos a qualidade do objeto reivindicado.

O uso do espaço para mobilizar-se é antigo e sempre novo. Quando o espaço público é tomado pela mobilização insurgente ou práticas cidadinas de qualquer natureza tem-se não apenas a dimensão factual dessa manifestação, mas revela-se um observatório privilegiado dos elementos que orbitam no ordenamento de que se vive, move e disputa.

Se no espaço estão contidos os elementos e o fermento para que a ação e a mobilização se realizem, há que se observar que dois aspectos são estruturalmente essenciais nessa conjuntura: localização e mobilidade (CERTEAU, 2014; SANTOS, 2014b). Localização diz dos pontos de origem e vivência dos indivíduos, naturalmente testemunhais da experiência e das forças que a arroçam ou anulam. E mobilidade diz da capacidade que os indivíduos têm de sair de suas localizações, seja para performances convergentes à ordem ou para desafiá-la.

A localização dos indivíduos tem duas facetas: a situacional e a histórico-narrativa. Partindo do contexto situacional, os indivíduos se localizam no espaço - aqui o entendendo em seu ordenamento territorial, como uma cidade, bairro ou região - por meio de forças coercitivas operadas pelo mercado ou pelo governo. A localização, em vias menos privilegiadas, frequentemente é contra a vontade dos indivíduos, evidenciando acirramentos socioeconômicos.

Já a mobilidade diz das possibilidades que os indivíduos têm de modular essa localização, transformando-a, sobrepondo-a às camadas culturais que a tornem mais significativa. A mobilidade implica em mover-se a partir de sua

localização. Os movimentos podem ser econômicos (trabalho e suas relações), sociais (afetos e redes), culturais (práticas e suas relações) e políticas (disputas e insurgências). Mover-se implica em constituir locais. Nesse trânsito, a vida é produzida.

Localização e mobilidade implicam em separações conceituais entre espaço e lugar²¹. Afinal, a circunstância de partir de uma localização e dela/nela mover-se implica constituir lugares como polos de acontecimentos, momentos e oportunidades de ação - cotidiana, não apenas insurgente. Esses conceitos são complementares e coexistentes.

Certeau (2014, p. 184, grifo do autor) aclara essa dimensão:

Um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. [...] Aí impera a lei do "próprio": os elementos considerados se acham uns *ao lado* dos outros, cada um situado num lugar "próprio" e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. [...] Existe *espaço* sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação [...].

Essa perspectiva permite entender que a mobilização é um acontecer no espaço por meio de instantes oportunos, momentos pertinentes, localizados no instante da ação. Os indivíduos localizados e movendo-se por suas localizações transformam o fluxo de acontecimentos espaciais em momentos decisivos ou oportunidades da experiência onde cognição, afetos e a realidade que compungem, originam práticas qualificadas na(s) espacialidade(s).

Decorre desse quadro a gênese da mobilização. A partir de um ser-estar localizado, movem-se esforços - humanamente qualificados em sua conjuntura social, política, cultural, geográfica e histórica - para que o trânsito tácito dos acontecimentos tornem-se um instante próprio, um lugar para o acontecer, em que

²¹É importante acrescentar aqui que o conceito de lugar, embora incorporado à teoria do espaço em uma perspectiva geográfica, não é lido aqui sob o pressuposto da Geografia Cultural e Humanista de modo estrito. Opera-se com Augé (2017), Massey (2000) e Certeau (2014) a produção e proliferações de outras qualidades do lugar e a amplitude desses lugares. Nessa dimensão, investiga-se sua natureza transitória, nominada, desarticulada do afeto e outras plátitudes do cotidiano sobre esse recorte do espaço.

o cotidiano é transmutado em momento decisivo para destravar práticas e viver por sobre táticas e estratégicas (AGIER, 2010; CERTEAU, 2014).

Mobilizar-se é sobretudo partir de um lugar (localização, história, origem), criar um lugar (um instante oportuno para a ação), trafegar por lugares (a esteira espacial) e idealizar um lugar (ideal, utópico, possível, onde a meta repousa). Essa espacialidade plasmada pelo cotidiano e pelo instante da ação possibilita que uma mobilização irrompa como objeto socioespacial sonoro e politicamente ruidoso, pelo caráter construtivo e criador do lugar.

Como há múltiplos lugares e múltiplos sentidos de lugar (MASSEY, 2000), bem como interpenetração desses lugares e dos não-lugares (AUGÉ, 2017), há possibilidades ilimitadas de mobilização (e porque não paralisia) dos indivíduos. Essa superposição de lugares possibilita pistas com as quais os sujeitos podem se deslocar e deslocar sua mensagem, sua consciência, seu espírito de luta.

O espaço e seus lugares, oportunos e de instante, constituem uma constelação de espacialidades para a ação. O olhar sobre o espaço que se estabelece aqui escapa à tradição epistemológica de apreendê-lo por meio de sua conjuntura produtiva, do planejamento urbano ou do ordenamento territorial. Foge-se também da perspectiva de rugosidades que fixam narrativas e possibilidades que, por mais que se declaram mutáveis, aprisionam as ações em seus objetos e vice-versa.

Opera-se aqui com um espaço código, mensagem e retórica. Um espaço que é projeto e se coaduna à própria substância do sujeito. É ao mesmo tempo arena e indumentária da ação. Destarte a ação é pulsão existencial, o espaço no campo das mobilizações comporta-se como reflexo existencial do sujeito (individual e coletivo) que se põe em luta. Desse espectro deriva a eloquência do espaço como depositário da ação e como vertente de insurgência.

Por concentrar práticas e processos, por excelência, o espaço corporifica (de modo material e imaterial) a participação e seu fim último. Concentram-se também suas operações ubíquas, virtuais e rebatimentos entre instâncias *on* e *off-line* (das quais não se faz falsa oposição). Esse espaço-ação é também um espaço-participação, ou espaço-cidadinidade como travessia do sujeito.

Nos anais dos movimentos, mobilizações e organizações coletivas ruidosas, culturais, vigentes ou cessadas, o espaço esteve sempre presente testemunhando, se imiscuindo e se metabolizando em ação. Se o espaço discursa

sobre a ação humana para além de suas profundas rugosidades, os movimentos como organizações, cujo ruído é rico, também são testemunhas da ação e sua atualidade.

1.3 A mobilização no espaço: substâncias e substratos da ação

A mobilização pressupõe encontros. O primeiro deles é o do indivíduo consigo mesmo no acionamento de sua desenvoltura como ator. O segundo é um encontro de iguais e diferentes. Nesse encontro, as perspectivas se alinham por meio de uma partilha da realidade e que se entrecruzam a partir de situações sociais, afetos detonadores e identidades (prévias ou momentâneas, unas ou múltiplas).

Em um movimento, na contramão de imagens utilitaristas que fazem pensar em objetividades neutras, há flexões subjetivas solidárias, como destaca Brandão (2004). O encontro entre sujeitos passa da identificação pelo compartilhamento de motivações e vocações, revestindo os objetos que reclamam ação de uma roupagem identitária. Ainda com o autor, movimentos supõem gestos culturais, onde os elementos constituídos insurgentes são gestuais forjados na experiência cotidiana (BRANDÃO, 2004).

É nesse contexto que passa-se de um sujeito individual para um cenário de sujeitos coletivos. A partir desse pressuposto, Agier (2011, p. 2581) destaca que:

O sujeito da política forma-se na palavra partilhada e na relação com os outros não atribuídos à sua identidade. A política emana de uma parte do todo que é mais do que a soma das partes (com as suas próprias ideias feitas), não está ligada à composição e às divisões do corpo social, distinguindo-se, assim, de qualquer política identitária. Por isso, algo deve passar fora e para além do habitual de modo a que a política ocorra. Esse algo depende da existência do que se chama, no ritual, uma mediação simbólica: um terceiro identificador transforma uma multidão de indivíduos sem nomes numa comunidade do momento ritual, antes que cada um volte para casa, reforçado pelo ritual mas de novo sozinho perante o mundo e na sua "própria" categoria social. Para o ser humano definido como indivíduo no meio de uma sociedade de indivíduos, tudo muda de forma parecida quanto vive um curto momento ritual de identificação com a comunidade, um curto momento de felicidade [...].

Essa partilha existencial inflamada pelo contexto situacional, pelos afetos e pela memória cria uma flexão solidária que constitui em um corpo político coletivo, dotado de objetos e direcionamentos, partindo de localizações e mobilidades,

quando não as (re)criando. Há a formação de um senso comunitário que torna o rompante agressivo uma experiência solidária. Salta um "nós" que permite a construção de novos olhares, imagens e afetos sobre si e sobre a realidade, em movimento (BRANDÃO, 2004).

A coletividade ou o atributo de algo que agrêmia indivíduos gerando campanha ou comunidade é uma construção tão antiga quanto mítica. Trata-se de uma entidade da qual é depositária de uma "fé" que é institucional - e que ora se chama civilização, ora Estado, ora sociedade se fundamentam e se servem. A coletividade é uma marca simbólica indelével para disputas, construções e feitura sociais, culturais, econômicas e políticas.

Martín-Barbero (2001) versa sobre a construção romântica da ideia de povo como peça do que se quer fundamentar como nação, mas uma peça marcada por homogeneidade orgânica. Essa comunidade funcional seria o motivo e a fonte de toda a ação social embrenhada em projetos que constituiriam o altivo conceito de nação. Mas ao povo, nessa concepção, se adotaria uma postura paternalista, com o qual poucos protagonizaram a história para a salvaguarda e proteção desse povo.

Com Gohn (2018) tem-se o povo como categoria que abarcava as camadas médias da população, situando um indivíduo médio. Estariam alocados aí os trabalhadores e toda sorte de pessoas que habitavam as periferias urbanas. A autora chama a atenção para uma noção de povo e popular com um marcador de classe. Os menos assistidos e combatidos pela realidade estariam inseridos nesse conceito que, em última instância, também deteria identidade política e oportunamente poderia ser usado como tal por outros agentes.

Desse tratamento homogeneizado e de classe, emergiria a leitura do que é popular como atributo do que advém de camadas periféricas e precarizadas. Povo ergue-se como uma muleta para a construção de uma noção altruísta e idealista de nação, na qual se despoja de tudo aquilo que não representaria tal acepção. O que emerge do povo passa a ser popular e, portanto, precisava de redenção, não sendo digno de alçar os brios políticos, apenas como objeto de discursos e benesses.

O popular passou a ser uma categoria cultural, alimentada pelo que se produzia e vivia nas camadas menos favorecidas e não participantes de uma aristocracia digna da *polis*. Esse atributo popular recebe ao mesmo tempo uma leitura despolitizada - e mandatária, ao povo não se deveria a politização - e de

rebaixamento cultural, já que o que dele emana seria oposto ao que é culto (MARTÍN-BARBERO, 2001).

O atributo do que é popular estaria inscrito em uma situação de diferenciação cultural. O popular estaria aquém do ideal culto, não popular. Retomando o paternalismo racionalista e idealizado do termo povo, tem-se aqui um quadro de que o conjunto de pessoas estaria sujeito apenas a gestos culturais, não fazendo parte do que é público em sentido político. Subtrai-se a agência da entidade povo, relegando a uma condição cultural - falsa, diga-se - de rebaixamento.

Essa medida excluiria o que é e o que vem do povo das instâncias do político: seus objetos, ritos, decisões e protocolos. Afastado da politização e relegado a uma condição cultural de rebaixamento, o povo se tornaria uma peça para manobras sob a justificativa publicizada de ser o que constitui a nação, sua alma ou outros constructos românticos da terminologia.

Essa noção foi dissolvida pelo conceito e contexto de classe social. A divisão da sociedade em classes e o levante dos pressupostos teóricos do termo não instaura apenas um panorama sociológico ou político da ordem pública. Essa terminologia dota a entidade povo de capacidade política. Isso pela elevação dos próprios modos de vida dos indivíduos como modos de operação e disputa da realidade.

Como classes, os indivíduos se fortalecem reunindo suas origens e partilhando dos mesmos esquemas de opressão dos quais irão se revoltar. O debate se bifurcou na medida em que anarquistas não esgotaram o termo povo em classe oprimida e a leitura marxista se orientaria, a partir da noção de proletariado (MARTÍN-BARBERO, 2001). Importa na disputa conceitual a possibilidade comum entre elas: a capacidade e o potencial de agir dos sujeitos coletivos.

Em uma outra via, está o conceito de massas. A inclinação política está também presente na terminologia. Contudo, entendem-se as massas como grupos numerosos, sem autodefinição, sem inteligência coletiva, facilmente cooptados e que integram frentes de ação sem muita compreensão da conjuntura e dos significados de sua atuação (GOHN, 2018).

As massas seriam emaranhados sem rosto e sem capacidade de gestos culturais e atos políticos autônomos, sem qualquer fagulha de outros, possuidores de agendas e equipamentos. Contudo, o opróbrio massificado de ágil cooptação e

manobra pode ser um *player* político instável, já que possui volume e sua indefinição torna sua interpretação e "real" controle em campo difícil.

As massas estão associadas comumente ao ideário midiático, designando audiências e grupos de receptores de comunicação cuja agência é artificial ou cuja naturalidade é insuflada por discursos sofisticados e estratégias da indústria cultural (MARTÍN-BARBERO, 2001) ou do consumo como práxis (CANCLINI, 2006). Todavia, é pela indignação e caráter afetivo que a noção passiva de massa é interpelada.

Multidão é um par complementar de massa. Os dois termos indicavam - pela herança arquetípica do que é popular como diferenciação cultural - que a barbárie que era própria dessa coletividade constituía um peso para a sociedade ideal, não sendo capaz de esboçar o que se concebia como agência ou liturgia política (MARTÍN-BARBERO). Contudo, o que as multidões testemunharam pelas ruas foi a capacidade de erodir estruturas de poder por seu caráter massificado.

As multidões produziram didáticas lições sociopolíticas por meio de ruidosas demonstrações nas vias públicas e onde quer que se fizesse ouvidas. O resultado não é o choque, a interrupção de fluxos ou o barulho que incomoda, mas a compreensão clara de que uma sociedade na qual a diferenciação política e cultural colapsou, já que a liberdade do povo, massa ou multidão é exercício e como tal, pressupõe vivências individuais e arranjos coletivos.

A apreensão do coletivo é complexa por pressupor tempos e espaços cuja movimentação ocorre em ritmos distintos. Ora lentos, ora rápidos, ora tépidos, ora vorazes, ora submersos, ora ruidosamente visíveis. Essa característica de indefinição, antes sua defecção, agora participa de sua substância, já que desconstrói ideário de facções, antagonismos simplistas e segregadores (MARTÍN-BARBERO, 2001; GOHN, 2018).

Complexificam-se as noções. Rompe-se em parte o ideário romântico de fazer considerar uma entidade coletiva sem agência, mas núcleo de toda a ação (perpetrada por poucos). Abandona-se a diferenciação cultural, ainda que em tese, como definidora. Abandona-se também a ideia de uma massa essencialmente indefinida, homogênea e inerte. Enfraquece a qualidade única da opressão como vínculo do coletivo, pensando novas possibilidades performáticas do coletivo.

Chega-se ao terreno de um corpo que é múltiplo, variado, diversificado e por tais características não sujeito a aprisionamentos espaciais ou temporais como

definidores. Isto é, as origens e movências espaciais não esgotam essa coletividade. A longa, média ou curta durações se confundem ante a efervescência, volatilidade e o caráter do que é provisório como elemento aglutinador da potência.

O quadro da multidão que se ergue e se mobiliza é provocativo:

A multidão é a multidão, identidade temporária e provisória que esgota sua significação e sua função da fração de tempo em que se manifesta nas ruas e no modo como se expressa. É um sujeito que se dissolve no fim da festa. Pela frequência e pelas peculiaridades de suas demandas, vai ficando claro que a multidão é novo sujeito [...]. Novo sujeito do processo político em conflito com os velhos sujeitos, os da política como ação de estereótipos, os do cidadão aprisionado na camisa de força de conceitos rígidos. [...] A multidão desconstrói [...] (MARTINS, 2015, p. 3).

Ao sabor das categorias, os sujeitos como coletivos denotam sua característica fontal de, ao pertencer a uma realidade e nela ser tolhido, empreender alternativas para sua transformação, tornando-se com um sem número de outros sem plausibilidade de definições uma força mobilizada. A substância elementar de movimentos e mobilizações de quaisquer naturezas é a partilha de realidades, destinos e afetos. Ao se mobilizar, sujeitos se encontram consigo mesmos, com outros e com o porvir qualificador de seus esforços.

No repertório terminológico que pavimenta o terreno dos movimentos e mobilizações, há ainda duas outras categorias que são necessárias para a compreensão sobre o jogo léxico e sua apropriação: a renovação polissêmica de sociedade e o conceito de cultura política (GOHN, 2018). O usufruto semântico desses termos na pauta pública é importante para compreender o aspecto da própria atualidade do campo.

Como Gohn (2018) sinaliza, o termo sociedade sendo uma designação derivada da Sociologia, apesar de sua polêmica conceitual e amplo debate, tem no senso comum certo préstimo. Quando se evoca sociedade como lugar onde a vida acontece, postula-se também que os movimentos partem dela, a ela querem modificar e, os indivíduos que assim atuam, confeririam a qualquer tipo de ato certa legitimidade de voz.

Quando se parte de uma ideia de que "a sociedade reage" ou "a sociedade quer mudança" se apropria de uma noção poderosa de que o que se produz, vive e acontece tem parte com essa coletividade extra-linguística de povo. Isto é, acopla-se às manifestações do povo certa legitimidade que vem da própria

realidade, da própria sociedade como termo que dá sustentação linguística à experiência dos indivíduos tornados sujeitos e em coletividade.

O termo cultura política também é importante para a aproximação dos fundamentos dos movimentos e mobilizações sociais. Visto inicialmente como atitudes orientadas ao sistema que determinam práticas e papéis do cidadão no espaço público, o termo sofreu mutações (GOHN, 2018). Da designação a orientações subjetivas únicas de um povo diante da política passou-se a noção de possibilidades diversas de acepções e culturas políticas em convivência.

Das ideias mais puristas e homogêneas, passou-se a conceber que o espaço público é composto pela construção de distintas perspectivas políticas. Nesse ínterim, diferentes narrativas, visões e ideias sobre o que é público passa a compor certa cartografia do político (GOHN, 2018). Com visões heterogêneas e heterodoxas, abre-se a compreensão para a diversidade de sujeitos e contextos nos quais estes atuam tendo por horizonte suas trajetórias e as tramas nas quais se inserem os centros de poder.

A partir desse campo de categorias que enunciam sujeitos e suas atribuições coletivas em perspectivas sociais e políticas, é que a categoria movimento social pode se estabelecer. E nela, mobilização social. Compreende-se, então, que um movimento social é um esforço de um ator coletivo em se apropriar de valores, processos e atributos sociais diversos subjugados por adversários e mediados por relações de poder (TOURAINÉ, 2009).

Com Brandão (2004), observa-se o movimento social como um lugar em trânsito, e este lugar, dotado de atributos culturais, consiste de interações e relações que reinventam os tempos e os cenários por meio de sua comunicação intempestiva. Pensar movimentos demanda um esforço inicial para enxergá-los antes de sua forma organizacional, mas em sua substância como espaço de ideias, contestação, táticas e estratégias²².

Touraine (2009) fortalece essa perspectiva ao caracterizar um movimento simultaneamente como conflito social e projeto cultural. Um movimento visa a realização de valores culturais em nome de um reino da transformação da realidade, representando uma vitória sobre um adversário que é também

²²Tática e estratégia aqui são entendidas na visão de Certeau (2014). A estratégia está ligada ao poder dominante e hegemônico e as feitura para seu exercício e garantia. Tática, por sua vez, são astúcias práticas para operar e disputar o poder dominante.

representação. E nisso, há a apropriação de signos e projetos culturais a crescerem no seio social. A mudança alvejada é a transformação interna e externa.

Gohn (2010; 2011a) chama atenção para o caráter instrucional dos movimentos. Na medida em que são projetos de vida imersos em uma dinâmica conflitiva e insurgente, as ações dos sujeitos coletivos promovem uma rede de aprendizagem de seus participantes: a partir da lida com a coisa pública, do trânsito de culturas políticas e temáticas de inclusão social. Essa aprendizagem é experimentada sobretudo por seus protagonistas, mas por sua matriz de saberes, é apregoada aos indivíduos fora do movimento.

Movimentos como operações de atores coletivos são antigos, isto é, guardam uma tradição histórica e uma meta-narrativa na medida em que se definem como forças sociais que se organizam e aglutinam agentes com um fim difuso, gerando uma experiência transformadora. Ao passo que são antigos, também são sempre novos. Versar sobre movimentos - sociais, culturais e políticos - é versar sobre experimentações sociais.

Quando se formam, reproduzem e detonam o conteúdo de sua ação, os movimentos produzem experiências de ressignificação e reelaboração do tempo e do espaço. Os sentidos da luta interpolam os arcos sociais, que espetam o cotidiano, e produzem pulsões criadoras. Esse fazer criativo não ocorre sem ceumias e traumas materiais ou simbólicos. Todo movimento é expressão de resistência, antes de ser proposição.

Aos movimentos, é factível dizer que:

Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberte. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazeres propositivos”. Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social (GOHN, 2011a, p. 336).

A ação coletiva expressa energias emancipatórias dadas pelo influxo da realidade situacional e balizadas pelas alocações dos sujeitos pertencentes a estes tempos e espaços (GOHN, 2010; 2011a; 2018; JASPER, 2016; TOURAINE, 2009). Regressando ao repertório da trajetória, as experiências dos sujeitos coletivos ao longo da história podem ser classificadas em tempos e em aspectos.

Considerando os tempos, há que se revisitar as metamorfoses dos velhos ou clássicos, novos e novíssimos movimentos sociais. À baila dos clássicos, o chão de fábrica e a configuração social em classes é a primeira chave de leitura. O residual da experiência da exploração e das injunções da classe hegemônica sobre as trabalhadoras é que constitui a substância para a produção da ação.

Os meios de produção, a conjuntura da divisão do trabalho e o cenário compositivo da sociedade produtiva e de consumo oferecem os ditames para os movimentos sociais tradicionais. A luta entre classes e a potencialização dessa divisão compunham os insumos para a transformação da realidade. A manifestação organizada e ruidosa das marchas e das pressões fundamenta a experiência e a linguagem coletiva.

Na tradição, os movimentos sociais clássicos se arregimentaram por meio da formação organizada de frentes de articulação como sindicatos e outras instâncias (GOHN, 2010). Esse princípio organizador forneceu a conjuntura necessária para que inovações sociais e medidas práticas se estabelecessem em nome de uma realidade menos desigual (ALONSO, 2009). Sua força sociopolítica logrou reconhecimento e seus saberes garantem certo balanço na produção do cotidiano.

Alguns feitos teóricos trouxeram penumbra à efervescência dos movimentos sociais que teceram sua estrutura, a partir do chão de fábrica e das interpelações da sociedade industrial e do consumo. Adorno (2005) e Riesman (1995) conceberam que a massificação, os signos do consumo e o capitalismo tardio produziram comportamentos individualistas, gerando a desmobilização dos sujeitos e de atos coletivos.

Todavia, as ideias são confrontadas a partir de uma nova explosão social. Desta vez, não restrita apenas ao mundo do trabalho, mas reclamando demandas pós-materiais. O público a compor as novas multidões também se ampliou: estudantes, profissionais liberais, jovens, mulheres, permitindo "movimentos", em vez de um movimento uno (GOHN, 2011b). Tratava-se de uma disputa mais sistêmica, pautando-se na cultura e na sociabilidade (ALONSO, 2009).

Desse horizonte, desprendem-se as teorias de Mobilização de Recursos (TMR), do processo político (TPP) e, finalmente, dos novos movimentos sociais. A TMR, em Olson (1999), implicava em uma leitura racional e calculista da ação coletiva. Entre riscos e benefícios, os sujeitos estariam dispostos em um fenômeno

social planejado, dotado de códigos e hierarquias. A estratégia exerceu primado sobre a cultura e a ação social assumiu uma imagem corporativista.

A TPP, por sua vez, com Tilly (1978), dirige seu olhar para a revolução como uma categoria para macroprocessos sócio-históricos. Concebe-se que os agentes coletivos não existem *a priori*, a menos que sejam fruto de um processo de oportunidades. A solidariedade adiciona uma camada cultural à teoria, indicando que os indivíduos se reconhecem em um comum de vivências e mutualidade na ação, todavia dependentes de recursos formais para ganhar corpo político.

Essa estrada é necessária para posicionar os novos movimentos sociais que não significam uma ruptura completa com os clássicos ou sua negação, mas a abertura a novos temas, agentes e processos (JASPER, 2016). O mundo do trabalho se complexificou e uma trama adensada pelo império simbólico do consumo e da tecnologia causam dissensões na percepção de direitos sociais, redistribuição e reconhecimento de identidades (GOHN, 2011b).

Os adversários clássicos permanecem, contudo fazem apenas parte de uma cartografia do conflito, onde sistemas e estruturas devem ser atacados e a persuasão da sociedade civil passa a fazer parte da cartela de táticas e estratégias (ALONSO, 2009). A envergadura da ação social dos novos movimentos seria representada por um mosaico de sujeitos: mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+, ambientalistas, outros grupos heterogêneos e sujeitos transversais a todos estes.

A perspectiva dos novos movimentos sociais estaria atrelada à reivindicações de causas a partir de projetos. Projetos de vida, projetos de sociedade, projetos de país, projetos culturais. A cartografia de conflitos encontra uma nova cartografia política, chacoalhando as concepções de sociedade, Estado e sujeitos de suas antigas formulações, sem adesão à conjuntura social que se desvelava.

Habermas (1991), ao tratar dos *new social movements*, propõe uma classificação dupla: movimentos de libertação e movimentos defensivos. Os primeiros teriam compromisso com a emancipação e pela garantia de direitos, apelando para o confronto reivindicatório. Os demais se concentrariam pela salvaguarda da comunidade e das ameaças que a cercam, possuindo caráter propositivo.

As novas formas de conceber e perceber os movimentos sociais então estariam no entrecruzamento da situação social, dinâmicas políticas e projetos culturais. O arrocho e precariedades, a formas de participação política e as frentes culturais criam um ideário mobilizador. Importa a afirmação de identidades no plural, a autonomia de culturas e comunidades, ensejos democráticos e o conceito tanto polêmico quanto polissêmico de desenvolvimento. Na linha de oposição, as operações estatais, mercadológicas e outros polos hegemônicos.

Sob a herança e a tela de referência dos movimentos clássicos e novos, despontam os novíssimos movimentos sociais - para além de classificações utilitaristas que hierarquizam essa diversidade. Em sua constituição, está o fortalecimento das bases identitárias na mesma intensidade em que se ampliam e diversificam os repertórios, tornando a apreensão de sua corporeidade difícil, fugidia (GOHN, 2018).

Os novíssimos movimentos rechaçam a cristalização, o engessamento e o utilitarismo que envelopa a ação social no imaginário social e acadêmico. Novos adjetivos tornam sua apreensão tanto complexa como provocativa. São fluidos em termos de agência, fragmentados em termos de organização material e se acomodam na horizontalidade como dinâmica e valor.

Destarte as classificações dos tempos dos movimentos e suas tomadas de direção, observa-se que os movimentos são estruturas complexas, marcadas por horizontes objetivos e subjetivos. Nesse sentido, importa tanto quanto a realidade situacional que grita, as ações estratégicas, as flexões solidárias e a formação de identidades coletivas em torno de causas, projetos de vida e sociedade (ALONSO, 2009).

Considerando os aspectos dos movimentos, é possível abordar a formação de ondas, de redes e do jargão manifestações. O primeiro aspecto, de ondas, permite compreender a ação coletiva como ação recíproca. Isto é, sujeitos e os objetos de suas mobilizações se ancoram a comuns definidos no próprio percurso de ação. Causas, bandeiras, vozes e flexões solidárias são produzidas e fortalecidas no próprio processo de corporificação da atividade, como em ondas.

Pensar em ações como onda é supor ascensão - a escalada volumosa e imponente de uma onda - e o declínio natural - onde a ação cai e se espraia (TARROW, 2009; BARKER, 2014). Os sujeitos envolvidos nessa tipologia identificam em algum momento da ondulação algum grau de familiaridade, um

comum instantâneo e que ativa por solidariedade uma ação conjunta, não olvidando das diferenças, mas apostando no reconhecimento do valor da luta o significado primário e final daquele esforço (BARKER, 2014).

Um importante aspecto desta estética de ação coletiva está na capacidade sistemática de repetição e inovação da ondulação. Os movimentos de onda são repetíveis, porém sempre novos, mais ou menos volumosos e tendo finalizações distintas. Nessa tipologia em que o instantâneo e o imprevisível formam comuns solidários e partilhas de valores político-culturais, as ondas permitem a renovação de táticas, estratégias e repertórios de confronto (TARROW, 2009; BARKER, 2014).

Movimentos em onda sugerem que a ação coletiva se estabeleça mutável de seu início ao seu declínio. Práticas, processos, identidades e obstáculos se unem para a produção, inovação e reprodução do próprio movimento. Essa característica estética e dinâmica das ondas faz com que seu desenvolvimento se realize por meio de forças contraditórias em alternância, em que tendências opostas concorram para a realização da própria ondulação (BARKER, 2014).

A característica de progresso entre forças e operações por meio de aglutinações em um *continuum* faz refletir outro aspecto das ações coletivas: as redes. Entendidas como sistemas socioespaciais de intercomunicação de objetos e fluxos com um programa de propósitos e ações (DIAS, 2001; SOUZA, 2013), as redes criam circuitos produtivos e tramas que permitem a produção de tessituras que ordenem, organizem ou abalem a realidade.

Como trama de nós, arcos e fluxos, as redes são vetores para a ação coletiva em diferentes campos e escalas de integração: espacial, econômica, política, logística e outros. As redes dão à ação coletiva a possibilidade de que seus fins se tornem um programa reticulado, partilhado entre vários pontos de interconexão - sujeitos e grupos -, reproduzindo-se em fluxos, capazes de interceptar a produção da realidade e radicar sua atividade.

Os movimentos em rede dizem de coletividades pautadas na estrutura intercomunicante das redes, estabelecendo-se em programas arraigados pelas tramas dos nós e arcos (CASTELLS, 2003). Isto é, em uma rede conteúdo, prática e performance se veem entrelaçadas e participantes de um corpo coeso. Esse corpo garante acuidade de objetivos e produz sujeitos relativamente autônomos aos sistemas externos, dado o caráter alternativo e comunicante da rede.

Castells (2003) explorou a rede a partir da perspectiva comunicativa e tecnológica como matriz de produção da realidade, cunhando o clássico conceito de sociedade em rede, aparato relacional, técnico e político da atividade humana. A ubiquidade e pervasividade dos dispositivos adicionam uma camada sócio-técnica às redes, especialmente as mobilizadas.

Esse cenário de redes permitiu que a ação coletiva lançasse mão de ferramentas, táticas, estratégias e transformasse seu próprio eixo, a partir da processão dos dispositivos (BRAGA, 2020; SANTOS, 2020b). Na rede, a agência e a potência se transmutam em fluxos com possibilidades múltiplas de interconexão. A prática mobilizada passa a assumir outras feições como a virtualização, o ciberativismo e a arregimentação entre o *on* e *off-line*.

Outro aspecto que influencia a conjuntura contemporânea da ação coletiva e mobilizada é fruto do próprio intercurso temporal sofrido pela constituição e transformação dos movimentos (clássicos, novos, novíssimos, suas ondas e redes). Trata-se da própria possibilidade de uma definição fugaz ou, em outra perspectiva, o caráter cambiante de algumas modalidades de agência: descentralizadas, sem organização conforme a expectativa utilitária, sem hierarquias ou necessidade de consolidação autodenominada.

Pode-se falar de ativismos, coletivos, atos, protestos, movimentos de protesto e manifestações. O termo manifestação é cálido por oferecer ao palato linguístico a ilustração sobre as formas de origem, reprodução e transformação de atos mobilizados, evadindo-se de construções estritamente orgânicas, visto que o caráter novo ou novíssimo dos movimentos progrediu em formas e conteúdos bastante distintos. Sua própria organização se oblitera e se renova.

O passeio por categorias que produzem terraplanagem para o conceito de movimentos sociais, bem como a compreensão de seus tempos e aspectos reclamam definição. Por certo que a possibilidade de agência coletiva concedida pela dimensão organizacional de movimentos sociais oferece aos indivíduos possibilidades de explorar, articular e vivenciar sua realidade, incorporando e reelaborando os fios que tecem a realidade (JASPER, 2016).

Assim, é possível delimitar:

O **movimento social** é algo mais estruturado, tem opositores, identidades mais coesas, determinados projetos de sociedade ou de resolução aos problemas sociais que demanda. Movimentos têm liderança, base e

assessorias. Um movimento social é fruto de uma construção social e não algo dado *a priori*, fruto apenas de contradições. [...] Eles têm laços de pertencimento e identidade com um grupo, repertórios de demandas e práticas de organização (GOHN, 2018, p. 246-247, grifo da autora).

Uma alteração fundamental na lógica de operação, comunicação e organização de ações coletivas de cunho sócio-político foi percebida no decurso do último século (RICCI, 2018). Do caráter orgânico e planejado dos agenciamentos tradicionais em que as demandas eram levadas a termo pela organização estrutural de movimentos, passou-se a estruturas marcadas de provisoriedade, cujos eixos e raízes são movediços e tem nesse estatuto seu modo de operação (SCHERER-WARREN, 2006).

Observa-se que a enseada constitutiva dos movimentos sociais e sua incidência sobre a história oferece sustentação para a derivação de outra categoria, a de mobilização social, cara a esta tese. A mobilização social, ao passo que se separa operacional e conceitualmente de movimentos sociais, guarda relações de vínculo e emergência, fundamentando-se em seu fragor e reelaborando suas táticas e estratégias ao sabor dos novos *modus operandi* da contemporaneidade.

A mobilização social emerge como uma categoria renovada, abarcando a diversidade de manifestações sociopolíticas e práticas de insurgência marcadas sob esse cabedal de novas formas, processos, estéticas e gramáticas. Nesse agrupamento, é possível identificar características agremiadoras que descrevem essas atividades, mas simultaneamente testemunham a epistemologia que as cercam.

Para fins de delimitação, as mobilizações sociais são concebidas como atos e manifestos constituídos a partir de pautas e demandas sociais com origens demarcadas tanto em termos de conteúdo como espacialização. Dependem de certa fermentação cultural, isto é, quando o objeto de anelo ou reivindicação é reificado a partir de sinais visíveis de disputa dos adversários (pontuais, nomináveis ou representados no mercado ou no Estado), a ação visível acontece.

As mobilizações sociais podem prescindir de esquemas orgânicos, institucionais e hierárquicos convencionais. Todavia, isso não significa sua rejeição às cooperações e negociações, mas implica uma recusa à cristalização. Esta recusa é entendida aqui como princípio constitutivo da mobilização que se engaja

a partir de um episódio, cujas tramas são rugosas, porosas e embebidas de contextos situacionais.

As ações, então, se dão em níveis diferentes de espacialização, criando circuitos territoriais e multiescalas. Nas mobilizações a tomada do espaço público e a interrupção dos fluxos são estratégias pontuais, mas fazem parte de um símbolo no qual o participante, as estéticas e as gramáticas praticadas vão criando um corpo, um movimento caudaloso.

Táticas comuns como a pressão, cartazes, reivindicações e intervenções ruidosas são diluídas em uma ação cuja envergadura quer atravessar o espaço do cotidiano, o espaço das operações, o espaço da governança e o espaço das comunicações. O provisório e a descontinuidade fazem parte desse contexto ao mesmo tempo em que a intensidade de sua eclosão e a dimensão volumosa de sua difusão.

Têm-se atos, manifestos, marchas e práticas insurgentes de configurações e etiquetas distintas, aglutinando sujeitos diversos. Essa aglutinação de unidade na diversidade se dá pelo entrelaçamento identitário por meio da criação de uma identidade provisória e flutuante, que pode se dissolver depois do pleito ou permitir novas criações em outros momentos (SANTOS, 2019).

Herda-se dos novíssimos movimentos sociais o intercurso histórico na caracterização da ação coletiva, mas logra da contemporaneidade em feitiço a novidade dos cenários híbridos e sociotécnicos (LATOUR, 2012; 2013), da pujança das redes (CASTELLS, 2006; 2013) e dos processos comunicativos (MARTÍN-BARBERO, 2001). A definição repousa na atualidade das práticas insurgentes sem dialogar a partir de rupturas, mas tratando de inclinações, flexões e metabolizações da agência, da potência e da performance.

Há uma configuração contemporânea adensada pela comunicação em rede (CASTELLS, 2003; 2006), pelas ambiências ubíquas (LÉVY, 2000; 2002) e por um processo de anestesiamento estético que aprisiona o reconhecimento dos indivíduos como sujeitos, e faz de cidadãos, consumidores (CANCLINI, 2004) que produz um duplo vórtice sobre a ação social. Variedades de ações que desafiam a realidade e o pensamento e, ao mesmo tempo, uma condição fluida que produz descontinuidades e provisoriiedades.

Esse complexo cenário de cenários particulariza a constituição de sujeitos e suas mobilizações cuja origem e reprodução são impetuosas, sem que haja tempo

para a maturação de uma planificação orgânica - os sujeitos imersos nesses atos parecem rechaçar essa perspectiva cara a considerações tradicionais de ações coletivas. Se é possível dizer que fixos e fluxos se tornam instrumentos e medeiam táticas insurgentes, nesse novo limiar, o espaço de mobilização e o seu exercício tornam-se substância da mesma ação que advém dos sujeitos.

Os sujeitos ao se mobilizarem tomam o espaço e suas camadas em uma medida contextual, isto é, acopla-se a ação aos fixos, inaugurando fluxos reivindicatórios, querelantes e propositivos. Mas a tomada do espaço é reificada, na medida em que se reclama um lugar da realização da existência feita projeto e coletivizada no comum instantâneo do ato mobilizado.

Esse gestual implica na tomada do ordinário por um contexto extraordinário, que por sua vez, gera uma onda transformadora. Reclama-se a atenção do ordenamento das atividades para irromper um sinal patente de que algo requer atenção e de que certa transformação está sendo proposta, ou se há feridas lacunares, algo está sendo posto em situação de indignação para transformação.

Retorna-se às práticas (CERTEAU, 2014). Ao pensar práticas dispostas no espaço - substrato, público, arena, cotidiano -, pensa-se participação social, cidadania (CARVALHO, 2000; HOLSTON, 2013) e cidadinidade (AGIER, 2011). Esse tipo de exercício, do sujeito que consciente de seus papéis e da ordem que o cerca, cultiva procedimentos e bons votos por essa mesma ordem. Esse exercício pode ser pensado em sua constituição como empreitada para a manutenção de certa saúde institucional, a relação senso-dissenso como elemento político básico e a coalizão como prática do fazer política.

Articular diferentes visões, dispositivos, concepções e colocar em perspectiva ideários diversos é uma atividade dirigida a salvaguardar a saúde das instituições, ou do Estado (em qualquer acepção), ou de uma nação ou de um povo (HOLSON, 2013). Colocar pautas em atrito é garantir as funções vitais da realidade política vigente. Contribuem para essa manutenção salutar os instrumentais do senso-dissenso e da coalizão.

O binômio ambivalente de senso-dissenso se situa na confecção democrática da política, não olvidando a diversidade de visões e projetos, mas lançando mão da consciência da diversidade para construir projetos e esforços comuns, transformando a diferença de choque em diferença de projeto, isto é, pluralidade (CARVALHO, 2000). E a coalizão é o sedimento desse processo, uma

vez que metaboliza a divergência em convergência. Ou, em última instância, é sua intenção.

Enxerga-se o espaço como palco e tela para as mobilizações e para o exame da qualidade da participação nelas observada. Afirma-se o espaço não o restringindo apenas ao conceito de cidade, dando assim vazão às práticas perpetradas no/pelo espaço virtual, cujos reflexos se somam na variabilidade espaçotemporal, sociopolítica e cultural dada as protuberâncias de cada lugar e momento.

Sobre as mobilizações:

[...] também precisam construir um espaço público, criando comunidades livres no espaço urbano. Uma vez que o espaço institucional - o espaço constitucionalmente designado para a deliberação - está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social. É por isso que ocupam o espaço urbano e os prédios simbólicos. [...] Eles criam uma comunidade, e a comunidade se baseia na proximidade. [...] Os espaços ocupados não carecem de significado: são geralmente carregados do poder simbólico de invadir áreas do poder de Estado ou de instituições financeiras. [...] Ao assumir e ocupar o espaço urbano, os cidadãos reivindicam sua própria cidade, uma cidade da qual foram expulsos. [...] O controle do espaço simboliza o controle da vida das pessoas. Construindo uma comunidade livre num espaço simbólico, os movimentos sociais criam um espaço público, um espaço de deliberação que, em última instância, se torna um espaço político [...] (CASTELLS, 2013, p. 18-29).

A insurgência e a mobilização são atividades criadoras e criativas. As práticas dos sujeitos se imbricam para construir um lugar ideal onde a tensão repouse na criação de instâncias de espacialidade pública e política. A criação é um ato de mobilização, de participação e, portanto de cidadania. Nessa perspectiva, a relação dos sujeitos - cidadãos - entre si e a relação com o espaço e a situação social (AGIER, 2011) é que constituem o fragor desse engajamento mobilizado e criador.

O cotidiano e sua dimensão socioespacial aclaram a dinâmica cidadina e nela a insurgência mobilizada em rotas ordinárias, extraordinárias, passageiras e rituais (AGIER, 2011). O ordinário e seus laços de pertencimento plasmam a existência, seus símbolos e objetos. O extraordinário torna as vivências cáusticas, alertando o contexto situacional e despertando reações. O passageiro cria instâncias do provisório, lugares a modelar. E o ritual cria teias simbólicas nas quais a vivência do cotidiano permite sua reelaboração sistemática.

Esse quadro de referência permite o lance de peças sobre a qualidade dos sujeitos aqui evidenciados, suas mobilizações e, o espaço no qual sua trajetória se estabelece, e que é ao mesmo tempo lugar de seu existir e devir. As mobilizações sociais contemporâneas têm estabelecido novos traçados de percepção da participação social e da própria conjuntura epistêmica das ações coletivas.

O retorno às ruas que é sempre novo e deflagra uma nova relação com o espaço. O usufruto da cidade, seus fixos e fluxos se incorpora às mobilizações como indumentária e tem força de agência, seja pela reificação, seja pelo porte do exercício sociopolítico perpetrado pelas mobilizações. A camada sociotécnica das redes e dos processos comunicativos criam camadas e ambiências que transformam o sujeito e requalificam sua emergência, bem como suas práticas.

A substância da ação eclode do indivíduo que se torna ator e se consubstancia com a envergadura da mobilização, revelando um sujeito-movimento. Este sujeito é desafiador, visto que suas práticas são marcadas de hibridismos entre exercícios de cidadania e cidadinidade, bem como com as coisas - os objetos, dispositivos e ferramentas que com ele adquirem agência. Este mesmo sujeito cria laços complexos, identidades provisórias sem arrefecer de sua própria origem, criando lastros afetivos e efetivos de questionamento do tempo, do espaço e da realidade.

Dada a eloquência e do espetáculo da novíssima realidade das mobilizações, a desconfiança e o descrédito são comuns. Contudo, não é salutar para o estudo cioso da ação social o julgamento tácito e apressado das estéticas, gramáticas e formas do que é novo, frequentemente dissidentes e com menos feições familiares a que o olhar analítico se acostumou.

Por certo que os movimentos, suas práticas, táticas e performances dos sujeitos revelam profundezas que devem ser examinadas em suas porosidades, oportunidades, riscos e significados, conforme elucida-se no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

NA RUA, ENTRE *HASHTAGS*: DINÂMICAS DE (RE)PRODUÇÃO DAS JORNADAS DE JUNHO

Senhor, nós sabemos o que somos.
Mas não o que seremos (Hamlet, Ato 3, Cena 5).²³

O conjunto de manifestações que eclodiram sobre a metrópole paulistana e por contágio mobilizador tomou o território nacional, começou localizado em espaço, conjuntura e agenda. O Movimento Passe Livre (MPL) - instituição cuja bandeira serviu de diapasão involuntário para a formação dos atos que viriam a caracterizar as Jornadas de Junho - participou do estopim do corpo dos atos, subsidiando os flancos e franjas dos protestos que, posteriormente, aglutinaram forças sociopolíticas diversificadas.

As reivindicações do MPL têm por núcleo a gratuidade do transporte coletivo público e tratativas sobre mobilidade urbana. A cidade, sua produção e crescimento, sobretudo nos significados socioeconômicos e simbólicos do transporte - nos sentidos do ir e do vir - são gestadas como metas centrais do movimento. Na compreensão do grupo, está a tomada da cidade como um projeto de construção coletiva, marcada por conflitos, segregação e exclusão.

As origens do MPL remontam à organização coletiva estruturada durante o Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, em 2005. Todavia, sua formação herda a conjuntura metabolizada de duas outras frentes. A primeira delas é a Revolta do Buzu, em Salvador (2003), e segunda é a Revolta da Catraca, em Florianópolis (2004). Ambas as manifestações tinham base estudantil secundarista e protestavam contra o aumento de tarifas e a insalubridade do transporte coletivo²⁴. A segunda frente deriva do Centro de Mídia Independente (CMI)²⁵ que se propõe a visibilidade midiática contra-hegemônica.

A insurgência urbana marca a gênese do movimento, sua fundamentação e corporificação político-prática. Sua estrutura é autodefinida a partir de

²³Em Shakespeare (1997, p. 2525).

²⁴Histórico atestado na Carta de Princípios do MPL em: <https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>. Acesso em: 17 jun. 2020.

²⁵Para compreender a proposta do CMI, consultar: <https://midia independente.org/?q=sobre-cmi>. Acesso em: 17 jun. 2020.

características organizacionais como horizontalidade, apartidarismo, autonomia e independência. Sob a reivindicação da mobilidade urbana, se juntam dinâmicas simbólicas sobre a vida e a produção da cidade, perpassando discussões sobre segregação, exclusão e acesso:

O MPL é um grupo de pessoas comuns que se juntam para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade. Não somos filiados a nenhum partido ou instituição. O MPL é um movimento social independente e horizontal, o que significa que não temos presidentes, dirigentes, chefes ou secretários, todos têm a mesma voz e poder de decisão dentro dos nossos espaços. Nós acreditamos que não devemos esperar por iniciativas e ações de políticos e empresários, e que somente a organização e a iniciativa popular pode conquistar mudanças realmente significativas na sociedade. É o povo, somente ele, que tem o poder e a vontade necessária para mudar as coisas e construir um transporte, uma cidade e mesmo um mundo diferente. Isso ficou claro nas *Revoltas da Catraca* de 2004 e 2005, quando a população de Florianópolis ocupou as ruas desta cidade por semanas, até que o aumento absurdo das tarifas fosse cancelado. Pensamos na mudança da sociedade através da mudança na lógica da mobilidade urbana. É por isso que não queremos que os ônibus tenham catracas, que impedem tanta gente de ir e vir em todas as grandes cidades do Brasil. Mas sabemos que só isso não basta. Além da exclusão pelo transporte, há desigualdades entre brancos e negros, homens e mulheres, ricos e pobres. Temos um mundo inteiro para reconstruir! A catraca que o MPL repudia é também simbólica. Existem catracas invisíveis por todas as partes, impedindo o acesso pleno aos espaços e serviços. Precisamos juntos destruir todas elas. Pela luta queremos construir um mundo em que não haja nenhuma catraca! (MOVIMENTO PASSE LIVRE, c2020, grifo do autor).

A mobilização evocada pelo MPL é depositária da conjuntura dos novíssimos movimentos sociais, inscritos em formações menos afeitas à tradição, vista como aprisionante, e mais comprometida com formatos fluidos, dinâmicos e distribuídos sob uma coletividade que vê no ativismo um projeto cultural que permeia o estilo de vida urbano. Embora sua pauta esteja inscrita em lutas clássicas com contornos de problemáticas contemporâneas do crescimento das cidades e do planejamento urbano, há uma performance insurgente particular.

Esse desenho do MPL como o de coletivos, grupos e comunidades mobilizadas comprometidas com práticas, táticas e estratégias se renovam por meio de novas flexões, mas também por estéticas particulares. Isto é, a composição das manifestações se impõe como uma manifestação-espetáculo para que os sentidos práticos das reivindicações partilhem teias de significados capazes de penetrar as tramas simbólicas da governança e da imprensa.

Nesse trânsito simbólico, a multiplicidade de traquejos como "não é por R\$ 0, 20, é por direitos" estampado em cartazes e nas palavras de ordem proferidas por manifestantes em multiescalas, o usufruto musical das fanfarras como quase um ator do processo, ou as colorações neutras das camisetas (pretas ou brancas com ícones de catracas) como reforço da horizontalidade, tornam-se táticas e estratégias que envergam as pautas na medida em que se configuram como atos confessionais de sua essência sociopolítica.

Essa particularidade performativa se adere a um outro fator que contribuiu para a visibilidade apoteótica dos atos: o perfil de seus membros. O perfilamento dos integrantes remonta a um grande número de estudantes do Ensino Superior, originários de universidades públicas - o que justifica a pauta educacional cara ao movimento. Como Gohn (2018) relatou, segundo poucos dados empíricos de institutos de pesquisa e pesquisadores independentes, a faixa de idade dos participantes variava de 16 a 29 anos.

Embora dados da época remontassem a participantes oriundos de camadas médias da população, o MPL se complexifica por sua frente popular com inserção e composição advinda da periferia. Esse arranjo de agentes fermentou a visão de manifestações renovadas, visto que a ação jovem e estudantil emprestava força e certa visão de futuro a pautas que são importantes à opinião pública, mas que no conteúdo utópico dos atos e na disposição ao confronto, lograram prestígio e captaram adeptos.

2.1 O acontecer político de junho de 2013

As Jornadas de Junho são marcadas pela conjuntura de protestos em série sob a liderança do MPL e que ganharam contornos multitudinários a partir das respostas governamentais, da repressão policial e da repercussão midiática. O confronto localizado e a disputa de narrativas contribuíram para que o esteio amplificado e o ciclo de manifestações se desenvolvessem ante o germe de visibilidade do MPL.

Em linha, 6 de junho é o marcador temporal inicial de visibilidade direta de protestos sobre o aumento da tarifa de transporte coletivo público em São Paulo (metrô, trens e ônibus) com aval do então prefeito Fernando Haddad e do governador Geraldo Alckmin. O valor passou de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 e, conforme

se noticiava, o reajuste ficou abaixo da inflação, em 6,7%, contra 15,6% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)²⁶.

O MPL que já atuava em negociações com o governo e em protestos em frente à Prefeitura de São Paulo ocupou importantes vias da cidade para se opor ao reajuste, reivindicar melhoria e a gratuidade do serviço e queixar-se da ausência de diálogo do governo. A pauta era factual, isto é, concentrada no aumento das passagens e suas consequências ao cotidiano do trabalhador que depende do transporte público na metrópole, mas como é corrente na insurgência, dispôs-se como signo de ignição para as bandeiras de mobilidade e da causa urbana.

O ato reuniu duas mil pessoas com concentração no Largo da Batata, irradiando-se pela Avenida Paulista, 23 de Maio e Nove de Julho, gerando interrupção das vias, interdições e fechamento de estações de metrô. A Polícia Militar foi chamada para conter os manifestantes, desencadeando confrontos que se acirraram com uso de balas de borracha, gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral. Prisões também foram executadas como resultado dos atos.

No dia seguinte, as manchetes noticiavam os atos, reforçando o confronto policial, qualificando os atos a partir de signos de desordem e, embora a pauta detonadora dos protestos estivesse presente na construção textual das razões de mobilização, o exame sobre a trajetória reivindicatória ou a conjuntura implícita no reajuste não foi discutida.

Protesto contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP (Folha de S. Paulo, 7 jun. 2013)

Protesto contra alta de tarifa para o centro de SP (O Estado de S. Paulo, 7 jun. 2013).

Protestos contra alta de ônibus em quatro capitais (O Globo, 7 jun. 2013)

Os dias que se seguem à primeira manifestação ganharam mais adeptos em outras cidades, sob contextos reivindicatórios similares, e sob aquiescência da repressão policial. O tratamento coercitivo, a ausência de resposta ou negociação ágil por parte do governo e a cobertura negativamente adjetivada da imprensa constituíram o estopim para a adesão e a multiplicação de protestos em

²⁶Conforme noticiou a Folha de S. Paulo em 7 de junho de 2013, no caderno Cotidiano, p. C1.

consonância. Na progressão popular e escalar dos atos, outras pautas eram arroladas à demanda inicial.

Na progressão temporal, os atos se adensam até que em 17 de junho, as manifestações emergem uma feição de ativação territorial, isto é, incorporando simultaneamente capitais e cidades de médio e pequeno porte por identificação, solidariedade e pautas em ressonância. As múltiplas bandeiras passam circunscrever a garantia de direitos sociais, anticorrupção e reivindicações regionais. Os atos passam a devorar a pauta inicial do MPL crescendo para além de sua articulação pontual.

A PEC²⁷ 37, projeto que daria prerrogativa de investigações criminais exclusivamente à polícia e limitando a ação do Ministério Público, "cura gay", debates sobre corrupção e reforma política, os gastos com a Copa do Mundo de 2014 que desencadearam levantes sobre cenários de saúde e educação passaram a povoar as ruas em gritos, palavras de ordem, cartazes e publicações indexadas sob nuvens de *hashtags*. O crescimento e a diversidade de pautas foram acompanhadas em 17, 18 e 19 de junho.

Há que se chamar a atenção para o dia 19 de junho em que a redução da tarifa de transporte se verificou em São Paulo e no Rio de Janeiro, representando a primeira conquista dos atos. Fernando Haddad e Geraldo Alckmin, em São Paulo, e Eduardo Paes, no Rio de Janeiro, embora cedessem aos reajustes, reiteraram que a medida comprometeria investimentos nos estados, levando a cortes. A equação dos atos se complexificou: da repressão policial como desmobilização à legitimação dos atos, as ruas não verificavam um diálogo concreto dos representantes políticos com os significados que se desenhavam em atos replicados em todo o país.

A data de 20 de junho é notadamente outro marcador dos atos: sua fase de maturação com o reconhecimento episódico de uma reivindicação difusa, dotada de pautas diversificadas e tonificadas pela participação interestadual em uma frente sociopolítica confessional. A redução das tarifas do dia anterior não freou ou esvaziou as manifestações, mas dada a conjuntura de cobertura dos atos, gestos governamentais mal recebidos pelos manifestantes e a filiação expressiva pelo país, o escopo e o tônus se fortaleceram.

²⁷Proposta de Emenda à Constituição.

Diversos autores enxergam na data, a metamorfose derradeira das Jornadas de Junho. A proliferação de atos após a vitória da primeira demanda veio acompanhada da diversidade de causas (CAMPOS JÚNIOR, 2014; GOHN, 2014), amplificada por múltiplos recursos como cartazes, música e palavras de ordem (BARROS, 2014; LIMA, 2014; MONDAINI, 2014), bem como rejeição de partidos e da cobertura midiática (FERNANDES; ROSENO, 2013) e a formulação da luta por mudanças sistêmicas (SCHERER-WARREN, 2014).

A data de 20 de junho marcou não só a escalada, ápice e maturação que levariam as Jornadas de Junho ao seu declínio, mas marcou a saída estratégica do MPL dos atos. Com a vitória do pleito pela redução tarifária, o movimento optou por se retirar dos atos. Entende-se que sua saída se deve não apenas pela vitória, mas pelo escopo ampliado dos atos que engoliram a própria lógica organizacional do movimento. Contudo, a participação do MPL como índice iniciador contribuiu para a modalidade de cultura política gestada a partir de então (GOHN, 2018).

Junho de 2013 como um acontecer político é marcado pela natureza renovada dos movimentos sociais, caracterizando novas manifestações e estas em rede; por um retorno e por uma recuperação do repertório de lutas, ressignificado pela questões urbanas, tanto por seu mapa de conflitos como por sua ocupação simbólica; pela defesa da participação cidadã e um interesse político exacerbado no episódico dos atos, mas genérico demais para impedir a diluição da diversidade da multidão.

O rompante dos atos que cresceu solidário e multiplicando-se em territórios urbanos diversos, disputando a narrativa midiática e governamental, agenciando adeptos em uma conjuntura unitária e sistêmica simultaneamente se ancorou na composição de uma multidão. Esta multidão, desejosa de mudanças, fazendo projetos por meio do reforço de laços socioespaciais (HARDT; NEGRI, 2005), constituiu-se de modo ruidoso, mas conflituoso.

Os sentidos políticos da primavera que se solidariza com a demanda pela mobilidade urbana - que abriga sentidos mais difusos do ir, do vir e das exclusões sociais - ganhou constituição caudal, a partir da reivindicação pelo direito a demandas plurais, destarte a variedade de pedidos vocalizados em todo o país. Contudo, essa pluralidade vocal entrou em atrito com sua própria polifonia. Isto é, as demandas de múltiplos subgrupos integrantes da odisséia não encontraram cooperação.

Embora os laços urbanos, sociais e políticos constituíram territorialidades solidárias e insurgentes, esse caráter utópico da multidão como entidade deflagradora da transformação não foi capaz de lidar com a herança sócio-histórica do país e com as divergências de formação e orientação de grupos sociais. Como adendo, o influxo político da participação social vivida episodicamente e defendida pelos sujeitos se deu de modo pulverizado e genérico, consequentemente criando circuitos de conflitos internos impeditivos sobre os próprios rumos.

A envergadura dos atos de junho de 2013 como unidade na diversidade - marcante no desdobrar das manifestações - pela imagem eloquente da multidão solidária e consonante, não se consolidou como uma frente de reconhecimento das diferenças em um sentido sociopolítico. Enquanto o circuito de protestos avançava, a diversidade e a pluralidade dos participantes geraram divisões que comprometeram sua consistência. As dissidências se deram no campo apartidário, nos métodos e táticas de ação e nos subgrupos se insurgindo dentro do próprio movimento.

O apartidarismo como característica identitária do MPL se tornou uma etiqueta das manifestações, mesmo depois de seu desembarque do movimento e a amplificação das demandas. Porém, derivações foram verificadas, flexionando-se para uma rejeição a partidos políticos, a figuras de líderes políticos e ao antipartidarismo. Mesmo a presença de partidos entre filiados e seus signos não era tolerada nos atos.

Observa-se nesse contexto que o intento de apresentar-se plural pelo apartidarismo, os atos incorreram na desmobilização, visto que os posicionamentos nos quais as agendas ganharam corpo foram deglutidas no conflito de autodefinição dos participantes. Ao sustentar o rosto multitudinário como fuga das práticas de siglas políticas, cuja imagem estava desgastada por casos de corrupção e crises de representatividade, a progressão dos protestos acabou por dispersar-se em sua própria conjuntura política.

Outros conflitos se ajuntaram aos atos como a interveniência de interesses corporativos sobre as demandas de classe (SCHERER-WARREN, 2014), bem como palavras de ordem autoritárias, se misturando ao influxo popular. Polos antagônicos se formaram na medida em que pautas progressistas e emancipatórias se cruzaram com reivindicações autoritárias e elitistas. Este prospecto pode ter contribuído com o esvaziamento de demandas ou desgaste de orientação dos atos.

No campo das táticas e estratégias, oposições internas se verificaram entre aqueles que desejavam manifestações simbólicas e de ocupação, face aqueles que usavam de violência e depredação como estética e espetáculo. O anarquismo cibernético do Anonymous²⁸ e a frente antissistêmica dos Black Blocs²⁹ operavam com táticas de violência, desordem e depredação como estratégia para a criação de palcos nos quais a agência era detonada por meio de atos violentos, chamando a atenção da opinião pública, da imprensa, do governo e do capital por meio da imagem do dado e do caos.

O intercurso inflamatório dos atos foi marcado pela produção de uma multidão territorialmente distribuída - como será discutido no acontecer espacial dos atos adiante -, porém a diversidade que marcava a unidade de uma frente reivindicatória una padeceu a partir de suas próprias características geradoras de volume sociopolítico, tornando seu desfecho carente de caráter propositivo prático ou na produção de utopismos claros - aspecto ainda a ser questionado em outro capítulo, acerca do que significa o fim efêmero e metabólico de uma mobilização em rede.

As Jornadas de Junho são frequentemente lidas apressadamente como um ciclo fortuito de protestos despolitizados e que justificam conjunturas políticas contemporâneas no Brasil, sobretudo no campo da proliferação de discursos autoritários e de extrema direita. Contudo, sua corporificação como acontecer político foge a restrições e enquadramentos comuns de manifestações populares, visto seu caráter caleidoscópico.

A metáfora do caleidoscópio é premente. Imagens sociopolíticas se alternavam produzindo desenhos reflexivos e prismáticos de uma conjuntura comum, mas marcada por combinações variadas, não homogêneas, cuja visão se altera a depender da angulação. Como circuito de atos, junho de 2013 revelou agrupamentos diversos inscritos em uma tessitura originária comum, a fornecer subsídios para seu desenvolvimento.

Na rua, entre *hashtags*, estiveram em marcha grupos com sua autonomia, demandas, práticas, estéticas e gramáticas circunscritas em um mesmo evento-fenômeno. Todavia, o primeiro anelo confesso entre os dias de protesto - marcados

²⁸Para entender sua relação com os atos, conferir Torinelli (2015).

²⁹Para entender sobre a constituição, agenda e táticas dos Black Blocs, consultar Novaes, Manso e Solano (2014).

nos atos pré-evento e pós-evento - é o direito à liberdade de manifestar-se. Esse anelo pode ser compreendido como um anseio a construir a realidade por participação voluntária e expressão livre, ameaçadas por conjunturas decisórias temerárias.

Nesse encontro de grupos e performances, a rua se mobilizou, mas mobilizou outras instâncias ausentes ou alvo dos atos. E aqui se estabelece a interface caleidoscópica, em duas relações: entre manifestantes, direitos políticos e sistemas representativos, e no papel da imprensa e a comunicação alternativa nas manifestações. Nesse sentido, os atos provocavam instabilidades que não apenas demandavam respostas ou feitos consumados, mas pôs em xeque tramitações políticas e narrativas midiáticas. Reflexos dessas instabilidades de 2013 podem ser observados quase uma década depois.

Os manifestantes se articularam com muita evidência e veemência contra a corrupção, questionando representantes, os sistemas políticos e desejavam o exercício de expressar-se nas ruas. As respostas políticas (repressão policial, pronunciamentos, legitimação dos protestos e modificações a curto prazo, como o cancelamento do reajuste do transporte público) foram porosas e insuflaram a indignação insurgente que acabou por provocar atordoamento e dissabores no campo político, governamental e partidário.

Isto se verifica antes, durante e, sobretudo, depois das manifestações. Antes, pela repressão policial como medida de desmobilização e deslegitimação dos atos, revelando frágil traquejo para o diálogo e compreensão de atos populares. Durante, por meio de pronunciamentos como recurso de contenção e estancamento público-midiático ou com a surpresa da continuidade, mesmo com recuos. Depois, pelo dissenso de como a revolta poderia ser interpretada e o que se deveria fazer com seu resíduo.

Nesse sentido, a proposta de um plebiscito por reformas, que se afigurava como uma forma democrática e participativa de decidir projetos de país, gerou resistências entre parlamentares, fazendo arrefecer respostas e interpretações consequentes de junho. A atuação letárgica durante os atos, pelo vórtice do *modus* político brasileiro, continuou, relegando a pedagogia das ruas a um momento episódico de aventura, sem implicações práticas.

As reivindicações alocadas no campo de políticas sociais como saúde, educação, emprego, mobilidade urbana, políticas de raça e gênero foram

amortizadas na arena ideológica e do fazer político representativo. Por certo que as pautas, embora amplamente aceitas, eram multilaterais e genéricas. O que se reflete é que o som audível das vozes acerca dessas pautas não conseguiu, por letargia, constituir esforços práticos de políticas públicas e investimentos. Aqueles que não foram às ruas, as assistiram, leram e tuitaram, posto que mobilizações são telas que proporcionam experiências sociopolíticas instrutivas.

Do campo político ao midiático, a cruzada narrativa destaca-se como característica notável do período. A cobertura dos atos pela grande mídia se viu sob o empuxo de forças marginais de comunicação. O quadro se deu por meio de mídias (tradicionais e alternativas) e redes sociais (*on-line* e *off-line*). O contexto midiático forneceu uma camada comunicacional particular aos protestos, na medida em que a narrativa tradicional era ambígua, a narrativa autocentrada nos manifestantes produzia circuitos alternativos capazes de gerar curto-circuito na força da grande mídia.

No plano das mídias, a imprensa desempenhou um papel ambíguo no decorrer das manifestações. A narrativa convencional de tratar movimentos sociais e atos populares com suspeição e até criminalização cedeu espaço a narrativas benfazejas e elogiosas sobre os significados sociopolíticos do momento. No entanto, ao que a princípio pareceu um ajuste de enfoque editorial, mostrou-se melhor como uma tergiversação sobre a substância desafiadora do momento.

Ora, o desafio estava entre reconhecer a legitimidade dos protestos posto seu teor e a solidariedade multiescalar que causava comoção, ou incutir narrativas de criminalização diante dos cenários de violência (como no debate sobre Black Blocs). Na dificuldade de definir tratamentos pela própria complexidade interpretativa do sobressalto do momento, a controvérsia midiática gerou dúvidas e sob suas brechas, circuitos alternativos de informação atuavam.

O usufruto das redes sociais *on-line* criou mapas e rotas de atuação diante da oferta informativa. As ruas produziam sua própria narrativa, dispensada entre *hashtags*, eventos em plataformas e transmissão de orientações práticas, tal qual um reduto similar a uma trincheira de informação, mas que revelou-se laboratório cultural e de ação. Alternativamente, outras narrativas eram produzidas, gerando fissuras no tratamento midiático tradicional.

Esse processo permitiu o aumento do capital político-cultural dos atos sob o contraste do que se vivia e assistia nas ruas com o que se via e lia nos postos de

comunicação institucionalizada. Às redes sociais *on-line*, soma-se seu rebatimento por meio das redes sociais *off-line*. As próprias ruas produziam e processavam informações cuja estrutura é notadamente menor do que a hegemônica tradicional, mas dada sua característica alternativa, alçou poderes de confronto e disputa.

Nesse ínterim, não só a operação anônima exerceu influência, mas grupos como a Mídia Ninja, Fora do Eixo e movimentos pela democratização da informação³⁰ por meio de coberturas em tempo real e mais próximas das manifestações. Novas formas de tratamento da informação, cobertura, apuração e difusão foram percebidas, tornando as redes (e também as subredes) redutos de fermentação e circulação de ideias sobre os acontecimentos.

Como um acontecer político, as Jornadas de Junho de 2013 não podem ser compreendidas por caminhos unificados ou por meio de percursos que buscam homogeneizar os atos em campos de análise. A pujança das manifestações está, sobretudo, em sua característica de expor tensões, causar instabilidades e revelar os problemas contemporâneos - dissabores locais e globais, economia, Estado, política(s) e crises - em fractais materiais e imateriais.

Mendonça e Costa (2008) destacam que o autonomismo foi o principal ponto de partida para analisar as manifestações. Os autores destacam que a rejeição à hierarquia, o apreço à horizontalidade e a possibilidade de produção comunicativa autônoma criou um imaginário contencioso, capaz de permitir a articulação de repertórios conflitantes - em termos políticos, ideológicos, táticos e de classe - em uma mesmo abrigo de manifestação.

Passando do imaginário autonomista, Singer (2013) sinaliza que as dinâmicas ideológicas foram importantes para a compreensão do complexo desenho de junho. Enquanto as esquerdas se concentravam em demandas materiais, as direitas se orientavam pelo combate à corrupção e o centro partiria de uma lógica oposta ao status vigente a promulgar novas perspectivas a superar hábitos antigos, considerados ultrapassados. Para o autor, uma combinação materialista e pós-materialista pode caminhar concomitantemente nas ruas.

Mendonça (2017) lê as manifestações como expressões multitudinárias polifônicas que, na diversidade, se encontraram em um comum: colocarem-se nas ruas solidariamente. Para o autor, a sucessão de acontecimentos estabeleceu uma

³⁰Para entender mais sobre sua participação na cobertura dos atos e sua essência constitutiva, consultar Fônseca (2013) e Fontanetto e Cavalcanti (2016).

significação convidativa para a ocupação das ruas por meio da copresença, mesmo marcada por ideais conflitantes. No acontecimento social dos protestos, um comum se estabelecia como um festim para diferentes sujeitos e agendas.

Ricci e Arley (2014) fazem leituras de causas entrecruzadas e complexas na produção do acontecer político de junho de 2013, produzindo aproximações que não bastam a si mesmas. O esgotamento do modelo estatal-desenvolvimentista por meio de um desequilíbrio interno de forças, a ascensão de uma cultura conservadora advinda de camadas abastadas e das "novas" camadas médias que se indispueram com os sistemas de representação e o próprio esgarçamento das instituições públicas produziram o caleidoscópio do momento.

As imagens e metáforas que se alternam em descrever ou explicar a sucessão de acontecimentos de junho podem ser enquadradas como uma apoteose de acontecimentos. Participantes, demandas, fatos, meios, táticas e processos se imbricaram para produzir um traçado político múltiplo e vertiginoso. O acontecer político dos protestos de 2013 apresentava lumes diferentes na medida em que o olhar se concentrava sobre eles, revelando novos desenhos e rumos. Jornadas caleidoscópicas para sinalizar metamorfoses sociopolíticas do tecido social brasileiro.

2.2 O acontecer espacial de junho de 2013

As manifestações foram particularizadas por início concêntrico e radicado em São Paulo, justificado pelos intentos do MPL e pela demanda do estado com o aumento de R\$ 0,20 na tarifa, sendo capitaneado como índice ígneo para o detonamento dos atos subsequentes. Por flexão de iniciativas de mobilizações similares, o Rio de Janeiro começou a figurar como outra capital ao conferir contornos maiores à conjuntura dos protestos.

Com a metrópole paulistana como epicentro, Rio de Janeiro como segunda adesão, outras capitais formaram a propagação satélite dos atos, difundindo-se para além do espectro centro-sul do país. Manifestações foram registradas em 538 municípios brasileiros. Além das capitais, cidades de regiões metropolitanas, de

pequeno, médio e grande porte³¹ se juntaram à configuração espacial das jornadas. Atos foram realizados também em 73 cidades de 25 países³².

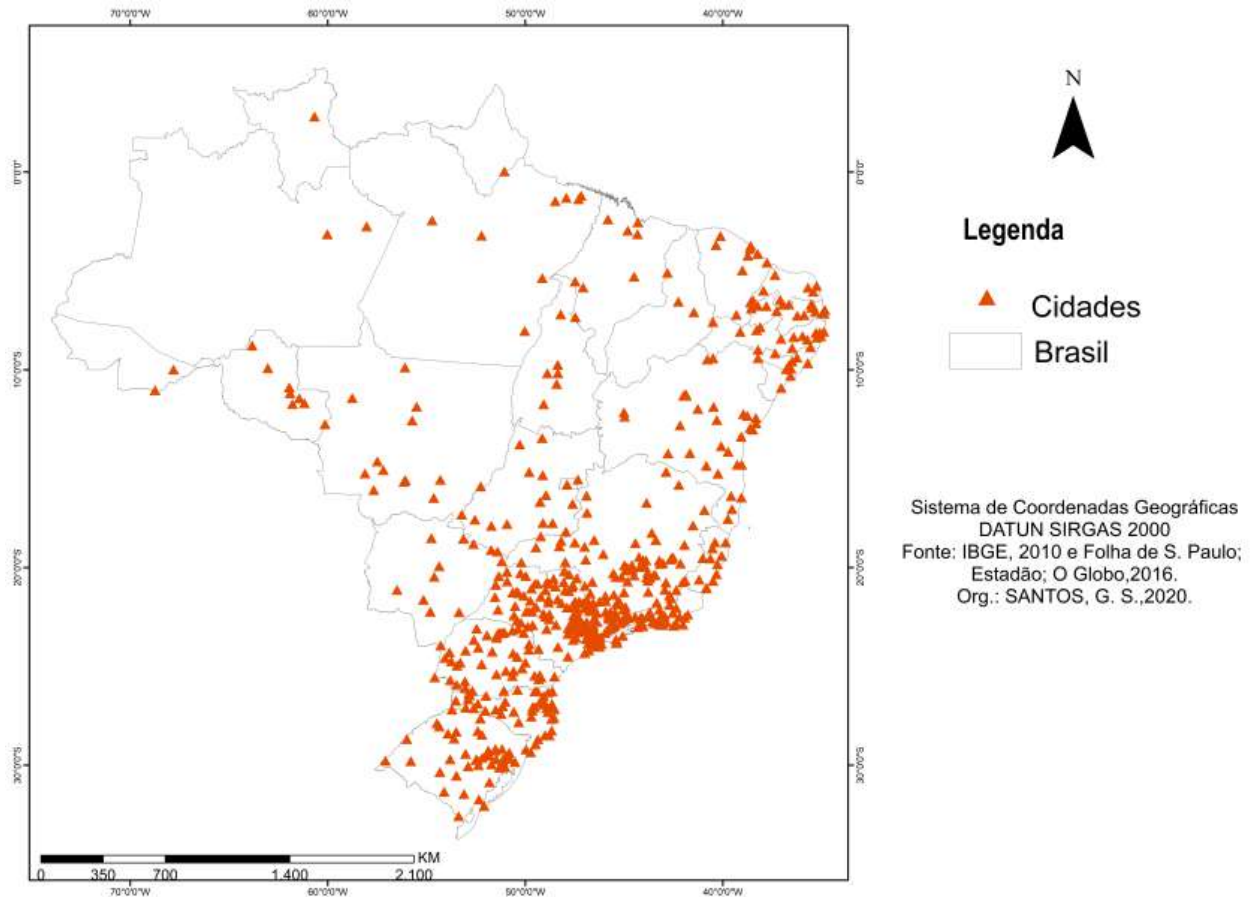
A estimativa remonta cerca de 2,7 milhões de participantes nas ruas³³. A partir do mapa na figura 2, observa-se a distribuição espacial dos protestos no período compreendido pelas jornadas. Do eixo Sudeste, flexões do centro-sul e reflexos no Nordeste e Norte podem ser acompanhadas. A odisséia, que tem início no contexto paulistano e dos marcadores socioeconômicos das capitais e grandes cidades, ganhou viscosidade nas contraturas e rugosidades de outros municípios, com seus gritos regionais.

Figura 2 - Localização dos protestos por cidade e estado no Brasil

³¹Conforme categorização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em que cidades de pequeno porte possuem até 100 mil habitantes, as de médio porte entre 100 e 500 mil e grande porte, com população acima de 500 mil habitantes (IBGE, 2011).

³²Os atos fora do Brasil foram registrados na Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bolívia, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Israel, Itália, Japão, México, Noruega, Peru, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia e Suíça.

³³Conforme estimativa do portal G1 (2013), disponível em <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

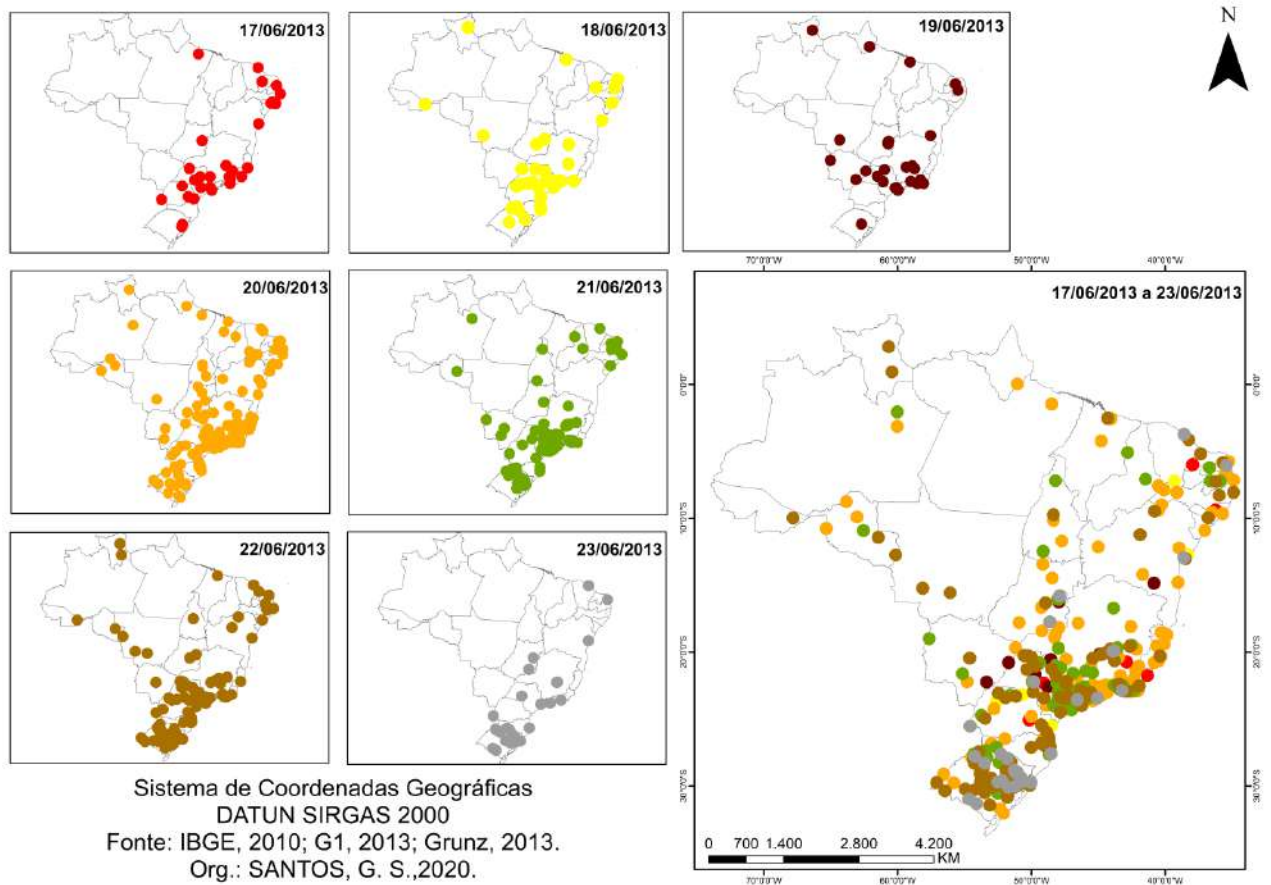
São Paulo forma o primeiro nó de detonamento que se espalha com mais força sobre cidades do Sudeste e Sul do país. No Nordeste e no Centro Oeste, a reprodução é mais esparsa, tendo o Norte menor participação. A difusão dos atos desencadeou uma ascendência entre estados e municípios, criando um efeito radicular não apenas em termos de localização, mas o conteúdo sócio-histórico e econômico foi ancorado paulatinamente, sendo posto em evidência na sequência dos atos.

Compreendendo com Certeau (2014) o mapa como mais do que um documento de relato e registro, mas como uma travessia delineada pelas demarcações, a distribuição espacial dos protestos de 2013 se adensa pela narrativa factual, mas sobretudo pelo conteúdo socioeconômico detonado pela ocupação das ruas, sob a acuidade das rugosidades que, por sua vez, emprestam testemunho sócio-histórico para que a progressão espacial torne-se política.

O testemunho incendiário dos primeiros atos espargiu fagulhas sobre outros contextos urbanos além das capitais e metrópoles, não apenas como performance,

mas depositando-se sobre as conjunturas circunstanciais que são próprias da formação de cada município ou região. E nesse percurso, tais contextos, entrelaçados sob programas de desenvolvimento e narrativas comuns à solidariedade imanente da categoria povo que, no adjetivo brasileiro, encontra seus comuns na partilha das vivências cotidianas, faz de junho um acontecer espacial.

Figura 3 - Evolução e cobertura dos protestos de 17 a 23 de junho de 2013



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O crescimento da onda de protestos se estabelece em 17 de junho, tendo a capital paulista como vitrine principal. No estado, outras oito cidades de pequeno e médio porte registraram atos. Outros 10 estados e o Distrito Federal manifestaram ocorrências no primeiro dia de jornadas: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Minas Gerais foi o único estado, além de São Paulo, a registrar atos fora das capitais, com ocorrências em três municípios de pequeno e médio porte junto à capital Belo Horizonte.

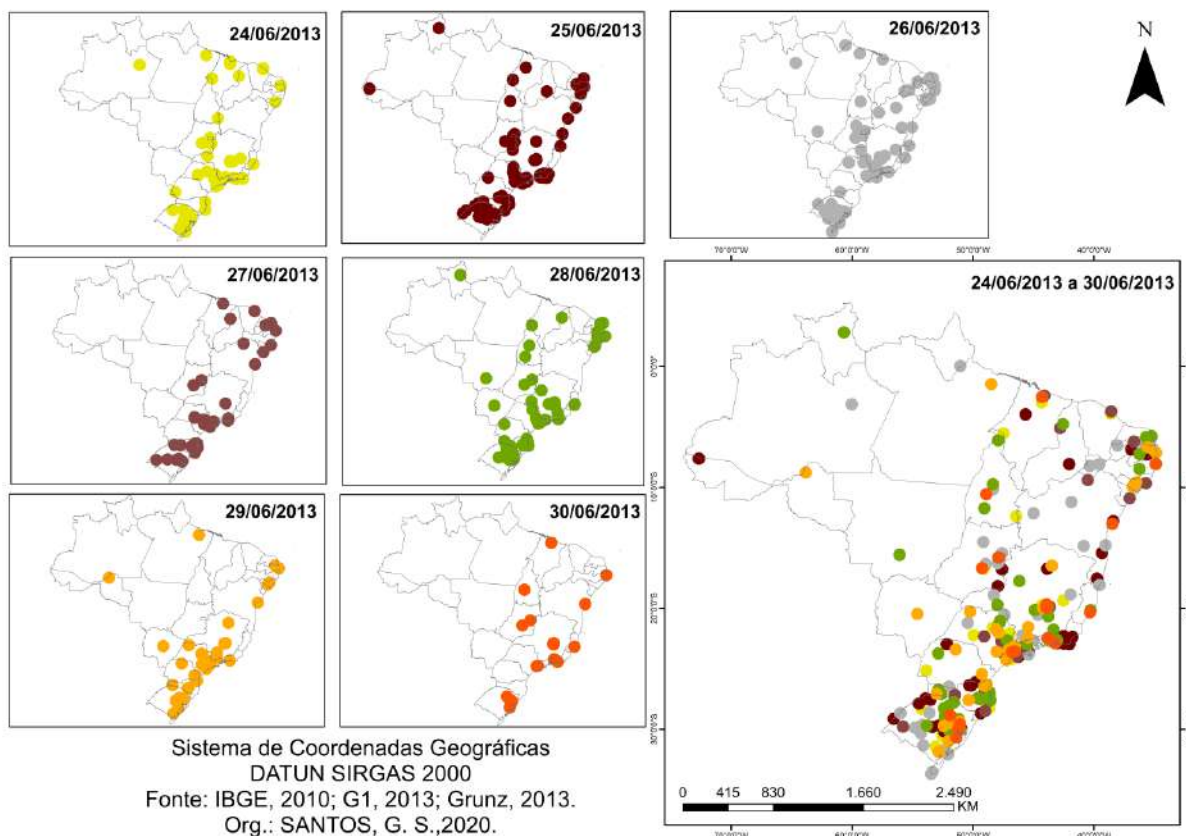
Os estados do Acre, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Roraima e Santa Catarina estrearam nos atos em 18 de junho. Cidades de pequeno e médio porte catarinenses e sul-matogrossenses registraram atos, para além de suas capitais. Continuaram com manifestações - em capitais e cidades de pequeno e médio porte -, os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

A entrada do Amapá e do Mato Grosso nos atos passa a ser verificada em 19 de junho, já os estados do Amazonas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe integram as jornadas em seu quarto dia. Observam-se continuidades nos estados do eixo Sul-Sudeste. A partir de 20 de junho, os atos inauguram uma nova fase com a supressão do aumento das tarifas de transporte público em diversas localidades, com o desenvolvimento de atos polifônicos e com demandas diversificadas, não cessando com a negociação do pleito inicial.

O estado do Tocantins só figura nos protestos em 21 de junho, ativando todas as unidades federativas. O dia 22 de junho guarda ressonância com a fase pós-suspensão do reajuste tarifário, apresentando capilaridade e continuidade em todos os estados, sob o empuxo de capitais e outros municípios. O arrefecimento começa a ser acompanhado a partir do dia 23, com a diluição de pautas e esgarçamento de contradições endógenas.

Na semana final (24 a 30 de junho), os atos começam a se pulverizar, indicando o desfecho do ciclo de protestos, como se observa no mapa da figura 4:

Figura 4 - Evolução e cobertura dos protestos de 24 a 30 de junho de 2013



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul testemunharam ocorrências em todo o período. Brasília só deixou de registrar atos nos dias 21 e 29; Mato Grosso, Pará e Sergipe registraram ocorrências apenas em suas capitais, ao contrário dos demais estados. De 24 a 29 de junho, manifestações ainda foram acompanhadas nos 26 estados do país, tendo o dia 30 como o derradeiro e marcador do declínio dos protestos como corpo mobilizado, sob a premissa inicial. Atos subsequentes foram acompanhados em menor volume e dissociados dos pleitos iniciais.

Tendo São Paulo como nó central dos atos, a arqueadura se mostrou mais volumosa entre o Sudeste e o Sul do país. A mancha de atos, a seguir encontra no Nordeste sua terceira maior trama, seguida do Centro Oeste e da região Norte. A insurreição passa de um desenho localizado e monotemático, para um acontecer espacial territorialmente ativado e multidimensional. Nas ruas, os contrastes regionais do território brasileiro criaram alinhavo mobilizado.

A progressão dos atos em todos os estados do país sinaliza um processo de ativação territorial. O uníssonos se forma na medida em que as singularidades de

cada sujeito, cidade e região se enxergam em um processo de espelhamento, isto é, no contraste da situação particular, registra-se um singular que constrói uma trama comum. Essa trama do comum por meio das singularidades se infla na medida em que no ideário da multidão, a energia empreendida coletivamente ganha um estatuto político, mobilizador.

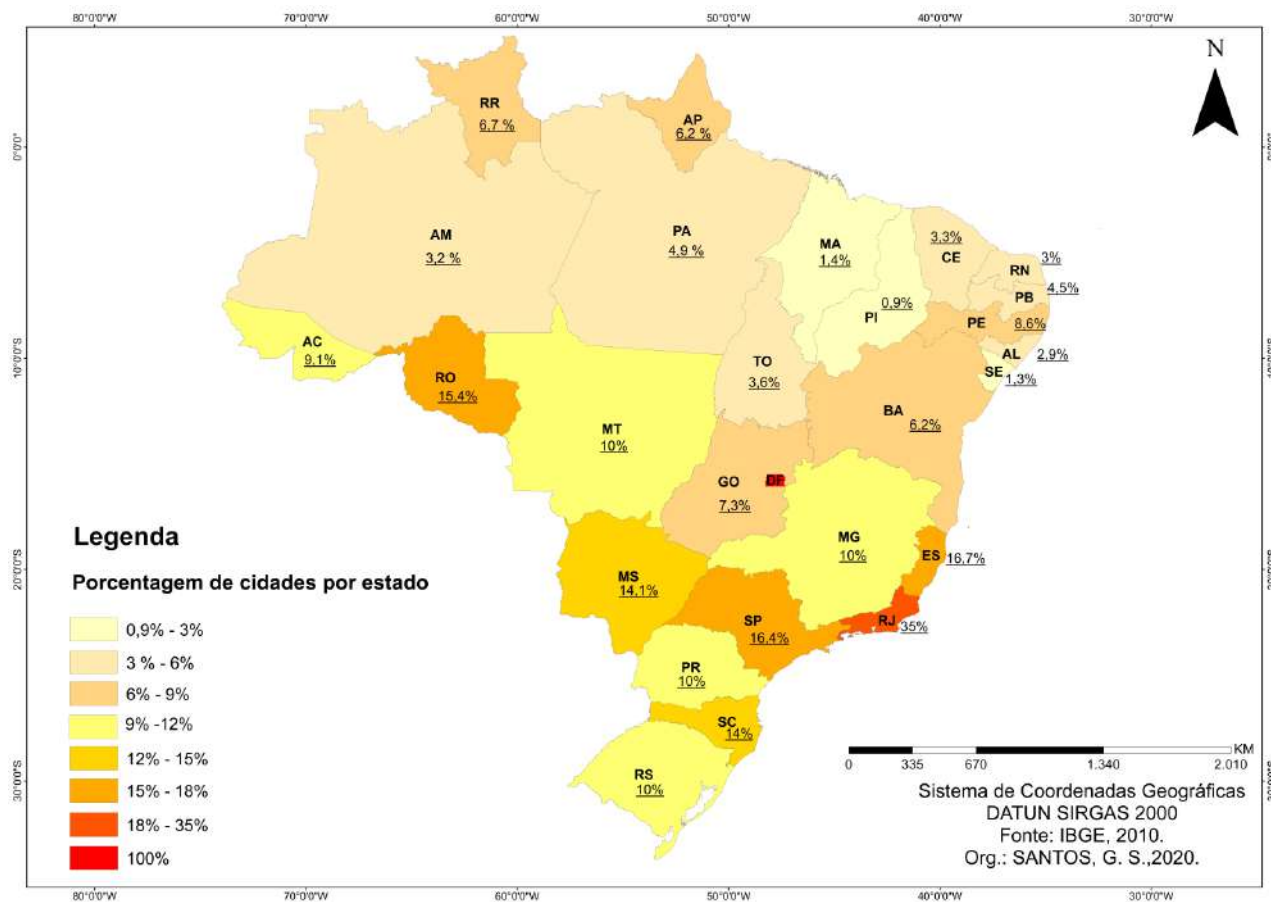
Quando vocalizam demandas que vilipendiam as vivências e as trajetórias pessoais e dos seus (seja saúde, educação, emprego, mobilidade, seja redistribuição ou reconhecimento), os sujeitos configuram uma tessitura cujo significativo é a multidão, que vive e assiste seus pares, territorialmente distantes em espaço, tempo e conjuntura, mas ao mesmo tempo contíguos e próximos pelo comum de vivências. E este comum possui propriedades territoriais.

A sequência dos atos sinaliza um contágio que se pauta por meio da solidariedade mútua. Reconhecendo-se no comum das vivências de suas realidades, os manifestantes interpolam uma força multitudinária recíproca. Na reciprocidade benfeitoria de confessos sujeitos que partilham contextos adversos e/ou reclamam melhores condições para outros contextos de vida, forma-se uma soma de comunidades autorreferentes, mas distantes de si.

A diversidade histórica, geográfica, econômica e cultural é alinhavada por meio de uma unidade sociopolítica multitudinária, fruto do acontecer político. Ao se acionarem como sujeitos, cria-se uma senda psicodinâmica de identificação com outras multidões, corporificando uma onda territorial relacional. Por meio do acontecer político de múltiplas vozes e variados contextos em uma mesma cena, desdobram-se territorialidades insurgentes (SANTOS, 2017; SANTOS; CUNHA, 2018a).

As territorialidades insurgentes de junho de 2013 podem ser observadas em outro ângulo, a partir do contingente de protestos, em densidade e participação, revelando retratos por estados da condição escalar das manifestações. Dos municípios que compõem os estados brasileiros, estabeleceu-se uma relação de volume de participação dos municípios para retratar a conjuntura dos atos, como denota a figura 5:

Figura 5 - Densidade de participação dos estados nos protestos



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os 10 estados com maior densidade de participação nos atos - respeitando o quantitativo de municípios das unidades federativas isoladamente - foram Rio de Janeiro (35,9%), Espírito Santo (16,7%), São Paulo (16,4%), Rondônia (15,4%), Mato Grosso do Sul (14,1%), Santa Catarina (14%), Paraná (10,8%), Minas Gerais (10,8%), Rio Grande do Sul (9,9%) e Acre (9,1%). Notadamente, Sudeste e Sul detêm o maior volume de participação.

Considerando o contingente regional, a região Sudeste obteve um volume de municípios participantes de 14,3% (238 municípios), seguida da região Sul com 11,2% (133 municípios). As regiões Centro-Oeste e Norte registraram 9,4% (44 municípios) e 5,8% (26 municípios), respectivamente. Por fim, 3,8% (69 municípios) remontam à participação do Nordeste. Quase 10% da população dos municípios brasileiros foram às ruas.

A escala localizada no eixo paulistano fixou nós que delimitam arcos em capitais do eixo Sudeste-Sul, deslocando-se a seguir para as demais regiões do país, abarcando capitais e cidades de diversos portes. Diferentes camadas

escalares se estabelecem a partir do influxo derivado do MPL na capital paulistana. Emergiu uma política de escalas sob as feições de uma trama de escalas. Ao invés de negociações e ajuizamentos para um processo escalar, nota-se uma tessitura que reifica a espacialidade presente no ciclo de protestos (COX, 1998; SOUZA, 2013).

Ao invés de um processo escalar linear ou contíguo, desvelam-se multiescalas que, guardadas as particularidades locais, se ativam simultaneamente por um movimento que cria uma arena para que agentes em diferentes recortes do espaço se movimentem em uma política espacial de ação. Nesse sentido, a envergadura do volume, densidade e ampliação sequencial de manifestações possui um conteúdo sociopolítico em que a escala remonta à potência.

Em junho de 2013, a combinação entre contextos e substâncias locais, regionais e nacionais se entrecruzam e se articulam para produzir uma escala múltipla. Isto é, ao mesmo tempo em que protestos eclodem em diferentes níveis de escalas, e nestas por meio de diferentes camadas, uma unidade política como arena se monta. Nesta arena, o conteúdo diverso - manifesto em demandas, vozes, grupos e participantes - dos protestos atravessa sua progressão temporal, gerando um processo transescalar.

O efeito transescalar - a unidade de diferentes escalas em sincronia mobilizada - é possível a partir das dinâmicas em rede encontradas nos planos escalares dos atos. Contudo, essa experiência de mobilização em que a simultaneidade de atos dialoga com a diversidade local foi aprendida a partir dos atos do MPL, que capitanearam o estopim do evento-fenômeno. Esse aprendizado contingencial, no entanto, se deu pela solidariedade germinada das vivências testemunhadas pelo olhar público e midiático dos primórdios das jornadas.

Pela curtíssima duração do trânsito dos atos liderados pelo MPL aos atos sem seu controle, as escalas múltiplas e o processo transescalar se desenvolveram por meio de certa espontaneidade. Nesse ínterim, adicionaram-se fatos: políticos, pelo trâmite das mobilizações iniciais e pela recepção governamental; sociais, pelo espelhamento solidário de origens diversas e autoidentificadas no terreno relacional; e midiáticas, pela exposição e visibilidade da cobertura e a disputa de sua narrativa.

2.3 O acontecer simbólico e midiático de junho de 2013

O texto jornalístico documentou com adjetivos de grandeza os atos. Com referência à memória nacional, os textos comparavam os protestos com uma força multitudinária às Diretas Já ou aos caras-pintadas pelo *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor. A seleção de palavras tomava a escala geográfica como campo semântico numa tentativa de cercamento compreensivo dos acontecimentos que desafiavam a apuração por sua evolução vertiginosa.

O Brasil nas ruas (O Globo, 18 jun. 2013, p. 1).

Milhares vão às ruas contra tudo; grupos atingem palácios (Folha de S. Paulo, 18 jun. 2013, p. A1).

Protesto se espalha pelo país (Estadão, 18 jun. 2013, p. 1).

Onda de protestos atinge 12 capitais na maior manifestação do país desde o "Fora Collor" (Folha, 18 jun. 2013, p. C1).

Reação em cadeia (O Globo, 18 jun. 2013, p. 3).

Mais de 1 milhão vai às ruas no país (Estadão, 21 jun. 2013, p. 1).

As analogias eram biológicas, físico-químicas e virais: "espalha", "atinge", "reação em cadeia" e "onda". Ou pelo apelo ao número como marcador de potência: "milhares", "1 milhão" e "12 capitais". E ainda com qualificações superlativas: "maior manifestação do país" e "O Brasil nas ruas". O léxico revela uma aproximação sobre a tessitura dos fatos, posicionando os atos como um acontecer simbólico. Todavia, implicitamente, a seleção de adjetivos revela a dificuldade de apreender o que acontecia nas ruas em seu trânsito.

As descrições dos atos pelos noticiários remontam, inicialmente, a uma tentativa de cercamento do fenômeno em plena ocorrência, dados os desafios de estabelecimento de conexões lógicas com as tramas políticas, sociais e econômicas em evidência nas manchetes. O domínio de adjetivos e o esforço descritivo demonstram uma corrida pela explicação, pela interpretação e pelo núcleo referencial de onde vieram e para onde iriam os atos.

Centenas de milhares de pessoas foram às ruas em 12 capitais do país para protestar contra o aumento da tarifa de transporte, corrupção, gastos com a Copa do Mundo e melhoria de serviços públicos, como saúde, educação e segurança, entre outras demandas (Folha de S. Paulo, 18 jun. 2013, p. A1).

As duas semanas que mudariam a história da política brasileira começaram de forma prosaica, com mais um protesto desinteressante, fadado a ser uma notinha de jornal. Os outros seis atos se sucederam cheios de novidades: jovens dispostos a resistir à PM, arregimentados pelas redes sociais, lidando com o tradicional despreparo das autoridades (Estadão, 23 jun. 2013, p. 14).

Da simbologia dos atos que, sob empuxos causais aparentemente espontâneos e fruto de uma solidariedade insurgente delineada pelos reflexos dos protestos localizados iniciais, o esforço em narrar os fatos fez com as manifestações se tornasse um acontecimento midiático. A nomenclatura de origem desconhecida de "Jornadas de Junho" conferiu um aspecto *pop* ao referenciamento do acontecimento que se desdobrava em múltiplas cadeias de análise.

Mas a epidemia só ganhou força depois do dia 17, ao monopolizar o noticiário das grandes redes de televisão (Estadão, 30 jun. 2013, p. 8).

A representação midiática convencional de movimentos sociais, protestos e mobilizações populares parte do olhar de desconfiança, com enfoque sobre violência, depredação, perturbação da ordem e criminalização (SOUTO MAIOR, 2013). Na configuração das Jornadas de Junho como um acontecimento midiático é possível identificar três fases: a descrição multitudinária, o enfoque sobre a violência e a disputa de narrativa entre reconhecimento e aturdimento.

A primeira fase procura descrever os atos exaustivamente na tentativa de cercá-los de interpretações sociopolíticas, deparando-se pela variedade de ocorrências, participantes e pela escala que se politiza vertiginosamente. O volume escalar interpela os espaços midiáticos, deslocando forças de cobertura para apreensão do fato. Todavia, o desenrolar dos primeiros dias desencadeia a próxima fase, pautada na narrativa de violência, ressaltando a depredação, a ocupação volumosa dos espaços públicos e a interrupção de fluxos urbanos.

A leitura da ocupação das ruas é intensificada pela interpretação parcial das práticas insurgentes. A narrativa de violência e desordem qualificou a cobertura, exercendo primado sobre seu teor e dos esforços descritivo-explicativos iniciais:

Depredação livre. A redução no preço da tarifa não pode encobrir o fato de que o centro de São Paulo virou terra sem lei na noite de anteontem, tomada por vândalos travestidos de manifestantes, e abandonada pela polícia. (Folha, 20 jun. 2013, p. A2,).

Violência se espalha pelo país. Mesmo após a redução em série da tarifa de ônibus, principal reivindicação dos protestos que tomaram conta do país, novos atos levaram 1 milhão de pessoas às ruas e resultaram numa onda de violência e vandalismo em 13 capitais. Ocorreram ataques ou tentativas de invasão às sedes dos Três Poderes [...] (Folha de S. Paulo, 21 jun. 2013, p. C1).

Sem controle. Em noite de novos conflitos, depredações e saques, Itamaraty e Prefeitura do Rio são atacados. Partidos políticos tentam entrar em manifestação e são expulsos. Depois de terem conseguido os primeiros resultados concretos, com a redução das tarifas de ônibus em várias capitais, os protestos que tomaram conta das ruas do país, tiveram ontem seu dia mais violento, marcado por confrontos em pelo menos dez cidades. Em Brasília, manifestantes atearam fogo nas janelas do Itamaraty e tentaram invadir o prédio: 39 pessoas saíram feridas. No Rio, a caminhada pacífica, com 300 mil pessoas, foi interrompida pela ação de radicais que tentaram invadir a sede da prefeitura. Houve na sequência, depredação de prédios públicos, pontos de ônibus e sinais de trânsito, saques e focos de incêndio (O Globo, 21 jun. 2013, p. 1).

O conjunto de características do ato em desenvolvimento e o rol de referências que povoam o imaginário sobre movimentos populares se combinam no fomento de uma narrativa de sobressalto, qualificação negativa e atração de olhares de desconfiança sobre as multidões. As demandas dos manifestantes, reconhecidas legitimamente *a priori*, são diluídas a partir do préstimo vocabular de choque. As metáforas de contágio se deslocam da descrição das multidões para o embate.

A construção do texto é estabelecida a partir de termos que caracterizam os atos pelo temor e surpresa negativa. Em "depredação livre", infere-se que o núcleo da atividade dos manifestantes é o vandalismo, tipificando o exercício do protesto uma conduta de perturbação da ordem, a partir da destruição de vias e patrimônios. Com "violência se espalha pelo país", nota-se que a difusão de protestos legítimos é atrelada à difusão de violência, como indissociáveis. E em "sem controle", subentende-se a narrativa de incoerência no plano negativo.

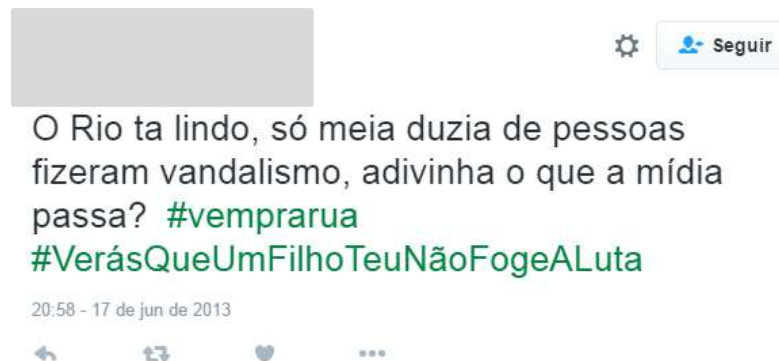
A narrativa que se segue apresenta a cobertura dos protestos e, naturalmente, narra os embates e os registros de depredação e violência. Contudo, quando os elementos negativos são postos em evidência, observa-se um percurso de redação que categoriza e classifica o acontecimento, insuflando a ideia de temor ou ameaça a ordem. Em meio a vocábulos selecionados, revezamento com registros factuais, tornando a construção verossímil, demarcando o evento com um sinal tendencioso a conclusões em sintonia, isto é, de rejeição e recusa.

A narrativa oficial não estava associada apenas aos veículos de imprensa, jornais, TVs e portais de notícias. Grupos independentes de mídia e, sobretudo, sujeitos comuns munidos de redes sociais online criaram flancos e trincheiras informativas. A comunicação midiática formal assistiu sua narrativa competir com a narrativa autocomunicante dos manifestantes, atualizada em tempo real, diretamente das ruas e fora delas também.

Dois processos comunicativos se desencadearam. A narrativa de imprensa cobrindo e tentando explicar os atos e a contra-narrativa da comunicação autocentrada dos manifestantes. Disputada a narrativa nos atos, o conteúdo das ruas produzido e difundido nas redes sociais dissipava outras tratativas. Esse processo permitiu que os atos crescessem em indignação, uma vez que a ausência de diálogo do governo se juntou à narrativa conflitante dos veículos tradicionais de mídia.

Das ruas, entre *hashtags*, observava-se:

Figura 6 – Tweets e disputa de narrativa



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 7 – Tweets e disputa de narrativa



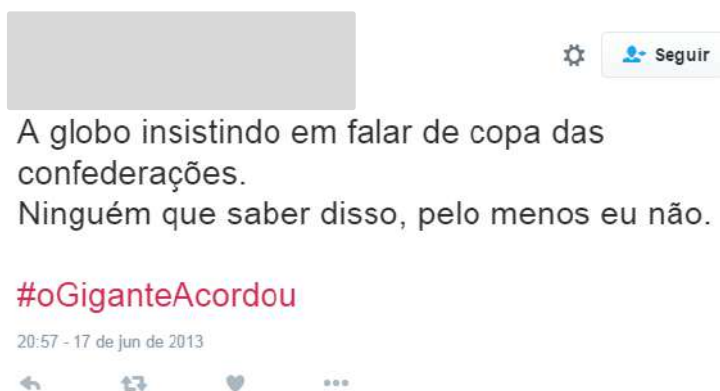
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 8 – Tweets e disputa de narrativa



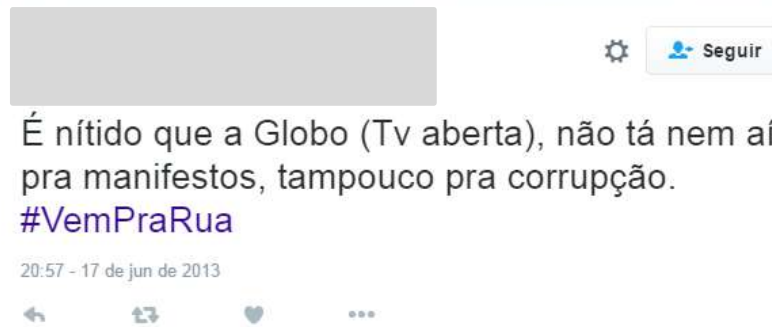
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 9 – Tweets e disputa de narrativa



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 10 – Tweets e disputa de narrativa



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 11 – Tweets e disputa de narrativa



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 12 – Tweets e disputa de narrativa



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 13 – Mídia e manifestações



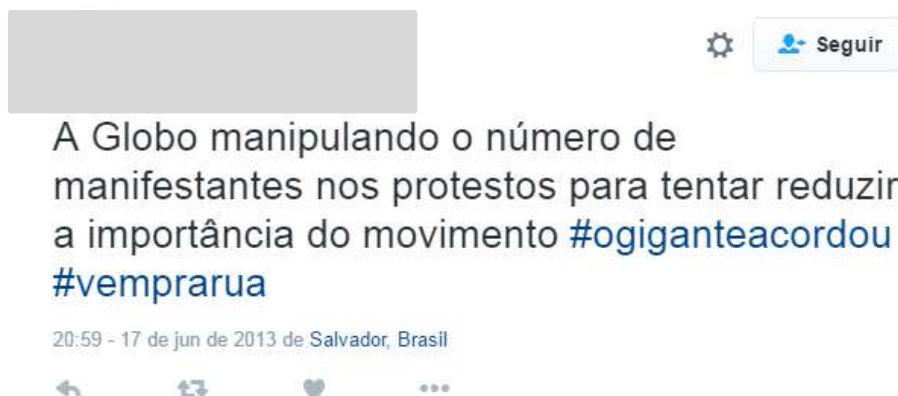
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os usuários relatam conflitos com a narrativa propagada, indispondo-se com emissoras (figuras 10, 11), jornalistas (figuras 7 e 12) e suas pautas (figura 6). O tratamento dado aos protestos é questionado na medida em que a cobertura lhes parece parcial em termos de representação devida. Aos que foram às ruas, o tom da cobertura é inapropriado, criando dissensão. Temáticas controversas como a Copa das Confederações (figuras 8, 9 e 13)³⁴ aumentaram o imbróglio que passou a questionar a disparidade de investimento na Copa do Mundo de Futebol do ano subsequente *versus* a realidade social reclamada nos atos.

Observa-se que o recorte de temas, a edição da notícia e a abordagem da cobertura são criticadas pelos usuários. Fica estabelecido um campo de confronto, visto que o alcance e a legitimidade do tratamento dos veículos de mídia são massivos, e sob o olhar do sujeito - participante e/ou usuário das redes sociais - põem em xeque a legitimidade do que se confessava nas ruas. Cria-se uma arena de acirramento de ânimos que levam a dois caminhos: a indignação que acende os atos subsequentes e o fortalecimento da comunicação alternativa e autocentrada.

Figura 14 – *Tweets* e disputa de narrativa

³⁴Em 2013, a Copa das Confederações FIFA foi realizada no Brasil de 15 a 30 de junho.



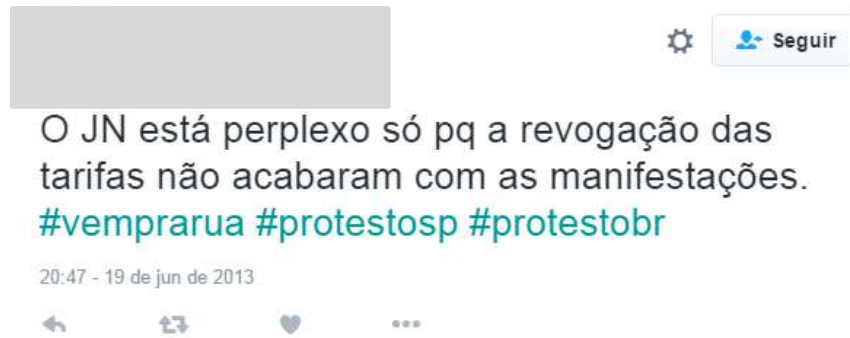
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 15 – *Tweets* e disputa de narrativa



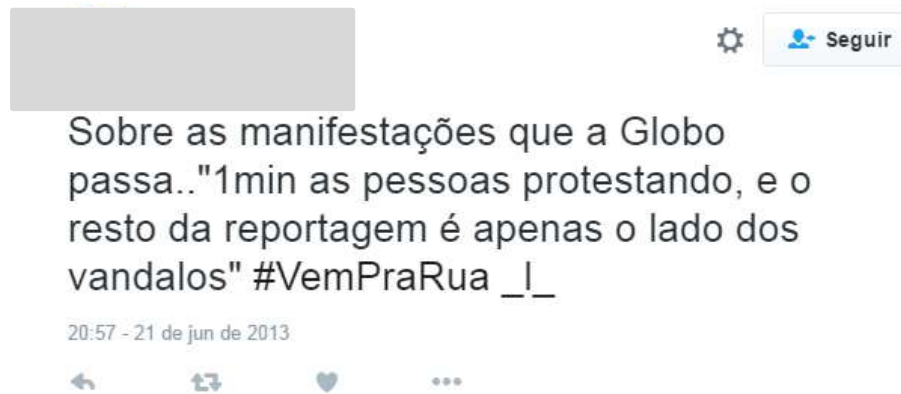
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 16 – *Tweets* e disputa de narrativa



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 17 – Tweets e disputa de narrativa



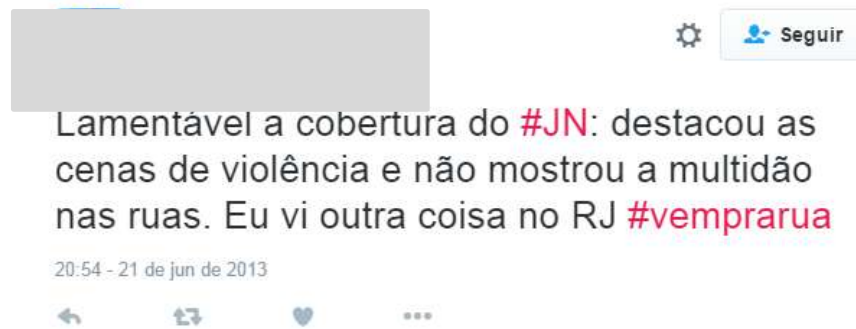
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 18 – Tweets e disputa de narrativa



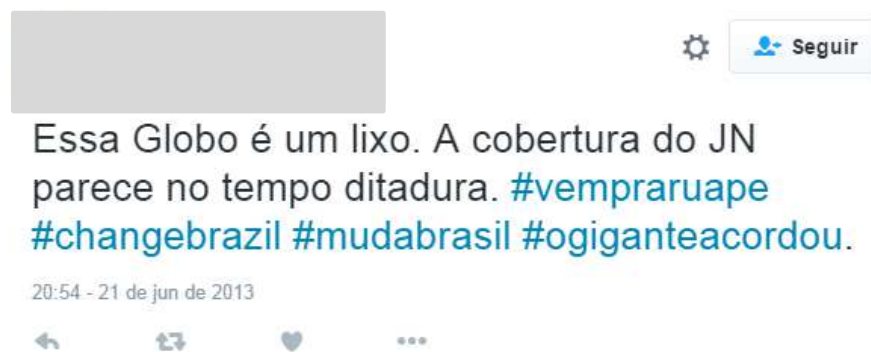
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 19 – Tweets e disputa de narrativa



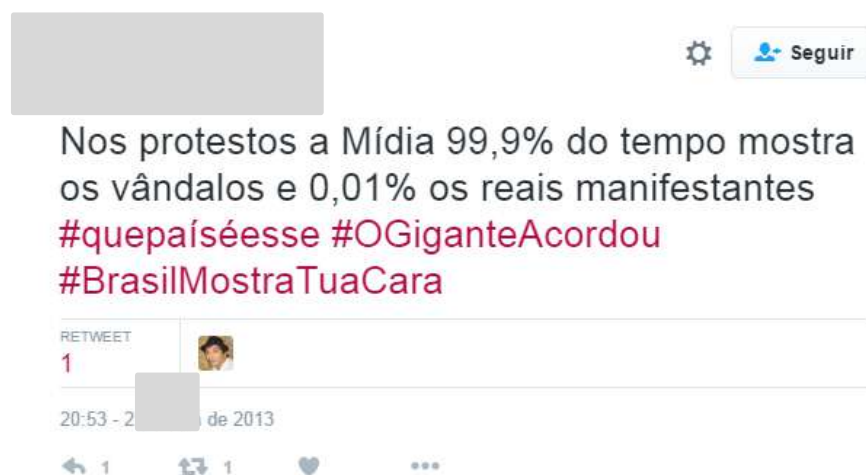
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 20 – Tweets e disputa de narrativa



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 21 – Tweets e disputa de narrativa



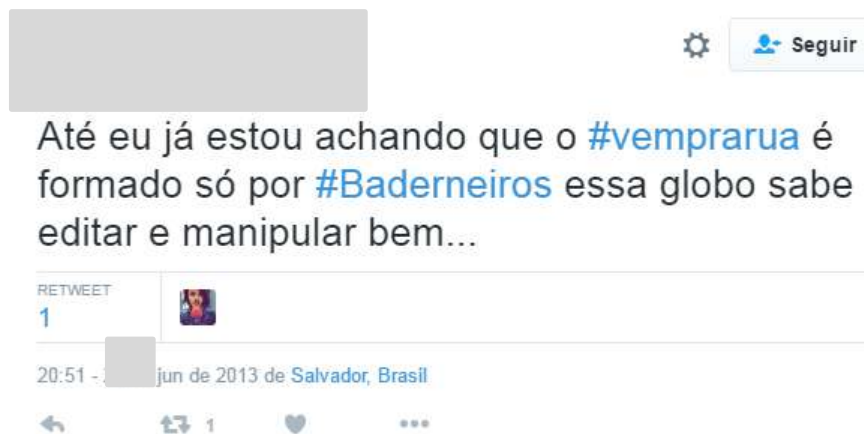
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 22 – Tweets e disputa de narrativa



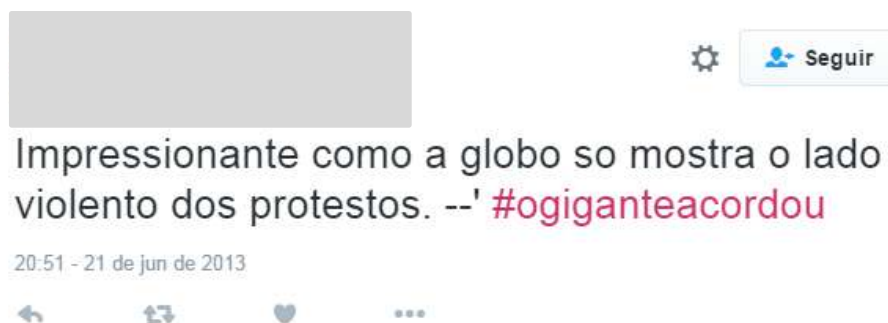
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 23 – Tweets e disputa de narrativa



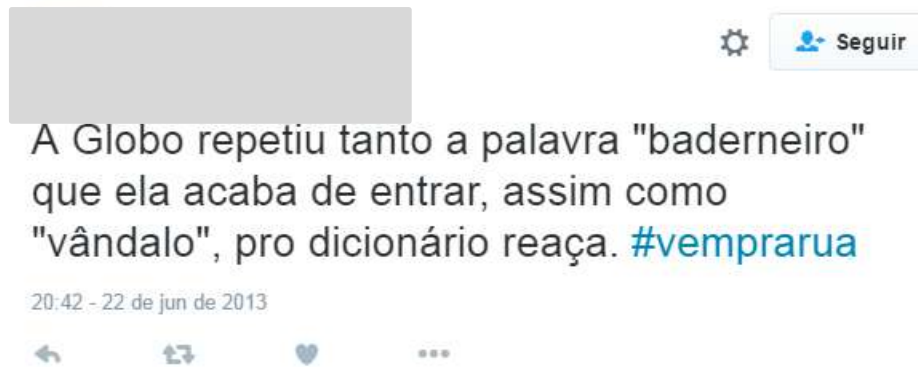
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 24 – Tweets e disputa de narrativa



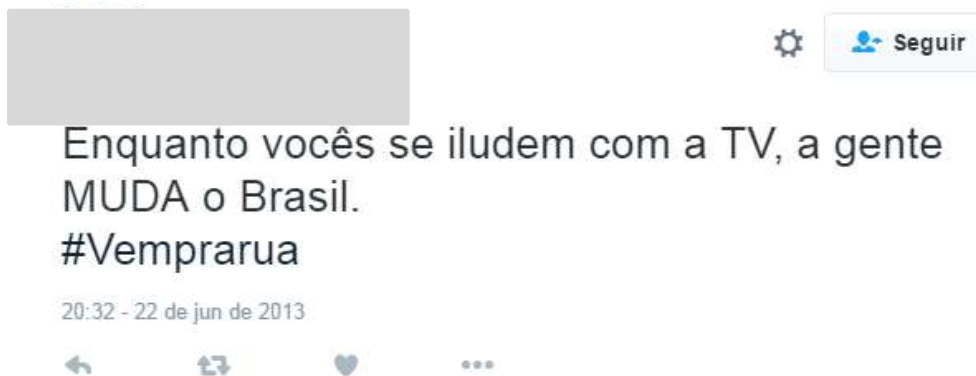
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 25 – Tweets e disputa de narrativa



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 26 – Tweets e disputa de narrativa



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O questionamento se estabelece de modo mais intenso sobre a associação com a violência e a depredação (figuras 18, 19, 23, 24 e 25). As escolhas de manejo dos fatos (figuras 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22 e 26) entram em atrito com a insurgência indignada, já intensificada pela resposta demorada dos governos - e limitada a palavras de ordem. A associação à desordem faz com que sugestivamente uma atmosfera de desmobilização surja, o que é interpretado por manifestantes *on e/ou off-line* como apagamento da legitimidade das demandas e do direito de protestar.

Abre-se uma ferida de liberdade e de expressão sociopolítica. No influxo de informações alternativas das redes sociais - e da cobertura de coletivos independentes -, a narrativa hegemônica é reelaborada e canalizada como motivação. O reforço do lado violento e seus léxicos é contraposto não apenas por narrativas corretivas, mas pelo usufruto dos canais *on-line* como fonte de arregimentação, marcação de atos, instruções e procedimentos.

A instabilidade midiática causada pelas redes de comunicação alternativa, somada aos acontecimentos de sustentação dos protestos após as primeiras negociações governamentais e a metamorfose das manifestações causou uma desagregação da narrativa hegemônica ora sustentada. Junto ao reconhecimento em discurso e tempo dos veículos de mídia (figura 27), a resposta governamental se abranda.

Figura 27 – Tweets e disputa de narrativa



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

As manchetes também revelam a reorientação discursiva, saindo da descrição e construção da instabilidade e periculosidade dos acontecimentos para sua utopia e significados sociopolíticos intrincados:

Que juventude é essa? (Folha, 23 jun. 2013, p. A3).

As manifestações e o direito à política (Folha, 24 jun. 2013, p. A3).

O que há de novo nas ruas (Folha, 24 jun. 2013, p. A3).

Mais um passo da revolução democrática (Folha, 27 jun. 2013, p. A3).

As respostas governamentais se dão em um plano de conciliação, reconhecendo excessos policiais, gerando uma redução tarifária do transporte público em cadeia, discussões no legislativo e no executivo e elogio à pulsão sociopolítica de manifestações populares. O tom parece corrigir as interpretações iniciais e que, por mais que não lograssem clareza suficiente, pediam do momento moderação diante da insurreição que, como acontecer midiático, não figurou como notícia somente, mas pautou narrativas próprias.

Haddad diz que violência da PM marcou ato. [...] Alckmin defende PM e diz que protesto tem viés político (Folha de S. Paulo, 14 e 15 jun. 2013. p. 1, C2).

Capitais já baixam tarifas de ônibus; protestos continuam. Em SP, Haddad muda o tom e já admite rever aumento; Paes quer ouvir manifestantes. [...] As prefeituras de João Pessoa, Porto Alegre e Goiânia cancelaram o reajuste. Curitiba, Manaus e Vitória reduziram o percentual de ajuste. [...] Palácio do Planalto deu aval para a aprovação, pelo Congresso, de um projeto que promove novas desonerações de impostos no setor de transporte público de passageiros, com o objetivo de reduzir as tarifas (O Globo, 19 jun. 2013, p. 3).

Dilma diz que protestos são um alerta a todos os governantes. Presidente afirma que o Brasil tem orgulho de manifestantes e que governo ouve "vozes pela mudança". [...] Em seu discurso, ela salientou que o governo trabalha para melhorar a vida do povo, mas está atento à voz das ruas, e prometeu fazer muito mais. Reconheceu que, nas manifestações, há repúdio à corrupção no país, mas frisou que o recado não é apenas para um governo ou um poder (O Globo, 19 jun. 2013, p. 4).

Dilma promete ouvir "voz das ruas" e "coibir arruaça". Sem clareza sobre a natureza dos protestos, discurso evita riscos. [...] Dilma condena "minorias autoritárias e violentas" e diz que vai "manter a ordem" [...]. Em seu pronunciamento sobre os protestos cada vez mais violentos no país, a presidente Dilma Rousseff tentou contemporizar. O cálculo político é inevitável. Ainda sem informação objetiva sobre a organização dos protestos, apesar da boataria de todo tipo circulando entre círculos à esquerda e à direita. Dilma buscou uma fala inócua que conta com o arrefecimento de ânimos para emplacar. [...] As promessas pontuais (Folha de S. Paulo, 22 jun. 2013, p. 1, C2, C3).

No acontecer midiático de junho, o embate narrativo se aproxima da cultura política gestada a partir da transformação da TV como mídia hegemônica de massa, cercada pela mídia impressa (LIMA, 2013). O estatuto midiático é questionado na medida em que as próprias ruas reclamam sua liberdade chamando atenção para a desqualificação que sujeitos e demandas sofriam no decurso insurgente. O paradigma midiático nacional tem um confronto marcante por uma mobilização sem organização nucleica e cujo aparato comunicacional foi alternativo, autocentrado e modulado no íterim do evento.

Há que se observar que as Jornadas de Junho como outras formas e episódios de mobilizações sociais em rede, destarte sua origem e tipologia organizacional, são frentes de contrapoder dispostas a criar novos valores ou chamar a atenção para a necessidade de novos arranjos no seio social de seu tempo (CASTELLS, 2013). Essa possibilidade se celebra nos processos comunicacionais de junho sob o olhar midiático e em sua trama de redes alternativas de informação e comunicação.

Ora, as tramas sociopolíticas transcorrem sobre cenários comunicacionais (DOWNING, 2000). Frequentemente, sob o sabor de conflitos e frentes de poder, esses processos se estabelecem de modo volumoso, testemunhal e simbólico. Na força professada por mobilizações sociais, modos de operação, percepção e ação se revelam.

CAPÍTULO 3

DINÂMICAS DE (RE)PRODUÇÃO DE JUNHO: IMAGENS E PERFORMANCES

Uma mobilização é, antes de tudo, um influxo. De informações, narrativas, táticas, acontecimentos, repercussões, imagens e gestuais. Influxos cujo lastro é sua condição de produção e a própria envergadura de sua mensagem, insurgente e tácita. A mobilização social, o movimento, o protesto e o ato são contingências expansivas e de cauda longa, que intensifica sua ativação enquanto se reproduz, e mesmo quando evanesce, ainda é fluxo produtivo.

Enquanto ato político, uma mobilização é uma ação localizada, contextualizada e factual de exercício sociopolítico. Nesse sentido, tratam-se de investidas corpóreas, isto é, uma atividade elaborada a partir da ação de sujeitos que corporalmente - seja pela ocupação de espaços materiais ou virtuais - delineiam esforços e composições políticas, tomando como sentido a experiência do cotidiano, que é pólis³⁵ e também é política.

Enquanto corporeidade e materialidade, as mobilizações são ainda telas³⁶. Telas como monitores da extensão da corpografia³⁷ desenvolvida nas ruas e receptáculo dos múltiplos sentidos derivados deste exercício; sentidos intrínsecos à direção da ação política e de qualquer composição humana no espaço cotidiano. Toda tela prescinde de um bastidor de produção e de uma audiência cativa, nem sempre passiva, mas sempre espectadora - e emancipada³⁸.

Nestas telas da mobilização operam significados que não são acessórios, mas constitutivos de uma práxis, isto é, são práticas, estéticas e performances que participam da linguagem mobilizada, ao mesmo tempo em que são elementos de navegação sociopolítica e textualidade insurgente dos sujeitos participantes. De uma mobilização emerge sua comunicação, vital para seu significado mais

³⁵Relativo aos modelos gregos de cidade-estado. Aqui o termo é tomado a partir do campo semântico da cidade e seus significados espaciais, territoriais, sociais, culturais e políticos. Do vocábulo *pólis* deriva a configuração de sentidos da cidade e também o ramo vernacular da palavra política.

³⁶Conforme a acepção de tela total de Baudrillard (2011).

³⁷Conforme conceito articulado por Jacques (2006) e retomado por Nascimento (2016) em que exercícios alternativos e rebeldes de ocupação do espaço da cidade são interpostos pelos sujeitos em dissonância à práticas e agendas opressivas ou desagregantes. Tais exercícios são políticos na medida em que delineiam práticas, gestuais e performances estéticas e simbólicas.

³⁸Conforme Rancière (2012).

profundo, bem como para seu significado mais raso; de sua expectativa, como de sua prerrogativa. De sua perspectiva, como de seu prognóstico.

3.1 Práticas: do índice à performance

Agência e potência são expressões de força, energia e disposição. A constituição prática e simbólica das mobilizações sociais acena para atividades que não procedem a partir de uma noção de ordem, tranquilidade ou estabilidade. No exercício de agente e no terreno das relações de poder, a expressão visível - material ou imaterial - dos sujeitos e coletividades é marcada por um processo que constrói sentido e organização por meio do ruído, do incômodo.

No espaço das ruas - e aqui, também incorpora-se fluxos virtuais -, as formas de participação e as modalidades de ação ou cooperação se estabelecem por uma sucessão de gestos. Esse gestual é fundamental para que o influxo cognitivo da realidade que reclama reivindicação se expresse, não pela cristalização, mas pela teia de significados que gera substância sociopolítica e anima o movimento material, visível e praticado.

Esse gestual como abrigo de modalidades de ação e participação ocorre por meio de tramas sonorizadas. Isto é, na sucessão de acontecimentos, silêncios e ruídos se revezam para fundamentar, corporificar e difundir o conteúdo sociopolítico de mobilização. Nos silêncios, a atividade laboratorial ocorre, dando condições para a pré-organização acontecer, aninhando sentidos e afetos, captando instruções. Nos ruídos, as práticas se manifestam, dando testemunho dos sentidos e a eloquência da mensagem, marcada por origens, localizações e projetos.

A fase laboratorial é silenciosa, submersa e produz imersão em certo nível. Nesse contexto, estão contidos os afetos que ao eclodir se tornaram ruídos de insurreição. Todavia, os objetos de agência são elucubrados nesse momento. O adjetivo laboratorial diz da maturação de ideias que ganham sentido e efeito no trâmite material da ocupação urbana da manifestação. Nesse trânsito, estão as organizações dos coletivos e das comunidades, a conversação social e virtual fora do radar midiático e governamental, e as vivências dos sujeitos - o que empresta força de efeito reivindicatório.

Esse silêncio é condição para a sonorização do ruído da ação em sua prática, bem como de seus efeitos instantâneos e das reverberações que ocorrem

por médias e longas durações. A atividade organizada e as vivências diárias no silêncio do ordenamento cotidiano são uma etapa constitutiva para a representação prática e material de mobilizações.

Do silêncio formativo, instrutivo e maturativo, passa-se ao ruído imagético e procedimental. A ocorrência dos atos em si tem toda sorte de modalidades participativas transmissivas pelo posicionamento do corpo, da ocupação, da apropriação, da voz, da coreografia, dos materiais empunhados e dos sons acionados. A plasticidade do ato e seu ruído designam a fase de emersão. Um ruído é um registro sonoro de incômodo que perturba uma ordem sonora estável. A que o ruído dos atos perturba?

A estabilidade ordeira do cotidiano é perturbada no ato mobilizado. Os contornos motivacionais da ida às ruas, a semântica das vozes e a realidade aparente nas demandas reivindicadas dão corpo ruidoso, criando uma retórica ou um novo alerta de que o corriqueiro não vai bem e que atenção e/ou modificações sistemáticas são imperativas. Para que isso ocorra, o ruído não é apenas físico. Uma variedade de práticas fornece a acústica para que ele se propague.

No *corpus* da mobilização, a operacionalização de seu funcionamento e do pleito de seus objetivos se estabelece por meio de práticas. As práticas são entendidas como modos de ação, modalidades de participação e exercícios engajados com uma realidade em ocorrência com um alvo, um fim, uma consumação. As práticas designam gestuais ativos com potencial (des)construtivo, lançando mão de ferramentas que otimizem o intercurso entre intenção, razão e efeito.

Praticar exige envolvimento, intencionalidade e objetos de motivação. Munidos de elementos engajadores e motivacionais adquiridos no contato sensível das causas mobilizadoras, os sujeitos necessitam de plasmar essa carga de significado mobilizador sobre a realidade. Esse ato é o que garante a consumação de seu anelo inicial que o converte de indivíduo a sujeito, mas que proporciona ainda a(s) causa(s) a ganhar(em) vida na realidade material, ritual e ordinária do cotidiano social e político (a vida usual, a governança, as relações sociais, a política, etc).

Orienta-se aqui o olhar sobre as práticas desempenhadas pelos sujeitos nas Jornadas de Junho de 2013. Tais práticas dizem dos fazeres sociais e políticos da condição do sujeito como agente, do manifestante e do cidadão no desanuiamento

utópico. Nas práticas de junho de 2013, procura-se esquadrihar a conjuntura do movimento na perspectiva de seus exercícios e gestuais para a construção do ato-fenômeno.

Em mobilizações sociais, dois requisitos são indispensáveis para o processamento e para a compreensão de suas práticas: repertório e táticas. O repertório diz da linguagem e do conteúdo estruturais e estruturantes do predicado da agência. As táticas por sua vez dizem da qualidade da agência, dos arranjos e feitos nos quais os exercícios se tornam evidentes e eficientes.

No repertório estão incrustados conhecimentos sociais e inteligências de matrizes distintas (ALONSO, 2012; TILLY, 1995). Habilidades, competências, memórias, relações e significados se coadunam em padrões compartilhados e intercambiados no trato social. Um repertório reage à socialização de outros repertórios, podendo criar paralelos temporários.

Na heterogeneidade de grupos e sujeitos das manifestações de junho, e sobretudo por seu processo particular de organização não convencional, observou-se múltiplos repertórios em campo, ao mesmo tempo em que criou-se um repertório consumível no momento, cuja durabilidade perece com os atos. A convivência de repertórios distintos cria padrões anômalos de desenvolvimento, ao passo que há volume de performance, há mais conflitos e riscos de dispersão ou desmobilização.

As táticas, por sua vez, vão designar um conjunto de visões e expertises confeccionadas na exigência do presente, a fim de driblar a hegemonia de estratégias organizadoras da realidade (CERTEAU, 2014). O exercício tático se dá na exploração de brechas como oportunidade de subversão da ordem para chamar atenção ou desafiar a ordem diante dos fins que sustentam a mobilização.

Em 2013, as tradicionais práticas que caracterizam movimentos sociais são executadas sob o suporte das redes criadas no *continuum* dos acontecimentos. Redes socioespaciais, construídas sob relações do/no espaço urbano e público, em diferentes escalas e ativadas territorialmente. Redes de comunicação *on-line*, fornecendo informação alternativa e direcionamentos organizacionais. O caráter radical forneceu estruturação ao passo em que se constituiu tática de avanço dos atos na nuvem midiática e governamental (incluída aqui a ação policial).

Os relatos noticiosos documentam os acontecimentos, na medida em que revelam fragmentos dos efeitos das práticas e táticas dos participantes:

Foi a maior onda de protestos políticos no país desde os caras-pintadas, em 1992, pelo impeachment do então presidente Collor. A maioria das manifestações foi pacífica, mas houve vandalismo contra sedes do poder (Folha de S. Paulo, 18 jun. 2013, p. A1).

[...] Atônitos governos não conseguem entender atos. [...] Às cenas de aglomeração, vandalismo e repressão policial somaram-se às imagens simbólicas de "ocupação" símbolo do poder central (Folha, 18 jun. 2013, p. C7).

Multidões em marcha. Grandiosa e plural. Na maior mobilização contra o aumento das passagens de ônibus, cerca de 240 mil manifestantes ocuparam ontem as ruas de 11 capitais brasileiras. Os manifestantes, contudo, iniciaram as marchas pelo país dispostos a protestar em paz. Em alguns casos, agiram para conter os mais exaltados. Sem a predominância de bandeiras de partidos políticos, sindicatos ou entidades estudantis, os protestos lembraram as grandes mobilizações sociais do passado, como as Diretas Já (1984) e os movimentos dos caras-pintadas (1992). A diferença foi a força demonstrada pelas mídias sociais, decisivas não apenas para a mobilização como para o registro de cada detalhe das manifestações em tempo real, e a diversidade de palavras de ordem (O Globo, 18 jun. 2013, p. 4).

Protesto se espalha pelo país. Uma nova onda de protestos, maior do que as anteriores e com leque de reivindicações mais amplo - voltou a tomar conta das capitais e de importantes cidades de onze estados ontem. Pelo menos 230 mil pessoas foram às ruas ontem. Em São Paulo, protesto reuniu 50 mil, segundo a PM. Foi a quinta manifestação na capital e a primeira sem violência. Uma das principais características das marchas foram as demonstrações de insatisfação e rejeição da política institucional. Em Brasília, manifestantes tentaram invadir o Congresso, com palavras de ordem como "Fora Renan" e "Fora Feliciano". No Rio, as ações se concentraram diante da Assembléia. Em São Paulo, manifestantes foram impedidos de levantar bandeiras. "Não é comício, fora partidos", gritavam manifestantes (O Estado de S. Paulo, 18 jun. 2013, p. 1).

A narrativa descritiva revela nuances sobre os procedimentos e sua recepção. Nota-se o reconhecimento da magnitude dos atos no recurso à memória nacional e na confissão de seu desenho "simbólico". Há a reação provocada nos representantes políticos com o estado de "atônitos" e na dificuldade de compreender os atos. Evidencia-se a concentração em espaços de governança como requinte de ameaça à ordem.

Os termos "ocupação", "multidão" e "marchas" são usados de forma específica, sem o efeito descritivo genérico, mas na leitura de que algo em exercício portava uma mensagem da qual não se tinha clareza interpretativa no momento em que eclodiam. Ao passo que a violência e o vandalismo eram usados como representação textual, as formas de participação (práticas) e como elas se realizavam sob o *public eye*.

Práticas em mobilizações estão ligadas a atos performativos, além de seu efeito direto. Isto é, na medida em que são ações executadas no tempo e no espaço, estabelecem no plano imagético-estético um diálogo com quem assiste ou é objeto de seus fins. Práticas são causais e promovem um espetáculo visual ao reforçarem seus sentidos. Aqui, nota-se que a performance das práticas nos protestos revelam táticas de tornar mais afiadas seus intentos, agitando a percepção midiática e governamental.

Em junho de 2013, destacam-se como práticas o usufruto das redes sociais como ferramenta de organização e observatório, as marchas, a interrupção de fluxos urbanos, a ocupação dos espaços públicos e de governança, bem como o monopólio dos registros midiáticos. Considera-se também a depredação como uma faceta presente no acontecimento, cujo exame não deve ser olvidado.

O uso das redes sociais é a prática mais ressaltada nos exames das Jornadas de Junho (CASTELLS, 2013, GOHN, 2018; RICCI; ARLEY, 2014; SANTOS, 2020b). O usufruto das redes sociais se deu como um esteio comunicativo para os protestos. Gerava-se conversação e produziam-se narrativas em tempo real nas/a partir das ruas. Os processos de consumo, produção e compartilhamento de informação criaram instâncias de mediação e articulação.

Os atos eram convocados, mobilizados e instaurados por meio das redes sociais em eventos no Facebook, dissipados em grupos e compartilhados no Twitter por meio de *hashtags* que, viralizadas nos *Trending Topics*³⁹, criavam trilhas informativas ao olhar público. Inicialmente, as convocatórias do MPL serviram de difusor para a mobilização de outros adeptos, considerando a disseminação dos acontecimentos *on-line*.

Os serviços e dispositivos de comunicação *on-line* favoreceram a organização em rede do movimento, especialmente na fase em que descola-se a operacionalização originária do MPL. Datas, locais, rotas, recomendações de segurança e instruções de caráter mobilizador forneciam coesão moderada para as ocorrências.

A memória de um dia ficava registrada em publicações produzidas em tempo real e posteriormente, construindo bancos de informação, permitindo balanços e a

³⁹Listagem curada pelo Twitter com os assuntos e *hashtags* mais utilizadas em escalas regionais, nacionais e globais. Por meio dos itens dispostos na lista, é possível acessar a conversação associada.

continuidade dos atos subsequentes. Vale ressaltar que não só o código textual era adotado, mas a produção de imagens e vídeos, bem como a cartela de palavras de ordem e a criatividade insurgente compunham o caráter arregimentador das redes sociais.

Convocados nas redes sociais, protestos mobilizam pelo menos 240 mil pessoas em 11 capitais. [...] Em tempos de internet, os atos foram marcados intensivamente pelas redes sociais para convocar participantes (O Globo, 18 jun. 2013, p. 1).

Protestos ocorrem em 17 capitais, convocação é feita pelas redes sociais. Mesmo depois que São Paulo e Rio suspenderam o reajuste nas tarifas de transporte coletivo, mais de um milhão de pessoas se comprometeram, pelas redes sociais, a participar dos protestos marcados para hoje em pelos 80 cidades do país, 17 delas capitais. Além das cidades grandes, as mobilizações devem paralisar ainda cidades de médio porte. [...] No Rio, 253 mil pessoas tinham confirmado presença pelo Facebook, até a noite de ontem. Em São Paulo, os confirmados chegavam a 153 mil. São os dois maiores atos, com base na movimentação virtual. [...] A maior parte das manifestações acontecerão simultaneamente no horário de saída das pessoas do trabalho (O Globo, 20 jun. 2013, p. 6).

Redes sociais dão o tom da "revolta do vinagre". Grupos na internet mobilizam e orientam protestos em todo o Brasil. A cena não era vista desde o impeachment de Collor, em 1992. Assim como na "Primavera Árabe" que lotou praças e derrubou ditadores, no Brasil, as redes sociais também impulsionaram a escalada de protestos contra o aumento das tarifas de ônibus, tanto na mobilização dos participantes como na descrição dos fatos em tempo real. A publicação de fotos, vídeos e relatos na hora e logo após os protestos, tomam conta de YouTube, Twitter, Facebook, Instagram e Tumblr (O Globo, 18 jun. 2013, p. 9).

A diferença foi a força demonstrada pelas mídias sociais, decisivas não apenas para a mobilização como para o registro de cada detalhe em tempo real das manifestações, e a diversidade de palavras de ordem (O Globo, 18 jun. 2013, p. 3).

O fluxo paralelo de informação possibilitou fazer comparações às versões das autoridades (Estadão, 23 jun. 2013, p. 19).

Muitos recorreram aos serviços para se informar, a partir de relatos no Twitter e Facebook (Estadão, 23 jun. 2013, p. 19).

O papel das redes sociais (Facebook e Twitter) foi decisivo para a articulação dos discursos e para divulgar hora e local dos protestos (Estadão, 30 jun. 2013, p. 8).

As notícias enfatizavam a convocatória e o nível de organização dos atos, acompanhados do fulgor numérico de participantes, fazendo entender o efeito radical dos protestos. Redes sociais como Facebook, Twitter e YouTube foram utilizados como veículos de consumo e disseminação de informações, mas sobretudo como observatórios dos protestos para os manifestantes e apoiadores.

Nota-se um rebatimento da ação *on-line* sobre a *off-line*. Isto é, as práticas detonadas nas ruas se constituíam de simulacros nas redes sociais de uma agência integrada. Da ocupação das ruas e dos espaços públicos às redes sociais, telas de ação permitiam uma performance híbrida e crescente.

Como arregimentação e observatório, as redes sociais também representaram práticas de laboratório:

A internet teve papel fundamental na organização dos atos. Pelas redes sociais, 79 milhões de pessoas falando de um tema. Essa foi a quantidade de internautas impactados pelos compartilhamentos sobre os protestos pelo Brasil. Quem está conectado às redes sociais percebeu que os protestos se tornaram quase um tema único nos últimos dias, dominando publicações no Facebook, Twitter e também no YouTube. Os compartilhamentos impactaram potencialmente 79 milhões de internautas até a noite de ontem. [...] O mapeamento das redes indica uma curva crescente das publicações sobre o tema desde quinta-feira, dia das manifestações marcadas pela violência policial, alcançando ontem um pico de menções. Os termos mais citados foram "Protesto", "O gigante acordou", "Vem pra rua" a "Acorda Brasil". [...] A internet teve papel fundamental na organização dos atos. Em São Paulo, por exemplo, o evento no Facebook para a manifestação teve 276 mil confirmações. O ato foi grande, mas se percebe que muita gente fez questão de demonstrar apoio virtual. Mas não foi só isso. Para o pesquisador de comportamento jovem Daniel Gasparetti, as redes tiveram papel mais preponderante na guinada da opinião pública. "Foi nas redes sociais que se viu os manifestantes passarem de vilões a heróis", diz ele. "Além do contato direto, da informação feita no local, houve um intenso debate sobre os motivos dos atos". Entre os pedidos, wi-fi liberado. Pipocaram na rede pedidos para que pessoas abrissem o sinal de wi-fi para os manifestantes compartilharem as informações (O Estado de S. Paulo, 18 jun. 2013, p. 14).

Houve quem fosse manifestante de primeira viagem, trocando o Facebook pela bandeira, a internet pelo asfalto (O Estado de S. Paulo, 21 jun. 2013, p. 18).

Na internet, atos mobilizam 136 milhões. Protesto atraiu 35 mil pessoas e ganhou corpo no Facebook, chamado por organizações com forte militância online contra a corrupção. Entre os dias 13 e 21 deste mês, foram mais de 2 milhões de citações sobre os protestos, ante 214 mil sobre a Copa das Confederações (O Estado de S. Paulo, 23 jun. 2013, p. 10, 19).

O aparato digital desencadeou práticas híbridas. Em *posts*, *links* e *hashtags*, desenvolvia-se uma curadoria instrutiva dos sujeitos participantes e não participantes. Aos participantes, o reforço engajador. Aos não participantes, o suporte *on-line* para a magnitude do movimento. Ademais, os fluxos do ciberespaço perpetraram outro tipo de ocupação, e esta digital. A ocupação das vias *on-line* se conjugou na/pelas vias das cidades participantes.

A ocupação das vias públicas seja pela concentração, passeatas ou marchas são marcadores comuns de manifestações populares. Trafegar pelos espaços da cidade produzida, produtora e produtora é usar sua própria infraestrutura como ritual de ação. Nesse rito, a visibilidade do quantitativo de participantes e coreografia ali desenvolvida é uma epifania da mensagem insurgente e também um testemunho das forças que atuam na cidade e seus recônditos.

O quantitativo de participantes é uma expressão visível que cumpre o papel de atrair visibilidade às causas postas na rua. O itinerário escolhe vias importantes e centrais para sua vitrine da mensagem. O percurso é importante, fazendo supor o caráter de atividade, de construções ou interpelação da realidade.

Os trajetos designam percursos que fazem escoar o conteúdo insurgente. Desse modo, pondo-se como marcha direcionada, selecionando caminhos específicos que originalmente são ocupados pelos fluxos produtivos, cria-se um índice performático, ao mesmo tempo que mostra material sociopolítico.

Escolhe-se vias de afluxo, percursos que passam por edifícios, monumentos e fixos marcantes da paisagem urbana, de modo que o caminhar torne-se agência e símbolo (figura 28). Tanto quanto o caminhar, as paradas, concentrações e permanências são importantes. Os corpos apresentam uma coreografia que por si só é mensagem e interpela os olhares públicos, conquanto alimenta o ensejo dos próprios manifestantes.

Figura 28 - Ocupação de vias em São Paulo em junho de 2013



Fonte: Movimento Passe Livre (UFMG, c2020). Disponível em: https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/4702?busca=rua&cidade=São%20Paulo&escorderVazias=true&page=1&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0. Acesso em: 28 jun. 2020.

É possível identificar modalidades distintas de posições nas ruas ou em concentrações. Em grupos formais, oriundos de coletivos e outras propriedades participativas. Grupos sociais, sem vínculos formais a não ser a sociabilidade comum. Ou sozinhos, destacando a importância da unidade do sujeito nos atos coletivos, conseqüentemente ajuntando-se no corpo político do protesto.

Caminhadas, marchas e passeatas são registros dos sujeitos que protagonizam ação em movimento (TARROW, 2009), mas evidenciam o próprio papel da cidade como ator sociopolítico (CASTELLS; BORJA, 1996), usando de seus sistemas de objetos e ações, fixos e fluxos, para questionar seu *status*. Com os manifestantes, uniam-se os contextos materializados na urbe que estrutura, mas estava sob questionamento de sua própria estruturação.

O caminhar permite uma aglutinação temporária das diferenças. Postas em convergência por demandas que reclamam a atenção do momento de protesto, as diferenças entre os participantes tinham no trajeto compartilhado sua unidade na diversidade (figura 29). A partilha do espaço e do tempo em um sentido coeso - apesar das divisões ideológicas, sociais e políticas - criou uma experiência temporária de desarticulação de eixos pelo beneplácito das causas de insurreição.

Figura 29 - Concentração na Catedral da Sé (São Paulo) em junho de 2013



Fonte: Rafael Tsavkko Garcia (UFMG, c2020). Disponível em: https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/4618?busca=rua&cidade=São%20Paulo&escorderVazias=true&page=3&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0. Acesso em: 28 jun. 2020.

O trânsito insurgente encontra seu valor não apenas pela congregação das diferenças, pela interrupção dos fluxos como sinal de contravenção ou pelo cenário escolhido. As paradas também são importantes, representando uma ocupação que, das demandas vocalizadas, passa a contemplar a consciência multitudinária concentrada.

As ocupações desses espaços testemunham os sentidos dos atos que usam a paisagem urbana e suas funções como recurso retórico (figura 30). Vias, ruas sanguíneas, praças, monumentos, esplanadas de edifícios simbólicos ao capital, à cultura patrimonial ou à governança tornam-se suporte material das vozes, ao passo que se transformam em memória das ruas.

Figura 30 - Ocupação de vias em Belo Horizonte em junho de 2013



Fonte: Upslon (UFMG, c2020). Disponível em:
https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/2738?busca=praça&cidade=Belo%20Horizonte&esconderVazias=true&page=1&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0.
Acesso em: 28 jun. 2020.

A intensidade das marchas, das vozes, as diferenças lado a lado, o tráfego sobre caminhos-símbolo e seu ocaso em espaços que são ocupados culminam para o registro da sociabilidade de "povo" e promovem um arranjo anamnésico a ser lembrado como imagens do povo nas ruas. Ocupar é um movimento duplo de presença situacional e amalgamento do ser com o espaço.

Figura 31 - Ocupação no Senado Federal em junho de 2013



Fonte: Página 3 (UFMG, c2020). Disponível em: https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/4939?busca&cidade=Bras%C3%ADlia&esconderVazias=true&page=2&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0. Acesso em: 28 jun. 2020.

Nesse sentido, as ocupações do Planalto ou do Senado Federal (figura 31), estádios de futebol, sedes de governos estaduais ou municipais se tornam unidades dos sujeitos em movimento. A presença e a permanência energéticas revelam práticas de que a noção de povo ali formada reclama projetos interpelando o próprio eixo de organização material da vida social. A ocupação consome a noção servil do espaço tornando-o uma estrutura orgânica que se revolta contra sua própria função, enquanto durem os atos.

As caminhadas e ocupações guardam outra prática controversa ao olhar público, governamental e midiático: os confrontos. O conflito e a perturbação da ordem estabelecida são características inexoráveis dos protestos. A escala de violência, todavia, é variável em termos de imbróglis sobre a agência de outros participantes (grupos variados ou a política), bem como as modificações de perspectiva de análise e categorização da mobilização popular.

Uma série de confrontos foi comum nos protestos de 2013: embates entre manifestantes, a ação policial, grupos e agendas diversas (*Black Blocs*), bem como a magnitude de uma manifestação que se torna lasciva esteticamente,

sendo apressadamente classificada como ameaça e não obstante reprimida como tal.

A narrativa jornalística oferecia descrição da proporção dos atos para caracterizar os confrontos, recorrendo sempre ao campo semântico da violência como marcador textual nuclear:

Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista. No mais violento protesto contra o aumento da tarifa do transporte público, manifestantes voltaram a entrar em conflito com a polícia na região central de São Paulo. Como saldo, 20 pessoas foram detidas. Dois ônibus foram parcialmente queimados, e outros, apedrejados. Estações do metrô foram depredadas, muros, pichados, e vitrines, quebradas. Lojas e bancos fecharam as portas. Segundo a PM, militantes jogaram pedras, paus e coquetéis molotov contra a PM, que atirou balas de borracha, bombas de efeito moral e gás de pimenta. [...] "Não temos controle, virou revolta", diz organizadora do ato (Folha de S. Paulo, 12 jun. 2013, p. A1).

[...] Comerciantes criticam passeata. Trabalhadores andavam apressados a caminho de casa na altura da Faria Lima com a Rebouças e alguns comerciantes criticaram o protesto. Com a antecipação do fim de expediente no local, as filas para entrar na estação da Faria Lima, linha 4 amarela, chegavam a 100 metros de extensão. [...] "Não quero ficar presa aqui dentro. Assisti na TV uma coisa grotesca. [...] A comerciante criticou a manifestação. "Cada um tem o direito de reivindicar, desde que respeitem meu direito de ir e vir". [...] "Essa briga é de quem pode [políticos] contra quem não pode [manifestantes], mas quem paga somos nós". (Folha de S. Paulo, 18 jun. 2013, p. C5).

Grupo de manifestantes ataca sede da Prefeitura de SP e fere 2 guardas-civis (Estadão, 19 jun. 2013, p. 11).

Depredação livre. A redução no preço da tarifa não pode encobrir o fato de que o centro de São Paulo virou terra sem lei na noite de anteontem, tomada por vândalos travestidos de manifestantes, e abandonada pela polícia. (Folha, 20 jun. 2013, p. A2,).

Violência se espalha pelo país. Mesmo após a redução em série da tarifa de ônibus, principal reivindicação dos protestos que tomaram conta do país, novos atos levaram 1 milhão de pessoas às ruas e resultaram numa onda de violência e vandalismo em 13 capitais. Ocorreram ataques ou tentativas de invasão às sedes dos Três Poderes [...] (Folha de S. Paulo, 21 jun. 2013, p. C1).

Sem controle. Em noite de novos conflitos, depredações e saques, Itamaraty e Prefeitura do Rio são atacados. Partidos políticos tentam entrar em manifestação e são expulsos. Depois de terem conseguido os primeiros resultados concretos, com a redução das tarifas de ônibus em várias capitais, os protestos que tomaram conta das ruas do país, tiveram ontem seu dia mais violento, marcado por confrontos em pelo menos dez cidades. Em Brasília, manifestantes atearam fogo nas janelas do Itamaraty e tentaram invadir o prédio: 39 pessoas saíram feridas. No Rio, a caminhada pacífica, com 300 mil pessoas, foi interrompida pela ação de radicais que tentaram invadir a sede da prefeitura. Houve na sequência, depredação de prédios públicos, pontos de ônibus e sinais de trânsito, saques e focos de incêndio (O Globo, 21 jun. 2013, p. 1).

A violência e a depredação são elementos complexos de análise, uma vez que derivam de conjunturas de sociabilidade densas. Todavia, são marcadores de confrontos. O choque de forças e o choque que uma mobilização representa desenvolvem atritos, combates e medidas de forças naturalmente. Afinal, na querela são postos no tónus mobilizador arrosos cotidianos e afetos elaborados a partir deles. E fica claro, nessa senda, que a imagem do abalo e da instabilidade se imiscui da percepção e da recepção dos atos - quando alheios a eles.

O confronto policial é residual do tratamento dado pelas autoridades de segurança à tipologia dos protestos. A multidão que questiona o *status quo* é frequentemente lida sob o signo da ameaça. Os comandos de repressão e as escolhas pelo uso de força (tiros de borracha, bombas de gás e enfrentamento) criam a violência como operação, onde a evitação é em si mesma interpretada pelas autoridades ou pela perspectiva de quem narra como violência ensimesmada.

A classificação de manifestantes como vândalos, arruaceiros e baderneiros é usada imoderadamente para refletir uma leitura parcial da complexidade factual dos atos. Na ocorrência da mobilização, outros *players* operam sua conjuntura mesmo que em modalidades de participação opositoras. O imaginário por vezes não acompanha a realidade factual, sendo munido da narrativa policial, governamental e midiática - pelos manifestantes, vistos como opositores.

A violência represada sobre o patrimônio público e privado é uma variável a ser destacada. A participação dos Black Blocs trouxe discussões que se misturaram a temáticas antigas como a criminalização de movimentos sociais e a narrativa controversa e disputada que era construída durante os protestos de 2013. Há na depredação e no ato de destruir um conteúdo libertário e de denúncia, todavia sua elaboração é difícil.

O dano material provocado nas ruas, estabelecimentos comerciais e prédios oficiais pode ser categorizado como ação política situada em um campo libertário. Isto é, no ato de destruir está um gesto material de descarga de afetos contra opositores representativos como lideranças políticas, situações sociais específicas (violência de gênero, raça ou comunidades tradicionais) e o capitalismo.

Por certo que as tensões concebidas a partir da ação coletiva possuem diferentes escalas e naturezas em um mesmo espaço e tempo, especialmente em junho de 2013 dada sua variabilidade provisoriamente convival. Em meio a práticas

de violência contra pessoas ou contra o patrimônio, os próprios manifestantes se dividem e toleram moderadamente sua ocorrência.

A corporeidade dos sujeitos é determinante para o estabelecimento de práticas, bem como para seu caráter táctico. É por meio da coreografia dos corpos dos participantes, ali políticos, que o efeito das práticas se processa (LEPECKI, 2012; PILE, 1996; PILE; NAST, 1996). O posicionamento, o gestual, os sentidos, a escala e o cenário nos atos produzem a imagem e eloquência dos atos. Restam as práticas, produzindo seus efeitos.

Os efeitos das práticas são inicialmente autocentrados, isto é, servem de fomento à própria organização e consciência de luta desencadeada. A seguir, é retórica, uma vez que nas demandas requeridas, torna-se mensagem afiada, disposta a nos dispositivos de difusão a se disseminar a receptores diversos - destinatários e quem quer que veja ou ouça. É ainda estético, uma vez que as imagens plásticas vestidas e ostentadas se unem às imagens mentais produzindo partilhas sensíveis do objeto sociopolítico.

3.2 Estéticas: imagens e sentidos de insurgência

As ruas testemunharam uma nuvem de signos: cartazes, bandeiras, placas, faixas, camisetas, canções, gritos, palavras de ordem e evocações diversas. Fora das ruas, mas nelas e por elas, *hashtags*, fotografias e cartazes digitais eram disseminados. Uma nuvem sensível se levantava. Imagens jornalísticas em meios impressos, eletrônicos e digitais forneciam visibilidade e condensavam o conteúdo sensível produzido nos atos e a partir deles.

Nos roteiros e percursos *on* e *off-line* assistia-se a multiplicação de imagens e sentidos sociopolíticos, promovendo uma estética do movimento:

Nos protestos, os pedidos de reforma do sistema de representação se misturam aos cartazes defendendo transporte mais barato, melhorias na saúde e na educação, transparência nos gastos públicos e combate à corrupção (Estadão, 24 jun. 2013, p. 7).

Ontem, desde cedo, cartazes e fotos postados nas redes sociais convocaram as pessoas a participarem, nas ruas ou em casa, das manifestações em oito capitais. Com tags, as etiquetas que filtram temas nas redes, usuários recomendavam o uso de roupas brancas e colocação de bandeiras da mesma cor nas janelas na preparação de um movimento

pacífico. No Instagram, por volta das 18h de ontem, mais de 18 mil imagens foram postadas com a etiqueta #whiteonmonday, e 9600 com #vemprajanela. #Vempraruá reuniu mais de 24 mil fotos. No YouTube, a lista dos dez vídeos mais vistos no Brasil foi inteiramente dominada pelo tema. [...] Ao contrário de outras grandes mobilizações na rede, a onda de protestos não é de uma tag só [...] (O Globo, 18 jun. 2013, p. 9).

Nota-se que os produtos audiovisuais e a iconografia do evento serviam não apenas como suporte da palavra ou registro temporal. Toda a sorte de produtos que povoam as ruas e se proliferavam nas redes produziam telas de visualização, imersão e comunicação do teor dos atos. Criava-se uma estrutura, uma frente ou um circuito estético, adensado pelos afetos e pela materialidade dos atos.

Os cartazes evocavam as demandas. O discurso era registrado graficamente e seu *layout* tornava-se camada retórica. Nos textos e grafismos, demandas, provocações e palavras de ordem. Os distintos suportes materiais de sua confecção, a técnica empregada e a criatividade estilística cooperavam para a pervasividade de seu conteúdo, de modo que da superfície estática, o simbólico se projetasse.

No contexto estético-prático, os cartazes pontuavam reivindicações, como os pedidos amplos por saúde, educação, emprego, mobilidade urbana e outros requerimentos inscritos nos direitos sociais. Havia ainda o crescimento da discussão sobre a corrupção, com protestos generalistas e nominados em figuras políticas específicas. E mesclando temas, havia elaborações criativas, produzindo textualidades de engajamento.

"Vem pra rua", "o gigante acordou", "verás que um filho teu não foge à luta", "não vai ter copa", "não é por R\$ 0,20, é por direitos", "saímos do Facebook" são exemplos de dizeres estampados em cartazes. Nota-se um processo de bricolagem de intenções e criação. O repertório do tempo presente e aquele coproduzido em tempo real nas ruas produziam mensagens de alta difusão pelo efeito replicante, pelo remix do uso popular e pelos afetos invocados a partir da textualidade.

Misturavam-se mensagens denotativas acerca das demandas e dos fatos conjunturais, códigos anedóticos como prática jocosa ou de provocação e elaborações criativas. O texto fornecia o caminho cognitivo e mobilizador: as palavras democraticamente disseminadas instruíam, imbuíam e mobilizavam. É próprio do texto (verbal e não verbal) interpelar a consciência para a reflexão. Nos

protestos, combinados aos afetos insurgentes, tornavam-se condição plástica do engajamento.

Deve ser ressaltada ainda a diversidade conflitiva de textualidades nos cartazes e faixas (BARROS, 2014; MONDAINI, 2014; SILVA; MARTINS, 2019). A multiplicidade sígnica dos cartazes não supunha uma coerência convival entre si. Ideologias e intenções opostas estavam lado a lado. Em uma primeira análise, é possível compreender a pluralidade aglutinadora de junho de 2013 permitindo flexões solidárias provisórias. Em outra perspectiva, ressalta-se o conflito contraproducente.

Das expressões materiais de cartazes, placas e faixas, há ainda os registros sonoros das vozes, palavras de ordem e cantos. A sonoridade é mobilizadora (LIMA, 2014). No som, imposta-se a voz da indignação - entre outros afetos -, natural à insurreição. O som, por outro lado, cria cor, ressonância, acuidade acústica. Portanto, as palavras de ordem, cantos, música de fundo e outros apelos sonoros criam uma frente estética auditiva a encorpar a mobilização.

As palavras de ordem exercem um potencial estético também. Houve imagens sensíveis para o conclame dos atos, na convocatória às ruas e na declaração de imperativos de mudança. E nesse aparato, *hashtags* também permitiram uma leitura estética, fazendo com que na sensibilidade textual e imagética, os atos dos atos pudessem ser consumidos.

Enunciações diversas também eram incorporadas à floresta sígnica. O grito pelo apartidarismo, a oposição à corrupção, a rejeição às tratativas da Copa do Mundo, entre outras chamadas criavam um repositório de imagens mentais, criando no dissenso, um consenso estético. No que se cantava, gritava e registrava em suportes materiais ou digitais, um aparato político-estético emergia, expositivo e engajador. Governo, imprensa, cidadão e manifestantes consumiam a seu modo a eferescência sensível que emergia dos acontecimentos.

O vestuário e a pintura corporal foram adotados como parte da produção estética. Ao incorporarem elementos estéticos no corpo, corpo este que se mobiliza e realiza a coreografia insurgente, tem-se introjetada a experiência dos atos. O espaço da cidade, a pólis contemporânea, torna-se uma espécie de palco para que na liberdade, os sujeitos possam atuar e destravar movimentos, como uma coreografia que dá sintonia ao que se pratica e deseja, bem como serve de

visibilidade aos destinos e destinatários da mensagem insurgente (LEPECKI, 2012).

Posto que os signos sonoros e imagéticos se difundem, cria-se um repertório episódico. Enquanto dura o evento, constrói-se e sedimentam-se significados, partilhados por participantes *in loco* e observadores. Esse repertório é variado e conflitivo, confeccionado nos momentos de ação e decantação da ação. Cria-se assim um repositório no imaginário - difundido pelas redes entre veículos, dispositivos e sujeitos. O acesso a tal repositório sustenta a ação, ora motivando próximos atos, ora reforçando os laços utópicos.

A produção estética desse suportes e por meio dessas dinâmicas criativas que tem por lastro a própria produção da ação coletiva produz uma substância que preenche e envolve os sujeitos - participantes, observadores e/ou apoiadores. Essa substância estética é eminentemente política (RANCIÈRE, 2009a) e, seu consumo produz um gozo também político. Tal gozo se consoma na medida em que ação denota pertença e efeito pela obra criativa coproduzida e contemplada nas ruas.

Entre os conteúdos que formularam os repertórios estéticos de junho de 2013 estão os próprios símbolos nacionais, nas cores da bandeira nacional ou na intertextualidade dos versos do hino nacional brasileiro. A subtração do referente original, seus recortes e colagens retóricas produzem efeitos e laços persuasivos, na medida em que são reconhecidos cognitivamente e afetivamente, produzindo resíduo de agência.

Outros aspectos estético-narrativos se destacaram nas manifestações e são fruto de campanhas publicitárias vigentes, mas que no acontecer dos protestos, foram reinterpretadas, reelaboradas e remixadas. As campanhas "Vem pra rua"⁴⁰ da automobilística Fiat e "O gigante acordou"⁴¹ da indústria de bebidas destiladas Johnnie Walker, embora descoladas dos assuntos políticos e com outros objetivos, foram cooptadas simbolicamente pelas jornadas.

A marca escocesa de destilados Johnnie Walker desenvolveu uma campanha em 2011 com o propósito de se dirigir ao público brasileiro, destacando a importância da praça para a marca que, naquele momento, intensificava ações

⁴⁰A ficha técnica da campanha da Fiat pode ser conhecida em: <https://www.clubedecriacao.com.br/ultimas/vem-pra-rua-4/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

⁴¹A ficha técnica da campanha de Johnnie Walker pode ser conhecida em: <http://consumoepropaganda.ig.com.br/index.php/2011/10/10/gigante-acorda-em-campanha-de-johnny-walker/>. Acesso em: 29 jun, 2020.

comerciais no país. O filme dispõe de uma narrativa enquanto o Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca, no Rio de Janeiro (RJ), ganha vida em forma humanóide e, erguendo-se, passa a caminhar pela cidade (figura 31).⁴²

Figura 31 - "O gigante acordou" de Johnnie Walker



Fonte: Disponível em: <http://ig-wp-colunistas.s3.amazonaws.com/consumoepropaganda/wp-content/uploads/2011/10/frame2.jpg>. Acesso em: 29 jun. 2020.

Embora a produção seja datada de dois anos antes aos atos, sua memória foi usada como estética dos protestos interpolando dois referenciais: a imagética do VT que demonstra um dos cartões postais brasileiros assumindo a magnitude de um agente agigantado e a expressão "gigante pela própria natureza" presente na letra do hino nacional. O "gigante por natureza" confessado na recitação contínua do hino nacional como sentido patriótico é posto em bricolagem na imagem do VT publicitário.

É parte do VT original de Johnnie Walker o texto de "O gigante não está mais adormecido" como sinal do crescimento socioeconômico do país e sua visibilidade internacional à época. Desse modo, como expressão retórica de que o país e sua nobreza gigante acordavam naquele momento para reclamar sua história, marcada

⁴²O VT original, de produção da Agência Neogama/BBH em 2011, pode ser assistido em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ja2CP0W3E6c>. Acesso em: 29 jun. 2020.

ali pela feitura das manifestações e utopia confessa nas demandas e nos sentidos sociopolíticos desempenhados pelos participantes.

A segunda campanha teve status convocatório, ao pegar empréstimo simbólico do *slogan* "vem pra rua". A campanha de Fiat⁴³ é uma produção de oportunidade, marcada pela Copa das Confederações, sediada no Brasil, como convite para que a população fosse às ruas para torcer pela seleção brasileira de futebol. No signo da mobilidade associada ao automóvel, produto da marca, a campanha faz um apelo à comemoração e à torcida nas ruas, prática comum em campeonatos esportivos.

O filme encena a trajetória de brasileiros que vão às ruas, em bares ou nas imediações residenciais para torcer pela seleção brasileira, vestidos, adornados e utilizando instrumentos nas cores da bandeira nacional, embalados por uma canção cujo refrão destaca a chamada-tema da campanha com o "vem pra rua" (figura 32). Os símbolos de celebração comuns ao universo semântico do futebol são acompanhados no filme e mimetizados nos atos.

No limiar dos atos, temendo a associação da marca ideologicamente nos protestos, a Fiat suspende a veiculação da campanha, depois de seu teor ter sido apropriado pelos manifestantes⁴⁴. Todavia, os atos emprestaram recursos mobilizadores aos participantes, repertório presente até os dias atuais como lembrança dos atos.

⁴³Para assistir ao VT original: <https://www.youtube.com/watch?v=LKMwzMtuL90>. Acesso em: 29 jun. 2020.

⁴⁴Conforme: <https://economia.estadao.com.br/blogs/radar-da-propaganda/vem-pra-rua-da-fiat-sai-do-ar-apos-virar-tema-de-protestos/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

Figura 32 - O “Vem pra rua” de Fiat



Fonte: Disponível em: http://www.cidademarketing.com.br/2009/sysfotos/imagensexibicao/noticias/2013/maio2013/fiat_rua.jpg. Acesso em: 29 jun. 2020.

Como edição perpetrada por manifestantes, mesmo após a suspensão dos materiais oficiais, um novo vídeo⁴⁵ veio à tona incorporando cenas dos primeiros protestos, falas de governantes e a cena original do relevo se tornando um gigante caminhante com a música extraída do VT produzido pela Fiat. A nova bricolagem reforçou os signos originais por meio de sua reedição, reforçando ao mesmo tempo os significados detonados nos atos.

A bricolagem é uma atividade criativa que lança mão de materiais culturais ou eruditos como substrato para a criação de uma trama dialógica que, ao referenciar repertórios externos, posiciona uma nova mensagem recombina, fortalecida em sua base comunicativa pelo percurso linguístico (CARRASCOZA, 2008).

A mobilização social é, também, uma trama de significados elaborados, produzidos e producentes. O que torna arraigada a prática de luta amparada na

⁴⁵O vídeo pode ser acompanhado em:

https://www.youtube.com/watch?v=wLi3PzF16lk&feature=emb_title. Acesso em: 29 jun. 2020.

realidade expressiva que reclama reivindicação é a linguagem, a sensibilidade, a estética. No estético, encontram-se os sentidos que tornam cognoscíveis os elementos dramáticos da realidade.

Os sentidos do eu se combinam aos sentidos do nós da multidão revestem a ação de uma camada sensível que permite ao sujeito constituir-se uno, sem a divisão destrutiva. Permite ainda trafegar sobre os regimes estéticos do próprio poder vigente e hegemônico do qual como ato insurgente se objeta e se opõe. Desse modo, a qualidade do estético na política é a possibilidade de navegação.

A produção imagética, sonora e sígnica no contexto da mobilização permite ao sujeito a capacidade de navegar pela torrente do eu - que se aciona sujeito, confronta a realidade injusta e se encontra na coletividade - e pela torrente do político - o acontecimento da mobilização e os opositores. Essas torrentes são esmagadoras ao eu, que ao se debruçar sobre o estético, mostram-se passíveis de enfrentamento, navegação.

Na partilha do sensível permite a manifestação da subjetividade e da coletividade ao fornecer lume e tato à penumbra dos caminhos hegemônicos do poder e das ameaças da realidade situacional (RANCIÈRE, 2009a; 2010). A estética é por si mesma um ato político de partilhar no que é sensível o que é comum (RANCIÈRE, 2009b; 2012). Na instância do que é estético, a política como comum em construção é posta em alcance.

O produto estético pressupõe um produto subjetivo - e intersubjetivo. Quando a imagética é construída, e aqui toma-se a de caráter político, operam-se elementos que tocam a subjetividade por meio da partilha de comuns sensíveis ao eu e que fazem sentir os outros e o mundo. Desse modo, na sciência estética partilha um comum (RANCIÈRE, 2009a); e este, é designado pela natureza cotidiana que faz identificar na produção estética as circunstâncias e os anelos que, no gesto sociopolítico, quer ser projeto e realização.

O gestual de produzir cartazes, impostar a voz em canto ou juntar-se em coro, selecionar uma vestimenta representativa, pintar o rosto, publicar palavras de ordem com *hashtags* e outras modalidades partilham um sentido subjetivo que, no trâmite insurgente, torna-se uma partilha sensível disposta a modelar a realidade no comum que é confessado por meio da produção estética pontual.

Para junho de 2013, a esfera comum construída nesse circuito estético foi determinante para a produção de uma liga aglutinadora da diversidade que

povoava o movimento. Nas expressões estéticas, os sujeitos encontravam os sentidos do comum que os mobilizava a estar ali e dividir tempo e espaço na diferença. Ao mesmo tempo, essa partilha estética e espaçotemporal tornava humana e significativa a participação, mobilizando significados e afetos.

A coletânea de produtos estéticos criou uma trama sensível inscrita no plano linguístico e significativo, passível de leitura daqueles que estava alheios ao movimento, posto que aqueles que participavam e endossavam experimentaram a segurança da pertença e do sentido político, onde a tensão produzida na insurgência repousa na meta, que é também seu percurso.

Saltam das superfícies, telas e sons polos semânticos e sintáticos que produzem interlocução e tessituras de agência. Todavia, o esquema linguístico que opera nos polos cognitivos práticos correspondem aos projetos que os gritos das ruas evocam. Há também um esquema extralinguístico, que faz com que a emergência do indivíduo que se reconhece sujeito na situação que leva à luta continue sua ansiedade em produzir-se fora dos centros de poder por meio de suas produções estéticas.

Quando se cria produtos estéticos para a mobilização, continua-se na tarefa de plasmar sua própria subjetividade ansiosa por liberar-se da hegemonia que a produzia, definindo seu próprio devir e consistência. Nas estéticas da ação sociopolítica estão subsídios constitutivos dos próprios sujeitos que se emancipa, na medida em que provocam abalos na estabilidade circunstancial da produção da vida aos olhos do Estado, do capital e de outras instâncias de poder.

A lógica produzida pelas imagens nesse contexto de mobilizações sociais suplanta lógicas centralizadas, fazendo emergir vozes e estéticas antes marginalizadas, afônicas ou opacas, questionando a comunicação social na ordem política (SILVA, 2016). O reforço da dinâmica de redes e da comunicação autocentrada e alternativa tornam esse cenário sobremaneira desafiado, complexo e imprevisível em termos de rito sociopolítico, afinal seu regime de produção não respeita os estatutos tradicionais.

Quando mobilizados, os sujeitos desempenham agência e potência a partir de sua produção estética. Os insumos e indumentárias, que aparecem ao olhar público como prática trivial de protestos, são elementos construtivos de uma realidade significativa que envolve o objeto da ação. E nesse processo, criam

ambiências significativas com as quais os sujeitos trafegam e deitam sua própria subjetividade na torrente coletiva que se forma no acontecimento.

As estéticas das mobilizações, destarte sua natureza política, são poéticas do tempo e do espaço. Poéticas são conjugações que descolam a realidade de seu caráter formal para conferir a ela tramas de afeto, de laço e de significados amarrados pelo repertório - social, histórico e anamnésico. Os próprios tempos e espaços da mobilização se tornam poéticas professadas pelos sujeitos e do movimento como um todo.

Na poética, a realidade reside representada, significativa, reificada e dialógica com a complexidade subjetiva, relacional e afetiva da existência humana, e existência em condições materiais das quais a luta se vale. Insurgir-se é, sobretudo, compor linhas poéticas sobre as lacunas e protuberâncias do que oprime e indigna. Visto que a poesia encontra seu fim no desnudamento da realidade de sua suposta e pretensiosa estabilidade, o ato de constituir poéticas é fazer verter a crueza do real, dotando-o de aspectos significativamente humanos.

Quando a estética, bem como a poética, são compartilhadas, difundidas e praticadas, seu potencial se expande em dimensão e eloquência. Na partilha sensível insurgente, sinaliza-se nos elementos verbais e não verbais que o fluxo das atividades de determinada ordem local e/ou pontual exige atenção, demanda transformação. O drama humano irrompe como sentido estético ao fornecer imagens de incômodo e solidariedade que exigem respostas como a ação coletiva, a adoção de medidas ou a reorientação de projetos em curso.

Múltiplas faces de múltiplas origens praticando repertórios comuns, a partir de seus próprios repertórios definem a coletividade característica da mobilização. Na realidade das mobilizações em rede, o circuito radicular implode a linearidade da recepção da atuação sociopolítica, já que nas redes, o remix, a colaboração e a inteligência coletiva são marcadores multivetoriais.

No compartilhamento está posto outro fator determinante para que a estética política se torne uma política estética: o ritual, a repetição gestual, a coreografia, a performance. Para a eficácia do sentido estético da insurgência se estabeleça, é preciso que o compartilhamento se dê no laço e no lastro do movimento, repetindo-se vinculado ao núcleo da ação e ao núcleo dos sentidos ali produzidos.

A ação corporal de mobilizar esforços na produção de artefatos estéticos ou na mobilidade exigida para que estes se tornem comunicantes nos atos é

fundamental para que se crie um ritual, uma liturgia significativa. Movimentos, palavras e imagens criam a dimensão da luta que tem direção, cadência e escala. Direcionados, tais esforços corporais tem por espectador irrestrito a própria realidade que o contempla entre pares e opositores.

Emergem performances estéticas, enquadradas na performance sociopolítica de um protesto. Como toda performance, recursos de espetáculo são posicionados para uma audiência, a partir de um palco. O olhar público assiste sobre os espaços *on* e *off-line* as manobras e coreografias dos sujeitos mobilizados. A recepção da performance abre a compreensão entre o factual que desperta a atenção e o simbólico que a fecunda com sua retórica poética.

Toda atividade estética é uma tela da realidade. Telas do mundo se abrem nos artefatos produzidos também nas mobilizações sociais entre cartazes, dizeres, sons e imagens. Nessas telas, a realidade é vista em sua poética, desnuda da estabilidade e do beneplácito que as imagens do desenvolvimento não alcançaram. As telas permitem identificação e diagnóstico. Delas também se vislumbram a plástica da utopia confessional da insurgência, costumeiramente declinada como incompatível à racionalidade moderna da realidade.

Imagens factuais são adensadas por imagens mentais. Logo, as operações estéticas produzem um rizoma que alimenta os esforços insurgentes, conquanto fornece sentido para sua curva de realização. Na produção estética das Jornadas de Junho, observa-se um conjunto de artefatos e performances cuja envergadura produziu unidade de sentido e corpo retórico para a inconsistência nuclear da multidão. Se a substância estética é ao mesmo tempo subjetiva e política, os contornos sensíveis de sua produção contêm o sujeito inteiro e em movimento.

3.3 Gramáticas: desenhos de agência e potência

A imagem comum da mobilização social é sua realização detonadora marcada pela conjuntura instável, explosiva e de estética desestabilizadora. Um movimento irrompe forças sociopolíticas sobre a ordem dos fluxos cotidianos, atraindo visibilidade. A medida e a substância dessas forças assumem feições irregulares, volumosas e aparentemente sem controle. Todavia, a aparência de desestrutura revela elementos agregadores.

A agência supõe desenhos de ação. O imaginário de que as pulsões sociais e políticas devem assumir estéticas formais ou uma organização estrutural conforme as convenções é uma visão utilitarista ou corporativista exercendo primado sobre modalidades de ação, sobretudo a coletiva em protestos e manifestações. Embora suponha uma dimensão elíptica, uma mobilização possui um desenho próprio.

Esse desenho é construído nas lógicas cognitivas, afetivas, espaciais e estéticas estabelecidas na temporalidade do movimento. Mesmo na imagem instável e cujas feições aparentam desorganização, há práticas e processos que geram consistência e permitem guias procedimentais para que a agência se estabeleça e detone seu conteúdo.

No núcleo da agência, há sempre dispositivos estruturantes e que fazem supor certa ordem. Esta ordem frequentemente não compactua com as expectativas de atividades sociais regulares, inscritas no que pressupõe civilizatório ou parte da etiqueta societal. Os contornos observados nas mobilizações sociais progridem variavelmente a partir de seu próprio conteúdo humano, constituído substrato e ferramenta.

Na contramão do que a observação de momento faz supor, a potência e a agência em mobilizações sociais reclamam a produção de ordenamentos nas instâncias das quais se objetam e nas quais trafegam. No quadro vilipendioso que é alvo de reivindicação e nas estruturas hostis que são objeto de querela, o esforço dos sujeitos é entendido como energia gerada para preencher a porosidade e as lacunas da realidade e sua ordem vigente.

Tal processo demanda assim circuitos de ação, coordenações de práticas, protocolos e guias procedimentais aprendidos e apreendidos no intercurso dos atos. A coesão temporária, acordada e alinhavada no momento de emersão da manifestação, é celebrada a partir da orientação (re)criadora encontrada no acionamento dos sujeitos, em suas práticas e sua produção estética e insurgente.

A conjuntura de uma mobilização supõe estruturas prévias, dadas pela realidade situacional, mas se estabelece por meio de estruturas próprias, compostas por elementos agregadores, procedimentos, modalidades de participação, códigos e linguagens que servem como guias da ação. Esses elementos organizam as práticas, servindo como elementos norteadores, orientadores e estruturadores da lógica de mobilização.

Opera-se, nesse sentido, com o conceito de gramática. Na linguística, gramática é entendida como prescrições orientadoras dos códigos da língua dispostas sobre a escrita, a fala e a construção nelas operacionalizada. Na mobilização social, a gramática designa ordens e sistemas de ação que estruturam sua coesão, lógica e desenvolvimento, estabelecendo não apenas organização, mas fundamentação e sentido.

Em suma, o conhecimento, a apropriação e o emprego de diferentes linguagens no contexto sociopolítico, e estas linguagens capazes de estruturar padrões e modalidades de ação dotadas de perspicácia e eficácia definem uma gramática, como aqui se adota nos estudos de Edson Oliveira Nunes (2017) e Boaventura de Souza Santos (2006).

Nunes (2017) entende a gramática como padrões de ação institucionalizados socialmente e que reforçam trocas, laços e acordos em seus trâmites. Para Santos (2006), a gramática é um painel de estruturas de sentido e poder que operacionalizam relações e feitos, incorporando códigos, atores e seus usos. Desse modo, opera-se aqui o conceito de gramática como desenhos de agência e potência dotados de princípios modelares e orientadores.

As gramáticas supõem desenhos de protocolos de ação produzidos na/a partir da mobilização, sendo estimulantes e basilares na atuação dos sujeitos e na forma global de uma mobilização. Desse modo, gramáticas não são apenas aspectos com os quais se pode observar a organização, mas elementos que permitem e viabilizam a ação política.

Como um painel que fornece padrões de organização, é possível identificar nas gramáticas as tessituras das ações dos sujeitos, suas motivações, perspectivas, intencionalidades e a personalização conferida aos esforços. Essa visão em perspectiva permite compreender os ritmos e os sentidos que conferem mobilidade às mobilizações. A gramática é uma chave de leitura para o acontecer da mobilização, estando imbricada também no tipo de efeito e resultado que produz.

No campo gramático dos protestos de junho, há o ritmo de crescimento acelerado e o escalonamento como demonstração de vigor, seguido pelo caráter multitudinário de rostos diversos e rostos comuns, o espelhamento, a horizontalidade, o apartidarismo e a recusa à ideologia em bandeira, o usufruto

comunicacional, os laços solidários e identitários, bem como o escopo amplificado e a volatilidade metabólica.

Quanto ao ritmo, os tempos de protestar eram marcados por um processo de difusão acelerada e um escalonamento multitudinário que devorava qualquer esquema formal de organização, chamando a atenção do olhar público pela magnitude particular, estabelecida na relação entre o instante de mobilização e as diferenças em copresença:

As duas semanas que mudariam a história da política brasileira começaram de forma prosaica, com mais um protesto desinteressante, fadado a ser uma notinha de jornal. Os outros seis atos se sucederam cheios de novidades: jovens dispostos a resistir à PM, arregimentados pelas redes sociais, lidando com o tradicional despreparo das autoridades (Estadão, 23 jun. 2013, p. 14).

A vez do povo desorganizado. É que essas manifestações traziam consigo outras motivações que não se revelaram no primeiro momento. Logo, pôde-se ver que o aumento das tarifas foi o detonador de um descontentamento maior que põe em questão o próprio sistema político [...] Há um desencontro entre os cidadãos e seus governantes. Há pessoas nas ruas com interesses diversos. Tem gente com ideias e tem gente que diz "vamos lá porque está acontecendo uma manifestação". Tudo é legítimo (Folha de S. Paulo, 30 de jun. 2013, p. E10, C7).

A química das massas é volátil, incendiária e instável, apesar de a maioria ser pacífica, a interrupção contínua e crescente da ordem político-social, por definição, rompe esta mesma ordem trazendo à tona riscos [...] o povo livre invadindo as ruas, sem um foco único (Folha de S. Paulo, 1 jul. 2013, E10, A3).

A coreografia dos atos, a reunião da diferença e posicionamento dos corpos insurgentes dispostos a enfrentar a autoridade policial e preencher os espaços públicos chamava a atenção em força e em visão. A sequência de fatos na gênese dos movimentos e a participação de novos atores de diferentes origens fizeram com que a detonação dos atos fosse movida por um sentimento insurgente intenso, aplicável apenas na progressão do ritmo dos atos.

A narrativa documentou os atos como "massa volátil, incendiária e instável", "povo desorganizado", "sem um foco único", "com interesses diversos" para descrever as rápidas concentrações de participantes e visão em enxame que se estabelecia nas ruas. Subscreeve-se também que o aumento da tarifa "foi o detonador de um descontentamento maior", que sinalizava um "desencontro entre cidadãos e seus governantes".

A liga para esse processo de escalonamento pode estar nas motivações dos atos, isto é, nos sentimentos desencadeados pela vitrine sociopolítica oferecida pelos primeiros intentos do MPL. E tais sentimentos tornaram-se aquiescentes para a mobilização por outro processo de visibilidade: a abundância comunicativa das redes sociais. Seu usufruto, ora sustentado como prática constitutiva das táticas dos atos, tem aqui o matiz básico da comunicação, a mediação.

Na interface da comunicação dos dispositivos em rede e nas taxas vertiginosas de produção, consumo e compartilhamento de informações, produz-se uma teia informativa capaz de acelerar por influxo o enxameamento de participantes. No aquecimento da polifonia e fragmentação informativa das redes digitais, cria-se uma camada mediada que subverte os controles da comunicação hegemônica (MALINI; ANTOUN, 2013).

A desorientação, desestrutura e disformidade narrada pelos veículos jornalísticos têm na mediação alternativa dos constructos de comunicação digital em rede a acuidade capaz de garantir fluidez ao seu volume insurgente. O fluxo multitudinário fragmentado em interesses e origens, por meio da mediação e dos dispositivos, consegue se estabelecer como torrente, tendo por vertente, a inclinação oferecida pelo trânsito informativo e pelos afetos despertados (BRAGA, 2020; MARTÍN-BARBERO, 2001).

Uma vez que a comunicação é autônoma e alternativa, escapa às leituras tradicionais da mediação hegemônica, o que justifica o sobressalto da interpretação dos movimentos, tanto para os veículos midiáticos como para as autoridades governamentais. O ritmo criado pelo intercâmbio abundante de comunicação e informação se acelera na medida em que mais adeptos se identificam às causas e afetos comuns.

Esse processo cria um ritmo acelerado e um comportamento de enxame aos atos, podendo ser definido com um momento marcado por um volume torrencial potente, declinando posteriormente na manutenção do mesmo vigor. Essa aceleração se estabelece pela criação de zonas distintas de difusão tanto *on-line* como *off-line*. A visibilidade oferecida no prisma midiático dos protestos fornecia elementos para um festim sociopolítico, disseminando convites e convocatórias.

A difusão dos acontecimentos e sua aceleração vertiginosa se mostram como um espetáculo do qual a cidade como cenário de disputa e símbolo material de produção da vida abriga seu acontecer (CARREIRA, 2008). Esse festim é

possível a partir do trânsito intenso de informações e produtos estéticos criados nos atos, desencadeando um processo de estetização da participação. Desse modo, ir às ruas, mesmo que sem clareza de finalidade torna-se sentido de pertença ao espetáculo, à obra curada e criada nas ruas.

O festim contém elementos que reforçam os laços entre os participantes e dá aderência às suas conexões lógicas. Há a legitimidade do objeto de insurgência que fundamenta o ser e o estar em protesto - as demandas, a realidade e os dramas -, que se diluem nos afetos ora negativos, ora positivos que fundamentam a motivação do mobilizar-se. A visibilidade e a afirmação de si em uma realidade pungente e fragmentadora tornam adensada a noção do protesto-espetáculo ou do protesto-festim (DEAN, 2016; DEBORD, 2007).

Nasce a multidão de junho de 2013. A noção de povo, de massa ou daquilo que é popular encarceram os sujeitos em unidades homogêneas não correspondentes à realidade, cabendo ao conceito de multidão libertar a variabilidade dos participantes, salvaguardando a perícia de sua diversidade (HARDT; NEGRI, 2005). A diferença modula a multidão, o que no primeiro momento, designou a mobilização:

Quando O Globo pediu à estudante de Geografia da USP e garçoneite, Mayara Vivian, de 23 anos, uma entrevista sobre sua atuação no Movimento Passe Livre (MPL), ela propôs um acordo: não queria que o texto fosse focado em seu perfil mas no grupo que representa. "Podemos ser qualquer pessoa, são as posições políticas do movimento que constroem as coisas desse jeito. Uma pessoa sozinha não faz uma manifestação". [...] Em contato direto com o negociador do MPL que fica sempre junto ao comando da polícia militar, Mayara não gosta de ser tratada como líder e lembra que, por princípio, as funções do MPL não são fixas, para evitar o que chamou de "alienação de funções" [...]. "As 20 mil pessoas que estão ali são estudantes, trabalhadores, pessoas que estão desempregadas, que apostam nessa luta como forma de ter uma cidade mais justa e alcançar seus direitos". [...] "Movimento aglutinou outros setores" (O Globo, 16 jun. 2013, p. 6).

Pelas ruas [...] um clamor popular por várias causas, de vários rostos, com várias ênfases (Estadão, 21 jun. 2013, p. 19).

Há muita luta por reconhecimento e identidade no momento atual, além de muito desejo de participação (Estadão, 22 jun. 2013, p. 2).

Confessava-se nos atos originários e da segunda onda que havia múltiplos rostos e múltiplas ênfases, reforçando a produção de uma espécie de identidade coletiva que etiquetava a multidão como partícipes de um comum - o país, sua

história, as mazelas e os desejos de mudança. Essa multiplicidade deitava relevância na diferença geográfica, cultural, ocupacional, setorial e política. Professava-se em meio a demandas materiais, ensejos pós-materiais, como a expressão.

Observa-se que na aglomeração de ideais distintos, no enxameamento de grupos e na multiplicidade de sujeitos, a qualidade de uma multidão que se complexifica em sua origem, na confissão coletiva de uma identidade que se formula no trajeto e em projetos, requalificados no agora da ação. A imagem da multidão supera a noção de massa ou povo na medida em que o corpo político coletivo se constrói na diversidade, por vezes antagônica (RHEINGOLD, 2004).

Na multidão estão aspectos decisivos para seu efeito ameaçador ao poder hegemônico: a imanência, ao mobilizar subjetividades singulares em uma senda coletivizada; o atravessamento da classe envolvendo multidões dentro das multidões, e nelas, distintas classes; e a autonomia construída em devir potente, que consegue articular a diferença sem esmagar a singularidade (HARDT; NEGRI, 2005).

A qualidade da multidão é o devir da diferença. Esse aspecto pode se tornar o ônus da mobilização, após ter se tornado seu bônus. A lida com a diferença é desafiadora. A ausência de culturas políticas ou de clareza organizacional posterior - derivada pela fragilidade da cidadania na atualidade brasileira - fragmentou e pulverizou a noção multitudinária.

Ao invés de se apropriar do império (HARDT; NEGRI, 2005; 2006) ou dos centros de poder (TOURAINÉ, 2009) para ruir sua hegemonia pela contestação, as jornadas se perderam na diferença como conflito, atomizada pela instabilidade sociopolítica da conjuntura recente. Nesse sentido, a multidão de junho se constituiu como tal, chacoalhando estruturas políticas, mas declinou a partir da gestão da diferença, enfraquecida pela maximização dos embates internos.

A partir da gramática do enxameamento pela multidão, outro padrão vem à tona, associado à escala de participantes nos atos:

Sem a predominância de bandeiras de partidos políticos, sindicatos ou entidades estudantis, os protestos lembraram as grandes mobilizações sociais do passado [...]. (O Globo, 18 jun. 2013, p. 3).

Há um sentimento de que os políticos, apesar de eleitos democraticamente, não representam os interesses da maioria da

população. [...] Os partidos políticos também são uma instituição muito repudiada pelas manifestações (O Globo, 19 jun. 2013, p. 10).

Atos mostram descrença dos jovens em relação aos políticos. Ataque a sedes do governo evidencia que eles não se sentem representados. Especialistas consultados pelo Globo após os protestos de ontem veem os atos como símbolo de descrença dos jovens em relação aos políticos, reforçando a característica, defendida por inúmeros participantes, de que o movimento seja apartidário. - As autoridades vão precisar negociar com esses jovens. O movimento mostra um desejo de reconhecimento social que chegaram recentemente às camadas médias e o desejo por participação política. [...] Eles entendem que os políticos estão comprometidos com o estado das coisas. Não é um movimento antipolítico, mas contra a política que aí está. Para [Luiz Werneck] Vianna, o movimento também se opõe à atitude dos políticos com os movimentos sociais. Segundo ele, a relação desses partidos com esses movimentos é "instrumental, de cooptação", ao trazê-los para dentro do Estado. E as atuais manifestações rejeitam essa relação. [...] Edney Souza destacou a inexistência de líderes. Não havia um movimento que carregasse todas as bandeiras. Foram várias reivindicações ao mesmo tempo. (O Globo, 18 jun. 2013, p. 3).

Outra característica dos protestos foi o repúdio a partidos políticos. As manifestações que levaram milhares de pessoas às ruas do país, tinham reivindicações sociais diversas (saúde, educação, transporte), além de críticas contra a corrupção e um grito de guerra em comum: "Sem partidos". [...] O sentimento antipolítico não se restringia aos políticos, mas mirava em líderes do Executivo e Legislativo em todo o país (Estadão, 21 jun. 2013, p. 16-18).

"Calado não se muda nada". [...] "Muita coisa para melhorar". [...] "Tarifa foi só uma gotinha no oceano". [...] "As coisas têm de mudar neste país". [...] "Eles não estão nem aí para a gente" (Estadão, 21 jun. 2013, p. 19-20).

Atos retratam divórcio entre povo e Estado (Estadão, 22 jun. 2013, p. 16).

Um grupo de jovens passou a madrugada de ontem acampados na Avenida Delfim Moreira. [...] Na pauta do protesto, melhorias em saúde e educação, crítica ao alto investimento para a Copa e a defesa da CPI do transporte público (Estadão, 23 jun. 2013, p. 10).

O movimento se diz "apartidário, e não antipartidário". [...] Fila de espera para participar das reuniões organizadas ontem pelo Movimento Passe Livre [...]. No brasileiro, a cola por trás do quebra-cabeças é menos clara, mas pode ser resumida, talvez, na dissonância do país que virou "hype" nas manchetes internacionais e aquele onde ainda há muito a consertar. O fato de a sensação se sobrepor à mensagem pode ser o começo ou o fim (Folha de S. Paulo, 24 jun. 2013, p. C1).

Nos protestos, os pedidos de reforma do sistema de representação se misturam aos cartazes defendendo transporte mais barato, melhorias na saúde e na educação, transparência nos gastos públicos e combate à corrupção (Estadão, 24 jun. 2013, p. 7).

"Diálogo é uma passo importante, mas sem ações concretas, não existe avanço", disse uma das líderes do movimento (Estadão, 25 jun. 2013, p. 6).

A horizontalidade e o apartidarismo se tornaram jargões difusos nos conclames dos atos ou em suas estéticas. Na recusa à verticalização dos atos, despoja-se da noção política na tradição clássica dos movimentos sociais, fomentando novas dinâmicas organizacionais da ação coletiva, como é comum nos novíssimos movimentos sociais. A ojeriza aos partidos políticos parece designar um impasse entre o sistema de representação e as práticas dos representantes.

A horizontalidade de junho é primeiro confessada pelo próprio MPL como essência e método:

A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano. É assim, na ação direta da população sobre sua vida [...]. A organização descentralizada da luta é um ensaio para uma outra organização do transporte, da cidade e de toda a sociedade. Vivenciou-se, nos mais variados cantos do país, a prática concreta da gestão popular (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 16-17).

Ao organizar-se e radicar-se horizontalmente, há a preocupação de que a própria insurgência represente a transformação da alocação do poder proposta. O MPL parte de uma política institucional pautada na gestão popular, entendendo na mobilidade urbana uma bandeira em que outros contextos socioeconômicos e políticos estão agrupados. Nos atos, a horizontalidade passa a dominar um padrão confessional de novos tempos da ação popular, propondo renovação, cujo objeto de novidade se faz necessário na estrutura do país.

Nessa discussão, advém também a recusa às bandeiras ideológicas e políticas. Propondo novas dinâmicas de participação política e rechaçando os signos dos partidos políticos, confessa-se nas ruas os pedidos por renovação, bem como o pleito de novos *modus operandi* para o cidadão (uma participação mais direta, ideia não sustentada a longo prazo) e representante político (na atenção às demandas dos atos).

O apartidarismo como marca de abrigar diferentes espectros de pensamento em demandas comuns, em uma renovação da coalizão, na perspectiva da gestão popular, como preconiza o MPL, metabolizou-se como ódio e polarização. A insatisfação cresceu na conservação de determinados afetos, abrindo mão da

noção multitudinária da diferença pelo viés de confirmação das próprias visões de mundo.

A gramática em questão é a organização autônoma, partindo da horizontalidade e do apartidarismo, para buscar consensos e modelos de gestão participativa, sem prescindir dos múltiplos sujeitos e suas diferenças. A noção do todo prevalece em nome de um projeto a várias mãos e vozes, cuja construção atenderia uma lógica qualificada pela valorização da diferença, eliminando aprisionamentos comuns da hierarquia.

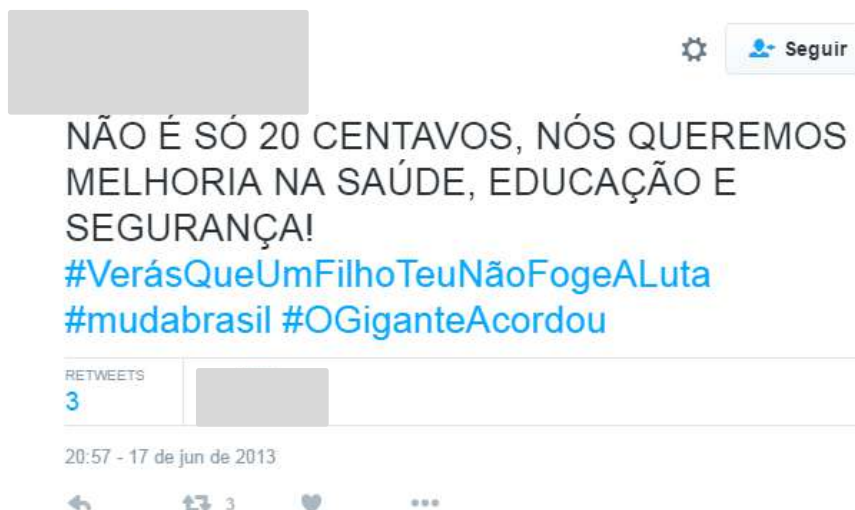
Outro feixe da pulsão multitudinária desenvolveu-se como uma gramática: o espelhamento de ideias e crenças que geraram identificação, laços comunitários e solidariedade insurgente. A multidão pressupõe uma lógica de unidade no singular. Em junho de 2013, dada a extensão territorial e a variabilidade de sujeitos, criou-se por influxo uma identidade coletiva, alimentada nos sentidos da luta.

A ativação territorial dos atos na superação das diferenças e distâncias se estabeleceu pelo espelhamento entre os sujeitos. O espelhamento supõe uma lógica de vínculos criados e conservados a partir de pontos em comum, na medida em que estes pontos são postos em vulnerabilidade (RICCI, 2018). Isso permite aos atos qualidade de difusão, na medida em que a multiplicação do conteúdo insurgente se desenvolve à guisa de uma solidariedade entre cenários de arrocho, na partilha do cotidiano.

Nas jornadas de junho, as territorialidades insurgentes despontam a partir de uma ativação territorial marcada pelas relações regionais fortalecidas no espelho das vivências e projetos de vida postos em xeque pelos sistemas de poder (SANTOS, 2017; 2019; SANTOS; CUNHA, 2018a). Emerge uma identidade de identidades, consubstanciada em uma solidariedade que faz assumir como luta pessoal outras vivências experimentadas de modo remoto, mas que no trato insurgente são superadas no espaço e no tempo.

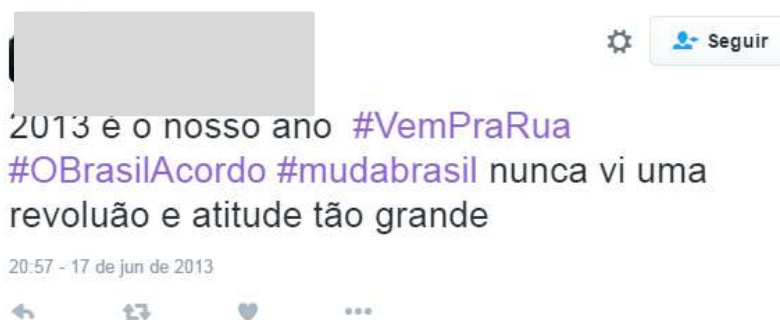
Os desejos professados em comum independentemente dos contextos de origem (figura 32), a confiança em um projeto utópico nascendo (figura 33) e a unidade e a voz em conjunto (figuras 34, 35 e 36) confessam essa sinergia identitária envolvendo as multiescalas dos atos:

Figura 32 – Identidade e manifestações



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 33 – Identidade e manifestações



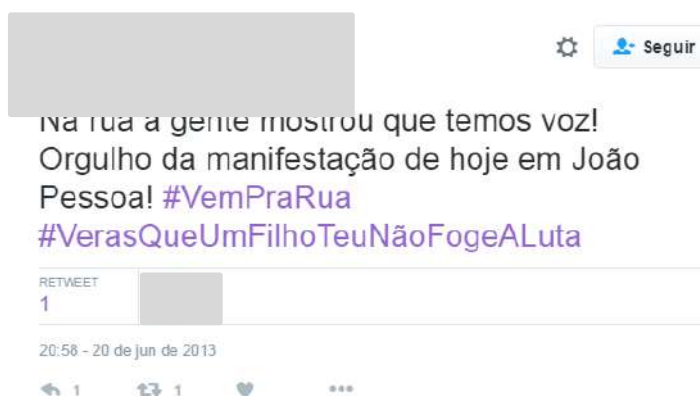
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 34 – Identidade e manifestações



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 35 – Identidade e manifestações



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

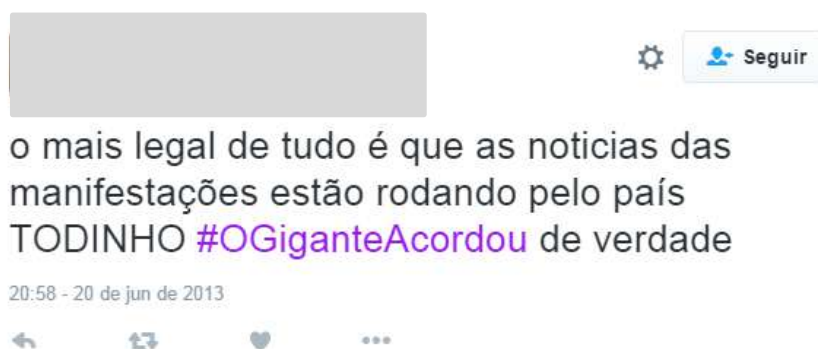
Figura 36 – Identidade e manifestações



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

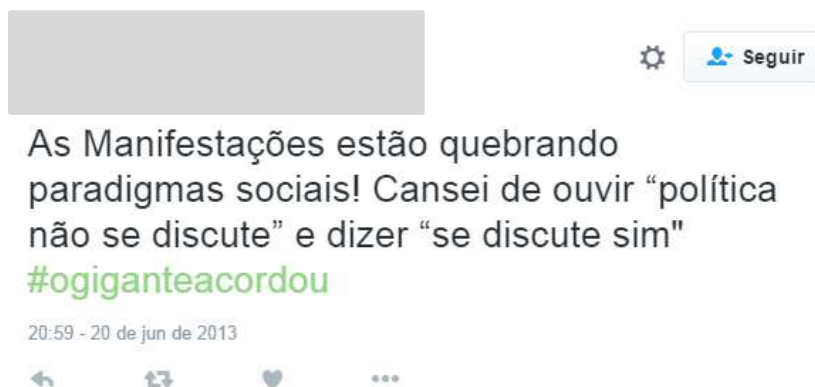
A natureza identitária cresce na medida em que a visibilidade dos atos demonstra sua dimensão multitudinária (figuras 37, 38, 39, 40 e 41):

Figura 37 – Identidade e manifestações



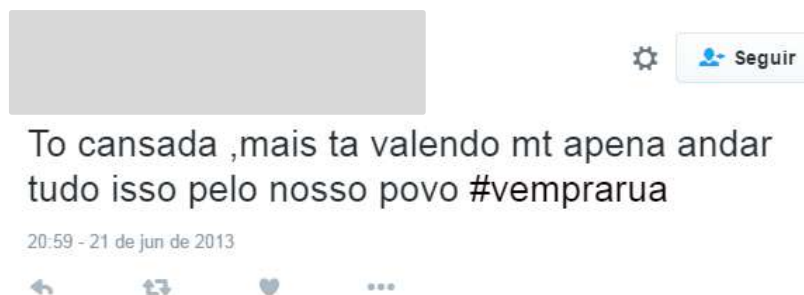
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 38 – Identidade e manifestações



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 39 – Identidade e manifestações



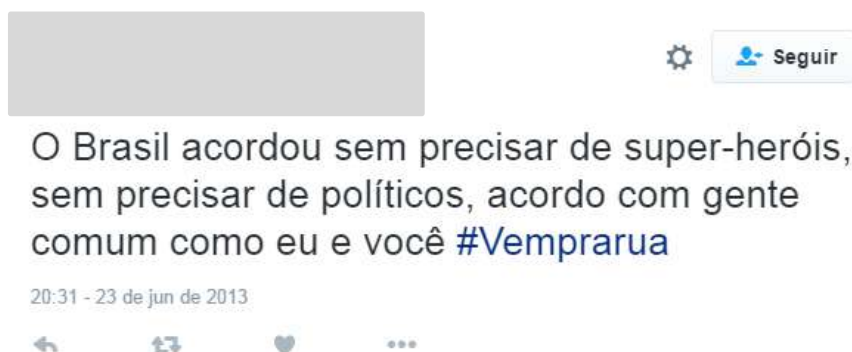
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 40 – Identidade e manifestações



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 41 – Identidade e manifestações



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O princípio gramatical da identidade forma comunidades moduladas no momento dos atos. A partilha de laços torna a multidão pervasiva, fazendo com que as demandas e a dimensão da ação penetrem o olhar público:

Nas ruas, um mar de reivindicações. Reajuste de tarifas de ônibus foi a palavra de ordem inicial; agora, a lista é mais ampla [...]. Embora os representantes dos governos - federal, estaduais, municipais, além de seus legislativos - digam que ainda não entenderam o motivo da onda de protesto por todo o país, os participantes das marchas têm demandas plurais, e manifestaram isso esta semana de forma mais clara. Além de protestos com os gastos bilionários da Copa do Mundo, sem os benefícios diretos para a população - com obras de mobilidade urbana, por exemplo -, os manifestantes pedem genericamente por melhorias nos serviços públicos de Saúde, Educação e Segurança, áreas com pior avaliação da população, segundo pesquisas de opinião. E incorporam à lista de reivindicações temas mais políticos, como o repúdio à corrupção e à proposta do Congresso que tenta limitar o trabalho de investigação dos integrantes do Ministério Público, a chamada PEC 37. [...] A pauta é ampla e difusa, mas as insatisfações são referentes a fatos reais. [...] O movimento mostra um desejo de reconhecimento social [...] e o desejo por participação política (O Globo, 19 jun. 2013, p. 10-12).

A polissêmica e vibrante voz das ruas, que agora atingiu alto e bom som, tem que ver com a emergência de um novo modo de vida e o esgotamento de um modo de fazer política. Associada a uma percepção social de que a sociedade está excluída da área pública e quer nela ser reconhecida e participar (Estadão, 22 jun. 2013, p. 2).

Na passeata, a busca de soluções coletivas (Estadão, 23 jun. 2013, p. 18).

[...] movimento pelo transporte despertou a luta por objetivos comuns (Estadão, 23 jun. 2013, p. 18).

A relação entre passagens caras e transporte precário ganhou facilmente uma analogia com impostos altos e serviços de saúde, educação e segurança ruins. De longe, a pauta parece extensa e vaga. Para os manifestantes - pessoas de todas as idades, predominantemente com ensino superior ou médio, no caso dos adolescentes -, parece lógica e viável, embora a luta seja longa (Estadão, 23 jun. 2013, p. 18).

O mote do transporte público foi o mais popular, principalmente nas cidades que têm redes de ônibus. Mas os protestos também ganharam conotações regionais, especialmente nas cidades menores (Estadão, 30 jun. 2013, p. 8).

Com o crescimento geométrico e contingencial dos atos, ao sabor das demandas de escopo amplo, o movimento passou por fases de declínio. O olhar classificatório e sentencioso do utilitarismo faz enxergar no fim dos atos um demérito. Indaga-se quanto aos fins das torrentes nas ruas, seus efeitos práticos e materiais. A volatilidade, a efemeridade e descontinuidade são vistos como pontos de desencaixe sociopolítico.

Todavia, uma gramática é vislumbrada pelo perecimento dos atos. O fim da mobilização em rede é evanescente, conquanto sua perenidade é metabólica. Na dinâmica das redes e nos mecanismos de organização, o escalonamento efervescente é seguido por uma evolução volumosa contumaz e finalizado por ciclos que perecem em meio ao lastro da multidão inicial.

Contudo, esse efeito perecível é metabólico. A energia empregada na constituição e na sustentação dos atos não tem seu ocaso na imagem grandiosa e midiaticizada, nem tampouco no desaparecimento dos atos sem vestígios. Essa energia é reelaborada pela conjuntura social, política e factual que seguem os dias após os atos. Isto é, metaboliza-se a agência, a potência e seus efeitos provisórios em novos insumos a desafiar ou orientar a realidade situacional.

A volatilidade é uma gramática na medida em que subverte as temporalidades das mobilizações que não mais se veem atravessadas por longas durações que necessitam de estruturas organizacionais institucionalizadas. A tessitura das novas mobilizações rechaça o enquadramento da duração. Portanto, o volátil é metabólico, transformando substratos e subsídios em novas medidas de ver, pensar, refletir e agir na sociedade e na política.

O declínio das jornadas de junho seguiu um silêncio que, posteriormente foi questionado quanto à produtividade e eficácia. Todavia, essa interpelação é corporativista. O silêncio que segue um momento de ruídos maximizados é natural para que os sons produzam seus efeitos. Performática, a mobilização precisa que seu festim seja consumido e, a seguir, rememorado, para que a recepção produza comentário, crítica e divulgação.

A ação coletiva não deve ser encerrada em programas práticos e claros. Assim, às mobilizações sociais não deve ser exigida a tarefa oracular, profética e salvífica do gênero humano. A elas cabem questionamentos sobre significados conjunturais, uma vez que a volatilidade se estabelece por meio de ciclos difusos e oscilantes de energia que, metabolizados, deitam novas raízes.

Assim como a figura do militante inspira mais desconfiança do que admiração, como afirma Touraine (2009), a imagem da mobilização social contemporânea se vê nesse momento probatório. Considerar a gramática de seu caráter metabólico é se aproximar da complexidade dos elementos que constituem a natureza abissal do que é social, não relegando a epistemologia do tema ao utilitarismo vazio.

Do acontecer do movimento, destacam-se práticas, estéticas e gramáticas. Desenha-se aqui um exercício coreográfico e mobilizado: a performance. Convém examinar suas manifestação em suas espacialidades, temporalidades e significados.



PAR
FE II

DAS PERFORMANCES SOCIOPOLÍTICAS

PARTE II - DAS PERFORMANCES SOCIOPOLÍTICAS

"Eu quero ser pintora do meu país" (Tarsila do Amaral).

Figura 42 - "Operários" de Tarsila do Amaral



Fonte: Acervo do Palácio dos Bandeirantes, Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.acervo.sp.gov.br/index.html>. Acesso em: 8 jul. 2021.

Cansados. Os 51 semblantes dos operários que estampam a clássica obra de Tarsila do Amaral, artista vanguardista do Modernismo brasileiro, posam firmes na composição da tela, revelando uma fadiga perene, ruidosa e inconformada. Uma constelação emerge da cena em que a multidão se assemelha a uma onda de exaustão, feita torrente de descontentamento e dissabor.

O cenário é fabril. As edificações e chaminés marcam os signos industriais como primícias do desenvolvimento apregoado como signo do progresso e da modernidade. A fumaça tenra é o sinal da franca atividade capitalista, incessante, vibrante e inequívoca, destarte o estado conjuntural dos sujeitos que a animam.

Os tons acinzentados, esbranquiçados, ora em fuligem, ora higienizados, quase fazem esmaecer as cores características da diversidade dos operários. Cores estas que destacam de modo cromático a estratificação social, a diversidade

cultural, as origens migratórias e os processos diaspóricos celebrados no espaço e no trabalho.

A sobreposição dos sujeitos é uma marca elucidativa e, também, eloquente. Evidencia-se um conjunto de pessoas que em sua diversidade são participantes de uma mesma condição, dividindo percalços, espaços e tempos, ainda que suas origens e realidades os compartimentalizem. Todavia, o que deles dista, é também o que aproxima. No sinal da diferença, o reconhecimento da coletividade ocorre: de si para o outro, dos outros para todos.

Os marcadores da diferença encontram pontos de encaixe a partir da partilha de sentidos sociais e culturais. O espaço, o trajeto, o laço, o trabalho, a cultura, a recreação, a sociabilidade estabelece a harmonia para que as asperezas do contraste não sejam anuladas, mas incorporadas ao fazer cotidiano. Há uma unidade que decorre da diversidade.

Tarsila do Amaral sustenta em sua tela dois contextos importantes para a apreensão da complexidade do território e da sociedade brasileira dos anos 1930: identidade e trabalho. O aparente empilhamento de sujeitos em uma cena fatídica e orgânica do chão de fábrica pode parecer uma sentença na crítica da artista, mas aponta para outros elementos da conjuntura da qual ela decorre.

"Operários" data de 1933, cerca de quatro anos depois do início da crise de 1929. No Brasil, prevalecia a Era Vargas. Perdendo parte de seu patrimônio, a artista se muda para a União Soviética em 1931 e é introduzida às ideias comunistas. Retornando ao Brasil, é presa por seus ideais, participa da Revolução Constitucionalista em 1932⁴⁶ e produz a tela, já sendo representante do antropofágico⁴⁷ Modernismo brasileiro.

As feições fatigadas dos operários não eram um mero retrato, mas uma estética confessional de que Tarsila, que já havia declarado desejar "ser pintora de seu país", relia do país e, principalmente do povo, naquele momento. O cansaço também invadia o olhar da artista. Naturalmente, o repouso é seu alívio. Porém, a exaustão instalada na obra, contemplada como emblemática para retratar a sociedade à época, é um tipo de torpor familiar.

⁴⁶Conforme Gotlib (2018).

⁴⁷Conceito do Modernismo em que a valorização e expressão da cultura brasileira viria do ato antropofágico (comer, devorar, absorver) de incorporar frentes culturais de origens externas que, recombinadas às frentes internas, resultaria em fortalecimento político-cultural da arte brasileira e de sua gente.

O torpor traduzido plasticamente em tela reflete uma prática consequente e ritualística que sucede o cansaço: o sono. Ao defrontar os rostos dos operários, há um estado vigilante, atento, firme, fixo. Embora se manifeste a estafa na rigidez facial dos personagens, há certa firmeza que desliza no enquadramento da tela. Este estado vigilante contraria a norma de um repouso coordenado e põe os sujeitos em uma vigília incessante.

De onde deriva esta recusa ao sono? Da impermanência do sistema capitalista e de outras opressões que põe os corpos sobre o intercurso produtivo. De modo imperceptível, os corpos se desobrigam de uma regeneração sadia tendo em vista o tempo dispensado, como desarranjo aos reclames da produção. Ao passo em que a vigília ininterrupta é um estado de atenção absoluta e concentração total às prometidas benesses do desenvolvimento como signo, discurso e chancela política.

É o sonho do proletário: apagamento da subjetividade e assujeitamento da própria condição sob a égide do trabalho e os contextos ideológicos que dela derivam (RANCIÈRE, 2012). O paradoxo então acontece. A recusa em adormecer instaura uma dormência tangencial, uma vez que no afã da utopia que o trabalho sob o signo do capital oferece, perde-se um pouco da noção de si, com um consequente assujeitamento e massificação produtiva.

Quando o prometido festim do desenvolvimento tarda, não ocorre ou oferece tão somente as franjas da toalha que abriga o banquete, a turbidez deste estado de incontinência do sono é rompida. O que poderia sustentar o corpo aturdido por um descanso conspirado? Ou quando a matéria do despertar como do adormecer estão dispostos em um circuito de esmagamento do ser e do fazer?

"Operários" parece fornecer uma pista. O olhar de Tarsila do Amaral, a partir de seu repertório, demonstra inequivocamente o contraste como elemento salvífico. Isto é, o amontoado de trabalhadores e seus semblantes cerrados, partilham contexto (trabalho e empregabilidade), espaço (indústria e postos de trabalho) e diferença (cor, gênero, sexo, etnia, origem).

A diferença reconhecida e partilhada nos olhares exauridos sob a cenografia industrial parece minimizada ao olhar do espectador e se demonstra fragilizada como que para a consolidação do argumento da crítica social. Entretanto, há uma importante chave de leitura na justaposição dos sujeitos. O contraste, a diferença e a diversidade que os marca não os aparta, mas evoca identificação.

A primeira identificação se dá no compartilhamento espacial. Em cena, os rostos comungam da mesma condição de produção do cotidiano pelo/no trabalho, dividindo a mesma cenografia material e sensível (a paisagem fabril ao fundo). A seguir, a categorização de "operários" os coloca em um mesmo plano contextual, gerando laços por reconhecimento como sujeitos em uma coletividade prática, situacional.

Outro plano de identificação se estabelece a partir da partilha da diferença. Não se trata aqui apenas da noção de alteridade, mas de uma emergência das diferenças como elemento compositivo e aglutinador da condição dos indivíduos justapostos na tela, fazendo notar-se uma identidade de trânsito, isto é, fortalecida na coletividade reconhecida (como trabalhadores, no mesmo território).

A representação de Tarsila do Amaral sobre a constelação migratória que forma a complexidade multitudinária brasileira à época da franca industrialização requer um exercício de compreender que há nas identidades denotativas - caracterizadas pelas cores, etnias, vestimentas e traços diversos - certa identidade coletiva, flutuante pela produção do cotidiano de trabalho.

Esta flutuação identitária se dá não apenas no trânsito que os alinhava no campo da ocupação, mas em certo agenciamento da categoria de trabalhadores e, conseqüentemente, nas vivências do trabalho e interesses de classe, categoria ou condição territorial. Este arranjo identitário flutua porque realoca o contingente identitário confessional dos sujeitos em um reconhecimento coletivo agenciado em função da busca ou luta por ideais temporários.

A identidade que é fonte de significados e que, ao mesmo tempo em que constitui os sujeitos declara resistência e projeto (CASTELLS, 2018), e trata-se de um processo de produção de significados transindividual e de transdução entre diásporas (HALL, 2006), é elaborada aqui como uma frente que se cristaliza a partir do sentido de um sujeito que se reconhece em potência (TOURAINÉ, 2009), mas a perdurar enquanto a agência detone seus sentidos.

Os operários de Tarsila não estão imóveis. Na partilha sensível da diferença, encontram sentidos de reconhecimento que os inserem em uma tipologia identitária particular de mobilização. Há um influxo identitário que da confissão subjetiva ganha contornos coletivos que os impelem a uma identidade de luta a flutuar enquanto os sentidos e movências sociopolíticas de reforços de sua potência requerem efeitos.

A flutuação identitária nasce da partilha sensível da diferença, mas não sem uma partilha da diversidade territorial. Isto é, das condições, origens, histórias e projetos de vida celebradas no espaço territorial - esteio onde poder e diferença operam. A diferença aqui se expande por meio de uma solidariedade imanente ao reconhecimento e à identidade, isto é, sentidos afetivos integrativos que extrapolam a dimensão personalista e se comparam em uma celebração identitária.

"Operários" evidencia trabalhadores posando impávidos. Tal impavidez é um documento imagético do contexto sociopolítico e econômico do brasileiro na visão de Tarsila do Amaral, com adendo da diversidade que não reduz a cena à pulverização, mas estrategicamente a posiciona como gramática de vida. E de luta.

Ora, o empilhamento de sujeitos sugere uma ambiguidade discursiva em que a docilidade do retrato contextual do operário fabril dissimula a própria estética crítica e o interpola um novo significado: de posse de seu cansaço, diversidade e dureza, o amontoado é possível pelo signo da mobilização, ativado pela identidade coletiva que flutua por sobre as múltiplas confissões identitárias pintadas por Amaral, em reflexão à sociedade brasileira no tempo e no espaço.

A mobilização social marca um trânsito de energias insurgentes, de agência e potência sob demandas e pautas. Contudo, o que permite sua acuidade e aglutinação são processos transindividuais e transescalares da percepção de si, de um outro e do Outro - a coletividade, a multidão, o povo, o projeto de país, entre outros.

Da tela de Tarsila às telas das ruas, há uma partilha que sedimenta a conjuntura mobilizadora e consolida a emergência dos sujeitos. Da diferença à noção coletiva, há uma odisseia intranquila da mobilização do eu e da performance de um "nós" mobilizado. Os operários mobilizados, audíveis e sensíveis produzem o tempo, mobilizados.

CAPÍTULO 4

NA INFLEXÃO DO *ON/OFF*: PERFORMANCES HÍBRIDAS E HIBRIDIZANTES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

As mobilizações sociais em presentificação são marcadas por uma ampla ação em rede. "Em rede" é uma predicação que adjetiva a constituição destes movimentos, mas acenam para uma ontologia da agência e da potência no limiar desta conjuntura sociopolítica. A ação reticulada atravessa a mecânica de detonação, ativação, reprodução e difusão das mobilizações sociais em rede como junho de 2013, mas convocam o olhar para uma plataformização desta ação.

Nestas mobilizações, há duas frentes que se imbricam e interpolam em plataforma: o *on* e *off-line*. Corriqueiramente tida como uma oposição direta do real (LÉVY, 2000; 2011), a frente *on-line* é uma inclinação da realidade extra ao contexto da virtualização, sendo-lhe um espelhamento dotado de realidade própria (MERLEAU-PONTY, 2019), constituindo uma dinâmica de refletância com o que é *off-line* (SANTOS, 2021), isto é, multidimensionais em sua forma, mas unidimensionais em sua natureza.

Quando os novos sujeitos destes novíssimos movimentos se põem nas ruas, habitam também as matrizes interacionais das redes digitais. Desloca-se então uma inflexão de sua performance insurgente ora *on-line*, ora *off-line*, ora híbrida. A articulação da comunicação se arregimenta nesta inflexão, mas a própria dimensão da agência se vê no intercurso do empuxo das redes, cujos nós e arcos tornam cativos os sujeitos em seus emaranhados de sentidos, lógicas e (im)permanências.

Cumprir observar a natureza destas redes para bem examinar a constituição dos sujeitos que nela navegam para a ação sociopolítica. A caminho também estão os objetos, as coisas em si, os dispositivos de ação e interação. Contudo, os objetos também reclamam sua ação, co-produzindo e performando unidas aos sujeitos.

Por certo que uma performance não prescinde de sua cenografia e suporte de infraestrutura. Da inflexão do *on* e do *off-line* na mobilização social, desprendem-se elementos de uma performance entre plataformização, participação social e interação entre dispositivos e sujeitos.

4.1 O sujeito, o objeto e a rede

O sujeito não é uma "alma" presente no corpo ou no espírito dos indivíduos. É a procura, pelo próprio indivíduo, das condições que lhe permitem ser o ator de sua própria história. E o que motiva esta procura é o sofrimento da dilaceração e da perda de identidade e de individuação. Não se trata, para o indivíduo, de se colocar ao serviço de uma grande causa, mas sobretudo de reivindicar o seu direito à existência individual. Esta reivindicação só pode formar-se onde a dilaceração é sentida mais fortemente (TOURAINÉ, 1998, p. 84).

A compreensão de que o sujeito nasce a partir do reconhecimento de si, atravessado pela resistência em torno da garantia da própria singularidade, é simples, mas cercada de controvérsias e disputas. Ao dar sentido social, político e linguístico à unidade do ser - e de um ser que age e reage -, desprendem-se imagens e aliterações sobre modelos existenciais salvíficos. Isto é, corre-se o risco permanente de, na teorização dos sujeitos, se acorrer à definições metonímicas e tautológicas.

A existência do indivíduo e a consciência de sua condição são a passarela que o conduz ao seu acionamento como sujeito. Este sentido resistente e projetual do sujeito que contraria a norma e o poder vigente para fazer valer sua essência é paradoxal. Isto é, ao passo em que este acionamento é um grito incontido de autopreservação, essa atividade não se dá ignorando os *players* em campo: o outro, os outros, as instituições e toda sorte de objetos e adversidades.

Tornar-se sujeito é um retorno ao Si Mesmo - da essência, da existência livre - por meio de uma saída do si mesmo - constituído pela norma. Este movimento existencial simultaneamente centrípeto e centrífugo é permeado de sentidos construídos de modo adjacente. Afinal, a própria existência pressupõe um outro igual e diferente e um Outro antagônico do qual se objeta, além da estrutura material e sensível de objetos que povoam essa odisséia do ser.

O sujeito é, então, um depositário da ação, visto que sua condição existencial se forma por meio de sua mobilização intrasubjetiva e intersubjetiva. Na mobilização social, o sujeito é o elemento de articulação. A atividade insurgente conseqüentemente inspira uma malha de reprodução pelos contornos da subversão, que é virulenta. Embora sempre ator, o sujeito reveza entre protagonismos e coadjuvações.

Na mobilização, o caráter multitudinário oblitera - enquanto dura sua ação - a película existencial do sujeito, tornando-o um conjunto populoso combinado ao

conteúdo discursivo detonador da atividade sociopolítica. Esse duplo movimento, do acionamento do sujeito e sua singularidade à diluição temporária desta mesma singularidade, desloca a autonomia do indivíduo-sujeito para uma condição corpórea de massa, dotada de um poder caudaloso.

Esta mecânica da mobilização social se arregimenta no laço que se confere à unidade insurgente e conjuntural dos sujeitos mobilizados sob o influxo da rede. A rede, como trama informacional e comunicacional, garante a acuidade desse processo complexo de agregação, desagregação e reagregação dos sujeitos.

O sujeito é então agente e ator. Protagoniza a atividade mobilizada. Na duração da formação da mobilização, seu processo de acionamento continua a adquirir sentidos. No trânsito da mobilização, o sujeito empunha ferramentas e usa de indumentárias para arregimentar sua atividade. É comum enxergar objetos como disposições dirigidas, ferramentais, sentidos coisificados ou meros dispositivos.

Todavia, como aponta Latour (2012), o número de atores em jogo precisa ser aumentado, bem como é preciso aprender também das coisas o que é ação, uma vez que os objetos são partícipes de seu curso. Na mobilização, é premente o trabalho da corpografia e do *logos* insurgente como significação totalizante da ação. Dela, porém, se acopla uma processão de objetos intervenientes sobre seu conjunto.

A intra e intersubjetividade caras a Touraine (1998; 2009) para a sociologia do sujeito e sua ação no mundo precisa de um complemento dialógico com interobjetividade cara a Latour (2012). Os objetos deslizaram da ação pelos pressupostos da modernidade, fazendo crer em um purismo pela separação entre sujeito e objeto (LEMOS, 2013; LATOUR, 2013).

Essa ideia ganha sentido sob o argumento de que a essência plena da realidade seria aquela descontaminada de mediações ou quaisquer invólucros que o sujeito e sua imanência possam e venham a possuir. O divórcio epistemológico entre sujeito e objeto priva a compreensão da realidade complexa, incorrendo em uma afã pela realidade complicada.

Por certo que se o sujeito é o indivíduo que irrompe em ação (TOURAINÉ, 2009), mas os objetos são artefatos dotados de alguma agência neste processo. Ora, é a realidade mesma uma constelação de arranjos dos quais não se esquiva, mas se navega em interregno - o reino do humano e do não humano. O real se

forma e eclode em realidades a partir das redes interacionais entre sujeitos e objetos.

As coisas fazem parte dos modos de existência, assim como a formação dos sujeitos. Dissociar o objeto do sujeito na composição do real e no exame das interações sociais é escapar às minúcias das mediações e intermediações intrínsecas ao real e ao social. Esta compreensão é importante ao estudo da mobilização social porque faz avançar a compreensão dos sujeitos (humanos e não-humanos) como eventos dinâmicos.

Sobre os objetos:

[...] o que é novo não é a multiplicidade de objetos mobilizados por um curso de ação ao longo do caminho - ninguém negou que eles existem aos milhares. Novo é o fato de os objetos surgirem de súbito não apenas como atores completos, mas também como aquilo que explica a paisagem variegada pela qual começamos, os poderes supremos da sociedade, as notórias assimetrias, o rude exercício do poder (LATOURE, 2012, p. 109).

A análise dos objetos é imprescindível para uma procura honesta do real, visto que a ação humana não se dá isoladamente, mas compartimentaliza e compartilha sua atuação com uma miríade de coisas que viabilizam interações, influem sobre o curso da ação e constituem ao mesmo tempo a condição humana. Quanto mais o objeto é incorporado ao curso da ação - tido ele mesmo como um agente -, mais humana é a percepção do sujeito e sua mobilidade.

A existência é vivida sob uma floresta de signos. Mas o símbolo enquanto presentificação de uma materialidade ausente exerce sua argumentatividade apenas sobre a semântica e sintaxe da vida. O objeto aporta a materialidade como elemento constitutivo da construção do real, integrante do fazer-ser e, portanto, dotados de uma inteligibilidade antropológica (LATOURE, 2012).

A casa, o carro, o ônibus, o computador, o smartphone, a TV, o jornal, o livro, o lápis, os bancos de dados e inúmeros outros objetos conferem sentido à produção do cotidiano. Os objetos, portanto, permitem a formalização do cotidiano, não pela arquitetura de uma estrutura da possibilidade, mas como uma agência produtora das lógicas que permitem a apreensão do real.

É preciso ir além da separação entre sujeitos autônomos e objetos passivos e subservientes dispostos a uma mediação programada. Os meios fabricam a instância de operação da realidade dos sujeitos enquanto guardam relação de

extensão⁴⁸ junto a eles. Afinal, toda ação é uma rede - de sentidos, práticas, lógicas, dinâmicas e operações.

Se o sujeito só o é quando se percebe ator - isto é, quando se alinha à ação -, também a rede - como sistema complexo de sujeitos, objetos, direções, sentidos e veículo da ação - é um ator. Sujeito, objeto e rede são atores, na medida em que sua interação produzem associações que produzem sentidos, acontecimentos e lastros, se revezando entre mediadores e intermediários no/do/pelo real (cotidiano).

Latour (2013) reforça o papel dos objetos na constituição dos sujeitos e de sua ação afirmando que o sujeito é feito dos objetos na mesma medida em que os objetos são feitos dele. Esta aceção permite nomear os objetos como quase-sujeitos - ou actantes, em sua teoria - desempenhando papéis céleres na envergadura da atividade humana e sua quotidianidade.

Em um dia regular, um sujeito acorda sob objetos, ativa-os para demarcar sua rotina, exerce-os para cancelar funções cidadãs, recorre a eles para navegar socialmente, vive, se move e produz o cotidiano sob seu lastro. Essa processão não é um fenômeno apartado da existência em si, é força produtiva e existencial. Isto significa dizer que sujeito e objeto avançam juntos em uma existência modular, sendo agentes híbridos.

Esta hibridez de sujeitos humanos e não-humanos é importante para considerar o curso, o conteúdo, as protuberâncias e as fibras que interligam os ínfimos detalhes da ação. Os objetos que cercam o mundo e que assentam lógicas e sentidos por meio de sua materialidade permitem o rastreio da conexão social e sua envergadura (LATOURE, 2012; 2013).

Retomando a mobilização social em rede, o sujeito híbrido é seu ator clássico. Os sujeitos humanos se imiscuem dos sujeitos não-humanos para criar ambiências nas quais o conteúdo insurgente possa se manifestar, fazendo valer as demandas e motivações de querela. A mobilização antes de ser uma organização sociopolítica dinâmica, é um ambiente de elucubração de sentidos reivindicatórios.

A pujança e instabilidade de um protesto comumente distrai o olhar com sua emergência abrupta e a temperatura de sua influência. Uma mobilização antes de ser demonstração viral e potente de participação social é um arcabouço de formação do sujeito. Os objetos como elementos que viabilizam a articulação de

⁴⁸Como teorizou McLuhan (1969) em que os meios de comunicação são extensões do homem, abarcando os produtos materiais como co-participantes da ação humana.

atos mobilizados e a navegação social dos próprios sujeitos que os animam cumprem a função de aparato interobjetivo para a consecução da ação.

De posse dos objetos, os sujeitos se informam, comunicam, aprendem, coordenam, disputam e detonam a catarse de que todo ato em eclosão representa. As telas, dispositivos e outras materialidades se movem como órteses dos sujeitos, e graças à sua própria agência por intermediação, os guia a um aprendizado multitudinário expresso simultaneamente à própria manifestação. A multidão aprende sobre si mesma na medida em que se forma e se move.

O efeito multitudinário exerce a função de laboratório dos sujeitos, de modo que as demandas, práticas, estéticas, gramáticas e disputas e sua própria performance é cumulada de aprendizados e sentidos (BRANDÃO, 2006; ZIBECHI, 2008). Os objetos exercem papel fundamental neste processo. O sujeito híbrido tem assim o passe para detonar a voluptuosa energia social de uma mobilização.

O laboratório é fundamental para a produção das mobilizações sociais em rede. De fato, sua envergadura é possível porque sujeitos e objetos se interpolam imersos em sua própria elucubração para que, a partir de um evento-fenômeno, possam emergir. Conceber o sujeito híbrido permite compreender que, de modo oculto, nas franjas do cotidiano, redes submersas atuam forjando, educando e preparando sujeitos para a ação (ZIBECHI, 1997; 2008).

[...] habitualmente existem centenas de redes dispersas pela cidade, sem relações entre elas e invisíveis para a sociedade oficial; [...] operam como "laboratórios culturais", em que se constroem significados e códigos diferentes dos dominantes, [depois] emergem e confrontam a autoridade, se fazendo visíveis (ZIBECHI, 2008, p. 52).

O sujeito e os objetos acessam o laboratório por meio das redes. As redes que representam um "conjunto estruturado de ligações ou de fluxos, em que os 'fios' entre os nós são chamados de *arcos* e os 'nós' são, muito simplesmente, chamados também de *nós*, com tudo isso compondo uma trama integrada" (SOUZA, 2013, grifo do autor).

Esta trama integrada mantém sua coesão com os sujeitos e suas trocas nas/pelas redes. A dimensão existencial e ativa do sujeito carece de um amparo para que sua consciência repouse. A rede fornece este refrigério na medida em que confere aos sujeitos fluxos de socialidade, identificação, expressão, laço e

solidariedade. Uma rede, antes de ser uma lógica organizacional e informacional, é uma flexão solidária.

O caráter volumoso da multidão mobilizada frequentemente a coloca sob o risco da massificação descontrolada (HARDT; NEGRI, 2005; 2006), ameaçando a coesão de que a ação política necessita para assegurar sua mensagem. É na rede que esta coesão é salvaguardada pelos fluxos informacionais e de sociabilidade que nós e arcos oferecem.

A constituição dos arcos é feita, sobretudo, de conteúdos sociais, culturais, políticos e de dados. Dados sobre cenários, saberes localizados e leituras de mundo e contextos situacionais. Os ligamentos que arqueiam as redes e produzem sua extensão advém da produtividade de sua informação circulante. A informação se desdobra em ação produtiva, conseqüente em manifestação patente de poder, capaz de reivindicar e disputar.

É nos arcos que circulam os afetos e as emoções articuladoras da indignação mobilizadora. Circulam ainda os ensejos utópicos dos projetos de vida que acompanham os sujeitos, bem como a catarse opositora que sustenta o engajamento sociopolítico e por vezes "carnavaliza"⁴⁹ a manifestação visível. São laços informativos, afetivos e solidários que se intercomunicam para a cadência da rede e das práticas ativistas.

Os nós, por sua vez, abrigam os efeitos da informação e dos afetos que os arcos fazem circular. Enquanto estruturas de sustentação da trama, os nós abrigam os sujeitos - humanos e não-humanos - fornecendo a vivacidade e a inteligibilidade da rede. Para a mobilização, os nós são as células nevrálgicas da mobilização: seu observatório e sua coordenação sensível.

Nós designam fios em entrelaçamento, reforços que conferem à trama sua estabilidade estrutural. Pode-se designar que na rede, os nós carregam o conteúdo humano (e não-humano). É dele que o laço emana, seja pela ação mobilizada que se demonstra visivelmente no espaço, seja pelos sentidos e afetos que engajam os sujeitos e, que por solidariedade e identificação abarcam novos adeptos.

A trama é um emaranhado significativo e significante. É o desenho latente das redes que se desenvolvem visíveis pelo ruído de uma mobilização. Em outras

⁴⁹Como Ricci e Arley (2014), recuperando Boaventura de Souza Santos (1997), concebem manifestações dentro da cultura política brasileira como uma necessidade de transgressão demonstrativa, sem romper a ordem, fazendo as vezes de uma "festividade" mobilizada.

palavras, uma trama é uma diálogo. Como prática comunicativa, o diálogo se torna discurso - possuindo *ethos*, *pathos* e *logos* próprios - e controvérsia. Logo, a trama ou a rede desencadeiam disputas comunicacionais entre autonomias e hegemonias.

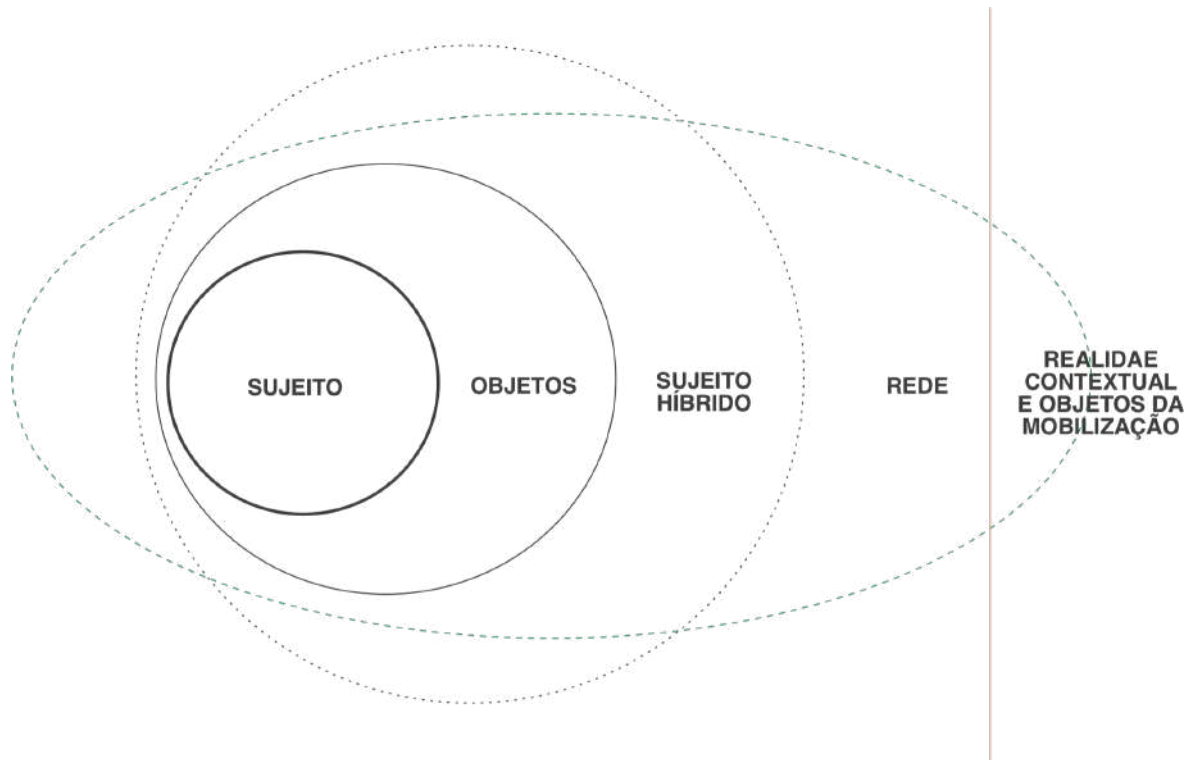
Antes de ser urbana, logística ou técnica, a rede é uma tessitura eminentemente espacializada e intersubjetiva. É de sua natureza concentrar certo nível de organização e agenciamento - garantidos pela sincronia de arcos e nós -, tornando-a um conceito surpreendente⁵⁰ de criação histórica e sociopolítica. Na mobilização social, é da rede seu caráter espiral.

A rede é o adensamento da sociabilidade cotidiana. De modo orgânico e introjetado na configuração do ordinário, as redes dão vazão à produção e circulação de conteúdos humanos. Embora inspire estabilidade por sua característica funcionalista e estruturalista, o poder das redes é capaz de funcionar como dispositivo de reordenamento cotidiano, por vezes instável e caótico do ponto de vista da perturbação dos sistemas legitimadores, como protestos e mobilizações.

Sujeitos e objetos tem nas redes o arranjo possível para assegurar sua indissociabilidade na feitura do real (figura 43):

Figura 43 - Relação entre sujeito, objetos e rede

⁵⁰Marcelo Lopes de Souza (2013) argumenta que o conceito de rede suscita interpretações epistemologicamente indigentes pelo desdobramento de sua conjuntura frequentemente "espontânea" e de inovação do social, a despeito de uma pretensa formalidade do conhecimento. Entretanto, é nessa minúcia analítica atípica que reside a empiria necessária a novos caminhos epistemológicos capazes de ler o real.



Fonte: Autoria própria (2021).

O sujeito híbrido, nascido da inseparabilidade do sujeito clássico e dos objetos produzidos por ele e produtores dele/com ele, é a soma da potencialidade do sujeito humano e do não-humano. Essa cosmogonia do sujeito híbrido tem seu balanço a partir das redes, invólucros de sua consistência existencial e veículos de sua ação. É a rede a comensurabilidade prática da incomensurabilidade do existencialismo do sujeito híbrido, que perfura o signo e produz a realidade em caráter extralinguístico.

A rede é uma ambiência de elucubração dos sujeitos e um feixe de prerrogativas a partir do momento em que sua trama se torna patente sobre o tecido social, isto é, quando se torna visível. Isto vai ao encontro dos postulados de Gohn (2010) e Brandão (2004) sobre o caráter relacional, educativo e afetivo dos movimentos sociais. O afeto é um denominador de laço social, mas também de acuidade da potência da ação.

Acerca disto, Castells (2013, p. 167) articula:

As redes horizontais, multimodais, tanto na internet quanto no espaço urbano, criam companheirismo. Essa é uma questão fundamental para o movimento, porque é pelo companheirismo que as pessoas superam o medo e descobrem a esperança. Companheirismo não é uma comunidade porque esta implica uma série de valores comuns, e com isso é uma obra em progresso no movimento, já que a maioria das pessoas nele ingressa

com seus próprios objetivos e motivações, vindo a descobrir denominadores comuns na prática do próprio movimento. Assim, a continuidade é ponto de partida e a fonte de acesso ao poder: "juntos conseguimos".

Este caráter de companheirismo ou solidariedade se dá pela aglutinação dos sujeitos híbridos pela faculdade específica das redes: acoplar sentidos, contextos e diferenças em um todo corporificado com força identificadora, sem necessariamente atomizar as interações e seus produtores. Este prospecto permite uma esquivar ao perigo moderno da individualização do social (GIDDENS, 2002; BOURDIEU, 2009).

A individualização social designa crises dos laços sociais e dos ferramentais necessários para a operação da realidade (GIDDENS, 2002), marcando cultos ao individualismo por desfiliação e vulnerabilidade (CASTEL, 1998). Na rede, uma inversão é praticada na medida em que a rede abarca os sujeitos isolados e os põe em uma trama informativa e comunicacional.

A rede é também uma utopia. Arcos e nós formam inegavelmente uma trama contextual e definida, porém o influxo informacional e a prática comunicativa que decorre desse fenômeno de interconexão reticulada inscreve os sujeitos em sua individualidade (ou individualismo) em um anelo por cenários e comunidade imaginadas.

A conexão é efeito e resíduo da rede. Consequentemente, ela rompe ordenamentos e configurações desfavoráveis a um sentido coletivo por meio da amplificação de desejos inscritos no sujeito clássico em algoz na modernidade. A utopia da rede se dá então em instâncias provisórias de projetos de futuros ou presentes idealizados que perduram na temporalidade dos eventos cotidianos em que ela é acionada.

O edifício da mobilização não é perene. Antes de tudo, é uma estrutura predial modular. Os módulos servem a propósitos de temporalidades que se evadem na medida em que sua função surte efeito e cumpre propósito. Nesta arquitetura, o edifício do eu se expande por meio de reformas incessantes sob a alvenaria do coletivo.

O sujeito, os objetos e a rede são elementos constitutivos da ação social e da mobilização. É por meio deles que a performance flui como desenho pervasivo

de insurgência e participação social. Deflagrada a performance, o cenário, o enredo, os bastidores e a audiência tornam-se mais observáveis.

Junho de 2013 demonstra com sua excrecência conjuntural o circuito do sujeito, dos objetos e das redes. O sujeito de junho se levanta a partir da demarcada indignação dos protestos iniciais nas ruas por mobilidade em ressonância indignação confessional e reticulada, munidos de dispositivos e plataformas para mobilizar-se.

4.2 Ação em rede e suas mediações

As redes não estiveram apenas no processo de convocação, mas no próprio conceito de organização e mobilização. Forjaram uma comunidade e, como toda comunidade, entrelaçada pela identidade e afeto. Mas aqui já se apresentava uma novidade. A convocação não se deu por uma organização central ou lideranças. Ocorreu de maneira horizontalizada, pela identidade e confiança entre aquele que convidava (não se tratava de convocatória) e o que recebia o convite. Eram conhecidos e o que recebia tinha garantias que não seria um número no meio da multidão, não estaria dando consistência a uma pauta que teria sido montada alhures, em algum local não conhecido. A fidelidade à organização e voz de comando (até mesmo legítima) foi substituída pela relação minimalista de confiança. Uma rede gigantesca que se formou a partir destas relações individuais, grupais, íntimas (RICCI; ARLEY, 2014).

Dos R\$ 0,20 aos #vemprarua um movimento de sobressalto tomou as ruas, a imprensa, os gabinetes governamentais e o imaginário popular. A rede é uma estrutura lógica capciosa. Captura a realidade por meio da organização produtiva de sua atividade, mas amplifica a consciência potente dos sujeitos e propicia que os objetos assumam papéis para além da mediação técnica.

Sua capciosidade está justamente em sua constituição. Por se tratar de ligamentos que sustentam o cotidiano - como redes urbanas, telemáticas ou de transporte, por exemplo -, da rede se espera o ordenamento, a estabilidade. Mas sua envergadura fornece a ambiência diletta para a realização da potência e da agência. A rede em si mesma assume a subversão como parte de sua trama.

A estrutura reticular engana o olhar domado pelos sistemas do cotidiano e pelas injunções da ordem, garantida pelos centros de poder. O objeto deste engano é oferecer o deleite da aparente calma, quando ao fundo, a rede fornece elementos para atividades e arranjos que podem abalar o ordenamento.

Quando o MPL - em rede - se punha às ruas para realizar sua reivindicação própria, desprendia-se de sua atuação componentes interacionais pungentes. Tais componentes remetiam a realidades, problemas e adversidades que outros sujeitos - mesmo em realidades distintas às da metrópole paulistana ou das capitais - recolhiam e percebiam o encaixe, facilitado pela identificação solidária.

Pela pujança da rede ali localizada em São Paulo, outros rizomas já instalados em multiescalas, tensionaram arcos multilaterais e celebraram novos nós. Nós solidários ao desenho da mobilização originária, mas que flexionaram para outros conteúdos detonados no espetáculo sociopolítico das performances ativistas. Sendo a rede, antes de material e lógica, uma abstração interacional, é de seu feitio se implodir ou se modificar em novas redes.

A rede primária do MPL em São Paulo, agenciada no protesto contra o aumento da tarifa de transporte público, logo desloca seu núcleo para ser aglutinada por um número indefinido de redes, interligadas pelo conteúdo sócio-histórico dos sujeitos e suas localizações, presentificado por um exercício anamnésico de solidariedade com a atualidade, mas de redenção de eventos passados (SANTOS; CUNHA; PEREIRA, 2018).

Redes são, portanto, constelações organizacionais entre sujeitos, objetos, informação e comunicação. Sua conjuntura participa da produção do ordinário, confessando suas crenças e participando do sistema capitalista (DIAS, 2001), contudo apresenta uma essência rebelde, de modo que seu próprio funcionamento pode detectar novas destinações, implodindo sua estrutura primeira e originando outras redes.

Em outras palavras:

[...] as redes são estruturas complexas de comunicação construídas em torno de um conjunto de metas que simultaneamente garantem a unidade de propósito e a flexibilidade de execução em virtude de sua adaptabilidade ao ambiente operacional. Elas são programadas, e ao mesmo tempo, autoconfiguráveis. Nas redes sociais e organizacionais, suas metas e procedimentos operacionais são programados por atores sociais. Sua estrutura evolui de acordo com a capacidade da rede de se autoconfigurar em uma busca permanente por combinações de redes mais eficientes. [...] As redes constituem um modelo de vida - de todos os tipos de vida - que é fundamental (CASTELLS, 2006, p. 67).

Castells (2003) já sentenciou a rede como um predicado interplanetário, designando a sociedade contemporânea como a sociedade em rede. Nesse

sentido, abrigando sujeitos e objetos, e neles suas ações, as redes se tornam elas mesmas em sujeitos não-humanos. E como tais, cooperam para que os sujeitos humanos as tomem como efeito de hibridização de sua condição, tecendo sociabilidades e espacialidades.

Para a mobilização social, a rede é uma ambiência de inteligência mobilizadora. Isto se dá por sua eficiência em estruturar e organizar a atividade humana, mas ao mesmo tempo fornecer elementos para a gestão da informação que circula em seus fluxos, tornando-os ao lado dos objetos, instrumentos arregimentadores de sua extensão.

A sociedade em rede é um denominador dos avanços tecnológicos e de como sua conjugação tornou-se pervasiva e senciante sobre a cultura, a economia e a política (CASTELLS, 2003). O meio técnico-científico informacional capta a evolução das técnicas e sua incursão sobre as paisagens do cotidiano, transformando os modos de ser, agir, viver e acontecer (SANTOS, 2008). As redes são depositárias deste processo em que agem os objetos.

Isto confere às redes sua inteligência da ação:

[...] as redes se tornaram as formas organizacionais mais eficientes como resultado de três de suas características principais que se beneficiaram do novo ambiente tecnológico: flexibilidade, "escalabilidade" e capacidade de sobrevivência. *Flexibilidade* é a habilidade da rede de se reconfigurar de acordo com as mudanças ambientais e de manter suas metas ao mesmo tempo que muda seus componentes, às vezes contornando pontos que bloqueiam os canais de comunicação para encontrar novas conexões. *Escalabilidade* é a capacidade de expandir ou encolher em tamanho sem grandes interrupções. A capacidade de sobrevivência (*survivability*) é a capacidade que as redes têm de suportar ataques a seus nós e a seus códigos em virtude de não terem um único centro e poderem operar em diversas configurações. Isso ocorre porque os códigos da rede estão contidos em nós múltiplos que podem reproduzir as instruções e descobrir novas formas de realizar seu desempenho. Portanto, só a habilidade material de destruir os pontos de conexão é capaz de eliminar a rede (CASTELLS, 2006, p. 69, grifo do autor).

Observa-se que esta autoconfiguração das redes confere à mobilização social a pujança de sua eclosão, frequentemente ruidosa e avassaladora para o sentido da ordem. A inteligência de mobilização torna o sujeito-rede um organismo do qual não se esquia, sobretudo quando seus fluxos carregam conteúdos insurgentes que não encontram outra medida de expressão senão aquela que provoca desençaixe - pelo menos momentâneo - dos sistemas detentores do poder.

É deste prospecto que derivou o acontecer político, espacial e midiático das Jornadas de Junho. A inteligência operacional que permitiu com que as duas semanas sísmicas de 2013 produzissem choque se deu pela condição dinâmica flexível, escalável e sobrevivente das redes. Adicione-se a este encaço a emergência do sujeito híbrido, tornando a mediação dos objetos em força operacional.

Destarte as características das redes, sua dimensão se estabelece não só como malha, indumentária ou trânsito de fluxos, mas também como (i)materialidade discursiva. Isto é, sua substância é um discurso, é comunicação, é um texto codificado por sujeitos e objetos a ser lido por outros sujeitos. Como qualquer discurso e prática de comunicação, a rede é residual. A natureza de sua substância é a chave de compreensão de seus resíduos, e conseqüentemente, de seus efeitos.

Uma rede é uma odisséia do ser e do agir, mas é também uma epopéia de si mesma. Nela, os sujeitos se aparelham e se equipam, mas também se inspiram. Essa inspiração decorre da noção emancipatória que rede, seus nós e arcos insuflam de um laço fortalecido ou de uma solidariedade engajada. Na mobilização, esta inspiração concatena ideais e aspirações nos sujeitos.

Assim como uma mobilização social carrega um ensejo utópico na extensão de sua atividade (SANTOS; CUNHA, 2019), a própria rede é um lastro utópico. Sua funcionalidade acena para um estado provisório de imersão dos sujeitos - tendo seus objetos em órbita - em uma tensão pela meta, idealizada, imagina, projetual e construtora da realidade.

A utopia não é cristalizadora, mas presentificadora de uma meta-realidade. Esta meta-realidade existe enquanto perdura o anelo utópico e o esforço produtivo de luta por ela. A rede como estrutura que abaula as contraturas sistêmicas e que fraturam a possibilidade do laço social, possibilita aos sujeitos um índice utópico para que sua ação seja vista e empostada como possibilidade real de transformação, a partir da participação.

Sobre redes e sua utopia:

[uma] característica inusitada nas manifestações de junho, um ideário contraditório que poderia se expressar em uma lógica aparentemente sem sentido: a utopia no presente. Uma utopia provisória, de demonstração de força imediata, niilista porque negava toda a forma de organização e estrutura de poder, principalmente aquelas que marcaram o século XX, hierárquicas, centralizadas, que criaram a unidade pelo comando da

liderança. A comunicação e a organização em rede são, ao contrário, lacunares. Não se fecham, são irremediavelmente abertas e fluidas, dinâmicas e que se refazem na sua própria comunicação difusa e incompleta (RICCI; ARLEY, 2014).

A rede é em suma uma matriz relacional (BRAGA, 2017), um arranjo comunicacional (ALTHEMAN, 2020) e um dispositivo interacional (BRAGA, 2020). A utopia confessional possibilitada pela atividade humana e pela estrutura aquiescente da rede, revela que sua acepção extrapola a lógica organizacional ou comunicacional básica, mas inscreve o sujeito e o imaginário em uma circuito comunicacional, uma mediação particular em trânsito com as mediações tradicionais.

Anteriormente, discorreu-se sobre a rede como um esteio de comunicação - de organização em fluxos - e que esta seria, no bojo das mobilizações sociais, uma inteligência projetiva de mobilização. Ora, da sabedoria das multidões revela-se que a massa não é um um platô multitudinário, mas um contingente oblíquo formado pelo sujeito que se levanta e age, tendo por aporte objetos e suas funcionalidades.

A rede, além de fomentar a ação social por sua constituição, é também ação em si mesma. Chama-se aqui atenção para a ação das redes, ou ação reticulada, que junto aos sujeitos desenvolvem sua performance no tecido social, seja pelas injunções cotidianas ou pela mobilização insurgente. A ação reticulada é parte da práxis comunicacional, e como tal, está sujeita ao circuito comunicacional dos meios, mediações e acontecimentos midiáticos.

As redes sociais como plataformas de articulação e produção de mensagens de contrapoder, a imprensa como leitora factual e fornecedora de narrativas noticiosas, as caixas de comentários como discussões em tempo real do que se desdobra aos olhos, as notas de assessorias de comunicação governamentais, os canais alternativos, a guerra de narrativas... Uma mobilização é um fenômeno não apenas narrado, mas atravessado pela comunicação.

A práxis comunicacional inclui o uso e a funcionalidade dos meios, abarcando ainda os processos, leituras e sentidos produzidos a partir do consumo e da incessante codificação-decodificação comunicativa: a midiatização. Este processo não decorre apenas da comunicação estável e controlada, mas também do registro conflituoso.

Considera-se como comunicação "toda troca, articulação, ou tensionamento entre grupos, entre indivíduos, entre setores sociais; frequentemente desencontrada, conflituosa, agregando interesses de todas as ordens; marcada por casualidades que ultrapassam ou ficam aquém das intenções" (BRAGA, 2017, p. 21).

Além da comunicação - social - que cercam as trocas cotidianas, os sujeitos e instituições são aparelhados e assistidos por uma miríade de veículos e plataformas. Destrava-se um relacionamento para além da relação produção e consumo, mas de incorporação e reelaboração do curso da comunicação e seu conteúdo, concretizando a cultura do cotidiano (MARTÍN-BARBERO, 2001).

A midiatização que atravessa práticas e processos sociais cotidianos também se aplicam ao fenômeno insurgente. Junho é reconhecido, como outras mobilizações de sua classe, como um movimento marcado pelo usufruto da comunicação alternativa e autônoma (CASTELLS, 2013; SANTOS, 2017) como parte de suas táticas.

Os *smartphones* registrando cenas e trajetos, a comunicação por *messengers* informando participantes sobre cursos e ameaças, os grupos on-line como fóruns de debate e fomento, as publicações em *microblogging* para a disputa de narrativas midiacentradas, os próprios veículos de mídia impressa, eletrônica e digital: todos formam o mesmo aparato de mediação.

A mediação é o lugar de trânsito e intercâmbio das atividades de produção e recepção do conteúdo comunicacional. Há neste intercurso, um campo volúvel e maleável de produção da cultura cotidiana, a partir da matriz comunicacional. Isto significa que os meios e sua utilização são parte de um fluxo intempestivo de disputas da produção dos sentidos da quotidianidade, da hegemonia à insurgência.

Pensar a mediação é, então, considerar que há um conteúdo humano - a cultura cotidiana e sua socialidade - em disputa por assentamento no ordinário. A comunicação é uma prática social que atravessa este processo, estabelecendo não apenas a visibilidade e qualidade do conteúdo, mas também os papéis de produtores e receptores. Estes alternam seus papéis incessantemente no jogo da comunicação.

Martín-Barbero (2001) traz luz a este processo propondo três polos de compreensão da mediação:

Âmbito de conflitos e fortes tensões, a **cotidianidade familiar** é ao mesmo tempo 'um dos poucos lugares onde os indivíduos se confrontam como pessoas e onde encontram alguma possibilidade de manifestar suas ânsias e frustrações'. [...] a mediação que a cotidianidade familiar cumpre na configuração da televisão não se limita ao que pode ser examinado no âmbito da recepção, pois inscreve suas marcas no próprio discurso [...]. [Temporalidade social] Enquanto em nossa sociedade o tempo produtivo, valorizado pelo capital, é o tempo que transcorre e é medido, o outro constituinte da cotidianidade, é um tempo repetitivo, que começa e acaba para recomeçar, um tempo feito não de unidade contáveis, mas sim de fragmentos. [...] ela [a dinâmica cultural] ativa a **competência cultural** e a seu modo dá conta das diferenças sociais que a atravessam, [...] constituem uma mediação fundamental entre as lógicas do sistema produtivo e as do sistema de consumo, entre a do formato e a dos modos de ler, dos usos (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 305; 307; 311, grifo nosso).

A mediação se instaura então por um processo em que instaura socialidades entre as negociações incessantes entre sujeitos e instituições sob a égide do poder; da noção temporal que altera a percepção de continuísmos, gerando repetições e fragmentações do real; e pela competência cultural que parte da história de vida e da historicidade social para desenvolver habilidades e aprendizados técnicos e de tecnologia social (MARTÍN-BARBERO, 2002).

A ação em rede, dotada de processos comunicacionais e como matriz interacional por si mesma, está sujeita à mediações, bem como medeia a realidade por meio de seus componentes. Mobilizados, os sujeitos são postos em uma instância que incorpora os elementos do cotidiano, mas que os transporta para uma projeção do real, onde se ativam a insurreição e os projetos de vida.

Com o aporte de Martín-Barbero (2001; 2002) tem-se a chave de leitura para a potência das redes para além de sua substância e organização. A ação que advém das redes, característica das mobilizações sociais contemporâneas, está ligada a um ecossistema comunicacional, composto por mediações. A mediação como processo comunicativo é, assim como a insurgência, um exercício imaginativo de um outro cotidiano, de uma outra realidade.

Logo, a ação em rede possui uma pujança particular. Incorporando a complexidade dos sujeitos e dos objetos, e marcada por mediações, a ação em rede é uma experiência adutora das consciências, das identidades, das relações e das potencialidades humanas. Desse modo, a rede assume a noção foucaultiana de dispositivo (FOUCAULT, 1994), e um dispositivo interacional (BRAGA, 2017; 2020).

O próprio Foucault (1994, p. 299) define a noção de dispositivo:

O que tento demarcar sob esse nome é, primeiramente, um conjunto resolutamente heterogêneo, comportando discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em suma: tanto o dito como o não dito, aí estão os elementos do dispositivo. O dispositivo, propriamente, é o sistema de relações que se pode estabelecer entre esses elementos. [...] O que quero enfatizar no dispositivo é justamente a natureza do vínculo que pode existir entre esses elementos heterogêneos. [...] entre esses elementos, discursivos ou não, há como que um jogo, mudanças de posição, modificação de funções, que podem ser, elas também, muito diferentes.

Ora, se o dispositivo é um domínio de saberes ou de exercícios táticos do poder, marcados por um grau relacional e comunicativo, a rede e sua ação assumem essa perspectiva no bojo da mobilização social. A função do dispositivo é desencadear tentativas de transformação dos jogos do sistema, a partir de estratégias de socialidade do/no poder.

A tarefa conceitual e empírica de tratar o objeto das mobilizações sociais gera desconfiança e desafios dialógicos da teoria clássica e vigente da ação social em movimento. É possível fazer crer que essa suspeita advém da formatação disforme e de ensaio e erro do dispositivo no tecido social e nos jogos do poder (BRAGA, 2019).

O dispositivo como formulação de transformação social é imperfeito e, nesta condição, impermanente. Seu surgimento é a somatória de práticas, vivências e socialidades que se tornam instrumento interacional estratégico de ação, mas sem formalismos, o que faz dele uma sucessão de erros e acertos. Afinal, tudo é mutável, até as condições do social se alteram enquanto se formam.

Essa impermanência e caráter ensaístico do dispositivo acenam para s'óia própria constituição:

Dois aspectos são sublinhados na gênese do dispositivo: uma urgência; e uma função estratégica. O momento em que o dispositivo começa a se preparar socialmente é a constatação de um problema. Não uma questão ideal ou universal para o ser humano, atemporal – mas questão constatada em um momento histórico, concreta, singular, vivida e não apenas “pensada”. Uma urgência, justamente. A gênese do dispositivo se realiza como função estratégica – enfrentar o que se considera como urgência, buscar soluções e encaminhamentos pertinentes (BRAGA, 2019, p. 83).

Na mobilização social em rede, sua suspeita espontaneidade⁵¹ de origem decorre do caráter de dispositivo da ação em rede. O que o sustenta, antes de tudo, é uma urgência percebida no tecido social, experimentada e partilhada pelos sujeitos logo acionados. A partir desta formação, formula-se o objetivo estratégico para a elaboração do problema objeto da urgência. E é nesse processo que o dispositivo nasce como instrumental interacional tático e experimental de transformação.

A ação reticulada das mobilizações sociais é um dispositivo que interpela o dado social, a partir de urgências que se manifestam no imaginário mediado dos sujeitos. A urgência é definida a partir de elementos ou eventos que conclamem a consciência humana a romper as divisões que a diversidade frequentemente espelham no cotidiano. Definida, os objetivos estratégicos podem ser montados para que a insurgência adquira volume e se reproduza.

Por certo que os objetivos no seio de uma mobilização social são complexos e nada harmônicos, visto que é característica destes fenômenos seu afastamento de qualquer organização formal e/ou utilitarista da ação política e seu objeto. Assim, objetivos se chocam e se disputam, entre táticas e estratégias que, embora estejam sob um mesmo selo, concorrem entre si sob o influxo da rede.

Enquanto a ação em rede é um dispositivo interacional, a mobilização social em rede que participa desse processo é formada de arranjos. Arranjos são situações em formação, marcados pelas contingências do cotidiano e, portanto, em possibilidade contínua de alteração.

Importa na construção de uma teoria da ação em rede e da mobilização social em rede um enfoque sobre os arranjos: as tratativas, esquivas, deslizes, controvérsias, contradições, conflitos, retornos e potenciais sociopolíticos. A ação não deve ser aspirada como perfeita e pronta, mas como inacabada e irremediavelmente aberta. A mobilização social em rede, portanto, é composta de arranjos comunicacionais e disposicionais.

4.3 Performances e coreopolíticas híbridas

⁵¹A espontaneidade com que se caracterizam as mobilizações sociais em rede é vista com suspeita porque parece fazer crer não haver precedente para seu levante ou interesses escusos e de cooptação por trás. Aqui, não se ignoram as estratégias políticas e de manutenção do poder e da hegemonia, mas o dispositivo foucaultiano realiza-se independente deste prospecto, contando com a natureza da emergência do sujeito e a manufatura de um social insurgente.

[O dispositivo] é lugar de um duplo processo: de uma parte, processo de sobredeterminação funcional, pois cada efeito, positivo e negativo, desejado ou indesejado, entra em ressonância ou em contradição com os outros, e pede uma retomada, um reajuste, dos elementos heterogêneos que surgem aqui ou ali. De outra parte, processo de perpétuo preenchimento estratégico (FOUCAULT, 1994 p. 299).

Como destacado em Foucault (1994) e Braga (2017; 2020), a noção de dispositivo supõe arranjos. Antes que o efeito ativo do dispositivo se estabeleça e após a efetivação de sua interação, arranjos interacionais e comunicacionais são comuns e recorrentes. Isto é, no ato da mobilização e no desdobramento de seus efeitos, uma escalada de alterações marca a substância do dispositivo.

Enquanto ferramenta social, o dispositivo se efetiva em um *continuum* de reajustes, contradições, aduções e abduções, visto que a heterogeneidade do social - e, portanto, sua complexidade e diversidade - supõe um processo permanente de manutenção e construção. E é da natureza do dispositivo que a estratégia que dele emana seja reajustada continuamente.

Pois bem, este processo supõe uma negociata social intempestiva. A potência do dispositivo não reside em uma pretensa unidade ou organização objetiva, mas no ciclo ininterrupto e imperfeito de realocações e efeitos diversos, tanto positivos como negativos. O utilitarismo ou formalismo não são aderentes a esta noção. Portanto, o dispositivo interacional representado pela ação em rede é intrinsecamente impermanente.

Aparentemente fortuito, o estado de consolidação do dispositivo interacional se desencadeia na instabilidade e no caráter conflitivo que os choques de diversidade e agendas desenvolvem na ordem social. A unidade de agência e potência são oriundas justamente dos arranjos que colocam os fluxos sociais e interacionais em situação continuada de confronto e ajuste.

Essas práticas negociais não se dão sem certo grau de confronto e atrito, manifestos no seio de sua socialidade, bem como nos resultados ou efeitos do dispositivo. A mobilização em rede é uma manifestação volátil. Esta volatilidade decorre das formas como o movimento se origina, se instaura, se reproduz e cessa.

A volatilidade é lida frequentemente e apressadamente como uma fraqueza contextual das mobilizações sociais em rede. Todavia, esta leitura considera como

parâmetro conceitual a tradição dos movimentos sociais, sem as concessões das transformações ainda em curso neste caminho epistêmico (GOHN, 2011a; 2011b).

Há que se dirigir o olhar para a riqueza do dado social das mobilizações contemporâneas a partir de sua plástica caótica, porosa e contraventora - até mesmo epistemológica, como gesto de vigilância. É a bricolagem contextual, imagética, factual e sociopolítica o ensejo interpretativo que permite com que o olhar desvie de visões utilitaristas da ação social, sobretudo na contemporaneidade.

A partir desta consideração e retomando a noção de dispositivo atribuída à ação em rede, percebe-se que a mobilização social em rede é feita em si mesma com certo grau de dramaticidade sociopolítica. Essa dramaticidade não decorre apenas do espetáculo conceitual da ágora para uma pólis contemporânea, mas da própria pulsão humana no cotidiano em face de resisti-lo, disputá-lo e produzi-lo.

Este drama sociopolítico é constituído dos arrochos sociais experimentados e compartilhados pelos indivíduos em multiescalas, pelas resistências localizadas, pelas adversidades opressoras, pelos levantes de insurreição e pelo trânsito afetivo do medo para a raiva, e da indignação para a esperança.

Pode-se complementar que a ação em rede, o dispositivo e seus arranjos interacionais são retroalimentados pelo drama social, sentido, experimentado, vivido e integrativo ao cotidiano. A pujança do sujeito, e pode-se acrescentar aqui da ação em rede, é depositária da potência dramática da vida (MAFFESOLI, 1995). Nessa senda, o corpo é mais do que só político-cidadão, mas um espaço de expressão (HAESBAERT, 2020; LIMA, 2020).

Esta expressividade dramática do sujeito se dá na própria produção da vida e da realidade, bem como nas formas de ler e enfrentar o mundo:

O sonho e o pensamento estão estreitamente ligados, sobretudo nos momentos em que as sociedades sonham a si mesmas. É importante, pois, saber acompanhar esses sonhos, tanto mais que sua negação é, em geral, uma constante de todas as ditaduras. Estas não possuem mais a face brutal, que foi sua durante toda a modernidade. Elas tomam o aspecto aprazível e bastante asséptico da felicidade tarifada ao menor preço. A *ditadura* contemporânea não consiste mais no fato, salvo exceções notáveis, de indivíduos sanguinários e cruéis, ela é anônima, doce, dissimulada. Ela é, sobretudo, não-consciente do que é, ou do que faz, e se empenha em total boa fé, em promover o sacrossanto princípio da realidade utilitarista. E deste modo, extirpa de fato, a faculdade onírica. Nesse sentido, ela exprime senão uma constante da história humana: os poderes dormem em paz, enquanto ninguém pode mais, não sabe mais ou não mais ousa sonhar (MAFFESOLI, 1995, p. 11).

Maffesoli (1995) sustenta aqui que um arranjo ditatorial moderno impede que a sociedade sonhe-se a si mesma, isto é, deem curso aos seus projetos de vida, sem que sejam pensadas ou normatizadas pelos centros do poder. De um lado, o sujeito e sua faculdade onírica em risco, do outro os opositores como detentores do gozo do sono. Em cena, a disputa pelo que define a matéria do mundo enquanto se está desperto.

É possível apontar duas frentes da dramaticidade que emana dos dispositivos interacionais, e da ação em rede: a cenografia e a dramaturgia. A cenografia requer um conjunto de elementos espacializados e materializados, bem como de sujeitos e instituições, criando uma cena, um contexto de interação. A dramaturgia requer a qualidade e a envergadura da ação dramática, incorporada por sujeitos e instituições contracenando.

A ação aqui discutida é, então, uma performance. Performance que se articula entre cenografias e dramaturgias do real, do senso e do dissenso, do político e do que despolitiza, do precário e do que precariza. A performance é um exercício sensível e político de moldar o comportamento em ritos que interferem sobre a realidade constituída a partir de múltiplas táticas - estéticas e estratégicas.

A performance requer palcos, cenários, espectadores e visualidades para se processar enquanto efeito, ou seja, o exercício performático participa de um espetáculo da vida. Não deve-se, porém, crer que se trata de uma metáfora ou alegoria política, mas como substância e matéria da política (LEPECKI, 2012). Afinal, o político é uma disposição de justaposição e manipulação dos corpos e dos seus exercícios potenciais (HEWITT, 2005).

O espetáculo é a epifania da performance. O exercício dramático se compraz na manifestação expressiva, sensível e eloquente da visualidade do espetáculo. Debord (2007) define o espetáculo como a via para que o sujeito esteja no mundo contemporâneo. A experiência do espetáculo recorre a imagens e sentidos para promover injunções reais por meio de um simulacro dramático.

Em outras palavras, a crueza dos eventos sociopolíticos abriga implicitamente performances e espetáculos em sua realização. E, se o espetáculo contemporâneo costuma ser ferramenta do capitalismo e da hegemonia para falsificar imagens da experiência social para fins de controle (DEBORD, 2007), retomar a faculdade performática dos sujeitos é uma chave de leitura e de

navegação desse imbróglio estético de partilha sensível (RANCIÈRE, 2009a; 2012).

Há na produção do cotidiano e da política cotidiana um envelopamento fantasioso, uma ontologia do sensível antecedente à materialidade das decisões e agenciamentos. O imaginário é o campo de recolhimento dessas fantasias, e é nele que se dobram e cristalizam impressões e experiências tornadas movimentos concretos nos moinhos da mente e na pólis.

Para as mobilizações sociais em rede, a cidade (ou, no campo da fantasia e da utopia, a pólis) é o palco e a cenografia para que as performances em seus arranjos possam ser praticadas. A cidade como materialidade e *representamen* da existência, da produção da vida e do exercício do direito fornece os elementos sensíveis e lógicos necessários para que a performance apareça.

O espaço é o plano de contingenciamento da complexidade do acionamento dos sujeitos, do cultivo de sua fantasia político-existencial, da formação de suas redes e do detonamento de sua ação. Seus objetos, fixos e rugosidades demonstram de modo plástico a paisagem do poder, desenhando nos fluxos e em suas funções a cenografia da qual o desejo e o anelo da mobilização despontam quando mobilizados.

No chão do urbano contemporâneo, a fantasia que determina a espacialização da pólis é dupla: primeiro a pólis se representa como espaço de circulação de sujeitos supostamente livres, principalmente livres na sua capacidade de circular livremente. Ou seja, a pólis, o urbano da contemporaneidade, se apresenta como um palco para a representação de uma “automobilidade”, entendida como emblema privilegiado de subjetivação. Nesse palco, nesse chão supostamente liso, *flaneurs* e carros, os dois grandes automoventes de uma modernidade que se representa sempre enquanto estado em perpétua mobilidade, coproduzem juntos a imagem-emblema da suposta autonomia política e cinética do cidadão contemporâneo. Em segundo lugar, a pólis se representa fisicamente, topologicamente, enquanto um lugar supostamente neutro e, conseqüentemente, sempre aberto para a construção infundável de toda sorte de edificações que justamente determinam e orientam o urbano como nada mais do que o palco para a circulação dos emblemas do autônomo. Daqui surge a ligação fundamental entre movimento e arquitetura como os dois fatores fundamentais na construção e na autorrepresentação da pólis como fantasia político-cinética da contemporaneidade (LEPECKI, 2012, p. 47-48).

Não é possível compreender a cidade contemporânea ignorando sua paisagem. De modo igualmente assertivo, não é possível estudá-la sem considerar

suas *mindscares*⁵², isto é, as paisagens da mente, do eu e da abstração que se desprende das movências dos sujeitos. É nesse campo idílico que a fantasia político-cinética da performance acontece.

A mobilização social é comumente um processo inflamatório e devorador do ritmo e do fluxo do cotidiano. Ao se alastrarem pelas vias e espaços públicos, monopolizarem a atenção midiática e interferirem na opinião pública, a mobilização dá curso à práticas vorazes de manifestação de seu *ethos*, *pathos* e *logos*⁵³. Isto é, a voracidade da mobilização é sua dramaticidade.

A cenografia da performance na mobilização social em rede advém sobretudo das fisionomias, contraturas e rugosidades do espaço, ao mesmo tempo módulo de reação e veículo de ação. Esta materialidade sensível de que dispõe a cenografia no espaço da cidade têm por denominador a paisagem.

A paisagem designa o conjunto de objetos, fixos e fluxos que constroem a experiência visível e sensível da cidade (SOUZA, 2013). Na paisagem se articulam aspectos materiais e imateriais dispostos a construir uma cenografia capaz de abarcar a potência e a complexidade de ações detonadas no e pelo espaço urbano.

A categoria paisagem é um documento que abriga heranças sócio-históricas de um espaço, narrando sua história e seu ponto de inflexão no presente (ROLNIK, 2019). Todavia, sua construção também é um sinal eloquente das fulguras da vida e da produção do cotidiano, no qual as operações do capital, da política e das ideologias também se coadunam, uma vez que são intrínsecas à vida na cidade.

Trata-se de uma espacialidade que alcança o olhar, os afetos e a produção das subjetividades e coletividades. Na paisagem urbana tem-se o constructo visual, formulaico e formal das feições espaciais, conquanto desdobra-se seu conteúdo visceral e dinâmica, acusando a cidade como essência viva, a partir de seus atores, produtores e dominadores (SANTOS, 2014a; SOUZA, 2013).

Na paisagem urbana deflagram-se processos que configuram os espaços da cidade, mas também das subjetividades (TEIXEIRA, 2018). Enquanto poética da cidade, a paisagem urbana também é uma paisagem do eu. Usos, ocupações,

⁵²Do inglês, o termo significa "paisagens interiores" ou "paisagens da mente", em complemento à categoria paisagem, eminentemente material, mas não presa à materialidade.

⁵³Da retórica aristotélica em a formulação do discurso, da eloquência e da persuasão designam as instâncias *ethos* (orador) está ligada à credibilidade do falante, *pathos* (audiência) à empatia do ouvinte e *logos* (discurso) à natureza do argumento. Consultar Aristóteles (2015).

circulações, permanências e práticas ativam a cidade e a constituição de seus sujeitos no/do/pelo espaço. Enquanto o sujeito produz o espaço, o espaço co-produz os sujeitos.

É deste constructo que emerge a cenografia dinâmica para a operação da performance mobilizada. A paisagem conta histórias e presentifica a política dos fatos pelos valores urbanos. Dela falam as fisionomias, se ouve os ruídos, se vê as imagens (e simbologias) e sente os ritmos temporais.

Esta cenografia permite as condições para que os sujeitos nela se movam e realizem sua performance. Ainda assim, como a paisagem não é muda, uma narrativa-mito se forma a partir dela, e tal narrativa é consumida pelo sujeito mobilizado em sua performance.

As fantasias políticas e as paisagens interiores se misturam no espaço cenográfico da cidade pelo adensamento de camadas sócio-históricas, econômicas e culturais, juntando-se ainda à forma mítica da cidade como mito perdido, criando um arranjo disposicional particular na performance: o espaço se torna um com um sujeito.

Assim como Ingold (2011), acredita-se aqui que a cenografia espacial na performance não é um produto ou um diagrama conceitual acabado, é um saber em produção, um conhecimento ambulatório. Isto é, o sujeito enquanto vive e se mobiliza transforma antes mesmo do efeito do objeto de sua estratégia adquirir completo sentido ou pleito.

Para que este processo vivifique a performance mobilizada para que esta seja um registro sociopolítico patente, é necessário observar o gestual, a simbologia e a palavra, ou seja, seu caráter dramaturgico.

A dramaturgia na performance é uma evidência do sujeito mobilizado por meio da publicização de seu corpo. "Esta revelação pública do corpo faz pensar sobre a articulação essencial entre corpo e espaços urbanos para compreender as suas novas ocupações, seus movimentos sociais e políticos, suas circulações e apropriações pelas cidades" (NASCIMENTO, 2016, p. 2).

Quando eclode uma mobilização, sua performance foge às normas e à liturgia político-espacial legitimadora. Assim, o policiamento sistemático do olhar, do discurso, da mediatização e do próprio poder coercitivo se tornam zonas de embate. O exercício livre da corporeidade mobilizada é subversão, na medida em

que questiona a celebração hegemônica da liberdade de ir, vir e confessar do sujeito.

Caminhadas, passeatas, gritos, cantos, cartazes e ocupações designam corpografias sensíveis, marcadas por visualidades da performance, mas que demarcam um movimento cinético do conteúdo político. A mobilização como performance desenvolve no espaço material e abstrato uma desenvoltura dramática, uma coreografia política: a coreopolítica.

Lepecki (2012, p. 56) fornece o entendimento:

O aparecimento do sujeito político: efeito e causa de um novo entendimento de coreografia. Ou seja, coreografia se torna coreopolítica quando mobiliza ou auxilia uma tomada de ação nos vazios sempre presentes (mas recalçados, denegados, camuflados) na trama de circulação do urbano. Coreopolítica é a revelação teórica e prática do espaço consensual e liso de circulação como máxima fantasia policial, pois não há chão sem acidentes, rachaduras, cicatrizes de historicidade. É na rachadura e no seu vazio plenamente potente, é no acidente que todo chão sempre já é, que o sujeito político surge porque nele escolhe o tropeço, e, no desejar do tropeço, ele vê o delírio policial da circulação cega e sem fim ser sabotado.

A performance mobilizada é permeada de uma coreopolítica. A desenvoltura corporal que abraça sentidos, conteúdos e estratégias é uma competência sociopolítica. Competência na medida em que nas ruas - ou nas vias comunicacionais *on-line* - rastreiam sociabilidades, promovem bricolagens entre subjetividade e coletividade e exploram as frestas do espaço político fraturado.

Não há eficiência mobilizadora sem performance. Os sentidos dramáticos precisam estar em consonância com os sentidos políticos e estratégicos para fazer com que a realização aconteça. Isto ainda porque a performance é um exercício coordenado e ambulante de contenção e exploração do conteúdo sociopolítico, vasto, conflitivo e desafiador.

É impotente pensar a ação social, sobretudo aquela em rede da qual se debruça aqui, sem entender na performance um exercício da possibilidade. Ao performar, o sujeito vale-se dos objetivos de luta vestindo-os como uma indumentária que o coloca em plano mental de pensar realidades alternativas, sem as quais a condenação do assujeitamento é premente.

A coreografia é uma prática cotidiana. Os exercícios corriqueiros, as rotinas, o trabalho, a educação, o lazer, o consumo e o ir e vir são coreográficos na medida em que delineiam exercícios de produção da vida no espaço, revelando

movimentos cinéticos que incorporam sentidos à matriz acinzentada do que é ordinário.

Logo, a coreopolítica é extensão dos exercícios de produção da vida aditivadas pelo acionamento dos sujeitos que se encontram consigo mesmos nesses trâmites, fazendo valer sua existência por meio de estratégias corporais e sensíveis no espetáculo do real. Seja este espetáculo produzido pelos centros de poder ou como amostras de resistência e projeto, a performance é o sujeito em mobilidade.

De volta ao que adjetiva as mobilizações sociais em questão, *em rede*. Discutiu-se que esta *rede* designa o modelo de organização, mas designa também o curvatura de sua ação em que a massa age em um sistema suspenso de singularidade, para a coletividade. A rede é ainda o lócus da operação do digital. É este aspecto que adensa a performance e a coreopolítica.

A virtualidade supõe a deglutição e aglutinação de tudo e todos no vórtex dos dados e da utopia da interconexão global (LÉVY, 2000; 2011). A mobilização como um acontecer multitudinário não escapa a esse processo. Insurgir-se é uma ação dupla, dicotomizada nos paralelos do *on-line* e do *off-line*, refletidos, não contrapostos.

É seguro afirmar que os objetos da mobilização não têm por cerne a comunicação digital, afinal são os conflitos e contradições sociais que o representam. Mas há uma parcela fundamental das tramas do *on-line* que caracterizam o *zoon politikon* como um *homo digitalis*⁵⁴.

Há o perigo conceitual de interpretar as redes como as fruições digitais como um império da técnica, relegando-a a um ferramental estratégico isolado. Como debate-se anteriormente, de toda forma o objeto age, sendo um sujeito não-humano, e híbrido quando se une ao humano.

Coordenação, articulação, comunicação, observação, registro e disputa são campos dos quais as tecnologia do digital frequentemente⁵⁵ assumem na ação mobilizadora. Entretanto, as operações *on-line* são instâncias acopladas ao *off-line*. Seu caráter desmaterializante fornece um contrassenso ao ideário da massa na mobilização social.

⁵⁴Do sujeito como animal social e político ao acréscimo como "sujeito digital", ou "sujeito do digital".

⁵⁵Os jornais empregados neste estudo tratam as tecnologias digitais como ferramentas e não como instâncias de agência e potência.

A virtualização é a desmaterialização da realidade para um campo de influxo informacional prevalecente. Com a desfragmentação do real, indivíduos têm acesso a um influxo de informação autônomo e que fornece as bases utópicas para uma construção coletiva da sociedade, por meio de uma inteligência coletiva (LÉVY, 1998; 2000).

Seriam também performance e coreopolítica híbridas? Ao considerar a agência dos objetos e suas mediações, a mobilização passa a ocorrer em esferas distintas e comutativas do real: a *off-line*, nas ruas, e a *on-line*, no ciberespaço pelas ruas. As esferas de ação não disputam o objeto, mas operam de modo distinto em sua matriz interacional e indistinto em sua natureza sociopolítica.

A ubiquidade, pervasividade e senciência das tecnologias do digital (LEMOS, 2002) passam de características da comunicação em rede para arranjos posicionais e interacionais da mobilização social. Isto duplica o alcance da performance e da coreopolítica, criando modelos corpóreos virtualizados para sua operação.

Reitera-se que a peculiaridade das mobilizações sociais em rede está longe de residir na violação do cânone clássico da ação social, mas em elucubrações como esta. Abre-se na prática mobilizada uma experiência que duplica a acepção da realidade, criando universos paralelos e integrados de ação.

Quando se vive e move no *off-line*, atua-se também no *on-line*. Realiza-se uma dobra existencial, de modo que o sujeito e sua ação se concretizem em performance e coreografia em duas dimensões. Dimensões com códigos e estruturas próprias, mas imbricadas pela movência dos sujeitos humanos e não-humanos.

O espetáculo e a fantasia político-cinética da meta-realidade da ação social é também híbrido. Como dispositivo, a rede concatena essas funções e objetos cujos efeitos e usos ainda não são totalmente conhecidos historicamente. É preciso ver e rever o espetáculo, para de suas performances e coreografias, interpretar o que há de novo, incisivo e instigante em seus movimentos.

CAPÍTULO 5

IDENTIDADES FLUTUANTES, TERRITORIALIDADES EPISÓDICAS E TEMPOS DISSOLVIDOS

Mobilizar-se é deslocar individualidade, afeto, corpo, consciência e imaginação sobre o espaço. Este espaço se acende materialmente e se potencializa para além de contornos imagináveis, espacializando a criatividade humana que idealiza localidades das quais o desejo e a vontade possam habitar harmonicamente. A luta é o curso necessário para que o beneplácito da realização do *zoon politikon* aconteça.

A insurgência é um processo que, nascendo em torrente a partir do levante intra e intersubjetivo do sujeito, só se processa nas aderências do espaço. É a espacialidade o substrato, percurso e o aporte dos sentidos da luta. A epistemologia do espaço aponta para uma categoria material e imaterial participante dos processos humanos, mas sobretudo que fala, discorre e é verbo.

A condição material dos espaços fornece as tessituras para que a imaginação criadora dos sujeitos dê vazão às realidades reimaginadas de sua condição, e que são metas da tensão instalada com a mobilização. Mobilizar-se, logo, é um exercício eminentemente espacial. Mobiliza-se no espaço, do espaço, pelo espaço e por um Espaço.

Em contrapartida, arranjos e tratativas sociopolíticas aditivam o espaço na medida em que atores sintagmáticos, como discorre Rafestin (1993), exercem sobre ele programas e agendas. Este processo de apropriação concreta ou abstrata do espaço é o que caracteriza um território. O território é a arena do poder, e como tal, esteio para as operações sociopolíticas, como as mobilizações sociais.

O território é mais do que um depositário de um sistema político-jurídico, mas um espaço de forças, do qual circulam fluxos, energias produtivas, informações, identidades e toda sorte de relações espaciais - logo territoriais. O território é a prisão que os indivíduos construíram para si mesmos, na medida em que o espaço é a prisão original (RAFESTIN, 1993)⁵⁶.

⁵⁶Nesse sentido, as dinâmicas socioespaciais implicam em uma sucessão continuada de práticas, táticas e arranjos de aprisionamentos, libertações e emancipações, como discorre o próprio Rafestin (1993) e Marcelo Lopes de Souza (2006) em *A prisão e a ágora*.

5.1 Da multidão mobilizada às identidades flutuantes

A mobilização supõe a multidão, o coletivo, a massa, o volume, o contingente humano em trânsito, em fluxo, em passe. A manifestação popular é categoricamente um fenômeno da coletividade. Suas táticas e performances são produtos de linguagens aglutinadas de sujeitos que se combinam em direções perpendiculares diante de um objeto, um objetivo e um opositor.

Há no caráter multitudinário, porém, um ranço lascivo. A princípio por sua característica modal de perturbar as linhas da ordem, causando ruptura e subversão. Mas a multidão ainda é suspeita por ser um corpo uno e convalescente. Isto é, ao passo em que agrega a diferença, ao mesmo tempo a suplanta e massifica.

Ortega y Gasset (2019) pondera que as matrizes do conhecimento da multidão se reduzem ao quantitativo e ao visual. Multidão, povo ou massa sempre foram perspectivas terminológicas para a concretude conceitual de sociedade: dividido entre massa e minoria⁵⁷. A minoria designaria pequenos grupos de indivíduos qualificados, e a massa o contingente de indivíduos não qualificados.

Adorno (2005) elaborava que a massa estava subjugada à produção capitalista, sobretudo no campo de força da indústria cultural, localizando-a em uma cultura não autêntica e subserviente, a cultura de massa. A homogeneização e a estetização eram marcadores característicos de coerção, despolitização e programação dos indivíduos.

Martín-Barbero (2001), por outro lado, entende que do povo-mito às massas, as multidões passaram de uma ameaça de barbárie externa ao ideal de sociedade construído por atores hegemônicos à uma ameaça interna, que podem corroer a tradição e o tecido social ordeiro.

A busca pelo enquadramento conceitual de sociedade e povo é historicamente uma tentativa hegemônica de exercício de poder. Definir sociedade é erigir um ordenamento e um conjunto de práticas à obediência. Definir povo é

⁵⁷Em Ortega y Gasset (2019), minoria é um termo para indicar grupos privilegiados, menores, apartados do homem médio, do qual o conceito de massa se refere. E massa não está associada aqui à massa operária, mas tão somente a uma categorização hierárquica inferior entre indivíduos.

homogeneizar a diversidade que poderia ser volátil às agendas em curso (ORTEGA Y GASSET, 2019; MARTÍN-BARBERO, 2001)

Ocorre que a massa, a multidão e a coletividade são intrínsecos à mobilização social. O quantitativo é plástico, mas o qualitativo que na multidão mobilizada revela sua condição política: a diferença e a unidade como elementos de negociação, coalizão e sociabilidade.

Desse modo, Hardt e Negri (2005, p. 12) discorrem que:

O povo é uno. A multidão, em contrapartida, é múltipla. A multidão é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única – diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos. A multidão é uma multiplicidade de todas essas diferenças singulares.

Enquanto a massa pressupõe homogeneidade não qualificada, indiferente e alheia, a multidão supõe diferença e instabilidade na produção desta diferença. A diferença qualifica o coletivo, na medida em que sua essência é ativada por múltiplas histórias, repertórios, objetivos e sentidos. O multitudinário é um circuito do constante conflito de diferenciação, assujeitado por negociações constantes de unidade.

Massa ou povo são acepções estanques, unificadoras, estabilizantes e planificadas. A multidão é uma corporificação da diferença, mas que não se mantém unificada, é um produto de operações singulares em que relações, afetos, ações e ideais produzem as formas da unidade para uma existência em diversidade.

Sob o testemunho das mobilizações sociais das últimas décadas, uma de suas características controversas é a aglutinação de grupos, ideários, classes e práticas. Este uníssono improvável só é possível por uma recusa contemporânea da identidade legitimadora praticada há longas durações e ainda celebrada pela sociedade globalizada. O global pavimentou um caminho para que a diferença fosse percebida como corporeidade biopolítica potente.

A multidão aqui em debate não é romântica. Não participa das definições benfazejas de um conjunto populoso vitorioso. Ou de uma mitomania da participação. O corpo multitudinário, ao contrário, é uma operação convalescente e autofágica. Sua potência é originária dos sujeitos, e sua unidade é alcançada no

exercício sociopolítico de ampliação da consciência do tempo e da leitura do espaço.

Esta multidão é imanente, potente e integradora (HARDT; NEGRI, 2005). A imanência vem do afluxo de subjetividades e de singularidades que agem em comum, a despeito da diferença. A potência vem da fuga da atomização da massa, isto é, não se tira a capacidade de autonomia e independência. E a integração advém do potencial de abarcar distintas matrizes, grupos e classes sem que estes sejam negados na primeira instância.

Fica compreensível, deste modo, a plasticidade quantitativa e qualitativa na reprodução de mobilizações sociais em rede. A sociabilidade aderente da diferença em movimento - sob o aporte da rede - e a articulação desta unidade temporária de ação desafiam a compreensão. Não se trata apenas da essência do diferente, mas de um devir diferente nascido na multidão mobilizada (HARDT; NEGRI, 2005).

Em Junho de 2013, como em outros exemplares de mobilizações, esta constituição multitudinária tem na rede seu elemento balizador. Todavia, a rede é a linguagem da ação, seu código mestre. O que opera a continuidade da mobilização enquanto corpo biopolítico é a identidade. Ou melhor, as identidades. E ainda, a economia das identidades.

Se a multidão é uma articulação entre singularidades que agem em comum, o caráter identitário, que busca reconhecimento, seria uma contradição ou um fator detrator da força multitudinária, já que tornaria porosa sua ação. Entretanto, a baliza das redes ao compor o sujeito híbrido, não oblitera sua identidade, mas as dispõe como elementos dos próprios nós da rede e catalisadores da ação.

Por identidade, entende-se com Castells (2018, p. 22-23):

[...] o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. [...] Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. A construção da identidade vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado

em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço.

Castells (2019) elucida o poder das identidades como vínculos produtivos da realidade e dos indivíduos no contexto dos conflitos globalizados, em face à sociedade em rede. Antes de se esganiçar no debate do identitarismo, a categoria identidade é tida aqui como um elemento humano indissociável para sua navegação sociopolítica e, portanto, acionada no ato de se mobilizar.

O conceito não se afigura a uma embalagem de subjetividade, mas é uma construção impermanente que evoca imagens, repertórios, acontecimentos e experiências subjetivas e interacionais dos sujeitos. Há na identidade, conteúdos sócio-históricos, geográficos, políticos e culturais em edição e reedição contínuas.

Desse modo, quando a multidão mobilizada se forma, estas singularidades, isto é, as identidades dos sujeitos, portam e ativam significados diversificados de produção da vida, do cotidiano e da própria condição humana. A identidade é uma das tramas do devir. E como tal, são componentes da ação humana.

A multidão é uma potência humana. Carrega em sua formação corpos, rostos, vozes, afetos e relações dos indivíduos que, na singularidade em comum, se interpolam em uma unidade - na diversidade. É esta celebração da singularidade na multidão, fecundada pelas identidades como oásis de significados, que potencializa a envergadura e a pujança de uma mobilização social.

O caráter insurgente e solidário das mobilizações se liga, em última instância, à categoria identidade. Identidades que, emergentes dos sujeitos, são acionadas na medida em que determinados contextos sociopolíticos ameaçam seu exercício. Tecidas como interação de significados, as identidades produzem aderência para um exercício sociopolítico coletivo e comunitário (HALL, 2006).

Nessa trama de identidades, emergem significados que constituem a extensão da existência dos sujeitos e, concomitantemente, projetos de vida. Tais projetos são organizados na produção material e imaterial da vida em seus espaços e contextos. Contudo, inconsistências da realidade põem em xeque tais projetos e as identidades neles imbricadas que se tornam resistentes (CASTELLS, 2019).

A identidade é uma potência de vida. Nela estão circunscritos sentidos e materialidades que compõem a regularidade do cotidiano e orientam o devir dos indivíduos, denotando sua existência e sua ação. Em seu tônus estão as biografias

individuais que se combinam aos pares e encontram aderência em comunidades e populações que partilham seus comuns.

O caráter identitário não é permanente ou estanque, como pode parecer, uma vez que marca a existência e experiência dos indivíduos, mas é uma celebração móvel, como argumentou Hall (2006). Combinações e recombinações dialogadas com o espaço e o tempo produzem as identidades como tessituras vivas, modulares e móveis. Essa mobilidade afugenta a noção de fragmentação e acena para o *modus operandi* social.

A sociedade não é [...] um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade, produzindo-se através de mudanças revolucionárias a partir de si mesma, como o desenvolvimento de uma flor a partir de seu bulbo. Ela está constantemente sendo "descentrada" ou deslocada por forças para fora de si mesma. As sociedades da modernidade tardia [...] são caracterizadas pela diferença; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes posições de sujeito - isto é, identidades - para os indivíduos. Se tais sociedades não se desintegram totalmente, não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. Mas essa articulação é sempre parcial: a estrutura da identidade permanece aberta (HALL, 2006, p. 17).

Na multidão mobilizada, é o caráter identitário confessado por seus interlocutores que mantém sua aderência, mesmo em contextos onde a pluralidade manifesta se contradiz e se hostiliza em sua própria estrutura. A articulação da diferença no acontecimento sociopolítico da mobilização se constrói a partir da própria condição de singularidade, encontrando coesão na partilha de elementos comuns da realidade que ameaçam suas expressões, mesmo que em níveis diferentes.

A identidade como processo de construção móvel de sentidos é também um discurso. Isto é, uma textualidade existencial, um documento humano que se sustenta esteticamente livre exercício de si. Um discurso é um todo articulado, somando sentidos vivenciais na prática do cotidiano e nos moinhos da mente. A identidade portanto é uma composição articulada e negociada da diferença.

Tal qual o discurso, a identidade possui tramas e tessituras que criam uma eloquência dos sentidos funcionais de modo interno, mas vivificados quando externalizados. A feitura e as feições das identidades se processam pelos

ligamentos dos sentidos para com a realidade contextual, de modo a promover a alocação dos indivíduos a um plano confessional de pertencimento.

Quando o discurso, ou melhor, as identidades não se sustentam e são afrouxadas por contextos de contestação ou ameaça aos seus sentidos construídos, ocorre uma desestruturação ou fissura: o deslocamento. Este deslocamento perturba a harmonia identitária e a põe sob uma vigília a buscar na perturbação outros sentidos capazes de devolver o que foi perdido.

Já que a identidade é uma construção, como destacou Castells (2019), sua estrutura é corrente e continuada de elementos identificatórios que se acoplam e se movem. Ao sinal de perturbação ou de ameaça a estes sentidos, não há perda, mas deslocamento (HALL, 2006). O deslocamento implica em um regime - imposto estruturalmente - temporário e compulsório de busca pelo sentido perturbado (LACLAU, 2003).

No acontecer de uma mobilização social, esquemas estruturais afetam as posições dos indivíduos e lhes fere os sentidos, perturbando sua harmonia vivencial confessa nos modos de fazer e sentir o cotidiano. Sob o efeito da ruptura ou da violência de sentido, o indivíduo vai buscar suturar este equilíbrio. Nesse processo, descobre outros indivíduos que partilham da mesma realidade e faz apostas de identificação, como estratégias identitárias que o completarão provisoriamente até que os sentidos se aquietem ou se restaurem a uma unidade desejável.

O acionamento identitário e a flexão das identidades de projeto em identidades de resistência é uma prerrogativa das lutas mobilizadas que as acionam. Em junho de 2013 e nos eventos que possuem características similares, as identidades se mobilizam em dinâmicas reticuladas particulares e, tal qual a forma dos atos, se desenvolvem em torrentes de expressão e deslocamentos.

Tal característica, que deriva das redes e da estética específica das mobilizações, faz com que o acionamento das identidades se dê de forma ágil e volumosa sem que contiguidades espaçotemporais tradicionais ou modos tradicionais de comunicação sejam envolvidas. O deslocamento é operado de maneira escalar, agrupando o maior número de identificações possíveis, tornando a restauração do sentido um espetáculo performático mobilizado.

Nas Jornadas de Junho, assistiu-se à pauta da mobilidade urbana gratuita e de qualidade tornar-se um índice identitário e um ícone de deslocamento. O testemunho dos atos localizados do MPL em São Paulo e a repercussão inicial

ambientados midiaticamente consistiram no acionamento transversal de múltiplas identidades que, já vilipendiadas, se viram em pleno deslocamento pelo espetáculo corpográfico e coreopolítico daquele instante.

Por contágio, o deslocamento latente torna-se patente, buscando em um evento contextual e pontual, novas identificações para as suturas aparentes. A ambiência midiática ao espetacularizar de modo negativo a manifestação com a adjetivação desordeira e a baixa responsividade governamental tornaram o deslocamento um fenômeno viral e multiescalar.

A viralidade advém de uma ferida cívica bastante aparente: o tratamento coercitivo dos manifestantes e o cerceamento do direito à livre manifestação, acompanhados pela abordagem policial, cobertura jornalística e morosidade comunicativa do Estado. Esta ferida cívica da liberdade constituiu então a centelha para que o escopo dos atos se ampliasse, bem como sua envergadura.

Ora, a via do deslocamento das identidades é a busca de novos sentidos de identificação que restaurem sua acuidade original. A luta é a prática que aciona simultaneamente sujeito e identidades em uma senda objetiva. Enquanto a luta se realiza diante de um objeto e um opositor, fornece aos sujeitos em descolamento novas parcelas de identificação em um movimento convergente.

Está claro em Castells (2019), Hall (2006) e Laclau (2003) que a identidade é regida pela diferença e pela mobilidade, assim como em Hardt e Negri (2005) de que o caráter multitudinário se estabelece nas singularidades autônomas em um movimento comum. Contudo, em uma mobilização social em rede, sobretudo por sua rejeição aos cânones dos movimentos sociais, como se firma a ideia de movimento?

Chama-se atenção aqui para a produção de uma modalidade peculiar de identidades em deslocamento - características das mobilizações sociais em rede - , denominadas aqui de **identidades flutuantes**. O deslocamento em Laclau (2003) é modular. Os indivíduos avançam acoplando novos sentidos para que foi antes perturbado, como um novo projeto identitário, de vida.

Na natureza das mobilizações sociais em rede, o deslocamento se dá por arranjos interacionais balizados pela dinâmica das redes, respaldando a busca dos indivíduos por novas peças de sentido originais às suas realidades particulares e específicas, mas criando uma identidade do comum. Este comum é construído

pelos sentidos de insurgência e se instrumentaliza criando uma identidade aglutinadora, responsiva à mobilização.

Esta identidade aglutinadora dos indivíduos em deslocamento abarca as expressões da diferença da multidão em luta, mas flutua como uma identificação à deriva, cuja existência está atrelada ao anelo insurgente. Sua corporeidade é a multidão e os sentidos construídos nela, dela, por ela e para ela. Sua duração é o instante mobilizador, portanto flutua, não apaga ou suplanta, mas plana sobre o exercício sociopolítico.

Identities flutuantes não designam o anulamento ou arrefecimento das múltiplas expressões identitárias presentes no tecido social, ou mesmo uma sobreposição ou metabolização, mas a congregação dos diferentes exercícios, projetos e narrativas em uma frente mobilizada integrada. As identidades em variedade flutuam em torno da luta e, solidariamente, penetram os espaços fazendo verter sua ação.

A flutuação é uma dinâmica perecível desta modalidade identitária. É cadente nos tempos dos atos para reforçar seu vínculo, detonar sua ação e manifestar sua mensagem. Mas se desfaz quando o movimento cessa, retornando seus sentidos aos campos discursivos residuais do imaginário popular, da cobertura midiática e das tratativas político-governamentais.

Para que as identidades flutuantes e a insurgência se desenvolvam na corporeidade da mobilização, as práticas e processos comunicacionais são parte fundamental. Naturalmente, as redes são caracterizadas pela fluidez relacional e pelos sistemas próprios de formação e comunicação entre seus nós e arcos, porém as redes *on-line* oferecem novas perspectivas.

O caráter expansivo e a envergadura das mobilizações dessa natureza - que, originalmente, padeceriam de coesão pela heterogeneidade, horizontalidade e ausência de formalismo - ganha expressão pelo usufruto das conexões, dispositivos e espaços *on-line*. Organização, discussão, acesso e difusão de informações são algumas das finalidades potencializadas.

As distâncias e diferenças espaciais como temporais são minimizadas ou transformadas a partir da disjunção espaçotemporal permitida pela internet e suas redes (THOMPSON, 2004). O engajamento e o senso comunitário são reforçados por essas características que acentuam a sociabilidade e permitem alcance aos sujeitos por meio de pontos nodais.

Pelo caráter democratizado e de livre acesso dos usuários em redes *on-line*, as práticas e processos de comunicação se tornam alternativas - destarte as características já discutidas das mobilizações - e autônomas. As redes ganham, assim, acuidade para processarem sua indignação - pela insurgência e resistência - e sua esperança - na luta e pelos projetos de vida (CASTELLS, 2019; 2013).

As identidades são também partilhas espaciais, marcadas por campos políticos. Afinal, as origens vivenciais e de produção do espaço se comprazem nas tessituras espaciais e seu conteúdo sócio-histórico. Consequentemente, as configurações e propriedades territoriais desempenham um papel fundamental na dinâmica da mobilização. As identidades flutuantes requerem, para sua constituição, relações territoriais particulares.

5.2 Das territorialidades insurgentes às territorialidades episódicas

[...] a coreografia teria que se tornar uma metatopografia. Lendo e ao mesmo tempo reescrevendo o chão, reinscrevendo-se no chão, por via do chão, numa nova ética do lugar, um novo pisar que não recalque e terraplane o terreno, mas que deixe o chão galgar o corpo, determinar os seus gestos, reorientando assim todo o movimento, reinventando toda uma nova coreografia social, a topocoreopolítica. Só assim pode uma cidade, o palco de vida para a maioria da humanidade neste momento em que o ser humano é, pela primeira vez na sua história e majoritariamente, um ser urbano, só assim pode uma cidade deixar de ser essa amálgama de construções e leis criadas com o objetivo de se controlarem cada vez mais totalmente os espaços de circulação (de corpos, desejos, ideais, afetos); só assim pode uma cidade se tornar uma coreografia de atualização de potências políticas (LEPECKI, 2012, p. 49).

Entender as identidades como discursos em profusão e diálogo continuado nas estruturas das textualidades da vida, faz pensar também sobre o lócus de seu acionamento, o substrato de sua manifestação e ainda o espaço de sua localização. Para que se construam, se expressem e movam, as identidades possuem um esteio espacial.

Construído a partir dos modos de fazer a vida e o cotidiano, o caráter identitário participa do trânsito de impermanências, discontinuidades e deslocamentos que produzem incessantemente novos sentidos para indivíduos, grupos e a dinâmica social. Esta atividade é sediada no espaço e este, guardando suas rugosidades e conteúdo sócio-histórico, está sujeito a confluências de poder.

É, portanto, no território que as identidades são celebradas. É no espaço habitado que os sentidos de si, do outro e da realidade se tornam cognoscíveis em forma de experiências (ROUX, 2004). Estas experiências são, naturalmente, materiais, mas não se estabelecem sem um eixo conceitual e intuitivo. Desse modo, as identidades são veículos de navegação territorial, sem o qual o sistema territorial não teria sentido e operação.

Retomando a leitura coreográfica de Lepecki (2012) sobre a experiência socioespacial dos sujeitos e sua ação política como o exercício coreopolítico, entende-se que não há performance coreográfica sem cenografia, sem palco. O esteio espacial com suas ranhuras, incongruências e metamorfoses fornece este sentido dramático à experiência humana.

As identidades em sua expressão, manutenção e progressão são coreográficas e coreopolíticas. Os gestuais, movimentos, iconografias e culturas manifestadas das/pelas identidades são movimentos coreopolíticos que repelem a sentença moderna de unificação e as estratégias hegemônicas de controle e coerção. E este passo de dança social é topográfico, ou topocoreográfico, e portanto, territorial.

O território é uma arena; onde se projetam informações e esforços sob relações de poder (RAFESTIN, 1993); em que processos de delimitação, apropriação e produção cultural, política e econômica ocorrem (HAESBAERT, 2004); em que negociações de controle e autonomia são operadas espacialmente (SOUZA, 2013); e se desdobra como uma construção coletiva multidimensional (SAQUET, 2009a).

Para além das delimitações jurídicas e fronteiriças, o território é uma propriedade espacial construída para reger e comportar a carga de sentidos produzidos ordinariamente pelos sujeitos, grupos e instituições. Assim, o território fala. Fala a partir das configurações e sistematizações de que é feito, das assimetrias de poder e do fragor relacional dos quais participam sujeitos em suas identidades e performances.

Como sistema, o território é uma tessitura visível da dinâmica espaço-temporal em progressão diante das relações sociais, culturais, naturais e políticas. O território é ainda um recôndito sensível dos sentidos e vínculos que os indivíduos constroem no espaço habitado, produzindo-se como sujeitos a partir de suas identidades e, mesmo no influxo diaspórico, dilui ou amplia limites.

Assim, quando o território fala, fala a partir dos sujeitos; fala a partir das identidades em produção e deslocamento; fala a partir do curso sócio-histórico dos campos de força e de múltiplas agendas que transformam o espaço habitado, produzido e vivido. É das relações territoriais portanto que vem a sonoridade necessária para que os sujeitos em luta vocalizem seu deslocamento.

Mobilizações sociais são esquemas demonstrativos das vocalizações territoriais e identitárias. As reivindicações nascem de organizações sistemáticas do conhecimento e da ação social, mas emanam dos circuitos vivenciais do território e seus sistemas. É da substância do território comportar e articular antagonismos e conflitos produtivos e produtores da realidade.

As pautas de uma mobilização se planificam a fim de tornarem-se compreensíveis estrategicamente no processo de insurgência. Antes de serem articulações discursivas, são prospectos vivenciais. Ao sustentar uma demanda, o manifestante fala do conteúdo sócio-histórico e relacional do território - espaço vivencial - em sua indumentária identitária - intra e intersubjetiva -, qualificando a vocalização.

É comum que no rol dos novíssimos movimentos sociais (GOHN, 2011b; 2014) e as aqui tipificadas mobilizações sociais em rede (GOHN, 2018) as pautas e demandas se misturem, mesmo que guardando discrepância entre si. Há na constituição reticular destas manifestações, como discutido anteriormente, um insumo aglutinador que produz bricolagens contextuais e conceituais de ação.

Esse quadro explica a situação de que nas ruas e nas redes digitais, os participantes de junho de 2013 empunhavam bandeiras distintas, programas cruzados e ideários contrastantes (SINGER, 2013; BARROS, 2014). Esta Babel da insurgência tem na heterodoxia seu marcador: é o trânsito da diferença que particiona o conflito e amplifica as vozes destinadas aos seus opositores - uma tática que emana da prerrogativa das redes.

A tônica insurgente é uma insatisfação tática e operacional que se processa a partir das opressões e vulnerabilidades que fundamentam a ação. É a indignação e no gestual do protesto que reside a sintaxe necessária para que múltiplas vozes supersônicas cumpram seu curso de nos/pelos territórios ecoar seus pleitos.

A colagem de demandas sem o capitaneamento de uma estrutura organizada tradicional, embora acenasse para caminhos múltiplos e pouco concentrados - o que poria em risco a força do movimento em longo prazo -, diz

mais respeito à mecânica constitutiva da mobilização, do que sobre agendas regulares. Na gênese da mobilização social em rede está a performance como pujança sociopolítica, como um discurso eloquente por sua seleção vocabular.

Em junho de 2013, a multidão convivia com uma nuvem de pedidos, gritos, cartazes, bandeiras e expressões. A imprensa noticiava a tônica atordoante do evento: "contra tudo e contra todos"⁵⁸. A imprecisão organizacional era suplantada pela multidão adensada e que vertiginosamente angariou adeptos solidários em multiescalas.

É possível categorizar as demandas e agrupá-las (quadro 2):

Quadro 2 - Demandas evocadas nas Jornadas de Junho e suas filiações

Demanda	Filiação
Educação básica de qualidade	Direitos sociais
Ensino superior de qualidade	
Transporte público de qualidade	
Transporte público gratuito	
Emprego e renda	
Sistema de saúde de qualidade	
Saneamento básico	
Segurança pública	
Transparência governamental	Direitos políticos
Combate à corrupção	
Destino do investimento público	
Liberdade de expressão	Direitos civis
Direito à livre manifestação	

⁵⁸Conforme manchete da Folha de S. Paulo em 18 de junho de 2013, na página A1.

Liberdade de imprensa	
Igualdade diante da lei	

Fonte: Catalogada a partir de Estadão (2013), Folha de S. Paulo (2013) e O Globo (2013).

O quadro 2 agrupa as demandas catalogadas a partir dos atos, coletadas por repetição e saturação entre as notícias catalogadas. Os direitos são pontos nodais de reconhecimento comum da parcela de participação dos indivíduos e de funcionamento das instituições democráticas. Aplicando-se uma categorização representativa, tem-se a subdivisão em tipologias de direitos sociais, políticos e civis.

Os direitos sociais detêm a maior parcela de reivindicações. As pautas sociais têm maior apelo pelos quadros de precariedade e por consistir em dores sociais mais evidentes e que atingem mais diretamente as camadas populares, com acuidade da cobertura midiática. São matérias de longa data e que se tornam agendas políticas nos pleitos eleitorais e nos programas de governo. Porém, como a construção do desenvolvimento evoca, são impasses insolúveis à primeira vista.

Direitos políticos e civis têm menor pregnância nos debates de cidadania e consciência de direitos, considerando o extrato brasileiro e latino-americano em geral (CARVALHO, 2000). Todavia, os quadros de corrupção e insatisfação política tomaram os noticiários e a opinião pública, bem como as liberdades garantidas pelos direitos civis. Não só as pautas de arrocho social representam ameaças à vida em sociedade, mas pautas como corrupção, (falta de) transparência pública e liberdade de imprensa passam a ser percebidas.

Essas demandas indexadas em direitos reclamam projetos. As vozes não indicam apenas insatisfações isoladas, mas na acústica de um movimento multiescalar, adquiriu uma consciência territorial difusa, capaz de produzir uma narrativa de disputa ao discurso de governança, política e economia. E não se tratam de meros projetos.

Os projetos de país estão comumente atrelados aos representantes políticos, estes responsáveis pela realização de medidas, projetos, leis e ações que garantam ou gerem desenvolvimento em instâncias municipais, estaduais e nacionais. Isto é, a representação vista como delegação do curso de

desenvolvimento e enfraquecimento da cidadania é uma tônica comum dessa discussão.

No entanto, nas redes e na multiescala das Jornadas de Junho de 2013, os projetos de país eram disputados. A princípio, por força da insatisfação popular pelos representantes e pelo quadro político geral, sem força de diálogo com a manifestação (SANTOS; CUNHA, 2019). Mas, por outro lado, projetos de país passaram a representar a conjuntura de projetos de vida, ameaçados conforme a aquiescência das pautas.

A insatisfação política e os projetos de vida em jogo nos projetos de país convivem com a tibieza sociopolítica e cidadã do brasileiro (CARVALHO, 2000). Esse quadro peculiar e sugestivo pela contradição parece indicar que há uma nova mecânica de compreensão popular sobre o objeto político, cidadão e, conseqüentemente, a partir da noção de desenvolvimento.

Gera-se mobilização e insurgência, na medida em que os projetos de vida postos na vitrine da multiescala e da comunicação (da alternativa comunicação em rede e da tradicional cobertura midiática) são vilipendiados. Ora, os ideais individuais ou localizados reclamam partes do desenvolvimento prometido de modo messiânico na alternância de agendas políticas.

Forma-se um quadro complexo: os impasses do desenvolvimento como programa que abarque os dilemas de uma realidade complexa, a dissidência cidadã, a insatisfação política e a disputa de contexto da narrativa sobre os rumos do país, confundidos por uma noção individual, personalizada e de consumo dos produtos sociais como direitos e o bem viver.

Projetos de vida tornam-se projetos mais relevantes do que projetos de país. Tal prospecto é combustível mobilizador. A insurgência torna-se um veículo de eco das vozes marginalizadas pelo ruído político, econômico e midiático. As mobilizações sociais tradicionais não se esvaziam (MANEIRO, 2006), mas tornam-se entrelaçadas a esses novos fluxos de agência e potência.

Como o sistema territorial é o plano em que a consciência, o reconhecimento e a reação a estes processos se desencadeiam, é o próprio território que se torna uma arena de contravenção, resistência e disputa. Desse modo, o território passa a realizar no âmago da mobilização uma "mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita nas ações sociais" (DEMATTEIS, 2006).

O território é uma categoria que emerge do espaço, a partir de uma constelação de dinâmicas sociais, culturais e políticas (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2007; 2009a). Embora a circunscrição, a demarcação e o estabelecimento fronteiriço material sejam variáveis da composição, identificação e definição do território, estes aspectos não lhe são limítrofes. O território é, nessa perspectiva, uma profusão de relações socioespaciais materiais e imateriais em um esteio fronteiriço intercambiante.

Da constelação de dinâmicas e variáveis da composição da substância territorial, emergem as territorialidades. As territorialidades, por sua vez, se radicam nas relações territoriais e despontam como forças relacionais e de fragor identitário capazes de delinear sujeitos, coletividades, sentidos, forças e operações diante do espaço onde a vida acontece (SAQUET, 2011; SILVEIRA, 2011).

Nesse sentido, a territorialidade é uma poética do território, isto é, serve-lhe de adensamento simbólico, etiquetamento identitário e de articulação do ser, do fazer e do acontecer da vida no seio do território materializado, materializante e imaterial. Esse aspecto leva a dizer, em última instância, que a territorialidade é também uma poética do espaço que reveste a vida como substrato de sua vazão, cosmologia, realização e significação.

Essencialmente, a categoria território está sujeita a variáveis de poder e de construções políticas que designam sua constituição, reconhecimento, respeito às suas fronteiras e seguridade de sua vivacidade intra e extramuros (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2007). O poder interpola o território, de modo que forças econômicas, políticas, coercitivas e simbólicas orbitam e o constroem, ao mesmo tempo em que o desafiam e, por vezes, ameaçam.

Desse modo, as territorialidades que se estabelecem como camadas, indumentária e aquiescência da vida no espaço e no território, se ativam como expressão de luta e desencadeiam complexos processos e tramas de territorialização (SACK, 2011). Essas lutas reclamam espaços para a vida material e imaterial, mas reclamam também o espaço da voz, da existência e do devir.

O território aditivado por territorialidades abriga o fragor das formações identitárias em torno do ser e do acontecer dos indivíduos feitos sujeitos a partir da coletivização do espaço, da luta e da existência (CASTELLS, 2018; HALL, 2006; TOURAINE, 1998; 2009). Nesse prospecto, se inserem as formações étnicas, as

comunidades tradicionais e múltiplos grupos organizados a partir dessas poéticas espaciais de vida e produção da vida.

As estruturas que organizam a vida cotidiana a partir dos signos de progresso e desenvolvimento - como índice hegemônico em sua produção da vida e nos projetos de poder orbitantes - acabam por gerar pulsões metabolizadoras da vida proeminente nos territórios, especialmente aquelas que mais demonstram contrastes com a estetização da vida em seus projetos.

Assim, instabilidades e querelas são estabelecidas entre a estetização da vida promovida pelos modos de operação dos projetos de poder e dos signos de progresso produtores de espaços vazios e não-lugares pela homogeneização, e pelos espaços identitários tradicionais, marcados por coletividades articuladas à proeminência do espaço como lugar (MASSEY, 2000; AUGÉ, 2004).

A salvaguarda da pluralidade dos espaços, territórios, comunidades e identidades deve ser o ponto de partida para o impasse que se desenha nas entrelinhas desse debate desde sua conceituação primária. Os signos de desenvolvimento hegemônicos devem ser reelaborados a partir de uma ordem diversa presente nesses recônditos de vida.

O debate perpassa as noções de desenvolvimento e as forças metabólicas derivadas dos projetos participantes deste amplo e antigo prospecto (ESTEVA, 2000; RIST, 2002; RIBEIRO, 2008; GUDYNAS, 2014). Contudo, a maior expressão dos territórios e de suas territorialidades humanas é sua própria condição e *modus vivendi*. Isto é, as poéticas do espaço e da existência que transbordam dos territórios são seu próprio *modus operandi* de ação, reação e proposição.

As territorialidades não representam um conceito de encarceramento das variáveis que compõem sua substância (dinâmicas espaciais, históricas e sociopolíticas), nem tampouco um conceito estático, mas são pulsões por definição. E, como tais, se flexionam como mediação simbólica, cognitiva e prática da realidade (DEMATTEIS, 2006).

Dito isto, as territorialidades são esteios de processamento da identidade que produz sentido, coletividade comunal (CASTELLS, 2018) e ação, perpassadas pela matéria da diferença (TOURAINÉ, 1998) e pela modulação da potência (CASTELLS, 2013). Entre consciência, potência e agência, emergem os projetos de vida.

As territorialidades, as coletividades e as identidades abrigam projetos de vida. Isto é, narrativas de si e do outro circunscritas por espacialidades e temporalidades, atreladas por variáveis simbólicas e de sociabilidade, que indicam os modos de produção e organização da vida. Isso implica que, sendo uma poética do espaço e da existência, a territorialidade também abarca as protuberâncias que tornam hostis ou insipientes tais narrativas.

Há nessa discussão um aspecto que entrelaça, inter-relaciona e arregimenta as diferenças entre sujeitos e suas vivências em uma combinação comunal, isto é, que interpola unidade na diversidade territorial. A substância identitária - ora de resistência, ora de projeto (CASTELLS, 2018) - é que promove o viço de consciência coletiva e agente.

Nessa perspectiva:

Os atos, os comportamentos, a corporeidade, portanto, atualizam, presentificam os distintos ordenamentos espaço-tempo no fluxo das ações dos indivíduos, no sentido de que eles fornecem ao contexto os padrões que orientam os indivíduos. Estes padrões não são em nada concernentes apenas às formas do agir, mas também, às intencionalidades do agir - atualizam também os embates, os projetos, os desideratos, concernentes às vivências dos indivíduos nas redes do acontecer,, nas redes do fazer, nas redes discursivas [...], o que permite/condiciona que um comportamento numa rede do acontecer sofra influências de estratégias pensadas em seus desdobramentos em outras redes do acontecer (SANTOS, 2011, p. 220).

Quando vilipendiadas, provocadas ou deslocadas para legitimar projetos de poder, as territorialidades se ativam como territorialidades de insurgência (SANTOS, 2017). Reagem em luta e se unem solidariamente a sujeitos que partilham comuns territoriais, mesmo que por planos de realidade e projetos de vida distintos. As territorialidades passam do laço ao encaço, reclamando os sentidos que as constituem como paraísos comunais.

As territorialidades insurgentes nas mobilizações sociais em rede são, por essa combinação de fatores - refletância on-line e off-line, unidade e diversidade de sujeitos engajados por uma pauta comum e que se torna comunal -, o que se chama aqui de **territorialidades episódicas**. Isto é, marcadas por um episódio espaçotemporal de pressão e ruído tornado político e que, passada a descarga catártica insurgente, retorna aos sujeitos como substância de sua agência, identidade(s) e potência.

Episódicas, essas territorialidades não carecem de consistência, já que o conteúdo da luta e dos sujeitos são suas próprias manifestações pessoais e coletivas. Pode-se dizer ainda que tal caráter é a indumentária característica desta tipologia mobilizadora, onde não apenas a eclosão e a difusão são determinantes, mas sobretudo o declínio, que aqui é transformador.

O engajamento solidário, isto é, no reconhecimento da própria experiência e vivência a partir dos outros catalisando uma coletividade, é fundamental nesse processo. Essa flexão é otimizada pelo alcance e pelo caráter de coesão das redes, dado ao pertencimento expressivo e eloquente dos sentidos de luta mobilizados.

A multiescalaridade e unidade impensável em tal heterogeneidade coletiva e identitária é possível pela especificidade das redes com *input* e *output* simultaneamente *on-line* e *off-line*. O viço solidário assume então uma corporeidade volumosa, difusa e heterodoxa que retorna em visibilidade um caráter espontâneo, emergente e episódico.

Há que se destacar a discussão utilitária dos movimentos sociais que reclamam formas conhecidas e formais de processamento da substância da luta social. Ou ainda, o caráter episódico poderia significar um defeito de agência, já que dada à horizontalidade e informalidade, as pautas não se politizam em configurações prontamente reconhecíveis de movimentos sociais.

Entende-se que, nessa tipologia, essas mobilizações são tributárias das formações insurgentes tradicionais, mas apresentam em sua constituição dinâmicas novas. O acontecer solidário dos movimentos sociais se imiscui da fluidez fugidia das redes, designando formatos, práticas e processos particulares de se colocar em movimento.

Em suma, as territorialidades episódicas são laços sociais potencializados por elementos mobilizadores, cuja pujança vivencial conclama à ação. Ativadas sob o vínculo social e do instante mobilizador, territorialidades se formam em um episódio de agência e potência, criando dinâmicas territoriais e escalares que potencializam a envergadura de atos insurgentes.

Na produção do episódio e suas territorialidades, o laço cria solidariedade por meio de imagens de identificação e que aproximam contextos e vivências - mesmo díspares. As identidades flutuantes como laços solidários episódicos, criam o viço necessário para que a mobilização escoe sua pauta e mantenha-se coesa,

desarticulando-se desse estado de flutuação com o findar das operações práticas dos atos.

5.3 Tempos dissolvidos na ação reticulada

As territorialidades insurgentes que constituem o encorajamento sócio-histórico e viabilizam a lâmina política de uma mobilização social (SANTOS, 2017) são também territorialidades episódicas. O episódio é explicitado na efervescência inicial, na volatilidade reprodutiva e na efemeridade da duração de um ato dessa natureza. São ciclos que se comprazem no instante, sem a cristalização burocrática do tempo.

O caráter episódico diz de um evento que subtrai da longa duração ou do pretense legado histórico o sentido de completude. Não é o efeito residual da longa duração ou da perenidade que realiza seu objetivo, mas o *momentum* da mobilização, um *continuum* do instante, uma antologia do breve.

Como Benjamin (1994, p. 232) sinaliza "a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de 'agoras'". Na mobilização social em rede, o agora é tributário de um passado plástico a ser redimido, não alinhado imediatamente à noção formalista de futuro, sendo dissolvido no espetáculo do episódio de suas conjecturas presentes, experiências pretéritas e expectativas utópicas.

O tempo é um modulador do espaço, enquanto o território como ajuizamento material é testemunha da história e seu curso de transformação (SANTOS, 2013). As territorialidades insurgentes e episódicas, deste modo, armazenam na mobilização as temporalidades constitutivas da produção da vida dos sujeitos em insurreição, balizando o conteúdo de suas pautas.

Para que as territorialidades episódicas se processem como elementos constitutivos da dinâmica das mobilizações sociais em rede, as identidades exercem um papel atitudinal. Como discursos da vida e da experiência, as identidades são eloquentes ao se colocar em querela. Afinal, falam a partir de seu eixo humano, de suas vivências, de seus lugares, de seus arcos e de seus anelos.

Assim, as identidades flutuantes são concomitantes às territorialidades episódicas. A flutuação identitária viabiliza o episódio, já que suplanta o impasse

da diferença por um comum que se metabolizará em jogo político e beneplácito sociopolítico. O episódio e a flutuação criam instantes operacionais, táticos e estratégicos para que a carga insurgente se instaure. O fim, não tão conclusivo, é um retorno às articulações identitárias e territoriais originais dos sujeitos na profusão multitudinária.

O ruído vertiginoso que se desfaz silenciosamente dos eventos aqui examinados é um ponto comum de crítica. Como pode a turba supersônica se dispersar como um fim ingrato à sua forma tão efervescente, sem que seu significado não seja questionado? O enfoque no fim absoluto desencaixa o olhar para as potências do virtual⁵⁹, isto é, do que ocorre antes, durante e depois do evento do atual.

O fim da mobilização social em rede é um ocaso. Do crepúsculo de seu silêncio, formulam-se as bases para que outras auroras sejam possíveis. Já está clara a faculdade transformadora e pedagógica dos movimentos populares (BRANDÃO, 2004; GOHN, 2010; 2018), o que priva a reflexão de uma leitura dos tempos da mobilização é o afã utilitarista que as encaixota e as inscreve em uma leitura produtivista, como indústria, sendo ela pulsão livre e humana.

A insurreição é sempre um pleito de espacialidades e temporalidades. As temporalidades da ação implicam em dinâmicas anamnésicas que navegam pelo presente articulando experiências e expectativas (BRANDÃO, 1998; SANTOS; CUNHA; PEREIRA, 2018). Assim, marchar e protestar se tornam ações redentoras de um passado de não realizações.

Afinal:

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãos que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente (BENJAMIN, 1994, p. 232).

⁵⁹O termo "virtual" aqui designa uma potência do que está para se tornar concreto, "atual". Não se trata de uma oposição ao real, visto que o que é virtual é parte da realidade, porém, em uma medida de desencadeamento, em virtude, em laboratório, como destaca Lévy (2011) em *O que é o virtual?* e Merleau-Ponty (2019) em *O visível e o invisível*.

A dimensão anamnésica (quando a memória se instrumentaliza na luta) articula simultaneamente passado - logo, experiências - e futuro - portanto, expectativas - para se efetivar como lembrança no presente⁶⁰. É um apelo que não se rejeita impunemente, como sentencia Benjamin (1994), porque é experimental, afetivo, social, histórico, territorial e, logo, incondicional e irremediavelmente humano.

No balanço lacunar entre experiências e expectativas, o produto de frustração, percalço e indignação se tornam molas propulsoras para um tipo particular de insurgência. Esse tipo particular metaboliza a memória como componente para uma reparação das experiências frustradas do passado de modo a construir perspectivas melhoradas de futuro em âmbito geracional (BENJAMIN, 1994; BRANDÃO, 1998).

Essa dinâmica é conhecida por reparação anamnésica (NEVES, 2005), onde a rememoração de eventos constitui elemento e pulsão para a ação politizada, engajada e identitária. A reparação anamnésica como movimento agregador de experiências e expectativas possui uma dimensão revolucionária.

Se os conclames e a natureza das demandas postas em mobilização pelas manifestações estão embebidos de memória, uma camada histórica e relacional substancial está presente na insurgência, tornando o discurso sociopolítico mais engajado, discursivo e um pulso por desenvolvimento. Esse pulso é querela sobre os discursos e projetos vigentes, como poder emanado por renovação e reposicionamento de tais ações desenvolvimentistas.

Este constructo da temporalidade da mobilização requer examinar o curso dos fatores. Um evento é um acontecimento que implica em atividades pregressas e ações que visam um progresso exitoso. Na insurreição, reivindicações são pontos de diálogo e negociação que revelam fases. Mesmo no instante do episódio, há certames.

A partir da pesquisa do caso das Jornadas de Junho de 2013, é possível decupar uma mobilização social em rede, considerando seu desenvolvimento, em um quadrante de progressão:

⁶⁰Conferir Santos, Cunha e Pereira (2018).

Figura 44 - Quadrante de progressão de uma mobilização social em rede



Fonte: Autoria própria (2021).

O sujeito é o núcleo da mobilização (figura 44). É a partir dele que a formulação da ação se desencadeia, passando de sujeito individual para sujeito coletivo. Então, a mobilização social decorre de um quadrante de etapas, nas quais o sujeito navega em diferentes tempos e direções para a consecução do pleito da ação, inserindo-o em diferentes polos de atividade, equipando-o, informando-o e transformando-o à guisa dos efeitos sociopolíticos do ato.

A mobilização é quadrática porque se opera a partir de um eixo comum - o sujeito e sua universalidade no tempo, no espaço e na circunstância insurgente -, articulando-o em dobradiças, feitas planos de exercício e coesão. Estas etapas são alineares, na medida em que não concebem durações formais. Na passagem de um estágio a outro, não se conclui, mas se abrem novas janelas de ação espirais para o desenho da manifestação.

O primeiro plano é o da **eclosão**. A gênese de uma mobilização social em rede nunca se basta no evento visível, que chama atenção à sua patente. Todavia, a eclosão diz da *ativação* dos indivíduos em sujeitos ante ao cerne de circunstâncias que clamam à ação e que se tornam insurreição. Antes da ação ruidosa e multitudinária, eventos endógenos e submersos criam a ambiência para a ativação, que por sua vez, é fundamental para que haja *engajamento*.

O acionamento dos sujeitos deriva das suturas sociais e políticas que perturbam sua experiência e projetos de vida. O sujeito se reconhece nos sentidos de luta que alinham em meio às suturas. Porém, este acionamento não é isolado, é social, é comungado por outros iguais e diferentes, que compartilham experiências ou que se imbuem dos mesmos repertórios de luta.

A eclosão é, portanto, composta pelo acionamento e o engajamento dos sujeitos. É a fase de origem e de coleta dos sentidos que começam a se organizar, na medida em que ganham corporeidade e adesão de outros, formando o sujeito coletivo. A coletividade na insurgência decorre de uma partilha contextual, socioespacial, identitária e, portanto, solidária.

A *solidarização* é um efeito da partilha de sentidos entre sujeitos e contextos imersos na frente de insurgência. É esta liga solidária e engajada que permeia a fase seguinte: a **difusão**. Difunde-se, a partir de um volume contingencial de sentidos e processamento de informações, dos quais compete ao ato de mobilizar-se dar cabo.

A difusão é demonstrativa. Arranca da eclosão o germe originário e o eleva à potência pública. É da difusão a plástica efervescente de uma manifestação que perturba a ordem vigente, interrompe fluxos, ocupa espaços e se põe em movimento tático e estético. Esta fase é essencial para que as demandas e o significado mobilizado se tornem cognoscíveis às parcelas não mobilizadas e naturalmente aos destinatários da oposição que se faz na marcha.

Quando um ato se difunde, acontece a pedagogia da insurreição. Enquanto a multidão assume sua forma plástica, persuasiva e eloquente, dirige a compreensão diluída na razão e na ordem vigente - hegemônica - para a vitrine de demandas radicadas no cotidiano. O espetáculo lascivo da multidão atrai por choque ou admiração, mas organiza-se do que conota a marcha para o que denota a realidade.

Da fase da difusão, surgem as *escalas* de ação. Nas redes, as escalas assumem uma lógica não restrita à localização, à regionalização como prisão conceitual ou classificatória. A escala aqui é melhor compreendida como multiescala (SANTOS; CUNHA, 2018b). Na imagem da difusão, o ensejo dos sujeitos na escala primária partilha seus sentidos com outras escalas, criando um tecido transversal e transterritorial de ação.

Aqui está produzida a mobilização social: sua origem, seus sentidos, seus participantes, seus espaços. As pautas e demandas começam a ficar mais prementes e audíveis na fase de **reprodução**. Toda sorte de reações, interpretações e narrativas são produzidas sobre os sujeitos em ação. Este processo é marcado por duas situações opostas: o fortalecimento da visibilidade do ato e sua própria dispersão.

A primeira situação é marcada pelo entrelaçamento entre as territorialidades episódicas e as identidades flutuantes, na *territorialização* da mobilização. A reprodução cria ondas simbólicas e práticas de articulação na medida em que narrativas midiáticas, governamentais e populares começam a disputar os sentidos postos em cena. Um debate é criado e posições são tomadas.

Esta situação desvela as territorialidades humanas presentes na turba. Consequentemente, surge a necessidade de responder à mobilização. Respondem a governança, a imprensa, adversários, o poder coercitivo. É o processo mais oficioso da mobilização, em que sua estética "desordeira" reforça sua face democrática e política, negociando e demandando.

A reprodução marca a extensão dos significados construídos na/da mobilização, incluindo aqueles que a originam, que fazem o sujeito ser acionado, que geram solidariedade e aqueles dos quais são disputados e apropriados por outros grupos e pelos atores depositários da oposição que configura a querela. Esse processo é importante porque todo significado é residual, e são os resíduos da mobilização que criam seu lastro.

A despeito do fortalecimento dos sentidos e da envergadura dos atos na fase de reprodução, há um movimento paralelo e contrário que prenuncia seu declínio: a *dispersão*. Na medida em que os significados da mobilização se intensificam, se tornam visíveis, cognoscíveis e geram respostas, cria-se uma situação de pulverização simbólica.

Os significados pertencem não mais exclusivamente aos participantes das manifestações, mas agora são parte de conversações alongadas e longínquas do ideário inicial. O significado desloca-se da mobilização para uma imagem da mobilização, alterando também seu significante. É nesse trajeto que grupos cooptam, retraem e ramificam a mobilização.

A dispersão é consequência da desarticulação do significado e parte da semiologia do arrefecimento da mobilização. Tal arrefecimento, apesar de parecer patológico ou danoso ao próprio esforço, é salutar. É quando Cronos devora seus filhos com Réia, por medo de que a prole lhe destronasse, assim como ele havia feito com seu pai, Urano⁶¹.

Tem-se aqui a metáfora de que a mobilização devora e metaboliza os próprios significados e sentidos de que trouxe à vida, antes de que padeça vítima do mesmo golpe que aplicou. Isto é, para que a luta não se torne esteira para causas que escapam ao seu escopo, assimila o próprio sentido vital, terminando abruptamente o que iniciou (a continuar digerido por seu acelerado metabolismo).

O significado original concelebrado na mobilização quando deixa de ressonar sentidos comuns, evanesce e dispersa. Dispersa por forças externas como grupos de cooptação, forças de coerção, negociações entre manifestantes e agentes responsivos, ou mesmo pela perda do elo significante. O significado então desloca-se para outros referentes e significantes, dando curso ao findar peculiar da mobilização.

Estes eventos iniciam o **declínio** da atividade. O fim da mobilização é marcado por duas etapas, uma patente - a desarticulação - e outra latente - a metabolização. A *desarticulação* se dá quando as forças de significado cumpriram seus efeitos ou são dispersas pelas respostas primárias às demandas. Práticas, estéticas, gramáticas e performances deixam de ser visíveis nas ruas e nas redes digitais, sobrevivendo apenas na narrativa jornalística de cobertura dos fatos.

A desarticulação implica não somente na retirada de forças e na oclusão da insurgência, mas viabiliza esforços interpretativos sobre a extensão dos acontecimentos. A cobertura midiática se apoiará na cobertura factual e análise conjectural; a governança tornará demandas em dívidas sociais próprias; a classe

⁶¹ Conforme a mitologia grega e ilustrado na pintura de Francisco Goya em *Saturno devorando um filho* (1819-1823). Para o aprofundamento, consultar Oliveira (2009).

política se encarregará de estratégias de manutenção do poder; teóricos e pesquisadores se encarregarão das análises; a opinião pública tecerá o imaginário.

Os esforços interpretativos que marcam o findar do evento de mobilização são produtivos para a segunda etapa da fase de declínio, ao mesmo tempo em que constituem uma característica particular das mobilizações sociais em rede: a *metabolização*. Interpretações geram discussões, imagens, discursos, sínteses e reflexões, ampliando os sentidos temporalizados em sentidos renovados.

A metabolização é a autofagia da própria mobilização em seus sentidos, já materializados nas ruas e nas redes. Tal qual o metabolismo biológico, substâncias são assimiladas e dessamiliadas na fisiologia da mobilização social, transformando sua natureza em outras fontes vitais, a perdurarem na manutenção sobrevida de outros significados reagregados em outras visões, posições e sujeitos.

O que se discute aqui é que a estética e a gramática desses movimentos possuem novas abordagens de processamento de seu conteúdo. O declínio é metabólico, transformador. Não se encerra ou se sedimenta em formatos tradicionais e institucionalizados, mas como volumes espaçotemporais, permanecem como signos de mobilização na história e no imaginário.

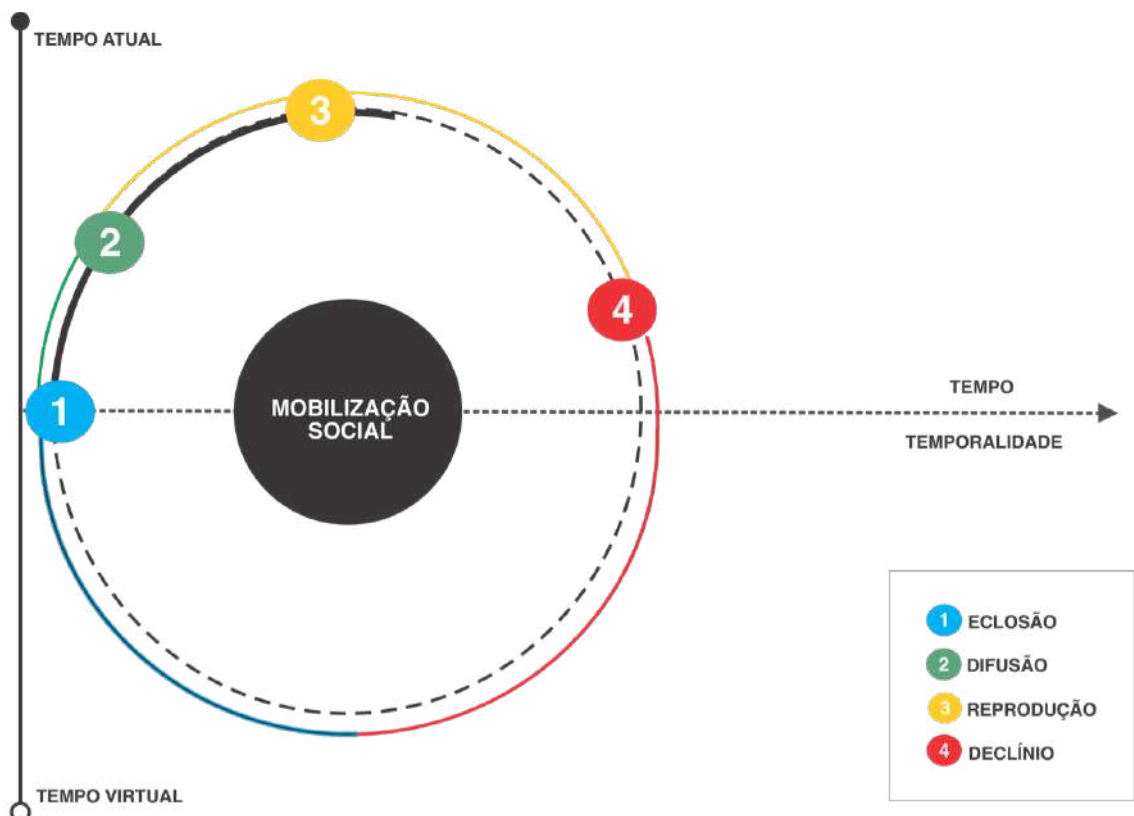
O declínio marca o arrefecimento dos atos, comumente marcados pela efemeridade. A detonação é ruidosa e a difusão é vertiginosa. Porém, a conclusão é silenciosa. A pressão política, governamental e social exercida pelo movimento provoca reverberações oficiais práticas e em tempo com a mobilização, mas ecoa tempos depois com o fortalecimento coletivo e a emergência de novos posicionamentos públicos e engajados.

A visibilidade desse tipo de movimento que é observada de sobressalto quando de sua gênese é encarada com desconfiança por seu término aparentemente silencioso. Tal brevidade de caráter sismológico - como um terremoto que abala e cessa - segue impactando, ainda que de modo quase inaudível.

A volatilidade das redes é conhecida em uma de suas formas, as redes submersas (ZIBECHI, 1997; 2008; 2015). Ocultas ao governo, mídia e opinião pública, mas em atividade em seus recônditos e circuitos, as redes submersas eclodem vertiginosas e, se encerram de sua visibilidade patente, silenciosas. De novo e outra vez, ali e aqui, em tempos dissolvidos.

O quadrante de progressão de uma mobilização em rede (figura 44) demonstra as etapas e fases que a desencadeiam, e nessa linha, acena para as temporalidades que a constituem. Eclosão, difusão, reprodução e declínio apresentam um ciclo temporal entre o tempo atual e o virtual, originando uma temporalidade própria (figura 45).

Figura 45 - Ciclo temporal da mobilização social em rede



Fonte: Autoria própria (2021).

O tempo da mobilização social é o tempo do Ser, o tempo da História; afinal o sentido do ser - caro ao sujeito nuclear da mobilização - é o tempo, como afirmou Heidegger (1995). Entre a atualidade e a virtualidade, o iniciar e o findar da mobilização adquire uma temporalidade cíclica, enquanto corpo mobilizado, e elipsóide, quando termina e origina significados póstumos que se assentam em novos significantes.

O tempo atual designa o tempo do acontecimento; visível, sensível, inscrito na coisa pública, midiaticizado e material. É onde a mobilização eclode e declina sob o olhar que se consuma pelo histórico. O atual é o tempo da duração, do evento,

das contingências do agora que se presentifica como retorno ao ontem e cortejo (ou temor) do amanhã.

O tempo virtual é o tempo da potência, da possibilidade. Nele está o porvir, a elucubração, a atualização, a entrelinha da duração, já que o que dura começa e termina. O virtual é o aporte do atual, trazendo à tona o que é pretérito no presente, contribuindo para que o que pode ser tenha a capacidade de sê-lo. Trata-se da possibilidade do acontecimento e seu após.

Conforme a figura 45, a eclosão (1) se aloca na linha do tempo, afinal é a gênese da potência do acontecimento e é o que marca o curso das coisas. Logo, a eclosão dá início à mobilização no tempo atual, desencadeando a difusão (2), a reprodução (3) e a parte visível do declínio (4).

O declínio, por sua vez, marca o fim da atualidade da mobilização como acontecimento, mas - como já definido aqui que seu fim é um fim de começos - inaugura seu tempo virtual. Logo, o declínio metaboliza os significados do tempo atual até que uma nova eclosão, ainda virtual, se conceba e desponte novamente como outra manifestação.

Desse modo, a mobilização social em rede é feita de **tempos dissolvidos**. Instaure-se em um ciclo temporal entre o atual e o virtual, produzindo a partir da temporalidade de suas etapas uma elipse do acontecimento, já que não finda, mas se transmuta em outros sentidos, desvinculados formalmente da memória histórica, cedendo lugar a um *continuum* descontinuado e ininterrupto que se dissolve.

Portanto:

A experiência do tempo na contemporaneidade coloca, portanto, em destaque o ininterrupto. Não havendo atividade com duração precisa, tudo passa a durar, durando eternamente. Dilui-se a fronteira entre o presente e o futuro. Paralelamente, a relação entre passado e presente altera-se de maneira evidente. O sentido de tempo hoje é marcado por um presente onipotente fazendo do presentismo valor inquestionável. Esse presentismo nos meios de comunicação é marcado pelo fluxo contínuo da informação, instaurando um tempo novo governado pela lógica do ininterrupto. É o tempo do fluxo que emerge das narrativas, notadamente no ambiente on-line, não permitindo a pausa necessária para a reflexão. Diante do fluxo de informações que frequenta as telas do nosso cotidiano digital em narrativas fluidas e voláteis, parece haver uma conexão entre esses formatos e a maneira como se experimenta o tempo. Na profusão de imagens e informações presentes nas telas digitais, o tempo midiático é marcado pela aceleração (BARBOSA, 2017, p. 21).

Os tempos dissolvidos das/nas mobilizações sociais em rede fazem delas jornadas do instante e do episódio. Na duração do episódio está contingenciado o cabedal do passado, o presente que aturde e o futuro em xeque. Erige-se uma temporalidade feita de imagens e simulacros, produzindo reflexos do ser e do agir políticos.

Essa dissolução oblitera a noção utilitária do tempo da ação sociopolítica, mas sequestra a duração, exigindo dela instantes cada vez mais perenes e significativos. Não é uma ode ao que perdura ou ao eterno, é uma busca sistemática pelo episódio da brevidade, um breve eficaz em manipular - ou fazer crer ser possível manipular - a história.

CAPÍTULO 6

AS RUAS COMO TELAS DO DEVIR: PARTICIPAÇÃO SOCIAL, IMAGINÁRIOS POLÍTICOS E ALOCAÇÕES DOS SUJEITOS

Poderíamos afirmar que existe um tempo próprio para se refletir sobre os processos comunicacionais e que poderia ser denominado tempo midiático? Poderíamos também caracterizar esse tempo que emerge das mídias como fluido e volátil, governado pela lógica exponencial da aceleração? (BARBOSA, 2017, p. 19).

Flutuantes, episódicas e dissolvidas. As mobilizações sociais em rede apresentam um desenho peculiar na esteira do que se concebe como ação do sujeito e como movimentos sociais. A peculiaridade, ao invés de suspeita e desconfiança implicante, deve dirigir o olhar e a disposição para o que não se diz no que é dito. A entrelinha revela a entranha, assim como o implícito explicita a face total do que está explícito.

Os tempos da mobilização social em rede fazem pensar na possibilidade de um tempo midiático, mas não da mídia como já concebida entre meios, mediações, dispositivos e arranjos. Trata-se da possibilidade de um tempo das redes. Essa novidade não se apresenta sem fascínios, perigos e cautelas. Cumpre assumir o ofício de inquirir o tempo.

As perguntas fazem o exame analítico. Mas e se as mobilizações sociais em rede, como junho de 2013, fossem respostas para perguntas não conhecidas? Talvez sua conjuntura e peculiaridade não sejam feitas de questionamentos ao real e ao circunstancial de um mundo fragmentado em seus sistemas políticos, econômicos e sociais.

Se não são as perguntas, as mobilizações em rede são respostas. O incômodo derivado de sua constituição, impactos e recepção exige uma outra postura: produzir perguntas para as quais estes eventos constituem respostas. O que se vê e presencia são respostas sintomáticas, projetivas, compensatórias e proto-terapêuticas. Pois bem, há então que se formular as questões para que haja a emancipação e terapia - o quadro de clareza do agir e do devir.

Há que se observar a associação entre as performances sociopolíticas, da comunicação em rede e dos espaços de insurgência com a participação social e a cidadinidade. E esse prospecto cria não apenas práticas factuais, mas imaginários

sociopolíticos que provocam novas alocações dos sujeitos sociais e novas espacialidades de ação.

6.1 Imaginários da rua, imaginários da ação política

A cidade não é apenas a organização funcional do espaço, suas ruas e edificações, seus bairros, pessoas carregando sonhos, isoladas na multidão, em um deserto de prédios, que aboliu o horizonte e apagou as estrelas. A cidade é a expressão das relações sociais de produção capitalista, sua materialização política e espacial que está na base da produção e reprodução do capital. A cidade é a forma reificada dessas relações, mas também do amadurecimento das contradições que lhes são próprias. É a unidade de contrários, não apenas pelas profundas desigualdades, mas pela dinâmica da ordem e da explosão. Bairros e pessoas pobres, assaltos, lixo, doenças, engarrafamentos, drogas, violência, exploração, mercado de coisas e de corpos transformados em coisas. As contradições surgem como grafites que insistem em pintar de cores e beleza a cidade cinza e feia. Estão lá, pulsando, nas veias que correm sob a pele urbana (IASI, 2013, p. 41).

A cidade é uma constelação feita de arranjos e movências visíveis e invisíveis, materiais e imateriais, concretos e fluidos, de *hardware* e *software*. Como tal, é um receptáculo que acondiciona, influencia - e é influenciada - e reifica a condição humana. Desse modo, a relação objetiva dos sujeitos para com a cidade a torna em sua essência um sujeito-cidade: enquanto é produzida pelos sujeitos, continua o trabalho de produção permanente do próprio sujeito.

A complexidade da urbe deriva do encadeamento das camadas que a compõem e organizam. O sistema jurídico, territorial, político, urbanístico, arquitetônico, histórico-geográfico e cultural organizam a concepção da cidade, ao passo que os usos, ocupações, contradições, conflitos e disputas atualizam essa concepção.

Como a clássica definição de Milton Santos (2014a, p. 29) assinala, o espaço é "um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações" e este, "indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (SANTOS, 2014a, p. 39).

Portanto, as partes e contrapartes da cidade - ou seja, o hegemônico e o que se antagoniza a ele - são cabedais dos sentidos que dão curso à materialidade histórica e a formação dos sujeitos em sua intersubjetividade e interobjetividade. Assim, objetos e ações tonificam a pólis, mas fixos e fluxos têm voz e falam.

A rua é um destes fixos que falam. Como um elemento de trânsito, a rua concentra o mecanismo metonímico de representar a vitalidade da/cidade. As explosões de contradições da cidade encontram plasticidade na rua. Nela o exercício de ir e vir - portanto, de existir - e o símbolo da circulação de fluxos - do capital produtivo e produtor - acenam para uma partilha significativa da liberdade.

Liberdade como prerrogativa da pólis, da ágora, do direito. Liberdade como faculdade da existência e suas pulsões subjetivas e coletivas. Liberdade fantasmagórica, percebida como sistema de controle e falso discurso, desmascarado nas incongruências do cotidiano que a própria rua comporta, revela e encerra.

A rua é o espelho encoberto que a mobilização social descobre e faz refletir a contradição e as estratégias perniciosas de sua manutenção. Uma vez que ela é a chancela do cotidiano e sua atomização, torna-se também a pedra angular para que seu questionamento provoque mudança. A rua, que é cenário, torna-se palco, auditório e bastidor da realidade que punge.

As manifestações, passeatas, marchas e protestos trafegam por sua espacialidade, empunhando seu posicionamento. As paradas identitárias, frequentemente oprimidas, encontram nela o meio de viabilização de sua existência resistente. As festividades têm nela os trajetos de expressão do que constitui os indivíduos e as poéticas de suas vidas.

Portanto, a rua é mitográfica. Enquanto constituída geograficamente de processos e funções, e marcada historicamente por práticas e acontecimentos, concentra as representações e simbolismos fruto dos rastros de seu uso e ocupação. Enquanto as ruas falam pelas rugosidades do espaço e pelos arranjos de sua produção, os sujeitos nela projetam seus anseios e imagens de um real sempre em disputa.

Nas mitografias da rua habitam os sujeitos livres para exercerem suas identidades, para verterem seus signos e sentimentos de pertencimento e para celebrarem no cotidiano modos seus de vida. A rua é o lugar do mito perdido da cidade como lugar da realização humana. E como tal, abriga os mitos legendários da possibilidade de uma ação heróica, redentora, monumental e salvífica.

Se é a rua que possibilita os fluxos, permite encontros, configura rotas e permite destinos, é a rua que compõe a carga e a cena dramática do cotidiano. Drama constituído de desigualdades, assimetrias e também de utopias. Drama

constituído de alteridade, interseccionalidade e ideologias. Drama feito de comuns e contrários, portanto lócus da diversidade, e *corpus* do imaginário.

No imaginário da rua está a metáfora de uma porção espacial que representa a política como revolução da utopia e da consciência, aspiradas pelos sujeitos como resposta aos dilemas. Há ainda a rua como metonímia da coletividade heróica, que aplaina a diferença e celebra nos afetos do imaginário uma noção revolucionária de sujeito, catalisada pelas centelhas insurgentes.

Quando o indivíduo se põe na rua para operações do ordinário como o trabalho, o consumo ou o lazer, sua posição é a do flâneur⁶² que embora vagueie, produz sentidos para si e para o espaço em seu próprio trajeto. No entanto, a mitografia da rua o concede uma indumentária especial, de se ver e agir na persona do sujeito heróico de todos os tempos, encenando, em performance.

Para o militante da mobilização social em rede, a causa de seu acionamento se mistura a essa indumentária mitográfica, costurada pelos pontos nodais da(s) rede(s). A rede é dotada de sentidos, mas seu atributo central é a firmeza de seus laços. Sob o imaginário das mitografias da rua e diante de causas e pontos de detonação voláteis, sincrônicos e solidários, insufla-se uma posição de sujeito que se situa no real, ao mesmo tempo em que desfila em uma hiper-realidade.

A rede é utópica, e na condição sociopolítica das mobilizações sociais e sua novidade, cria laços que se fortalecem continuamente, na medida em que sentidos são criados, combinados e recombinaados. Estes sentidos derivam dos lastros identitários e territoriais já apresentados, e que formam bricolagens a partir das narrativas que se surgem, dos saberes multitudinários, dos resultados da ação.

Esse processo de reforço de laços cria um sentido de pertença e participação que procedem para além do escopo, mas se consomem na própria modalidade de agir e no prazer performático. A performance passa a substituir o agir político tipificado, criando modulações de ação e uma multidão estetizada sob um simulacro ou um fetiche do político.

É aqui que os problemas das mobilizações sociais em rede se revelam. Sua performance, pujante em agência e potência, se consome em si mesma e se reifica, exacerbando sua conjuntura e a própria posição dos sujeitos, simulando a realidade da insurgência e procedendo por simulacros de participação social.

⁶²Conforme conceito de Baudelaire (1988) recuperado por Benjamin (1989).

Duas explicações são possíveis para este processo sintomático. Uma de natureza política, histórica e contextual, associada às formas de ver a democracia e a coisa pública, perpassada por um plano residual das primeiras lutas e conquistas sociais. E uma de natureza sociotécnica, radicada nas formas de produzir significados e preencher as lacunas de um político passado, nostálgico.

Essa configuração parece apontar para uma semiologia peculiar, de diagnóstico dificultado sem muitos exames e segundas opiniões. Soma-se a esse conjunto sintomático complexo o fato de que as lacunas no conhecimento de direitos e participação social deslizam sobre índices elevados de participação eleitoral, de enquadramento político-legal e acesso à informação noticiosa e midiática.

Pode-se depurar, nesse sentido, que o sistema não tem sido excludente aos sujeitos, pelo contrário - uma ressalva à obrigatoriedade do voto e a profusão de documentos que criam uma cultura atomizada de super-participação pela coerção institucional e civil. A cultura política frouxa amplamente percebida deriva de uma intersecção dos dispositivos e instituições democráticas. É comum ainda os sentimentos de desprezo pela coisa política em uma distância cada vez maior dos brios constitucionais amplamente louvados há décadas.

Essas diferentes concepções, apesar da diversidade de perspectiva, fornecem pistas para elucidar o desenho participativo das mobilizações sociais em rede, bem como o emprego de afetos e ações em sua encruzilhada. Há quatro eixos que constituem o estado atual do exercício cidadão e da energia da cultura política⁶³: a eliminação da centralidade do Estado, a fragmentação e particularização de direitos, a apatia política e o desaparecimento do espírito público (CARVALHO, 2000).

A perda do papel do Estado não é somente um caso de descentralização, mas de perda de relevância, já que é cada vez mais perceptível que seu papel na administração da economia e dos rumos do país têm sido reduzido (MANEIRO, 2006). Como consequência, exercer a cidadania ou a ocupação com o público e o político se tornam acessórios ou irrelevantes ante a outras exigências do tempo.

Quanto à fragmentação e particularização de direitos, esta é consequência do despontar da cidadania cultural, que desarticula a identidade nacional em nome

⁶³Sobretudo no Brasil.

de identidades múltiplas que passam a reclamar não apenas direitos em pé de igualdade, mas direitos em pé de diferença (HALL, 2006; LACLAU, 2003). Consequentemente, as micro-articulações fazem evanescer esforços para uma articulação em nome de um todo maior, o projeto de país.

A apatia política é decorrente da rigidez e da fixidez dos dispositivos institucionais de exercício cidadão que não progridem no tempo e no espaço, o que causa desinteresse quanto aos velhos modos e velhos rostos (SANTOS, 2009). O distanciamento entre representante e cidadão, a burocracia do exercício político-cidadão, a perda de relevância do Estado e os casos frequentes de corrupção agravam o quadro de indiferença.

Consequentemente, a apatia política leva ao desaparecimento do espírito público, onde o cidadão participativo cede espaço a um cidadão consumidor (CANCLINI, 2006; BAUMAN, 2008). A virtude cívica perde força e a energia política é canalizada para os interesses e desejos individuais, como uma trajetória fora da política, fora da democracia e mais internalizada na dinâmica do bem estar individual.

Esse quadro crônico aponta para dois processos: um positivo, que sinaliza a necessidade de reformulação do processo democrático; e outro, negativo, com a forja de quimeras políticas e imagens distorcidas da realidade. E o exercício cidadão se vê entorpecido pela sociedade de mercado, que também é uma sociedade de consumo e uma sociedade de impermanências (CANCLINI, 2006)

Como caminhos, o autor aponta inicialmente a abertura às mudanças sem que se perca a tradição de vista, o que permitiria iniciativas menos anacrônicas e, naturalmente, mais democráticas. A seguir, o fazer político deve considerar por meio de inovações e flexões, a combinação entre “a virtude privada e a pública que, sem eliminar o interesse, podem conferir a ele uma dimensão virtuosa” (CARVALHO, 2000, p. 124).

Carvalho (2000, p. 126) discorre que “no mundo da política, combinar o interesse e a virtude, é promover o encontro do Estado com a sociedade, numa perspectiva em que a força do primeiro passa a depender do fortalecimento da segunda”. E tal seria a configuração que, longe de se arrogar messiânica, injetaria saúde sobre o organismo democrático e à funcionalidade cidadã. Porém, ela padece pelos simulacros de participação.

O simulacro (e a simulação):

É um hiper-real, produto de síntese irradiando modelos combinatórios num hiperespaço sem atmosfera. [...] Hiper-real, doravante ao abrigo do imaginário, não deixando lugar senão à recorrência orbital dos modelos e à geração simulada das diferenças. Dissimular é fingir não ter o que se tem. Simular é fingir ter o que não se tem. O primeiro refere-se à presença. O segundo a uma ausência. [...] Logo fingir, ou dissimular, deixam intacto o princípio da realidade: a diferença continua a ser clara, está apenas disfarçada, enquanto a simulação põe em causa a diferença do "verdadeiro" e do "falso", do "real" e do "imaginário". [...] A simulação parte [...] da *utopia*, do princípio de equivalência, parte da *negação radical do signo como valor*, parte do signo como reversão e aniquilamento de toda a referência (BAUDRILLARD, 1991, p. 9-11, grifo do autor).

Da mitografia da rua, desprende-se a mitografia do ator político. O *zoon politikon* está preso entre espelhos do passado que o confrontam em sua feição refletida, mas ao mesmo tempo o levanta sob uma contemplação egóica e narcísica de si. O afrouxamento das culturas políticas, nesse caso, cria esse impasse de conduta, em que a realidade não satisfaz, e o sujeito se basta de simulacros e simulações.

Na mobilização social em rede, nesse contexto, o acionamento dos sujeitos e a noção coletiva de participação social é carente de referenciais e sentidos práticos. Dado este cenário em que sobra apenas a nostalgia catalisada no simulacro, há uma necessidade de modelos, campanhas e pavimentação, que vem da narrativa do imaginário político e da rua, uma vez que o cotidiano é entorpecido por seu próprio fluxo produtivo.

A produção capitalista do espaço e o ponto de inflexão das democracias criaram um pacifismo sociopolítico que narcotiza a ação pelas promessas do progresso neoliberal, atravessando a participação social de seus tempos, espaços e toda sorte de produções e mediações.

Abstrato, o tempo da produção desvaloriza socialmente o tempo dos sujeitos - individuais ou coletivos - e institui um tempo único e homogêneo - o dos objetos - fragmentável mecanicamente, tempo puro. E irreversível, pois *se produz* como "tempo geral da sociedade" e da história cujo "segredo" está na dinâmica da acumulação indefinida e cuja razão suprime toda alteridade ou a torna anacrônica (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 144, grifo do autor).

A consciência política é enevoadada por simulacros de ação e participação, já que o cenário não mobiliza como antes ou não responde como antes, sem

considerar que as comunas produzidas pelas redes criam micro-fundamentalismos em si mesmas. Portanto, resta ao indivíduo a simulação, e não a representação.

Apelando para os simulacros, tipicamente nostálgicos pela oferta de imagens que mascaram a realidade profunda por uma realidade afetivamente condensada, o sujeito recorre a repertórios mitográficos e do imaginário. Assim, o heroísmo do passado inspira e mobiliza e o caráter da multidão arrasta por inflexão estética, mimética e coreográfica; virulentamente.

O resultado são mobilizações que, embora partam de conteúdos factuais e ativações concretas, não gozam da perenidade da ativação sociopolítica de um movimento social tradicional. Ao invés disso, se desconfiguram em combinações de realidade, ficção e narrativa. "O real aqui se apresenta como uma impossibilidade, nos termos freudianos 'princípio de realidade', que deve condicionar a realização do desejo" (IASI, 2013, p. 42).

A construção desigual da história, e que continua a marcar as insurreições globais pertence aos discursos hegemônicos e aos detentores do poder, ainda verte violências sobre os sujeitos das mobilizações sociais em rede. Desse modo, a mobilização contemporânea se afigura a um documento de cultura, que como categorizou Benjamin (1986), é sempre um documento de barbárie.

O trabalho operatório do sujeito mobilizado se dá entre imaginário e mito, simulacro e simulação, ficção e narrativa. A realização do ato insurgente se consoma no desejo de que o movimento preencha lacunas que a realidade produtiva entorpecente não consegue mais.

Para tanto, narrativas disputadas, acirradas, de imagens eloquentes adensam razão, motivação e esforço de mobilizar-se nestes tempos. No simulacro da participação social, navega-se por um ecrã do real e do possível. Este ecrã permite a visualização do real sobre as imagens mediadas do imaginário. É uma tela, e como tal, uma superestrutura de visualização.

Ocorre que:

[...] o problema expulso da nossa vida por esta espécie de neutralização gigantesca, que tem o nome de coexistência pacífica à escala mundial, e monotonia pacificadora à escala quotidiana - esta história exorcizada por uma sociedade de congelação lenta ou brutal, festeja sua ressurreição em força nos ecrãs, pelo mesmo processo que aí fazia outrora reviver os mitos perdidos. [...] A história é nosso referencial perdido, isto é, o nosso mito (BAUDRILLARD, 1991, p. 59).

O ecrã realiza o desejo humano de visualizar um real imaginado no real presentificado, solucionando os contrários que afetam e oprimem. Também o ecrã faz com que esta visualização seja um espetáculo ensimesmado, desde o momento em que o sujeito é um expectador até o instante em que ele age ao contemplar as imagens do desejo.

O espetáculo é então uma manutenção do próprio sistema de desençaixe da participação, da cultura política e das comunas derivadas das redes: insufla um *status quo* fetichizado e fetichizante da agência e da potência sob um selo de performance recompensada. A participação se torna um brio social, com medalha, e consumível, como modulador de ação. O espetáculo, essencial ao sistema (amplo), é um fluido lubrificante das práticas e exercícios vigentes no tempo e no espaço.

No espetáculo do imaginário e do simulacro incorporam-se valores, crenças e moral na narrativa factual da temporalidade da mobilização social em rede. Consequentemente, posicionamentos e acirramentos insuflam narrativas e leituras radicais das conjunturas, fazendo com que o engajamento se restrinja ao palato da ficção utopista, aventureira e redentora.

Todavia, esta narrativa ficcional de mito-imagens e símbolos contemporâneos contém política inerente. Isso faz refletir que as mobilizações sociais em rede como junho de 2013 trazem debates recalibrados sobre participação e política, ao passo que reconfiguram resistências, modulam permanências e hegemonias.

6.2 Virtualidade e novas alocações dos sujeitos

Do imaginário das ruas ao imaginário da ação, reside (e resiste) o sujeito: este elemento constitutivo da ação e do eixo do qual se conhece e interpreta o cotidiano. Um sujeito esfacelado pelos contrários aos quais está submetido e às desilusões dos signos de desenvolvimento cujas promessas, que não se cumprem plenamente, continuam a se renovar sob o ultraprocessamento da realidade pelo capitalismo produtivo e democrático.

Em constante alocação e deslocamento, este sujeito é submetido a um cenário de intempéries. Por um lado, os instrumentos democráticos e as inovações constitucionais celebram a inclusão e configuram o caminho do político. Por outro,

as temporalidades do presente tem um efeito nauseante, pelo empuxo da crise da promessa desenvolvimentista (SANTOS; PEREIRA, 2021) ou pelo vertiginoso movimento pendular democrático (AVRITZER, 2019).

O resultado é um movimento de realocações sucessivas dos sujeitos, causada pelas injunções e disjunções do *corpus* político-democrático, que precisam se desfragmentar, embora as dinâmicas de existência e autopercepção como detentor de direitos, participante da ágora e uma cidadania centrada no trabalho e no consumo o fragmente continuamente.

O efeito colateral das sucessivas realocações é um quadro gradativo e intermitente de deslocação. Desse modo, a participação social e a consciência dos sujeitos ora é ativada inexoravelmente nos sentidos da luta, ora é agredida com dores que o colocam em estado de dormência ou de comprometimentos parcos. O sujeito de Touraine (1998; 2009) se vê em risco por um processo autofágico.

As condições e ativação do sujeito que fazem eclodir sua luta e delineiam os campos de força de sua ação sob a forma de contrapoder - salutares à estrutura democrática - acabam se tornando nutrientes para o catabolismo de lacunas que nem o tempo, a política, a participação, as identidades ou capital são capazes de equalizar.

O sujeito é relegado a uma situação de desencaixe, como se fosse evadido do tempo, de seu próprio tempo. Sua existência segue no tempo atual, enquanto sua consciência permanece adormecida em um tempo virtual. Contudo, essa virtualidade não atualiza o real, mas à sua sombra. É um sujeito que se basta nos simulacros de si e da realidade.

A mobilização social em rede é fascinante, na medida em que na elegia dos movimentos sociais, é uma constelação em si mesma, junto a outros eventos de mesma natureza. Este fascínio convive lateralmente a perigos que, ao mesmo tempo em que são causais às próprias mobilizações, são sintomáticos e diagnósticos. O que os sujeitos das mobilizações sociais em rede respondem é simultaneamente moléstia e medicina.

É um quadro em que:

O tempo se tornou o problema do *hardware* que os humanos podem inventar, construir, apropriar, usar e controlar, não do *wetware* impossível de esticar, nem dos poderes caprichosos e extravagantes do vento e da água, indiferentes à manipulação humana; por isso mesmo, o tempo se tornou um fator independente das dimensões inertes e imutáveis das

massas de terra e dos mares. O tempo [...] tornou-se um fator de disrupção (BAUMAN, 2001, p. 129-130).

Essa disrupção temporal é o que deixa um retrogosto amargo enquanto se observa as Jornadas de Junho de 2013, compreendendo inicialmente a legitimidade de manifestações e querelas em uma democracia. Este dissabor é percebido na curta duração dos atos, mas continua a chamar atenção na longa duração de suas consequências.

Destarte as interpretações sobre a singularidade e a incompreensão de junho de 2013 na cultura política brasileira ter sido amplamente debatida (CAVA, 2013; MARICATO *et al.*, 2013; CAVA; PEREIRA, 2016; SOLANO; ORTELLADO, 2015; BRINGEL, 2016; BUCCI, 2016; SANTOS, 2017; GOHN, 2018), seus significados e postulados ainda são disputados, sobretudo como aporte a eventos posteriores como manifestações autoritárias de 2015 em diante à deposição da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016, e o interdito conservador da atualidade.

Os problemas de junho possuem três ordens, duas endógenas à sua gênese e tipificação como mobilização social em rede, e uma exógena à sua condição, mas a ela atrelada como recurso interpretativo. Nestas três ordens, os mesmos atores, arenas e contextos estão presentes - o sujeito, as redes, seus processos -, embora posicionados de modo distinto.

Há a ordem político-contextual, onde reside o dilema da ação contemporânea, onde o cerne das mobilizações sociais em rede está circunscrito e onde os contextos plurais e singulares que marcaram as temporalidades e espacialidades das jornadas se alinham. Esta ordem, naturalmente, é endógena, ao movimento.

Do lado de fora, há a ordem político-interpretativa que desloca os objetos, a forma e o conteúdo dos atos de 2013 para o exame. O caráter exógeno dessa ordem advém não apenas por ser um exercício analítico em que certa distância é praticada, mas de um esforço oracular de atribuir ao movimento significados proféticos da conjuntura política, como uma bandagem de suas feridas hodiernas.

Por fim, há a ordem político-reticular. Também endógena, estabelece diálogo com a primeira ordem. Aqui está o significado das redes. Aqui está também o sentido das performances das mobilizações sociais em rede e como junho é uma tela do devir, feita de virtualidades políticas e realocações dos sujeitos.

A ordem político-contextual, amplamente descrita anteriormente, diz do que levou as multidões às ruas. Deve-se às pautas e sua natureza sócio-histórica e às formas de articulação e insurgência que as levaram a público. É o que faz de junho de 2013 as Jornadas de Junho, ao passo que é o que faz delas uma mobilização social em rede em um ecossistema de eventos pregressos e posteriores.

Afinal:

Nada mais legítimo numa democracia do que a existência de protestos e manifestações de desagrado. O problema colocado no Brasil na atual conjuntura é o de sua intensidade, magnitude e reiteração, a ponto de colocar em risco valores democráticos importantes como a tolerância, a não violência e as liberdades mútuas. Trata-se, portanto, de uma questão de repensar os canais de interlocução entre setores, que por algum motivo não se sentem representados em suas preocupações básicas pela coalizão predominante no governo, e as entidades do Estado responsáveis pela elaboração e efetividade de políticas públicas fundamentais. Mais criatividade e imaginação institucional no âmbito participativo e menos chavão institucionalista no âmbito representativo deve ser o norte da resposta política do governo à crise. Uma resposta cujo ponto de partida esteja assentado na defesa da solidez de nossas instituições representativas e democráticas (SANTOS, 2013, p. 23-24).

A ativação territorial dos atos por um processo de solidarização que se transforma em uma manifestação multiescalar, composta por territorialidades insurgentes e episódicas e por identidades flutuantes, bem como o escoamento das demandas vindas das ruas e das redes digitais e as respostas institucionais - mídia, governo, polícia, mercado e política - fundamentam o contexto de junho. E é da ordem político-contextual que surge a político-interpretativa.

As interpretações são esperadas e naturais aos eventos sincrônicos. Junho de 2013 começa por exames que estabelecem sua distinção e especulam seu valor na cultura política nacional. A seguir, análises diagnósticas tomam forma, centradas em uma perspectiva negativa, refletindo associações entre o evento e contextos econômicos e políticos nacionais, sobretudo nas vozes de Jessé Souza e Marilena Chauí.

Jessé Souza faz dois diagnósticos. O primeiro remonta a uma condição de opacidade da luta de classes e da política no Brasil, fruto de economias e culturas conservadoras, que tomaria o Estado por vilão e os novos engajados - sob estímulo da hegemonia - como heróis (SOUZA, 2015). O segundo seria entender junho como elemento incontestável à escalada do golpe de 2016, pela apropriação das pautas pela classe dominante com apoio da mídia (SOUZA, 2016).

O autor explicita:

Para esclarecer este ponto central, temos que analisar o que quase nunca chama a atenção de ninguém entre nós: a “sociedade” brasileira e seus conflitos de classe essenciais. É certo que, no início das manifestações em São Paulo e outras capitais do Brasil, o tema da mobilidade urbana associado às demandas de melhor educação e saúde, sob a pressão de estudantes tanto da classe média quanto da periferia das capitais, dominou a pauta de reivindicações. É certo também que as manifestações se irradiaram, de modo tópico e passageiro, para favelas e para a periferia não estudantil. Nos primeiros dias, uma aliança entre estudantes e “batalhadores” da classe trabalhadora precária [...] foi a grande responsável por uma pauta de reivindicações em consonância com os interesses das classes populares. No entanto, o dia 19 de junho – fato comprovado pelas pesquisas do IBOPE feitas com os manifestantes em dimensão nacional – foi um ponto de inflexão fundamental que ajuda a esclarecer a força narrativa e institucional do pacto conservador brasileiro contemporâneo. Foi a partir deste dia que as manifestações se tornaram massificadas e ganharam todo o apoio da mídia nacional, assumindo a “classe média verdadeira” – os 20% mais escolarizados e de maior renda segundo a pesquisa – de modo claro e incontestado o protagonismo do movimento (SOUZA, 2015, p. 239-240).

Todavia, esse posicionamento crítico, ao centrar-se numa leitura excessivamente negativa e contestadora da forma peculiar dos atos, se afigura a uma espécie de oráculo da realidade ou uma profecia reversa. Visto que se busca apenas no caráter que endossa um ponto de vista, a justificativa totalizante e apressada para fenômenos do tempo presente que desafiam os postulados das Ciências Sociais.

Isto é, para as fissuras complexas da cultura e da história política nacional, uma análise unidimensional de um evento fractal é usada como esquema para aplicar bandagens em contextos ainda movediços ou dos quais o próprio espectro político do autor - e de quem critica nesse mesmo prospecto - não tem dado conta de responder de imediato.

A interpretação oracular expulsa de Junho de 2013 até mesmo o que há de político nela e, portanto, seu caráter de mobilização social, objetificando a forma e conteúdo como inertes em práticas e processos. Embora as premissas do autor tenham interpretações pertinentes sobre a história, a economia e a política brasileiras, neste contexto, abafa-se o que há de genuinamente sociológico no evento, a diferença em baliza.

Nesse sentido:

Por mais que seja crível que a mídia tenha atuado de forma coordenada e que, em alguma medida, setores de classe média se somaram às manifestações, isso não significa dizer que a mídia se apropriou das pautas e, muito menos, que a classe média era hegemônica nos protestos. Basta lembrar que a pauta da corrupção construída midiaticamente se originou de uma divisão, criada pela própria mídia, que contrapunha “bons” e “maus” manifestantes, ou “pacíficos” e “vândalos”. [...] Um fator que corrobora com esse argumento é a própria depredação de “símbolos do capitalismo” durante as manifestações de 2013 e a conseqüente repressão por parte das forças policiais encarregadas de manter a “ordem”. É fato incontestável que a grande diferença entre as manifestações de 2013 e as de 2015 e 2016 – que levaram ao *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff – foi justamente a existência de episódios de “violência” (contra manifestantes e contra símbolos do capitalismo) nas primeiras, e a ausência nas que se seguiram em 2015 e 2016 (inclusive, muitas delas ganhavam apoio das forças de segurança policial como diferentes fotografias das manifestações daqueles anos demonstram). Entendemos, utilizando os próprios argumentos que Jessé Souza nos oferece (SOUZA, 2009), que as manifestações de 2013 foram muito mais substanciadas pela revolta de setores dos “batalhadores e da ralé” do que pela “classe média” nos termos desenvolvidos pelo autor (PIRES, 2018, p. 185-187).

Em outro polo discursivo está Chauí (2013a; 2013b), sem deixar de ressonar alguns argumentos de Jessé Souza. Para a filósofa, junho de 2013 é uma dinâmica de classes, sobretudo na nova classe trabalhadora, que se veria ao sabor dos ideários conservadores e individualistas do neoliberalismo. Há nessa receita o componente autoritário residual das origens do país.

Haveria nos sujeitos que se punham nas ruas certa indistinção, pois todos seriam peças de uma mesma dinâmica de autoritarismo social, derivado da insatisfação histórica do republicanismo e do liberalismo de sua fundação (CHAUÍ, 1994; 2013a). Portanto, os ativistas do MPL e aqueles que se vestiam de verde e amarelo vocalizando frases antidemocráticas seriam iguais em uma mesma senda autoritária.

Chauí (2013a; 2013b) enxergou as manifestações como um espetáculo de massa - a descrédito da luta de classes - seduzido pelas redes, mas perdido em um desejo de manutenção do *status quo*, dos quais os manifestantes, apesar de protestar, estariam praticando uma recusa à política.

Os signos da participação social das Jornadas de Junho seriam, portanto, uma reação do atraso histórico do país, caracterizando as massas nas ruas com rejeição à política e à ética, inventando democracias por meio de espetáculos massificados de manutenção conservadora.

Em ambos os autores parece recusar tacitamente o histórico dos movimentos sociais, a heterogeneidade complexa de junho e a atualidade da mobilização popular com ensejo interpretativo (LIMA; HAJIME, 2018). Conceitos como conservadorismo, fascismo e autoritarismo, ainda que pertinentes e válidos, são misturados em uma avidez pela desqualificação como sociologia do presente.

É o oráculo ou profecia reversa se concretizando quando junho de 2013 é mais explicativo e factual nos anos posteriores - quando outros eventos e contextos estavam em cena - do que em sua própria emergência. Isso não significa adotar uma postura apologética do movimento, mas cautelosa a partir do que ele representa em si, sem desvincular fenômenos históricos e suas continuidades.

A última ordem, político-reticular, regressa para dentro do evento. É da novidade das redes, continuando de Lévy (2000; 2002) e Castells (2003; 2006; 2013), esta operação. Já se discutiu satisfatoriamente que as redes são dispositivos interacionais que produzem arranjos disposicionais. A vida das/nas redes tem, assim, seu próprio tempo.

Mas que tempo?

Esses tempos construídos pelo discurso se apresentam na realidade quebrados e aos solavancos. Submetidos a "servidões" e a dependências, o tempo da teoria é de fato um tempo *ligado* ao improvável, aos fracassos, aos desvios, portanto deslocado por seu outro. É o equivalente do que circula na linguagem como "metafórica temporal". E, por um estranho fenômeno, essa relação do controlável com os fracassos constitui precisamente a simbolização, união daquilo que coere sem ser coerente, daquilo que faz conexão sem ser pensável. [...] As práticas cotidianas, fundadas na relação com o ocasional, isto é, no tempo acidentado, seriam portanto dispersas ao longo da duração, na situação de *atos* de pensamento. Gestos permanentes de pensamento (CERTEAU, 2014, p. 280-281, grifo do autor).

Na dimensão sócio-técnica das mobilizações como as de junho, as redes representam arcas para os sujeitos. Arcas que transportam os valores e sentidos do que se digna lutar, imbuídas dos dilemas da política e da democracia solapada pelos conflitos e contrariedades sociais. A virtualidade é o plano de navegação desta arca.

Quando se observa a refletância *on-line* e *off-line* das manifestações de 2013, com as redes servindo de observatórios, laboratórios e elementos arregimentadores da ação, uma série de sociabilidades passam despercebidas diante da forma e do conteúdo espetaculares do evento.

No contexto político-reticular, o sujeito, ao se aninhar nos laços dos nós e arcos, não só é diluído em um coletivo, como devorado pelo desejo premente de emancipação ante aos ideários sociais de derivas e contradições. Desse modo, o sujeito como um ser-sujeito divide seu espaço com uma imagem desse ser-sujeito. A imagem figura no psiquismo e incorpora o desejo convalescente na realidade contextual instável.

A mobilização, portanto, torna-se um exercício compensatório das insatisfações que inicialmente fundamentaram o próprio levante dos sujeitos. Há uma busca de si na multidão. Na singularidade e nos comuns, ocorre um jogo de fragmentos de si, do outro e da extensão da multidão diante dos significados construídos antes, durante e depois da luta.

As redes estão estetizando e homogeneizando a percepção da realidade, na medida em que permitem pela utopia de um sujeito-mito - balizado nos fetichismos do capital -, a obliteração do tempo utilitário em nome de um tempo permanentemente virtual, em que a utopia não perde seu brilho nos conflitos do tempo do real atual.

As práticas passam então a constituir performances por meio de *templates*⁶⁴ de ação. Isto é, um simulacro de potência e heroísmo político da multidão, inventada no utopismo confessado nas redes. Os *templates* - enquanto moldes pré-prontos e inequívocos de um projeto qualquer - são medidas de contenção dos conflitos e pulverizações da realidade atordoante, diante das contradições sempre presentes e dos movimentos pendulares da democracia.

Em junho de 2013, a festividade da flexão solidária dos atos que se combina a múltiplos atores com exercícios assimétricos e discrepantes constituem uma performance particular. Parte destes sujeitos se ativam e se articulam diante do conteúdo das demandas. Outra parte, assume a rede como arca, e participa em seus *templates*, reproduzindo por contágio o ideário do qual internamente deseja, mas que conjuntamente não articula.

A carnavalização dos atos é um exemplo disto (RICCI; ARLEY, 2014). A celebração das ruas, os cantos, o afã superlativo do momento visto nos vocativos de #vemprarua ou o #ogiganteacordou constituem pausas recreativas que se

⁶⁴ *Templates* indicam modelos genéricos pré-prontos, geralmente gráficos, para que qualquer tipo de ideia ganhe formato em uma perspectiva normalizada, aceita.

politizam nos *templates* que a rede, por entrelaçamento e solidariedade, fornece no que a realidade social e política atual de participação não contempla.

A virtualidade das novas alocações dos sujeitos em junho é um campo de embates entre o que a mobilização celebra da necessária mudança social feita nas lutas como os encaixos e problemas que sequestram sua própria aquiescência política.

Enquanto a ordem político-contextual reafirma as temporalidades particulares das mobilizações sociais em rede, e portanto, a heterogeneidade de elementos que constituem a gênese e os significados tão disputados de junho, a ordem político-interpretativa levanta debates que previnem a apologética cega e a desconfiança exacerbada como desqualificação.

Por fim, a ordem político-reticular apresenta a ontologia das redes, que ultrapassam a conexão conceitual dos repertórios biológicos e geográficos, apontando para uma direção comunicacional e política, mas não menos espaciais. Das ruas às infovias, o movimento é feito, produzido, reproduzido e metabolizado.

Para completar este debate ou o princípio de uma conversa, resta interrogar a interlocução entre espaço e insurgência, na busca de entender no sistema de objetos e ações os pormenores do que dele e nele acontecem. O acontecer do espaço é um acontecer político, pois para além de substrato, ele dá contorno ao devir, suas protuberâncias, concretudes e imaginações.

6.3 Espaços de insurgência e cidadinidade

O espaço é uma unidade polissêmica e hiper-conceitual. Pensar a miríade de significados espaciais é pensar a própria condição humana, também espacial. O real incontornável, ingovernável e inapreensível por si só repousa suas tensões operacionais quando espacialidade. Isto é, seja na linguagem ou na cotidianidade, quando espacializada, a realidade permite uma estabilidade tátil de suas fugas conceituais e epistemológicas.

Os movimentos sociais historicamente assumiram o espaço como unidade de passagem da corporeidade social, com seus meios, instrumentos e discursos. As mobilizações sociais contemporâneas também recuperam essa trajetória, chacoalhando a organização funcional da sociedade para fazer escoar seu volume multitudinário e político provocativo.

Ruas, monumentos, praças, edificações, a planificação viária e a infraestrutura urbana representam mais do que o ideário utilitário e cinza do espaço urbano. Nos tipológicos materiais está a experiência de significação cotidiana, nas quais o trivial das atividades de trabalho, as narrativas pessoais, as relações interpessoais e toda a manufatura humana se entrecruzam e catalisam os sentidos coletivos da urbe.

Os objetos que designam o espaço não são compulsoriamente a materialidade técnica e domesticada, mas designam instrumentais simbólicos (SANTOS, 2014a). Tratam-se de ícones, índices e símbolos incidentes sobre os sujeitos e incorporados em relações objetivas e subjetivas, cuja significação permite construir a realidade material e imaterial, vertendo sua existência e tecendo os sentidos entre autonomia, alteridade, coletividade, sociedade e, portanto, cidade.

É nesse espectro que as ações se inserem. São atos, eventos e movimentos desdobrados em práticas e projetos. A existência humana em si é uma ação desencadeadora de novas ações (reações em cadeia). A coletividade das relações urbanas é promovida pela articulação prática, simbólica, objetiva e subjetiva de uma série de ações que guardam propósito e efeito.

A cidade como este ícone sensível da organização produtiva e simbólica do espaço e da sociabilidade arroga-se como um totem do qual os sujeitos - habitantes, transeuntes, flaneurs e cidadãos - rezam seus ideários, desejos, insatisfações e projetos de vida - atomizados ou quites ao sistema capitalista ou às forças hegemônicas, também produtoras.

Logo, a cidade como metamorfose do espaço habitado⁶⁵ é um sistema de dupla experiência, entre o real/atual e entre o ideal/projetivo. Na mesma experiência concreta e sintagmática da cidade, os sujeitos vivenciam uma dobra prático-conceitual deste espaço. Enquanto convivem com suas contraturas presentificadas e de acumulação histórica, projetam na mesma ou em maior intensidade uma idealização da cidade.

Trata-se de um exercício duplo de viver e experimentar na mesma condição pessoal e/ou coletiva uma cidade real/atual e uma cidade ideal/projetiva. Como terreno e tela para os acontecimentos e para as edificações dos sentidos concretos e abstratos do social, diretamente ligados ao cotidiano, a cidade permite em uma

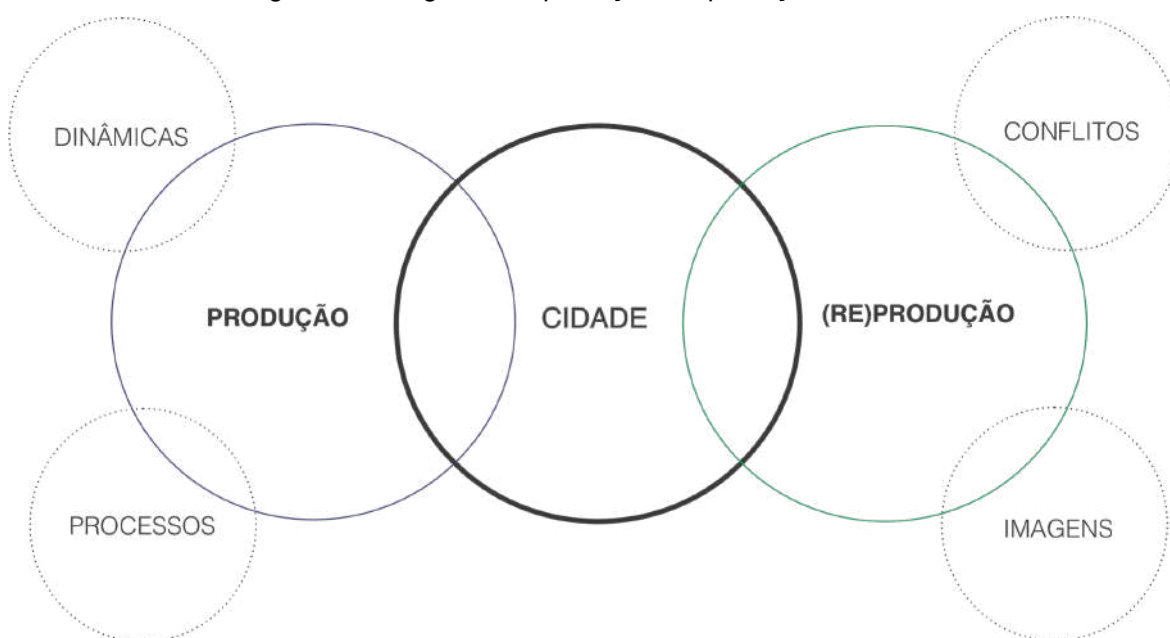
⁶⁵Como na alcunha de Milton Santos em sua obra *Metamorfoses do espaço habitado* (SANTOS, 2007).

mesma prova a denúncia de suas estruturas contraditórias como o anúncio da noção cambiante do que ela deve ser.

A produção da cidade - composta por objetos, fixos, formas, fluxos, atores, práticas, processos, funções, estruturas e ações - é acompanhada diligentemente por sua reprodução - resultado dos usos, significados, imagens e disputas dos sujeitos nela/dela. Portanto, a cidade é uma unidade de arranjos que se revezam entre fixos e móveis, consumindo e sendo consumida a si mesma enquanto realidade material e sensível.

Desse modo, pode-se pensar a produção e a reprodução da cidade:

Figura 46 - Diagrama de produção e reprodução da cidade



Fonte: Autoria própria.

Enquanto produzida, a cidade é entrecruzada e balizada por dinâmicas e processos. É o espaço das agências e dos sistemas que constroem visões e exercícios de ser e viver a cidade. Aqui estão os agentes, as estratégias de poder e a potência do cotidiano diante de desenhos edificadas e fluxos que animam os aglomerados populares densos (figura 46).

A reprodução da cidade, por outro lado, é o resultado da experiência concreta de sua produção. É o espaço em que as estratégias hegemônicas e os ditames da produção são encarados, disputados, emulados e combatidos. Na

reprodução, surgem imagens da realidade para dar conta da lacuna atroz que os sistemas vigentes não preenchem ou hostilizam, propiciando os conflitos (figura 46).

É nesse ideograma e na concretude dele aplicada ao cotidiano que o sujeito vive, se move e flaina. O cidadão flaina a partir da epítome dos direitos e das relações polidas da sociedade civil. O militante flaina a partir das protuberâncias da realidade, delas não se esquivando, mas vociferando. O cidadão⁶⁶ flaina a partir da noção de que onde pisa e vive é uma feitura da qual deve se reapropriar.

É neste quadro que a mobilização social se afigura como um movimento sísmico no campo da cidade. O flainar cidadão está na mesma faixa de volume da produção ininterrupta do espaço pelos centros de poder, enquanto o flainar militante transcorre interrompendo seus fluxos e ferindo sua acústica ao vocalizar suas pautas.

Desse modo:

As pessoas vivem as explosões cotidianas das contradições urbanas na forma de uma serialidade, isto é, presas em seus casulos individuais estão no mesmo lugar fazendo as mesmas coisas, mas não formam um grupo, e sim um coletivo serial no qual prevalece a indiferença mútua. [...] Submetidos à sociabilidade do capital, interiorizamos as relações sociais na forma de uma representação que as torna como naturais e imutáveis. Nossa consciência imediata assume uma forma particular da realidade como se fosse a realidade, que sempre foi e sempre será assim. Navegamos nas diferentes esferas que compõem a vida de forma fragmentária e superficial, e não como totalidade articulada (IASI, 2013, p. 42, grifo do autor).

Mobilizar-se é travar no espaço da cidade um embate do qual ele serve de suporte e corporeidade sensível para que a insurreição materialize os objetos de sua indignação. Nem o flâneur cidadão nem o militante, porém, conseguem em sua performance romper a fragmentação da realidade colateral à sua experiência e objeto da ação política.

É o flâneur cidadão que rompe a consciência atomizada da vida na cidade, quando em sua performance assume a cidade como lócus da ação e lócus da vida, desfragmentando a realidade e recompondo suas partes em uma consciência autônoma e ativa da cidade.

⁶⁶Trabalha-se aqui na noção de Michel Agier, em que o cidadão é um sujeito que assume o fazer-cidade como uma prerrogativa ativa de existir, viver, compreender, resistir e ocupar a cidade.

O acionamento dos sujeitos como indivíduos conscientes dos sentidos da luta é, em certa medida, um rompante consciente de compreensão da cidade e seu valor articulado. As explosões cotidianas são então processos detonadores que atualizam uma pedagogia da vida urbana por meio de uma chave de cidadinidade.

Esse processo fica notório na medida em que mobilizações populares no e pelo urbano têm introjetado novos sentidos e práticas sobre a cidade a partir de lógica do fazer-cidade, como sinalizaram Houston (2013), Harvey (2014) e Tavorari (2016). Logo, a cidade-palco torna-se na linguagem insurgente da contemporaneidade das mobilizações uma tela de agência, potência e cidadinidade.

Os espaços de insurgência, doravante, são espaços de cidadinidade. Retornando à junho de 2013, o retorno sempre novo às ruas foi categorizado midiaticamente de jornada, e o foi. Uma jornada socioespacial que fazia da ocupação física da cidade uma janela de reflexão sobre a própria resolução do movimento, ainda que este se perdesse no agigantamento de seu escopo e escala.

A despeito das críticas de manipulação midiática dos manifestantes, as gramáticas e estéticas dos atos sinalizaram para uma configuração modular de um espaço insurgente e cidadão de se manifestar e mover. A bricolagem dos jargões "vem pra rua" e o "o gigante acordou" reforçam táticas multitudinárias, mas só se tornam reproduzíveis na medida em que os sujeitos partilham amplamente do significativo e do referente do discurso.

Chamar às ruas e vislumbrar uma retomada de um despertar popular e territorial aventam para uma interpretação do espaço como arena, que por sua vez é arena de luta, e como tal, é conseqüentemente, um índice de uma transformação que deve ser protagonizada no cotidiano: um fazer-futuro, fazer-cidade e fazer-a-si-próprio.

A interface simbólica é uma tática com a qual os sujeitos se posicionam na realidade. Desse modo, é também uma tática insurgente, e logo uma tática cidadina, uma vez que o simbólico representa, mas permite com que seus significados se dispersem como uma tentativa do discurso se tornar perene, ainda que transformado.

Sobre o simbólico no/do urbano, Castells (2020, p. 307 e p. 309-310, grifo do autor) discorre que:

O espaço está carregado de sentido. Suas formas e seu traçado se remetem entre e se articulam numa estrutura simbólica, cuja eficácia sobre as práticas sociais revela-se em toda análise concreta. [...] Pelo componente ideológico que, ao nível de uma realidade histórica, está presente em todo elemento da estrutura urbana. Assim, por exemplo, toda moradia ou todo meio de transporte se apresenta sob uma certa forma, produzida pelas características sociais deste elemento, mas que, ao mesmo tempo, reforça-os, pois ela dispõe de uma certa margem de autonomia. Pela expressão, através das formas e dos ritmos de uma estrutura urbana, das correntes ideológicas produzidas pela prática social. *É neste nível da mediação, pelo espaço urbano, das determinações ideológicas gerais, que devemos colocar o tema do simbólico urbano.*

É nos ritmos da própria estrutura urbana que a mobilização opera subvertendo o assentamento dos sentidos ideológicos dos quais o espaço já está dotado, para consubstanciar temporariamente pelo exercício projetivo das demandas - afinal, toda ação é um pouco utópica⁶⁷ - outros sentidos, em uma mediação que precede (ou é requisito prévio) à transformação.

O desenho da insurgência é uma variação do desenho de cidadania. Ambas são flanagens ou coreografias sociopolíticas de uso e ocupação de espaços concretos e de suas evocações para além da materialidade. Usar e ocupar o espaço são exercícios de agência e potência, visto que estão acondicionados entre necessidades e formas de vida.

No objeto catalisador da insurgência estão atreladas necessidades humanas metabolizadas em percepções e visões da realidade, e que se tornam objetos detonadores de manifestações pelo arraigamento com a experiência cotidiana. No objeto catalisador e depois detonador está presente o anelo por um espaço real não compatível, não contíguo ou que não possui capacidade para comportar necessidades humanas feitas projetos idealizados.

[...] a mais consistente e, no geral, a mais bem-sucedida tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo de seu coração. Porém, se a cidade é o mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem nenhuma ideia clara da natureza de sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refaz a si mesmo (PARK, 1967, p. 3).

Se a cidade é feita em seu uso - renovado - e se ao fazê-la, os sujeitos refazem a si mesmos, o exercício cidadão está diretamente ligado ao exercício insurgente, do mesmo modo que este é uma modalidade adutora daquele. As

⁶⁷Como desenvolvido em Santos e Pereira (2019) em leitura à Sargisson (2012) e Lefebvre (2016).

necessidades humanas achadas nas ruas calibram essa noção e fazem dos espaços de insurgência, espaços de cidadinidade.

Essas necessidades feitas projetos ideais possuem natureza pessoal, mas não deixam de se coletivizar e ampliar, na medida em que o rol de necessidades encontra ressonância e receptáculo na partilha territorializada do espaço e da experiência do tempo (MOYA; MARQUES, 2012; SANTOS; CUNHA, 2018a).

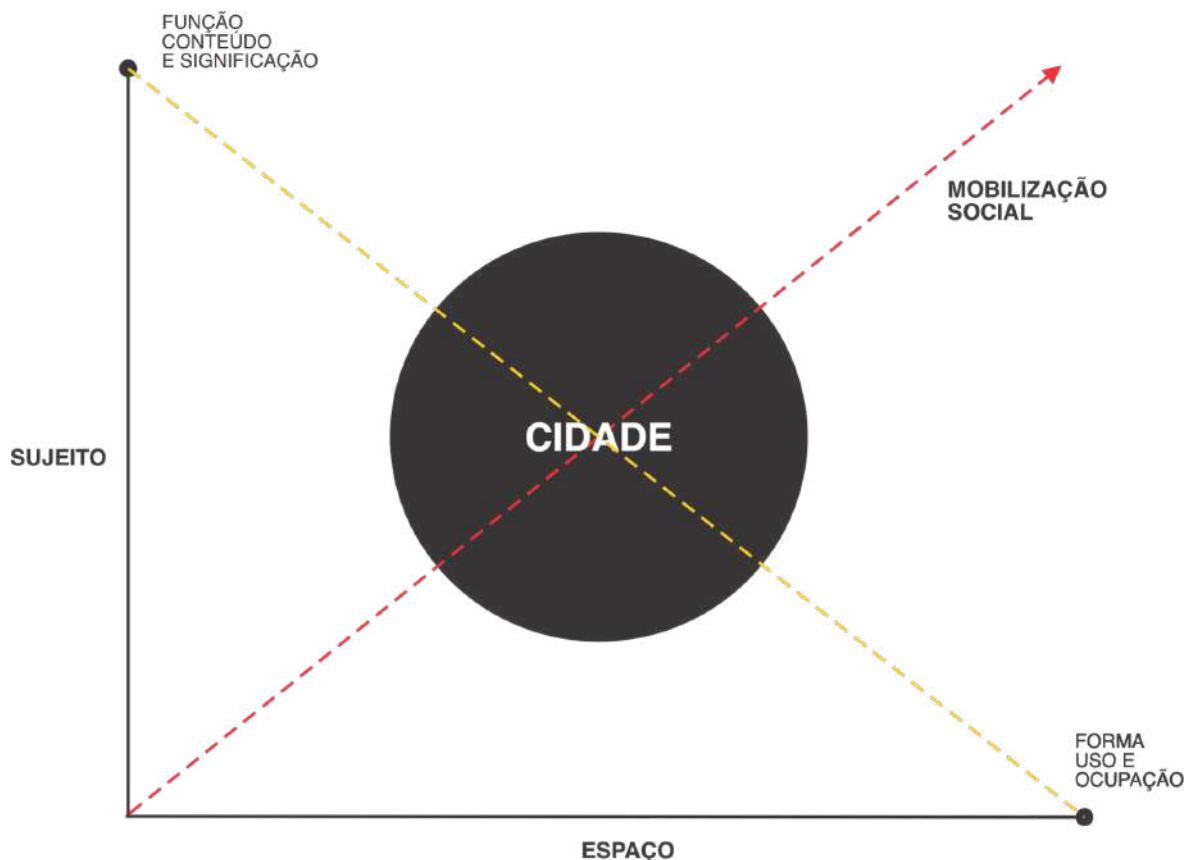
Nessa perspectiva:

A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas (isto é, ora separadas, ora reunidas, aqui comprimidas e ali hipertrofiadas) acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e bens materiais consumíveis), necessidades de informação, simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas. [...] As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade de encontros [...]? (LEFEBVRE, 2016, p. 113-114).

As necessidades de que aqui se discutem, de fundo antropológico, e socialmente reelaboradas no tempo e no espaço, requerem sua satisfação a partir de uma força criadora, que incide sobre a realidade adversa ora construindo ora desconstruindo, a partir do que se pode definir como objetos de necessidade. A atividade criadora metaboliza esses objetos em movimentos transformadores de incursão sobre a ordem social elaborada coletiva e politicamente.

Assim se opera uma espécie de sistema que torna a mobilização um espaço de insurgência e cidadinidade:

Figura 47 - Sistema do espaço de insurgência e cidadinidade



Fonte: Autoria própria.

A cidade se opera no eixo formado por sujeito e espaço (figura 47). No polo do espaço estão as formas ideologizadas e responsivas a sistemas de poder, bem como os exercícios de uso e ocupação. A função dos/nos espaços e sua extensão de conteúdo e significados estão no polo dos sujeitos, dispostos à ação. Produz-se no vértice entre os pontos a vida na cidade.

Por adução, sujeito e espaço conferem à cidade contraturas e rupturas, originadas das assimetrias de poder e desigualdades. Por abdução, o resultado entre o choque das contradições da vida urbana produz impasses e lacunas, das quais a mobilização, transversal aos polos do sujeito e do espaço, atravessa como reação e resposta elaborada às dissidências iniciais.

Nesse sistema se desencadeiam as fases, etapas e processos da mobilização social. No quadrante da extensão entre sujeitos e o espaço, a produção da vida e do cotidiano, a cidade emerge como um campo de (des)construções sistemáticas. E é a mobilização que alinhava as necessidades vilipendiadas no quadrante na perspectiva da mudança.

A linha da mobilização social atravessa a cidade a partir do encontro dos eixos, em seu vértice. Por isso, essa atividade tem em sua forma elementos de

desordem e torpor, já que entrecruza a ordem produzida e naturalizada pelos sujeitos, sob influência dos sistemas de poder e produção que "domesticam" a ordem para mantê-la controlada.

Essa perspectiva já foi sustentada por Harvey (1980, p. 306):

O espaço e a organização política do espaço expressam relações sociais, mas também reagem contra elas. [...] A industrialização, que um dia foi produtora do urbanismo, é agora produzida por ele. [...] Quando usamos as palavras "revolução urbana", estamos designando o conjunto completo de transformações que permeiam toda a sociedade contemporânea e promovem uma mudança de um período em que predominam as questões do crescimento econômico e da industrialização para o período em que a problemática urbana se torna decisiva.

Essa reatividade orientada à uma revolução, mencionada por Harvey (1980), torna a mobilização social - nos espaços de insurgência e cidadinidade - translúcida em si mesma. Isto é, suas estéticas são sintomáticas das patologias da realidade, que são patologias do urbano. Representam, assim, a mudança logo a partir de sua formação.

Como reação sintomática, a mobilização social é como uma prática que pede por devolutivas: devolutiva da realidade pela espacialidade liberal devoradora. Essa mesma devolutiva é um pedido de retomada consciente e latitudinal do que se perdeu, mas também do que não se recebeu ou viveu.

As reivindicações nascidas no terreno da coletividade ou na identificação de grupo a partir das vivências comuns no mesmo processo de arrocho ou questionamento experimentam um duplo movimento: tornam-se pareadas a atos de consumo como escolhas personalizadas, nas quais se compõem demandas por identificação individual ou de uma comunidade de consumo social; e nesse mesmo embalo, se tornam aspirações sempre mais extensas dado o objeto contingencial da dinâmica de um consumo sempre maior.

E é nesse trânsito de personalização e consumo que direitos, demandas e perspectivas sociais trafegam (CANCLINI, 2006). Com isso, especula-se aqui que esse prospecto designe novas formas de visão da realidade que indignam e causam celeuma, querelas e reivindicações. Destrava-se um novo tipo de acontecer de demandas que, por sua vez, destrava um novo acontecer de mobilizações populares e, conseqüentemente, um novo acontecer do desenvolvimento.

A coletividade mobilizadora, nesse contexto, reforça-se na tendência da rede. Como se viu, as redes não são apenas tessituras que explicam fluxos de ação, isto é, são apenas descritivas de um formato de ação (CASTELLS, 2013). Redes são, antes de tudo, laboratórios de ação. Os nós e arcos se formam na medida em que tramas geram e alimentam os fluxos, coletivamente, como laboratórios de potência e agência, deflagradoras do processo de reticulação.

As demandas sociais são percebidas de um modo particular. A rede de sujeitos que se relaciona de modo fetichizado diante da realidade passa a se mobilizar por identificação plural. A diferença liga-se, pela experiência, a uma realidade de consumo que passa a designar realidades de movimentação. Todavia, um aspecto se destaca, o apelo pelo gozo do objeto de desejo. Como a demanda social poderia satisfazer tal necessidade?

As demandas mobilizadas denotam aspirações, sonhos, utopismos, projetos de vida e país, ou, uma emulação das forças operacionais do(s) desenvolvimento(s). Portanto, vislumbra-se na pulsão reivindicatória, microdesenvolvimentos. O deslocamento do centro de ação parece indicar uma espécie de coalizão.

As múltiplas dimensões, tratativas e tentativas de desenvolvimento constituíram uma nuvem densa de signos que intensificaram os desejos por um lugar no qual os intentos, os ideais, os utopismos, as promessas e as benesses possam repousar e realizar (ESTEVA, 2000; KLIKSBURG, 2001; RIST, 2002; RIBEIRO, 2008; IVO, 2012). Embora imerso em representação e imaginário, o signo é mediador. Logo, a mediação destrava possibilidades de agência, potência e devires (MARTÍN-BARBERO, 2006).

Utopismos são produzidos e alimentados nesse contexto. Na meta tensa por esse lugar ideal, descortina-se uma modalidade particular de perceber e construir desenvolvimento, instalado em micro-ambientes. Produz-se microdesenvolvimentos. As trajetórias locais, particularizadas e inscritas na experiência mais narrativa e comunal são o esteio no qual o pleito das benesses do desenvolvimento passam a dimensionar novas crenças na sociedade, na economia, na política e na cultura.

São exercícios inovadores de sociabilidade e de participação. Ainda que vulnerabilidades sejam prementes e claramente observáveis, há aqui oportunidades de compreender os ditames futuros e dos impasses do que o

desenvolvimento significa nesse ponto do *zeitgeist*. Tem-se diante dos olhos e dos estudos uma oportunidade fascinante, onde o primado do micro sobre o macro provoca e faz refletir sistemas, estruturas, crenças e o próprio eixo do pensamento contemporâneo e interdisciplinar sobre esse conceito volátil.

As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, objeto de reflexão neste estudo, se configuram como um evento-fenômeno de insurgência caracterizado pela forma em rede e na pulverização de pautas, cujas demandas abrangentes reclamam direitos e projetos. Projetos que, por sua vez, querem repousar em noções mais amplas como a nação, mas perpassam trajetórias pessoais. São disputas de controle e narrativa do desenvolvimento, do macro para o micro.

Esse novo desenho de articulação popular indica uma flexão da participação, onde as territorialidades de insurgência são tessituras de coalizão e desenvolvimento(s). A ressonância da voz reivindicatória popular em rede indica a subversão das assimetrias do desenvolvimento ou, pelo menos, um sinal de que a planificação do conceito encontra impasses maiores. Microdesenvolvimento é o início de uma discussão possível sobre o quadro atual de ativismos em rede e seu significado ainda provocador acadêmica, política e socialmente.

Os signos de modernidade e do próprio desenho do desenvolvimento tornaram essas articulações produtos consumíveis e que compõem uma performance de participação como um ato de consumo. Ora, signos representam e contém nessa representação promessas. As promessas alimentam o exercício pela produção de utopismos. Desdobra-se uma ambiência instável, ou melhor, flutuante de participação social e de entendimento do significado de porque se participa.

Microdesenvolvimentos são modalidades de um novo acontecer de mobilizações populares, novo acontecer de demandas e um novo acontecer de percepção do desenvolvimento. Do impasse do termo, vislumbra-se uma nova construção que é semântica, mas já se irradia em uma práxis que é sobretudo agência, potência, experiência e vivência.

Há no trâmite dos espaços de insurgência uma ameaça e uma oportunidade. A ameaça é o sequestro conceitual liberal, o que levaria este quadro para uma subtração política em uma modalidade consumida em si mesma pelo esvaziamento da diferença. Ou ainda, a condenação da politização e da vida na cidade sob a moeda absoluta do consumo.

Já a oportunidade é uma prevenção à ameaça: a pedagogia da cidade. A educação para o olhar da cidade abre um espectro contemplativo e atitudinal que destrava o mero espetáculo e ativa a potência da urbanidade, a potência cidadina. É preciso estender, portanto, o significativo da jornada feita em junho para todo o calendário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese se dedicou a examinar as formas de constituição, organização e operação de mobilizações sociais em rede, a partir das Jornadas de Junho de 2013, no Brasil. Pode-se depurar que esta mobilização - marcada como um fenômeno debate extensivo e ostensivo por sua recência e particularidade - constituiu-se de espacialidades de insurgência e de cidadinidade.

A dinâmica das redes ofereceu à mobilização ambiências de processamento da ação sociopolítica e dos sentidos de insurgência, sob o influxo dos contextos explosivos que ressoavam nos atos, a partir de seu estopim. O resultado prático é uma mobilização aquiescente, cuja potência reside em sua efervescência e volatilidade.

Na multiplicidade de participantes e de agendas postas nas ruas, diferenças foram evidenciadas em discurso, intenção e projeto. Contudo, as particularidades que desenvolveram a movimentação, colocam os atos de 2013 em um cenário particularmente diferente, em que o singular é múltiplo, o integrado é plural e a unidade é diversa. A controvérsia foi um marcador central das mobilizações.

Destarte os primeiros impactos, uma aderência inesperada é sentida com múltiplos focos de protestos sendo relatados não apenas no estado paulista, mas em outras partes do país, não restritos também à região Sudeste brasileira. A reverberação das vozes dos protestos que afirmavam um despertar e convidava às ruas parecia contagiosa e possuiu a acústica necessária para que seu som se difundisse sem dispersão, agremiando sentidos contraditórios entre si.

O que unia as pautas em termos de luta pelo transporte público gratuito e de qualidade passou a congrega uma diversidade de pautas espalhadas por uma cartela de demandas que afetam a vida urbana. Todavia, o que implicava em diversidade de agenda, carregava uma prerrogativa de unidade. A polifonia das pautas não dividia, mas unificava um pulso nascido das ruas e capaz de destravar experiências nas/das ruas. E a dinâmica das redes é o elemento aglutinador desse processo.

Diferentes posicionamentos acabaram por tornar-se parte de uma torrente de afetos que, sob a partilha sensível dos ícones, índices e símbolos espargidos nas ruas e nas redes, tomaram de sobressalto a emergência de distintos sujeitos

naquele processo. Nesse sentido, germes progressistas, bem como centelhas autoritárias e conservadoras se imiscuíram de uma mesma jornada cujos significados ainda se mostram complexos de debelar.

Nota-se a pujança de junho de 2013 na construção de novas frentes engajadas, coletivos urbanos e um renovado interesse por pautas que perpassam a reivindicação por desenvolvimento social. Todavia, acompanhou-se também um esfacelamento do debate público, ocasionando sectarismos polarizados que tiveram redutos estéticos, como em grupos conservadores que abraçam o campo cromático da bandeira nacional e outros grupos que passaram a ser taxados de vermelhos, como um marcador de estereótipo político.

A produção estética, cara à produção do devir humano, torna-se então um elemento central à estrutura orgânica de mobilizações sociais em rede - o que se convencionou denominar novíssimos movimentos sociais. Na trama de sentidos alinhavados, no sensível que reveste a ação e na linguagem que mobiliza, está a mobilização de afetos que qualifica a ação coletiva.

A complexidade dos sentidos de junho de 2013 residiu na capacidade aglutinadora que o despertar de ondas de protestos em rede promoveu no território nacional, ativando espaços, afetos, sentidos e discursos. A interpolação desses sentidos é partícipe do vertiginoso e desafiador quadro sociopolítico delineado nos anos recentes da história brasileira e que, sem dúvida, as estéticas do gigante desperto ajudaram a decodificar, tal qual a estética, ferramenta e interface de devires.

As práticas, estéticas e gramáticas do movimento sinalizam sua envergadura, bem como seus espaços e tempos. O evento foi marcado por efervescências, efemeridades e evanescências. Os espaços de junho, alocados nas ruas e nas redes, foram marcados por uma diligência latitudinal e longitudinal. Já os tempos dissolviam-se, subvertendo a noção tradicional de ciclo.

Os participantes se inscreveram ao movimento na medida em que flexões solidárias o faziam acessar diferentes repertórios, contextos de vida e sentidos de luta. Isso permitia uma ativação territorial que, sob o afeto solidário e insurgente, produzia territorialidades de insurgência, mas marcadas em episódio.

Das distintas localizações e vivências dos sujeitos dos movimentos, emergiram singularidades comuns a partir do deslocamento de múltiplas identidades para uma unidade de instante que flutuava na duração do ato, como

tática de encorajamento do movimento. As identidades flutuantes abarcavam a diferença e conferiam ao movimento certa unidade de percurso.

Nesse mesmo prospecto, o desenho territorial dos atos, que se difundiam em multiescalas, remontava a territorialidades episódicas. Sua duração é codependente do movimento. O episódio é o lastro temporal que em sua consumação aporta os sentidos dos atos e sua própria configuração, desfazendo-se sistematicamente e retomando sua diferença localizada original com o findar da manifestação.

Esse quadro de ambiências, espacialidades e temporalidades apontam para uma performance da mobilização em rede. Essa performance compreende uma modalidade particular de exercício sociopolítico diante da convalescência de antigos modelos e sob contextos movediços de percepção da democracia. Ela interpola sujeitos, objetos e redes em um estado híbrido.

O exercício desta performance, embora feita de episódios, está longe de ser episódico em si mesmo. Agência e potência nos sujeitos passam a constituir um produto híbrido entre a espacialidade, a mediação tecnológica e a cidadinidade. Ainda que represadas por estéticas do espetáculo e por modalidades cidadãs consumidoras - como remonta o quadro contemporâneo -, essas performances derivam e ao mesmo tempo compõem espaços citadinos e também insurgentes.

Há uma manufatura de si, da cidade e da política intrínseca nestes primeiros. Deste modo, junho de 2013 operou-se como um dispositivo caleidoscópico de sentidos políticos.

O trabalho desenvolvido na tese é de bricolagem dos acontecimentos, trazendo à luz eventos, vozes e matizes, sem apagar as contradições - constitutivas - e hierarquizar sua conjuntura - o que representaria um exercício empírico nocivo. Apesar disso, o trabalho retroativo e a conseqüente lacuna do campo constituem limites.

O aporte documental jornalístico e da "twittosfera"⁶⁸ ajudam a lembrar acontecimentos em seus instantes. O instante é uma linguagem do tempo em potência. É dele que derivam as conjunturas, os impactos e os metabolismos dos eventos. Junho como jornada foi um evento de arranjos disposicionais. Neste atributo está a riqueza de sua emergência como fato social e histórico.

Justamente nesse jogo temporal da duração é que outro limite se desenha: a intensa transformação dos cenários posteriores ao caso analisado. Desde junho de 2013, diversas manifestações no Brasil e no mundo figuraram sobre a imprensa, a academia e o imaginário popular. Em todas, desenhos específicos de agência, organização e potência com os quais comparações são inevitáveis.

Embora tenha se discutido suficientemente aqui e em outras literaturas o lugar de junho no desenho de mobilizações posteriores⁶⁹, convém endereçar aos atos da contemporaneidade uma análise que os posiciona em duas possibilidades, uma de progressão e outra de redução.

Progressivamente, modalidades similares de mobilizações foram percebidas no país e em todo o globo. O progressivo aqui indica uma multiplicação da constituição de atos em um mesmo índice e não necessariamente a algum tipo de solidariedade ou paridade sociopolítica, a exemplo do que se viu recentemente no Chile⁷⁰, nos Estados Unidos⁷¹ e na França⁷².

Outro prospecto reduz a mobilização social em sua própria essência, representando movimentações isquêmicas, cujo fundo estético é seu fim último, importando muito mais a imagem da mobilização do que o conteúdo político da mudança. Essa perspectiva é uma espécie de reação opaca e de dissonância cognitiva que enfrenta o adversário emulando sua própria politização⁷³.

⁶⁸Trata-se da esfera do acontecimento no Twitter, visto que seu diferencial reside em sua origem como rede de microblogging, isto é, de registros em tempo real e repercussões por meio de diálogos multimidiáticos e expandidos

⁶⁹Sobretudo nacionalmente em 2015 e 2016 em que impropérios autoritários e antidemocráticos foram observados, seguindo com a deposição da ex-presidenta Dilma Rousseff; em 2018 com o #elenão (SANTOS, 2019), a eleição de Jair Bolsonaro; e as manifestações contra e a favor de seu governo e agendas entre 2020 e 2021, marcadas ainda pelos contextos da pandemia de COVID-19.

⁷⁰Conforme: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50130830>. Acesso em 30 jul. 2021.

⁷¹Conforme: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52904253>. Acesso em 30 jul. 2021.

⁷²Conforme: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46249017>. Acesso em 30 jul. 2021.

⁷³Como se pode observar nos atos pró-Bolsonaro desde 2020, funcionando como reações estéticas reducionistas ao sentido político da mobilização ou mero enfrentamento como queda de braço a movimentos dissonantes.

Um atributo na natureza das mobilizações sociais em rede, como Junho de 2013, e que seguramente constitui um objeto de investigação futura, é seu desfecho. O fim da mobilização é marcado por uma suavidade não compartilhada com o tom supersônico de sua eclosão. Entretanto, como se discutiu, seu fim é metabólico, processo no qual os sentidos - na curtíssima duração dos atos - se esfacelam plasmando novas práticas, laboratórios de ação e acionamentos.

Por certo que a efervescência resulta em um evento volátil, cujo desfecho é facilmente interpretado como ineficiente ou improdutivo - por meio de uma via interpretativa utilitarista e corporativista da ação social. No entanto, o findar de uma mobilização deixa resíduos metabólicos em que a descontinuidade remonta a energias em novas destinações, debates, modificações e impasses, reverberando transformações de diferentes naturezas.

Embora haja um campo comum em que movimentos e mobilizações sociais se enquadrem, como as lutas, programas e ações, há distinções particulares sobre seu desencadeamento, reprodução, tempos e espaços. Essas particularidades não geram oposições nem tampouco superações de modalidade, mas diferenças de dinâmica e significado, sobretudo no ritmo e na tessitura produzida no rompante da ação localizada.

Historicamente constituída, a categoria movimento social evoca lutas, opositores e projetos socioculturais com tendência à cristalização, institucionalização e organização formal duradouras, cujo progresso se sustente como garantidor dos anelos de luta dos quais em diferentes tempos e de diversas formas as manifestações acontecem: nas ruas, em audiências públicas, nos trâmites da governança, na arte, na cultura e toda sorte de práticas engajadas.

A anatomia sociopolítica das mobilizações sociais abriga uma constituição cuja condensação prevê menos hierarquização, organização mais volátil e impermanências institucionais, além dos tempos e espaços em fragmentação. Essa composição de plástica fluida e mutável não olvida o caráter de engajamento, isto é, a formação de identidade(s) de luta, o alvejamento de opositores e a criação de projetos sociais nos quais as tensões reivindicatórias repousam.

Esse enquadramento - tipológico e situacional - das mobilizações sociais em rede é caracterizado por manifestações desenvolvidas em rede, frequentemente ativando multiescalas em sua difusão, ausentes de organismos formais e hierárquicos tradicionalmente concebidos, arregimentadas por redes sociais sem a

perda do influxo *off-line*, efervescentes em sua origem e repercussão, bem como voláteis em seu aparente declínio improdutivo.

A caminhar para a conclusão, as Jornadas de Junho de 2013 partilham esse comum organizacional, cujo caráter reticulado é seu principal predicado, potencializado pela dimensão da comunicação em rede. De posse de dispositivos, no uso da palavra e dos recursos *on-line*, movimentos ganham uma capilaridade peculiar, o rompante mobilizador e que originam imagens solidárias a agremiar e ativar sujeitos em contextos, tempos e espaços distintos.

Os sujeitos em mobilização partem de um objeto de luta e tomam eventos iniciais por símbolos que se constituem motivação para a ação, visto que a emergência dos sujeitos opera-se por meio de afetos e mediações, frequentemente catalisando adeptos cujas afinidades sociopolíticas são distintas. Esse processo desencadeia uma pulsão utópica em torno da ausência de lideranças formais, tornando o processo vertiginoso pela capacidade do poder em demonstração.

É preciso salvaguardar a orientação humana à mudança e à transformação na polissemia do que se compreende por social. Para tanto, as mobilizações como outrora continuam pedagógicas em fornecer luzes para viabilizar esse processo no tempo, no espaço, na cidade, nas redes. Que se ampliem as jornadas e que os junhos se multipliquem. Mobilizados.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Primeira versão**. Teoria da Semicultura. Porto Velho, 2005.

AGIER, M. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 46, p. 49-86, 2009.

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, jun. 2012.

ALTHEMAN, F. **Cenas de dissenso, arranjos disposicionais e experiências insurgentes**: processos comunicativos e políticos em torno da resistência de estudantes secundaristas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Edipro, 2015.

AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9. ed. Campinas: Papius, 2017.

AVRITZER, L. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

BARBOSA, M. C. Tempo, tempo histórico e tempo midiático. In: MUSSE, C. F.; VARGAS, H.; NICOLAU, M. (Org.). **Comunicação, mídias e temporalidades**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BARBOSA, R. F. Aganaktismeni: o movimento grego entre razão e emoção. **Revista Sinais**, Vitória, v. 2, n. 20, p. 133-147, jul./dez. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2007.

BARKER, C. "O movimento como um todo": ondas e crises. **Revista Outubro**, n. 22, p. 5-34, jul./dez., 2014.

BARROS, M. Os idiomas misturados vindos da rua. In: GONÇALVES, M. (Org.) **As jornadas de junho**: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife: Ed. do Organizador, 2014. p.60-66.

BAUDELAIRE, C. O pintor da vida moderna. In: BAUDELAIRE, C. **A modernidade de Baudelaire**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 159-212.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

BAUDRILLARD, J. **Tela total**: mito-ironias do virtual. 5. ed. São Paulo: Sulina, 2011.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. **Vida Para Consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. Obras escolhidas III. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, W. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**: escritos escolhidos. São Paulo: Cultrix, 1986.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas I. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BETENCOURT, R. A revolta estudantil e a luta pela democratização do sistema educacional chileno. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 175-192, 2016.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRAGA, J. L. Dispositivos interacionais. BRAGA, J. L. *et al.* **Matrizes interacionais**: a comunicação constrói a sociedade. Campina Grande : EDUEPB, 2017. p. 17-42.

BRAGA, J. L. Interagindo com Foucault. Os arranjos disposicionais e a comunicação. **Questões Transversais**, São Leopoldo, v. 6, n. 12, p. 81-91, jul./dez. 2019.

BRAGA, J. L. **Uma conversa sobre dispositivos**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2020.

BRANDÃO, C. R. **Memória Sertão**. Cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão. São Paulo: Editora Cone Sul/Editora UNIUBE, 1998.

BRANDÃO, C. R. A vida reinventada: movimentos sociais e movimentos ambientalistas. In: PESSOA, J. M. (Org). **Saberes de nós**: ensaios de educação e movimentos sociais. Goiânia: UCG, 2004. p. 43-120.

BRINGEL, B. **2013-2016**: polarização e protestos no Brasil. OpenDemocracy. 18 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/democraciaabierto/breno-bringel/2013-2016-polariza-o-e-protestos-e-no-brasil>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

BUCCI, E. **A forma bruta dos protestos**: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CALHOUN, C. Occupy wall street in perspective. **British Journal of Sociology**, v. 64, n. 1, p. 26-38, 2013.

CAMPOS JÚNIOR, J. Não se pode pensar estar fazendo algo diferente quando se aposta no mesmo caminho. In: GONÇALVES, M. (Org.) **As jornadas de junho**: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.178-185.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

CARRASCOZA, J. A. **Do caos à criação publicitária**: processo criativo e *ready-made* na Publicidade. São Paulo: Saraiva, 2008.

CARREIRA, A. Teatro de Invasão: redefinindo a ordem da cidade. In: LIMA, E. F. W. (Org.). **Espaço e Teatro**: do edifício teatral à cidade como palco. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008. p. 67-78.

CARVALHO, J. M. Cidadania na encruzilhada. In: BIGNOTTO, N. (Org.). **Pensar a república**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 105-130.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 7. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 7. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2003.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz & Terra, 2006.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz & Terra, 2018.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**, n. 45, p. 152-166, jul. 1996.

CAVA, B. **A multidão foi ao deserto**: as manifestações no Brasil em 2013 (junho-outubro). São Paulo: Annablume, 2013.

CAVA, B.; PEREIRA, M. (Org.). **A Terra Treme**: leituras do Brasil de 2013 a 2016. São Paulo: Annablume, 2016.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAUÍ, M. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013a.

CHAUÍ, M. Uma nova classe trabalhadora: indagações. In: FPA; FES BRASIL (Org.). **Classes? Que Classes?**. São Paulo: Editora FPA, 2013b. p.87-103.

COSTA, A. M. A. D. C. **Resgatar a democracia?** A emergência e declínio de novas redes de ativismo nos protestos anti-austeritários em Portugal. 344f, Lisboa, 2018. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Doutoramento em Antropologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2018.

COX, K. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or: looking for local politics. **Political Geography**, v. 17, n. 1, pp. 1–23, 1998.

DEAN, J. **Crowds and Party**. London: Verso, 2016.

DEBORD, G. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

DEMATTEIS, G. En la encruzijada de la territorialidad urbana. Sul crocevia della territorialità urbana. **Bitácora Urbano Territorial**, Bogotá, v. 10, n. 1, p. 53-63, 2006.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DOWNING, J. **Radical media: rebellious communication and social movements**. New York: Sage Publications, 2000.

DUARTE, M. Y. M. Estudo de caso. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015. p. 215-235.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, E.; ROSENO, R. F. **Protesta Brasil: das redes sociais às manifestações de rua**. São Paulo: Prata Editora, 2013.

FERNANDEZ-PLANELLAS, A.; PAMPOLS, C. F.; FIGUEROAS-MAZ, M. 15-M In Spain: Differences and Similarities in Communication Practices with Previous Social Movements. **Última década**, Santiago, v. 21, n. 39, p. 115-138, dez. 2013.

FIGUEIREDO, A. M.; SOUZA, S. R. G. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final**. 4. ed. Rio de Janeiro: 2011.

FLÁVIO, L. C. Por uma Geografia com poesia. **Revista GeoUECE**, Fortaleza, v. 8, n. 15, p. 8-22, jul./dez. 2020.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Grupo Folha, 2013.

FONSÊCA, D. **Não dá para não ver**: as mídias nas manifestações de junho de 2013. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2013.

FONTANETTO, R. M. B.; CAVALCANTI, C. C. B. A cidade em narrativas: jornalismo tradicional e cidadão durante as 'Jornadas de Junho' de 2013 no Brasil. **Chasqui**, Equador, n. 131, p. 349-362, abr./jul. 2016.

FOUCAULT, M. Le jeu de Michel Foucault. Entrevista dada à revista *Ornicar*? In: _____. **Dits et écrits**. Tome III. Paris: Gallimard, 1994. p. 298-329.

GERBAUDO, P. **Tweets and the Streets**: Social Media and Contemporary Activism. London: Pluto Press, 2012.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, M. G. **Manifestações de junho de 2013 e praça dos indignados no mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GOHN, M. G. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2018.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011a.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011b.

GOMES, P. R. C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GONÇALVES, M. (Org.) **As jornadas de junho**: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife: Editora do Organizador, 2014.

GOTLIB, N. B. **Tarsila do Amaral**: a modernista. São Paulo: Editora SESC, 2018.

GUDYNAS, E. El postdesarrollo como crítica y el buen vivir como alternativa. In: RAMOS, G. C. (Org.). **Buena vida, buen vivir**: imaginarios alternativos para el bien común de la humanidad. México: UNAM, 2014.

G1. **Protestos pelo Brasil**. G1 Brasil: 2013. Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>. Acesso em: 25 jun. 2013.

HABERMAS, J. New social movements. **Telos**, New York, n. 49, 1981.

HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOGraphia**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 75-90, jan./abr. 2020.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. São Paulo: Record, 2006.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multitud**: guerra y democracia en el a era del Império. São Paulo: Record, 2005.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do Direito à Cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HEIDEGGER, M. **Ser y tiempo**. 2. ed. Tradução Jorge Eduardo Rivera. Santiago: Editorial Universitaria, 1998.

HEWITT, A. **A social choreography**: ideology as performance in dance and everyday movement. Durham/London: Duke University Press, 2005.

HOLSTON, J. **Cidadania Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IASI, M. L. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 41-46.

IBGE. **Indicadores sociais municipais**. Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica n. 28. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INGOLD, T. **Being alive**: essays on movement, knowledge and description. London, New York: Routledge, 2011.

IVO, A. B. L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, n. 65, p. 187-210, 2012.

JACQUES, P. Elogio aos errantes: a arte de se perder na cidade. In: JEUDY, H.; JACQUES, P. **Corpos e cenários urbanos**: territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: EDUFBA, 2006.

JASPER, J. M. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

JOFFE, G. A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 30, p. 85-116, jun. 2011.

KLIKSBERG, B. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Editora Cortês, 2001.

LACLAU, E. Identidad y hegemonía: el rol de la universalidad en la constitución de lógicas políticas. In: BUTLER, J.; LACLAU, E.; ZIZEK, S. **Contingencia, hegemonía, universalidad**: diálogos contemporáneos en la izquierda. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

LATOUR, B. **Reagregando o social**. Uma introdução à Teoria Ator-Rede. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador: Edufba, 2012; Bauru: Edusc, 2012.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2013.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Cristina C. Oliveira. Itapevi: Nebli, 2016.

LEMOS, A. **A comunicação das coisas**: teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013.

LEMOS, A. **Cibercultura**. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Sulina: Porto Alegre., 2002.

LEPECKI, A. Coreopolítica e Coreopolícia. **Ilha (Revista de Antropologia)**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 41-60, jan./jun. (2011) 2012.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LÉVY, P. **Ciberdemocracia**. São Paulo: Instituto Piaget, 2002.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

LIMA, I. **A condição geopolítica dos corpos sensíveis**. Paisagens Híbridas, 2020. Disponível em: <https://paisagenshibridas.eba.ufrj.br/2020/04/01/a-condicao-geopolitica-dos-corpos-sensiveis/>. Acesso em: 24 jun. 2020.

LIMA, M. C. O som e a fúria das ruas. In: GONÇALVES, M. (org.) **As jornadas de junho**: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife: Ed. do Organizador, 2014. p.117-128.

LIMA, V. A. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 89-94.

LIMA, P. L.; HAJIME, M. O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das "Jornadas de junho" de 2013. **Leviathan**, São Paulo, n. 13, p. 91-119, 2018.

MAFFESOLI, M. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

MALINI, F, ANTOUN, H. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MANEIRO, M. Movimentos sociais e Estado: uma perspectiva relacional. In: DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, Maria (org.). **América Latina hoje**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 85-121.

MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 19-26.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2. ed. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício de Cartógrafo**. Travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura. México; Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2002.

MARTINS, J. S. Sujeito multidão. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 22 mar. 2015. Aliás, p. E3.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papius, 2000. p. 176-184.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. A árvore do conhecimento. As bases biológicas da compreensão humana. Rio de Janeiro: Editora Psy, 1995.

McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, 1977.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

MEDEIROS, M. B. Performance, Charivari e política. **Revista Brasileira de Estudos de Presença**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 47-59, jan./abr. 2014.

MELUCCI, A. The new social movements: a theoretical approach. **Social Science Information**, v. 19, n. 2, 1980.

MENDONÇA, R. F. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 66, 2017, p. 130-159, 2017.

MENDONÇA, R. F.; COSTA, M. B. Back to the future? Changing repertoire in contemporary protest. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42, 2018, Caxambu. **Anais**. Caxambu: ANPOCS, 2018.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MONDAINI, M. O especialista e os protestos de junho: a edição da cacofonia das ruas. In: GONÇALVES, M. (Org.) **As jornadas de junho**: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife: Editora do Organizador, 2014. p.32-40

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015. p. 269-279.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. **Apresentação**. Sobre o MPL. c2020. Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 13-18.

MOYA, E.; MARQUES, E. Trocas sociais, apoios e mecanismos relacionais. In: MARQUES, E. (Org.). **Redes sociais no Brasil**: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 81-110.

NASCIMENTO, S. A cidade no corpo. Diálogos entre corpografia e etnografia. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 19, p. 1-13, 2016.

NEVES, F. R. Nova Hermenêutica Histórico-Crítica: revolução anamnésica e solidariedade histórica em Walter Benjamin. **Contexto**, Mossoró, v. 3, n. 3, p. 103-110, jan./jul. 2008.

NOVAES, W.; MANSO, B. P.; SOLANO, E. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

NUNES, E. O. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. 5. ed. São Paulo: Garamond, 2017.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Estado, 2013.

O GLOBO. Rio de Janeiro: Grupo Globo, 2013.

OLIVEIRA, L. A genealogia mítica de Urano, Cronos e Zeus em Plotino. **Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade**, Campinas, n. 25, p. 109-113, jun. 2009.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

ORTEGA Y GASSET, J. **A rebelião das massas**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

PARK, R. **On Social Control and Collective Behavior**. Chicago: Chicago University, 1967

PILE, S. **The body and the city: psychoanalysis, space and subjectivity**. Londres: Routledge, 1996.

PILE, S.; NAST, H. **Places through the body**. Londres e Nova York: Routledge, 1996.

PIRES, T. V. Jessé Souza e as interpretações do Golpe de 2016. In: FOLLMAN, J. F. **Dialogando com Jessé Souza**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018. p. 179-194.

PROVASI, B. Atos como Performance na Ocupação do Espaço Urbano: contra um modelo de cidade para os megaeventos. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 429-459, set./dez. 2016.

RAFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANCIÈRE, J. A estética como política. **Devires**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 14-36, jul./dez. 2010.

RANCIÈRE, J. **A noite dos proletários**. Arquivos do sonho operário. São Paulo: Antígona, 2012.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009a.

RANCIÈRE, J. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

RANCIÈRE, J. **O inconsciente estético**. São Paulo: Editora 34, 2009b.

RHEINGOLD, H. **Multitudes inteligentes: la próxima revolución social**. Barcelona: Gedisa, 2004.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 80, p.109-125, mar. 2008.

RICCI, R. D. Movimentos e mobilizações sociais no Brasil: de 2013 aos dias atuais. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. esp., p. 90-107, nov. 2018.

RICCI R., ARLEY, P. **Nas ruas**: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento; 2014.

RIESMAN, D. **A multidão solitária**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

RIST, G. **El desarrollo**: historia de una creencia occidental. Traducción de Adolfo Fernández Marugán. Madrid, España: Catarata, 2002.

ROLNIK, R. Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. **Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 18–43, 2019.

ROUX, M. O reencantamento do território. O território nos rastros da complexidade. In: SILVA, A. A. D.; GALENO, A. **Geografia, ciência do complexus**: ensaios transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 63-89.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**. Por uma nova cultura política. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SANTOS, B. S. A queda do *angelus novus*: fragmentos de uma nova teoria da história. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 47, 1997.

SANTOS, B. S. **As vozes do mundo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, F. G. M. Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira. **Novos Estudos: CEBRAP**, São Paulo, v. 96, p. 15-25, 2013.

SANTOS, G. S. (Ciber)Espaços de insurgência: refletância *on-line* e *off-line* nas Jornadas de Junho de 2013. **Revista Verde Grande**, Montes Claros, v. 3, n. 1, jul./dez. 2021.

SANTOS, G. S. Mobilizações em rede, territorialidades episódicas e identidades flutuantes: reflexões sobre o movimento #EleNão. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 8, 2019. **Anais**. Maceió: ANINTER-SH, 2019.

SANTOS, G. S. Uma jornada socioespacial: o retorno sempre novo às ruas nas manifestações de junho de 2013 no Brasil. **Revista GeoUECE**, Fortaleza, v. 8, n. 15, p. 46-65, jul./dez. 2020a.

SANTOS, G. S. #Vemprarua: jornadas de um espaço em rede. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 17, n. 01, p. 240-255, fev. 2020b.

SANTOS, G. S. **#Vemprarua**: territorialidades de insurgência e ativismos *on-line/off-line* nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. 178f, Montes Claros, 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.

SANTOS, R. E. **Movimentos sociais e Geografia**: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SANTOS, G.; CUNHA, M. G. C. As territorialidades insurgentes do gigante desperto: Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e suas dinâmicas territoriais. **Revista Do Departamento De Geografia**, São Paulo, v. 35, p. 37-4, jul. 2018a.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. Entre protestos e fluxos: rede e escala nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. **Elisée**, Porangatu, v. 7, n. 1, p. 70-84, jan./jul. 2018b.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. "Não é por R\$ 0,20, é por direitos": dinâmicas de insurgência nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 69, p. 94-110, jul. 2019.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C.; PEREIRA, A. M. Na rua e na memória: Junho de 2013 e as dinâmicas anamnésicas. **Perspectiva Geográfica**, Marechal Rondon, v. 13, n. 19, p. 117-124, jul./dez. 2018.

SANTOS, G. S.; PEREIRA, A. M. O lugar do desenvolvimento na mobilização social: signos de desenvolvimento e a produção de utopismos nas Jornadas de Junho de 2013. **Sociedade e Território**, Natal, v. 32, n. 2, p. 8-25, fev. 2021.

SANTOS, G. S.; PEREIRA, A. M. Utopia, insurgência e espaço urbano: o direito à cidade lefebvriano e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 21, n. 49, p. 461-479, maio/ago. 2019.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014a.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2014b.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções do território**. São Paulo: Outras Expressões, 2007.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e temporalidades**. São Paulo: Consequência, 2009a.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades**. Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Consequência, 2009b. p. 73-94.

SARGISSON, L. **Fool's gold**: utopianism in the twenty-first century. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, abr. 2006.

SCHERER-WARREN, I. Manifestações de rua no Brasil em 2013: encontros e desencontros na política. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 17, n. 71, p. 417-431, maio/ago. 2014.

SECCO, L. Jornadas de Junho. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 71-78.

SHAKESPEARE, W. **Hamlet**. Tradução de Millôr Fernandes. São Paulo: L&M Pocket, 1997.

SILVA, T. T. **Ativismo digital e imagem**. Estratégias de engajamento e mobilização em rede. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SILVA, J. M.; MENDES, E. P. P. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, G. J.; RAMIRES, J. C. L.; RIBEIRO, M. A.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. p. 207-222.

SILVA, R. R.; MARTINS, B. G. A emergência do cartaz nas Jornadas de Junho: excesso de palavras e políticas da escrita insurgente. **Mídia e Cotidiano**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 142-162, dez. 2018.

SILVEIRA, M. L. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 39-62.

SINGER, A. Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 97, n. 3, p. 23-40, nov. 2013.

SOLANO, E.; ORTELLADO, P. **Pesquisa com os participantes da manifestação do dia 12 de abril de 2015 sobre confiança no sistema político e fontes de informação**. GPOPAI-USP, 2015. Disponível em: <https://gpopai.usp.br/pesquisa/120415/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

SOUTO MAIOR, J. L. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 83-88.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**. Rio de Janeiro: LeYa, 2015.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, J. (Org.). **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TARROW, S. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAVOLARI, B. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 104, p. 93-109, mar. 2016.

TEIXEIRA, M. F. **Sobre ruas e pessoas**: uma análise espacial dos bairros Ibituruna e Major Prates de Montes Claros/MG. 2018, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, M. (Org.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press, 1995. p. 15-42.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Michigan: Newberry Award Records, 1978.

TORINELLI, M. C. **A máscara e a multidão**: enquadramentos dos Anonymous nas manifestações de junho de 2013 no Brasil. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015. 201f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Curitiba, 2015.

TOURAINÉ, A. O sujeito. In: _____. **Iguais e diferentes**. Poderemos viver juntos? Lisboa: Instituto Piaget, 1998. p. 79-123.

TOURAINÉ, A. O sujeito como movimento social. In: _____. **Crítica da modernidade**. Tradução de Elia Ferreira Edel. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 247-268.

UFMG. **Grafias de junho**. Belo Horizonte: Grupo de Pesquisa Cosmópolis, c2020.

ZIBECHI, R. **Autonomías y emancipaciones**: América Latina en movimiento. Ciudad de México: Bajo Tierra-Sísifo Ediciones, 2008.

ZIBECHI, R. **La revuelta juvenil de los 90**. Las redes sociales en la gestación de una cultura alternativa. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1997.

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência**. Cartografia política das periferias latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Sites consultados

ACERVO ESTADÃO: <https://acervo.estadao.com.br>

ACERVO FOLHA DE S. PAULO: <https://acervo.folha.com.br/>

ACERVO O GLOBO: <https://acervo.oglobo.globo.com>

ACERVO PÚBLICO DE SÃO PAULO: <http://www.acervo.sp.gov.br/index.html>

BBC INTERNACIONAL: <https://www.bbc.com/internacional>

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE: <https://midiaindependente.org/>

CLUBE DE CRIAÇÃO: <https://www.clubedecriacao.com.br/ultimas/vem-pra-rua-4/>

CONSUMO E PROPAGANDA: <http://consumoepropaganda.ig.com.br/>

ESTADÃO ECONOMIA: <https://economia.estadao.com.br/>

G1 JORNADAS DE JUNHO: <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>

GRAFIAS DE JUNHO: <https://www.grafiasdejunho.org>

IBGE: <https://www.ibge.gov.br>

MPL SÃO PAULO: <https://saopaulo.mpl.org.br/>

TWITTER - BUSCA AVANÇADA: <https://twitter.com/search-advanced>

VT JOHNNIE WALKER “O GIGANTE ACORDOU”: <https://www.youtube.com/watch?v=Ja2CP0W3E6c&t=1s>

VT FIAT “VEM PRA RUA”: <https://www.youtube.com/watch?v=LKMwzMtuL9>

APÊNDICE

Levantamento de atos por estado, município e dia de protesto

PONTO DE PARTIDA: SÃO PAULO/SP														
UF	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
AC		Rio Branco				Rio Branco						Rodrigo Alves		
AL	Maceió	Arapiraca		Maceió						Maceió	Maceió	Arapiraca		
AM				Manaus	Presidente Figueiredo			Manaus		Manaus				
AP			Macapá	Macapá						Macapá				
BA	Salvador	Camaçari	Vitória da Conquista	Barreiras Brumado Feira de Santana Ilhéus Juazeiro Salvador		Salvador			Simões Filho Teixeira de Freitas	Barreiras Ilhéus Mucuri Vitória da Conquista	Salvador		Salvador	Salvador
CE	Fortaleza	Iguatú Juazeiro do Norte		Fortaleza	Fortaleza		Fortaleza	Fortaleza Maracanaú			Fortaleza			
DF	Brasília	Brasília	Brasília	Brasília		Brasília	Brasília	Brasília Taguatinga	Brasília Planaltina	Distrito Federal Planaltina	Brasília	Brasília		Brasília
ES	Vitória			Vitória Cachoeiro do Itapemirim Colatina Guarapari		Cariacica Marataiz Cachoeira		Vitória		Vitória		Serra Vitória		Vitória

				Iconha São Mateus Linhares		o do Itapemiri m								
GO		Goiânia	Cidade Ocidental Luziânia Valparaíso de Goiás	Catalão Goiânia Itumbiara Niquelândia Porangatu Rio Verde	Novo Gama Valparaíso de Goiás	Anápolis	Caldas Novas	Cristalin a Goiânia Senador Canedo Terezóp olis	Catalão Cristalin a Goiânia	Anápolis Luziânia Goiânia Uruaçu	Goiânia	Goiânia		Goiânia
MA		São Luís	São Luís	Bacabal Imperatriz do Maranhão São José de Ribamar		São Luís		Bacabeir a Imperatri z São Luís		São Luís	Raposa			São Luís
MG	Belo Horizonte Juiz de Fora Poços de Caldas Viçosa	Belo Horizonte Montes Claros	Belo Horizonte Divinópolis Ouro Preto	Araguari Betim Belo Horizonte Boa Esperança Caratinga Coronel Fabriciano Juiz de Fora Itajubá Montes Claros Ouro Preto Poços de Caldas São Sebastião do Maranhão Uberlândia Varginha	Alfenas Barreiro Belo Horizonte Cambuí Contagem Igarapé Ipatinga Montes Claros Nova União Ribeirão das Neves Uberaba Varginha	Belo Horizonte e Betim Carmo do Cajuru Pará de Minas Paracatu ba Formiga Itaúna Contage m Conselh eiro Lafaiete Igarapé Ribeirão das Neves Timóteo	Belo Horizonte e Sabará	Belo Horizonte e Contage m Esmeral das Governador Valadare s Ibapa Juatuba Santana do Paraíso São Joaqui de Bicas Uberlând ia	Belo Horizonte e Betim Montes Claros Sabará Santa Luzia	Belo Horizonte e Carmópolis de Minas Divinópolis Governador Valadare s Pouso Alegre Uberlândia Varginha	Caeté	Betim Conselheiro Lafaiete Divinópolis João Pinheiro Juiz de Fora Sabará Uberaba	Belo Horizonte e Betim Francisco Sá Itajubá Varginha	Belo Horizonte e Vespasiano
MT			Cuiabá	Cuiabá		Cuiabá				Cuiabá		Cuiabá		
MS		Três Lagoas	Corumbá Nova Andradina	Dourados Campo Grande	Campo Grande Corumbá	Campo Grande						Campo Grande		

			Três Lagoas		Maracaju									
PA	Belém			Belém				Belém		Belém			Belém	
PB				Campina Grande João Pessoa	Campina Grande	Caruaru Recife			Ingá	João Pessoa Mamanguape	João Pessoa		João Pessoa	
PE	Recife			Recife Petrolina Guaranhuns Salgueiro Arapirina Lagoa Grande Ouricuri	Recife					Recife	Petrolina	Recife		Recife
PI				Paranaíba Teresina	Picos Teresina			Teresina			Teresina	José de Freitas		
PR	Curitiba Foz do Iguaçu Londrina Ponta Grossa	Cianorte Cornélio Procopio Maringá Paranaguá		Cascavel Castro Curitiba Londrina Maringá	Curitiba Marechal Cândido Rondon Toledo	Curitiba Apucarana Maringá Paranavaí Foz do Iguaçu Londrina São José dos Pinhais Cascavel	Foz do Iguaçu	Céu Azul					Arapongas Curitiba	
RJ	Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro Três Rios	São Gonçalo	Barra Mansa Cabo Frio Niterói Nova Friburgo Silva Jardim	Areal Angra dos Reis Bom Jesus do Itabona Búzios Cabo Frio Campo dos Goytacazes	Araruama Barra do Pirai Duque de Caxias Nova Iguaçu Petrópolis São João de Meriti Rio de	Rio de Janeiro Maricá Duque de Caxias São João de Meriti Fidelis Paty do	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro São Pedro da Aldeia Seropédica	Arraial do Cabo Macaé Niterói Nova Friburgo Petrópolis Rio de	Duque de Caxias Rio de Janeiro Santa Cruz	Petrópolis Rio de Janeiro	Rio de Janeiro Magé	Rio de Janeiro Campos	Barra do Pirai Rio de Janeiro

				Cordeiro Miracema Natividade Paraty Resende Rio Bonito Rio das Ostras Rio de Janeiro Saquarema Teresópolis Três Rios Volta Redonda	Janeiro	Alferes Rio das Ostras Miguel Pereira			Janeiro Saquarema					
RN				Natal		Mossoró				Parnamirim		Natal		
RO				Ariquemes Guajará- Mirim Porto Velho		Cacoal Vilhena							Porto Velho	
RR		Boa Vista	Boa Vista	Boa Vista		Boa Vista Rorainópolis			Boa Vista			Boa Vista		
RS	Novo Hamburgo Porto Alegre	Caxias do Sul Erechim Santa Maria Frederico Westphalen	Santa Cruz do Sul	Alegrete Bagé Cachoeira do Sul Itaqui Lajeado Passo Fundo Pelotas Porto Alegre Santa Maria Santa Rosa São Leopoldo Rio Grande	Alvorada Caxias do Sul Eldorado do Sul Encruzilhada do Sul Esteio Frederico Westphalen Gravataí Horizontina Ijuí Novo Hamburgo Palmeira das Missões Passo Fundo Santa Cruz	Bento Gonçalves Caçapava do Sul Cachoeira do Sul Camaquã Caxias do Sul Cruz Alta Encanta do Giruá Guaíba Gravataí	Porto Alegre Bagé Canela Erechim Panambi Flores da Cunha Arroio dos Ratos Venâncio Aires Antônio Prado Ipê Rolante	Bento Gonçalves Canoas Caxias do Sul Encruzilhada do Sul Estrela Farrroupilha Passo Fundo Piratini Portão Porto Alegre	Cachoeirinha Candelária Caxias do Sul Cruzeiro do Sul Gravataí Estância Velha Erval Seco Itaqui Lajeado Nova Santa Rita	Bagé Cacequi Chuí Cruz Alta Pelotas Porto Alegre Santa Cruz do Sul Rio Grande Santa Maria Santa Vitória do	Alegrete Fazenda Vilanova Passo Fundo Porto Alegre Passo do Sobrado Santa Maria	Butiá Cachoeirinha Caxias do Sul Encadado Esteira Fontoura Xavier Guaíba Lajeado Passo Fundo Santa Maria São Jerônimo	Campo Grande Cristal Cruz Altas Estrela Mariana Pimente Nova Petrópolis Pedro Osório Cerrito Roca Sales Santa Cruz do	Dois Irmãos Guaporé Porto Alegre Soledades Tapes

					do Sul Sapucaia do Sul Veranópolis	Guaporé Injuí Imbé Lajeado Lagoa Vermelha Piratini Quaraí Rio Pardo Roca Sales Rosário do Sul Santa Maria Santo Ângelo São Gabriel São Sepé Sobradinho Taquari Três Passos Tupanciretã Uruguaiana	Sananduva São Marcos Três de Maio Taquara Dom Pedrito Vera Cruz Capão da Canoa	Rio Grande Rio Pardo São Leopoldo Santo Ângelo São José do Norte	Novo Hamburgo Pantano Grande Passo Fundo Restinga Seca Santa Maria Santa Rosa São Borja Três Passos	Palmar São Borja São Gabriel São Pedro do Sul Viamão		o São José do Ouro Tapejara	Sul	
SC		Balneário Camboriú Chapecó Florianópolis		Blumenau Florianópolis Itajaí Jaraguá do Sul Joinville Pinhalzinho Rio Sul	Balneário Camboriú Chapecó Palhoça São José	Brusque Araquari Barra Velha Itapema Garuva Timbó Taió	Florianópolis	Imbituba Itajaí Navegantes	Blumenu Brusque Criciúma Florianópolis Itajaí Mafra Major Vieira Papanduva Taboão da Serra		Blumenu Chapecó Itajaí Ituporanga Joaçaba Herval D'Oeste Florianópolis Palhoça Tubarão	Florianópolis Chapecó Imbuia Itajaí Itapemanga Joinville	Correia Pinto Joinville Schroeder	

SE				Aracaju					Aracaju		Aracaju			
SP	Araraquara Bauru Guarujá Itapetininga Pindamonhangaba Santos São Paulo Votuporanga	Cubatão Guaratinguetá Itapeva Ourinhos Piracicaba Ribeirão Preto São Paulo São José dos Campos Valinhos São José do Rio Preto	Barretos Lençóis Paulista Lins Guarujá Santana do Parnaíba São Bernardo do Campo São Paulo São Vicente Taboão da Serra	Americana Araraquara Cachoeira Paulista Campinas Caraguatatuba Cruzeiro Cerquillo Cubatão Franca Guaratinguetá Ilha Bela Itapetininga Itapeva Itu Jacareí Jundiá Lorena Pindamonhangaba Piracicaba Porto Feliz Ribeirão Preto Rio Claro Santos São Carlos São José dos Campos São Paulo Sorocaba Sertãozinho Taubaté	Arujá Barueiri Boituva Bragança Paulista Brotas Caçapava Campinas Capão Bonito Conchas Cotia Guarulhos Hortolândia Iguapé Itapetininga Jundiá Louveira Mairiporã Marília Miracatu Mogi das Cruzes Monte Mor Paraibuna Peruíbe Piracicaba Pitangueiras São José do Rio Pardo São José do Rio Preto São Paulo São Pedro São Vicente Santo André Ribeirão Preto Taboão da Serra Tietê	Araras Araraquara Birigui Embu-Guaç Guarujá Fernandópolis Extrema Iguapé Itaí Itaquaçu Itu Jacareí Jales José Bonifácio Leme Monte Alto Moguaçu Praia Grande Registro Ourinhos Santa Bárbara D'Oeste São Paulo Sorocaba Suzano Tatui Taubaté Votuporanga	São Paulo Ubatuba	Aguai Campinas Campos do Jordão Campo Limpo Paulista Cubatão Itanhaém Marília Matão Piquete Santos São Paulo	Araçari Guarujá Jandira Jundiaí Piracicaba Ribeirão Preto Santos Salto de Pirapora São José dos Campos São Carlos São Paulo Sumaré Taboão da Serra Taubaté	Alumínio Araçatuba Cachoeira Paulista Franca Guararema Itapeçoca da Serra Ribeirão Preto São Paulo São Roque São Sebastião São Paulo	Americana Bauru Caçapava Campinas Piracicaba São José dos Campos São Paulo São Roque São Vicente Sorocaba	Campinas Cosmópolis Guarulhos Jardinópolis Ribeirão Preto Santos São Paulo Taboão da Serra Tremembé	Américo Brasilense Araçari Atibaia Fernandópolis Itapetininga Angatuaba Pedro de Toledo São Carlos São Paulo	São Paulo Taboão da Serra
TO				Palmas	Araguaina					Palmas		Gurupi		Nova Rosalân

